

ESPAÇO FEMININO

CADERNO

CADERNO ESPAÇO FEMININO

UBERLÂNDIA-MG

VOLUME 20

N.02

p.1-399

Ago./Dez. 2008

ISSN 1516-9286

EDITORA

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)

CONSELHO EDITORIAL:

Eliane Schmalz Ferreira (DECIS/UFU)
Jane de Fátima Silva Rodrigues (UNIMINAS/UDI)
João Bosco Hora Góes (UFF/RJ)
Kênia M. de Almeida Pereira (UNITRI/UDI)
Maria Lygia Quartim de Moraes (UNICAMP/SP)
Mirian Goldenberg (UF RJ/RJ)
Mônica Chaves Abdala (DECIS/UFU)
Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)
Vânia Aparecida Martins Bernardes (FACIP/UFU)
Suely Gomes Costa (UFF/RJ)
Suely Kofes (UNICAMP/SP)
Eli Bartra (UNAM/México)
Margara Millan (UNAM/México)

CONSELHO CONSULTIVO:

Eni de Mesquita Sâmara (FFLCH/USP)
Glória Carcaga (PUEG/México)
Joana Maria Pedro (UFSC/SC)
Luzia Margareth Rago (IFCH/UNICAMP)
Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Rachel Soihet (UFF/RJ)
Sônia Missaggia Mattos (UFES/ES)
Sonia Montecino Aguirre (CHILE/ Fac.Ciências Sociales)
Tânia Navarro Swain (UNB/DF)

COMITÊ EDITORIAL:

Cláudia Costa Guerra
Dulcina Tereza Bonati Borges
Edmar Henrique Dairell Davi
Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
Marta Regina Alves Pereira

TRADUÇÃO

Sandra Chaves Gardellari

PROJETO GRÁFICO: Eduardo M. Warpechowski

DIAGRAMAÇÃO: Marina Ferreira Marques

CAPA: Maria José da Silva **IMAGEM DA CAPA:** Talita Trizoli

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia, EDUFU.

EDUFU- Editora da Universidade Federal de Uberlândia www.edufu.ufu.br e-mail: livraria@ufu.br

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1ª Santa Mônica – Uberlândia MG
CEP: 38408-100 Telefax: (34) 3239 4293 / Fone: 3239 4512

Revista Indexada em Data Índice de Ciências Sociais – IUPERJ; SUMÁRIOS de Revistas Brasileiras; Portal Feminista www.portalfeminista.org.br; CLASE-CICH-UNAM – México; Hispanic American Periodicals Index – HAPI; Base de Dados Francis – INIST; Portal Iberoamericano – LATINDEX.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

REITOR: Arquimedes Diógenes Cilone **VICE-REITOR:** Elmiro Santos Resende

DIREÇÃO EDUFU: Maria Clara Thomaz Machado

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica
Cep 38408-100 – Uberlândia-MG
Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512
www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 20, n. 02, Ago./Dez. 2008
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação
e Pesquisa em História - CDHIS / NEQUEM.

Semestral

Versão eletrônica disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

COMIDA E GÊNERO

O Livro das Noivas: receitas culinárias e relações de gênero
na sociedade brasileira 13
Eliane Monteiro Considera

As cristãs novas e as práticas e interditos alimentares
judaicos no Portugal moderno 31
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Comida e classificações: homens e mulheres em famílias
camponesas 57
Josiane Carine Wedig
Renata Menasche

Imigração, alimentação e luteranismo em Blumenau
(SC) 75
Marilda C. G. da Silva

El proceso alimentario y la división sexual del trabajo
doméstico: el caso de una comunidad rural mexicana... 99
Sara Elena Pérez-Gil
Amaranta Vega
Gabriela Romero

“Dentro da Casa dos Homens”: sobre topologias rituais
e os dilemas de uma etnóloga em campo 131
Adriana Romano Athila

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES

- A propaganda junto aos médicos: os anúncios nas primeiras décadas de publicação da revista de Ginecologia e d'Obstetria 157
Patrícia de Freitas
- Moda na saia justa 183
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
- Homens e mulheres de papel ou como se faz um “bom” gaúcho: desconstruindo a desigualdade de gênero na gauchesca de Barbosa Lessa - *Os Guaxos* -1959 209
Jocelito Zalla
- Cindy Sherman e gênero: formas de olhar 237
Ângela Prada
Roberto Berton de Ângelo

SEXUALIDADE

- Território e preconceito: um olhar sobre o território de convivência homossexual da Farme de Amoedo 251
Rafael Chaves Vasconcelos Barreto
- Nem tentariam? O poder de negociação das mulheres enquanto fator associado ao não uso da camisinha masculina em Belo Horizonte e Recife 267
Cláudia Ferreira Souza
Paula Miranda-Ribeiro
Carla Jorge Machado
Maria do Carmo Fonseca
- La teoria queer: la de-construcción de las sexualidades periféricas 287
Carlos Fonseca Hernández
- “A ‘Boa’ e as ‘Boas’: o consumo de cerveja e de mulheres nos comerciais de TV” 305
Karla Manvailer Enacles
Luciana Patrícia Zucco

POLÍTICA FEMINISTA

Abordagens políticas na correspondência de Bertha Lutz:
segunda guerra mundial e feminismo 325

João Gabriel da Silva Ascenso

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Política feminista e mudanças institucionais no Estado
brasileiro: canais participativos para implantação de
políticas públicas na década de 1990 339

Silvana Aparecida Mariano

ENSAIO

No tempo da delicadeza: ensaio sobre a suavidade da
Imperatriz Dona Leopoldina do Brasil. 375

Ricardo Japiassu

NEGUEM

Av. João Naves de Ávila, 2121 Bloco 1Q – CDHIS

Campus Santa Mônica – Uberlândia - Minas Gerais

CEP: 38400-902 – Telefones (034) 3239 4501 - 3239 4236 e 32394240

Email: neguem@inhis.ufu.br cdhis@ufu.br

Site publicações: www.neguem.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS

Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

Pede-se permuta

Pédese cange

On demande échange

We bitten um austausch

Si richiede lo scambio

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 600 exemplares

APRESENTAÇÃO

Nada mais oportuno e gratificante, no mundo acadêmico, do que apresentar mais uma edição de uma Revista já consagrada em nível nacional e internacional pela sua relevância, periodicidade e pela temática a qual se tem dedicado há mais de uma década.

O número dois do volume 20 do Caderno Espaço Feminino, uma realização do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia se apresenta recheado de excelentes e instigantes textos elaborados por renovados(as) pesquisadores(as) quer nacionais ou internacionais.

Dado ao leque de abrangência deste número achamos por bem categorizar os artigos em quatro grupos temáticos: Comida e Gênero; Gênero e Representação; Sexualidade e Política Feminista.

Comida e Gênero: repensando teorias e práticas compôs o número 01, volume 19 da edição anterior e devido ao recebimento de inúmeros artigos sobre esta abordagem, abre-se esta edição com seis artigos bastante interessantes sobre o tema.

Utilizando-se de receitas culinárias como fonte da História Social da Alimentação, Eliane Monteiro Considera, reflete sobre a obra *O Livro das Noivas* por sua singularidade em apresentar as receitas culinárias acompanhadas de artigos cujo objetivo era preparar a jovem esposa para garantir o bem-estar da família, função primeira da mulher na sociedade brasileira do início do século XX.

Isabel M. R. M. D. Braga busca nos documentos do Santo Ofício da Inquisição, em Portugal, o papel das mulheres nos sinais de identidade e de diferença

face à alimentação praticada pelo grupo majoritário dos cristãos-novos portugueses dos séculos XVI e XVII.

Compreendendo que a comida, para além de sua materialidade, envolve sentidos simbólicos, Josiane Carine Wedig e Renata Menasche traçam paralelos entre as classificações que organizam o lugar dos vários componentes na hierarquia familiar e aqueles que ordenam suas práticas alimentares em famílias camponesas.

Marilda C. G. da Silva analisa o papel das sociedades de senhoras evangélicas, na formação das mulheres em Blumenau, tendo como foco uma educação voltada para a economia doméstica, a administração da casa e o cuidado com as crianças.

As investigadoras mexicanas, Sara Elena Pérez-Gil e Gabriela Romero e a docente Aramanta Veja, do Instituto Nacional de Ciências Médicas y Nutrición Salvador Zubirán da cidade do México, discutem a importância de se introduzir a análise de gênero nos estudos sobre alimentação e nutrição e concluem que as mulheres são as principais protagonistas das fases do processo alimentar e da divisão sexual do trabalho doméstico.

E, finalmente para fechar este bloco temático, Adriana R. Athila analisa através de práticas prescritivas que se seguem à morte de uma harpia, entre os índios Rikbaktsa do sudoeste amazônico, os domínios e os espaços tidos como masculinos e femininos nesta cultura.

Discutir o gênero traz à tona uma gama de particularidades e argumentações sobre as práticas discursivas e a construção de significados que determinam distinções sociais atribuídos ao masculino e ao feminino. É nesta perspectiva que vislumbra-se a representação da imagem feminina nos anúncios da Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia publicada no início do século XX, estudada por Patrícia de Freitas na propaganda realizada junto aos médicos.

Luciana R. F. Klanovicz também ao percorrer o caminho da representação feminina optou pelo mapeamento das imagens da seção Moda, da Revista Veja nos anos de 1980. Sobre as escolhas do vestir construiu-se um discurso com o objetivo de manter a distinção entre homens e mulheres por meio da indumentária.

Desconstruindo a desigualdade de gênero na obra, *Os Guaxos*, de Barbosa Lessa, Jocelito Zalla indica que o autor constrói o gaúcho ideal enquanto “homem” contra modelos de ser mulher e contra papéis marginais de masculinidade.

Ângela Prada e Roberto Berton De Ângelo analisaram a série de fotografias “Untitled Film Stills” da artista americana Cindy Sherman a partir de sua inserção nos debates sobre a questão do feminismo na arte contemporânea.

Gênero e Sexualidade contem quatro artigos desta Revista. Rafael C. V. Barreto utiliza-se dos conceitos de diversidade, respeito às diferenças, preconceito e discriminação para descrever a homossexualidade masculina na Rua Farma de Amoedo, no Rio de Janeiro, como um território de convivência homossexual e de identidade coletiva.

O uso da camisinha masculina nas cidades de Belo Horizonte e Recife é o objeto de investigação de Paula Miranda-Ribeiro atrelado ao poder de negociação das mulheres com seus parceiros sexuais. Nem tentariam? Esta é uma das questões levantadas pela pesquisadora.

A teoria queer e as sexualidades periféricas, apresentadas pelo sociólogo Carlos F. Hernández, professor da Universidade Autônoma do México, discute o conceito da palavra inglesa “queer” que não tem tradução no espanhol e sua natureza subversiva e transgressora.

Ainda no campo da sexualidade Karla M. Enacles e Luciana P. Zucco trazem à tona uma reflexão sobre a apropriação do corpo feminino nas propagandas de cerveja e o apelo sexual enquanto uma estratégia publicitária destes comerciais.

Através de parte da correspondência da cientista e feminista brasileira Bertha Lutz, João G. da S. Ascenso propôs uma abordagem de suas opiniões a respeito da segunda guerra mundial e o papel que ela atribuía às mulheres durante o conflito e na sociedade a ser construída no pós-guerra.

O feminismo e o movimento de mulheres colocaram-se como importantes atores para a análise das temáticas sobre o Estado e a democracia no Brasil da década de 1990 sobretudo na definição de políticas públicas institucionais conforme reflexões sociológicas empreendidas por Silvana A. Mariano.

Enfim, a Revista Caderno Espaço Feminino brinda os leitores e as leitoras com o ensaio de Ricardo Japiassu sobre a delicadeza e a suavidade da Imperatriz Dona Leopoldina do Brasil e sua importância nas decisões da política do primeiro reinado.

Tenham todos e todas uma agradável leitura.

Profa. Dra. *Jane de F. S. Rodrigues*,
Integrante do Núcleo de Estudos de Gênero e
Pesquisa sobre a Mulher da
Universidade Federal de Uberlândia

COMIDA E GÊNERO

O Livro das Noivas: receitas culinárias e relações de gênero na sociedade brasileira^{*1}

Eliane Monteiro Considera

Resumo: Trata-se de um estudo de História Social da Alimentação através das receitas culinárias, e onde são valorizadas as estruturas invisíveis que implicam os atos de criar, preparar e servir os pratos. O *Livro das Noivas* foi escolhido por sua singularidade em apresentar as receitas culinárias acompanhadas de artigos cujo objetivo era preparar a jovem esposa para garantir o bem estar da família, função primeira da mulher. Tratadas a partir de um olhar antropológico, as receitas culinárias tornam-se uma fonte preciosa para o estudo da história das mulheres e das relações de gênero na sociedade brasileira no início do século XX.

Palavras-chave: Alimentação. Receitas Culinárias. História de Gênero. História das Mulheres.

Abstract: This article is a study of Social History of Nutrition based on cooking receipts, in which the invisible structures of creation, preparing and serving several dishes are really appreciated. The *Livro das Noivas* (*Book of Fiancées*) was chosen for its singularity in presenting the receipts added with essays which had as main target the preparation of a young wife to guarantee the family's well being – the women's principal

Eliane Monteiro Considera. Professora Adjunta aposentada da UFF e, atualmente, professora da Universidade Cândido Mendes. Doutora em História pela École des Hautes Études em Sciences Sociales e Pós-Doutora em História da Arte e Estética pela mesma Instituição. Atua, sobretudo, nas áreas de História social da Arte, Antropologia Histórica e Antropologia da Arte. Autora dos artigos “Uma modernidade bem comportada: o Panorama da cidade e da baía do Rio de Janeiro de Vitor Meirelles e Langerock”, publicado nos Anais do 1º Colóquio Internacional de História da Arte, em 2000; e “Arte e História nas Comemorações do IV Centenário da Descoberta do Brasil”, publicado nos Anais da XXI reunião da SBPH, em 2001. (eliane.considera@gmail.com).

* Esta pesquisa faz parte do projeto História Social da Alimentação no Brasil desenvolvido pelos professores Almir Chaiban El-Kareh, Héctor Hernán Bruit e Eliane Monteiro Considera, membros do GRT “História Social do Corpo e dos Saberes e Práticas Médicas e Assistenciais”.

¹ Texto recebido: 05/11/2008.
Texto aprovado: 19/12/2008.

role. From an anthropological point of view, the cooking receipts become a precious source to the Women History and gender relationship in the Brazilian society of the early twentieth century.

Keywords: Nutrition. Cooking Receipts. Gender History. Women History.

O objeto deste trabalho é a análise do significado das receitas culinárias enquanto desnaturalizações de um ato banal e corriqueiro de nossas existências: o ato de comer. Quando nos alimentamos, normalmente não nos damos conta de que, além de tentar suprir nossas necessidades vitais, estamos realizando um ato social extremamente complexo e que tem imbricações das mais diversas. Enquanto teorizações deste ato simples e indispensável, as receitas culinárias se tornam objetos de estudo capazes de serem abordados sob múltiplos olhares.

Como um meio de comunicação, a receita culinária nos oferece a ocasião de descobrir um pouco da história e da cultura de uma comunidade, de um povo ou de um país. Ao decifrarmos seu código implícito, podemos levantar questões no domínio da economia, como, por exemplo, sobre a produção e consumo de alimentos, pois nos permite discernir as épocas de boas e más colheitas, a evolução dos preços, facilmente medida pela quantidade e pela recorrência dos ingredientes, a política de importação e de exportação, o favorecimento de certos produtos através do estímulo ao consumo de certos alimentos e a conseqüente evolução do gosto, as relações de classe e gênero envolvidas no preparo e na criação dos pratos (mais longas e trabalhosas são as receitas, mais evidente fica a participação de uma pessoa ou mais encarregadas da preparação das refeições do dia a dia ou aquelas das datas festivas).

Ela ainda nos fornece meios de estudarmos os habitus de classe mais variados: a antítese entre quantidade e qualidade, que aparece nas diferentes receitas consumidas entre os mais ricos e os mais pobres, os diferentes paladares (comer frio ou quente, mais ou menos salgado ou apimentado, pastoso ou sólido, etc.), o sentimento estético que envolve a questão das diferentes maneiras de apresentar, servir e comer (vinculado certamente ao grau de instrução dos envolvidos no fazer e degustar).

Como obra escrita, a receita prima pela economia das palavras utilizadas num estilo quase sempre preciso, e mesmo insípido², já que nada deixa entrever aos olhos do leitor leigo e desavisado. Redigido em estilo convencional, o enunciado dos ingredientes e das etapas da execução envolve um saber prévio e muitas vezes refinado. Foi preciso que a ela se acoplasse um meio de comunicação alheio à arte culinária, a fotografia, sobretudo depois de seu uso na indústria da edição a cores, para que o resultado saltasse aos olhos e excitasse o paladar de quem a lesse. Por isso, seu estilo ultrapassa a redação descritiva, e aparentemente imparcial, para se tornar também uma leitura para uma elite, para um público de “connaisseurs”.

A receita esconde ainda uma outra dimensão: a de tempo. Não o tempo cronológico de execução, muitas vezes explicitado oralmente ou assinalado por escrito no final dela, mas o tempo do gesto. Por exemplo, misture rapidamente ou mexa lentamente, conselhos para a execução, são noções extremamente variáveis de pessoa a pessoa e, freqüentemente, é nestas leituras individuais que se encontram o sucesso da receita e a beleza do prato.

Mas a receita é, também, o esboço de um objeto artístico: ela é um esforço de elaboração teórica e intelectual de um objeto da arte culinária. Se o hábito de cozinhar os alimentos se perde na aurora dos tempos, o hábito de experimentar diferentes associações implica numa intenção e num projeto, que

² A palavra “insípida” está sendo usada em seu sentido figurado (sem interesse, monótono) e ao mesmo tempo, tratando-se de uma receita culinária, em seu sentido primeiro de sem gosto, já que um leitor pouco versado em assuntos culinários, não consegue dar asas à sua imaginação e saborear mentalmente a comida proposta pela receita. Ver REY, Josette e REY, Alain, *Le nouveau Petit Robert*. Paris. Dictionnaires Robert, 1993.

ultrapassa o conceito positivista do todo como somatório das partes. Ela se transforma num prato único e diferente de suas partes constituintes ao se misturarem os ingredientes, ou seja, ela se torna uma obra-prima, assim como uma pintura ou uma escultura é diferente do que é proposto nos manuais de escultura e pintura. O produto da receita culinária e aquele dos manuais artísticos se assemelham enquanto são resultados de uma composição cujos meios ou ingredientes se combinam de infinitas maneiras segundo a intenção do criador.

Ao nível da visualidade, o prato resultante de uma receita bem elaborada, seu arranjo caprichoso na travessa ou nos pratos, a sofisticação de sua apresentação e do servir estimula o apetite e cumpre o papel de satisfazer o sentido estético do consumidor, que muitas vezes come os mesmos ingredientes apresentados sob formas diferentes, mas se a forma é nova, o uso também é novo. Um prazer muito mais psicológico do que palatal.

Falar das receitas culinárias de maneira puramente teórica coloca-nos um sério dilema: o sucesso da receita, sua capacidade de agradar, de resistir e de ser repetida dependem diretamente da prática culinária e da experimentação das receitas. Mas, como descobrir os meandros desta química complexa, onde gostos, recursos econômicos, tradições e interdições se misturam, se a prática culinária esteve durante séculos confinada, quando possível, a um espaço afastado das áreas nobres da moradia da família, longe dos olhares do bom observador? Domínio exclusivo do feminino nas relações familiares, os atos de cozinhar, de inventar e de experimentar receitas se escondiam por trás do preconceito que os tornava impuros e relegados à troca de idéias entre comadres, tornando-se “coisa” de mulheres.

Não é de estranhar, então, que esbarremos com sérios obstáculos quando queremos estudar as receitas que compunham o cardápio cotidiano ou dos dias

festivos das diversas camadas sociais da sociedade brasileira. Podemos apontar uma grande lacuna na documentação brasileira: dificilmente encontramos exemplos de cadernos manuscritos (provavelmente muito numerosos, mas descartados pelas gerações mais recentes) que nos orientem sobre o que se consumia mais correntemente nos lares brasileiros e como se preparavam e se serviam os pratos desde os mais simples até os mais sofisticados. Bem mais numerosos são os exemplos de livros de receitas, mas encontra-los em bibliotecas também não é tarefa fácil, sobretudo, até 1930³. As informações sobre o que se consumia, e como se preparavam os pratos (incluídos aí os próprios utensílios de cozinha) estão dispersas em vários tipos de fontes desde a literatura de viagens, romances e até nos inventários *post-mortem*, onde indicações indiretas podem nos ser de grande valia.

Porém, uma publicação insólita, *O Livro das noivas, receitas e conselhos domésticos*, edição anônima e sem continuidade, que circulou em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1929, pode nos ajudar a analisar a importância do ato de cozinhar para o estudo de gênero e da relação de classes na sociedade brasileira. De composição extremamente eclética, misturava conselhos, dicas para a solução de problemas caseiros, reportagens sobre saúde, amamentação, higiene, beleza, orientações para emagrecimento ou para engordar e, sobretudo, reproduzia receitas culinárias diversas, que constituíam 47 por cento de seu conteúdo. Tudo isto com o intuito de bem orientar a nova dona de casa.

O Livro das noivas era o também o nome de uma outra publicação, muito famosa e editada em 1896, de autoria de uma das mais prestigiadas autoras literárias femininas e feministas, Júlia Lopes de Almeida⁴. Muito apreciada pelos setores cultivados da sociedade carioca, a obra de Júlia Lopes de Almeida foi uma das primeiras a sugerir sutilmente um outro comportamento para as mulheres brasileiras, ao

³ Foram encontrados 284 títulos referentes à culinária, cozinha e gastronomia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tomando-se como data inicial o ano de 1930. Para o período anterior foram poucos os títulos repertoriados. Ver GOMES, Laura Graziela e BARBOSA, L. Culinária de papel, *Estudos Históricos*, n. 33, jan-jun. de 2004. Rio de Janeiro: CPDOC. p. 7.

⁴ "O *Livro das noivas* está dividido em três partes, a saber: a primeira pode ser descrita como "aprendendo a ser esposa". Aqui a voz autoral estabelece uma conversa íntima com a leitora ao se colocar no papel de mãe e conselheira ensinando e dividindo experiências que começam com o dia do casamento e se estendem até a viuvez. A segunda parte centra-se nas lides domésticas e percorre os espaços compreendidos entre a sala e a cozinha, podendo ser denominada, "assimilando teorias: praticando conselhos". Nesta seção a narradora se coloca tão próxima à leitora que é criada uma atmosfera de intimidade, de parceria, de confiança total entre ambas: "Falo como se estivesse entre amigas..." (ALMEIDA, J. L. *Livro das noivas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 93) A terceira divisão, por sua vez, quebra o nivelamento, anteriormente estabelecido, entre narradora e leitora e recoloca a primeira, a narradora, num outro patamar, o de uma mestra experiente, segura e

competente para transmitir a arte e a missão de ser mãe e mulher concomitantemente”. Nadilza Moreira, Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino carioca e burguês. http://www.mulhermaliteratura.ufsc.br/artigo_nadilza.htm

valorizar seu papel de mãe e senhora do lar, guardiã dos valores morais e patrióticos. Escrita de uma perspectiva bastante elitista, pois se dirige à mulher de vida abastada, esta publicação constituiu-se num guia à jovem dona-de-casa, cuja leitura foi aconselhada por várias gerações. Por ter usado um discurso dissimulador, marcado pela escolha dos temas abordados, considerados à época adequados ao mundo feminino, como: vida doméstica, jardinagem, educação infantil, maternidade, entre outros, os livros de D. Júlia foram lidos e relidos à época como exemplos de feminilidade, desenvolvimento emancipatório louvável e patriotismo, princípios a serem seguidos e imitados.

Mas na fonte tomada para a elaboração deste artigo, o livro homônimo ao de Júlia Lopes de Almeida, esta atmosfera de sutil emancipação, este momento de preparação da mulher para a vida pública através do domínio da vida privada, torna-se prejudicado pela organização do livro: os conselhos, as orientações de caráter moral estão misturadas às tarefas mais penosas de uma senhora dona de casa, ou seja, o cuidado com a casa e sobretudo, com a alimentação de uma família.⁵

⁵ MALUF e MOTT, Recônditos do mundo feminino, in Novais, *História da vida privada no Brasil, 3: da Belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 367-422.

É certo que não podemos tomar *O Livro das noivas*, objeto de nosso artigo, como um exemplo típico de culinária brasileira, já que ele é um exemplo quase único de livro de receitas associadas a outras reportagens, editado no Brasil, em 1929. A inexistência de um número significativo de livros de receitas circulando em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos dá a pensar que a divulgação de receitas se fazia pela forma tradicional de cadernos de receitas passadas de mãe para filha, e, mais correntemente de forma oral.

Contudo, há exemplos de livros que circulavam no Brasil desde o período imperial, como por exemplo, *O Cozinheiro Imperial* e o *Cozinheiro Nacional*, que traduziam inúmeras receitas francesas. Para o Império e início do século XX, muitos títulos mantêm

este caráter generalista de falar sobre uma cozinha nacional, muito apropriado de pessoas que viviam na capital federal, mas que descaracterizava as diversas cozinhas do país.

No Rio de Janeiro, também circulavam alguns livros organizados por mulheres e que nada mais eram do que compilações de receitas muito provavelmente vindas de antigos cadernos de receitas ou traduções de receitas estrangeiras experimentadas. Em sua grande maioria, eles nos fornecem, sobretudo, receitas de doces⁶, e são uma prova do esforço feminino em manter viva a tradição culinária de sua família e também em manter a rede de relações afetivas que se tece em torno do ato de cozinhar. Isto se podia confirmar pela existência de termos como “doméstica”, “familiar”, “caseira”, comuns nos títulos e nos prefácios destes livros.

Uma outra forma de fazer circular as receitas culinárias foi posta em voga nos anos 20 do século passado, através de sua publicação em revistas e jornais: A Revista Ilustrada, Careta, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, e muitos outros do Rio de Janeiro e, certamente, de outros Estados passaram a divulgar, a democratizar e a uniformizar o conhecimento e o gosto culinários nas camadas sociais que sabiam ler. Mas, o interesse das mulheres pelas receitas acabou, provavelmente, por tornar-se um caminho para sua participação em assuntos que não diziam respeito só ao mundo feminino. Forçosamente, ao folhearem as páginas impressas, em busca de assuntos femininos, muitas delas se interavam da situação política e econômica do país e despertavam para o novo papel que as mulheres brasileiras viriam a ocupar na sociedade, alguns anos mais tarde.⁷

O que é interessante é que, ao mesmo tempo em que se tornavam mais populares, essas receitas publicadas nos meios de comunicação de massa acabavam por despersonalizar seus autores. Não sendo assinadas, nem fazendo parte de uma coluna com

⁶ Constança Oliva de Lima. *Doceira brasileira*, s.l., s.ed., 1856; Ana Correia. *A doceira doméstica*, RJ, J.G.de Azevedo, 1875; J.A.Oliveira, (Org.). *O Doceiro Nacional*, ou manual completo do copeiro, do confeitiro e pasteleiro, s.l., H.Antunes, 1921.

⁷ Vários são os exemplos de mulheres que já na década de 20 do século XX e mesmo antes marcaram sua presença através de um comportamento transgressor, contrário ao que se esperava e se exigia das mulheres. Muitas delas marcaram sua presença na literatura, caminho mais curto para se fazerem ouvir, e maneira de desenvolverem uma atividade intelectual.

responsável declarado para o público, elas cumpriam um papel bem menos nobre do que aquelas que eram dedicadas a criar um gosto familiar. Um agente estrangeiro penetrava assim dentro do seio da família, de forma sub-reptícia, e abria a casa, e, sobretudo a cozinha, para a rua, para as influências de outros modos de se cozinhar e comer.

No caso específico do *Livro das Noivas*, objeto deste trabalho, pode se dizer que o ato mesmo de se editarem receitas culinárias misturadas a questões de saúde e higiene revelava a vontade do autor em situar o ato de comer dentro do processo de medicalização da sociedade brasileira. E o fato mesmo de se editar este gênero de livro implicava na tentativa de uma despersonalização no gosto culinário das famílias e numa forma dissimulada de controle social, talvez mais requintado, nos lares brasileiros. Sua existência e circulação tinham como correlato o desejo de que se abandonasse o velho caderno de receitas, mais pessoal e que implicava numa rede de relações sociais familiares, que se fortalecia na troca de receitas e na difusão de hábitos similares de alimentação, ainda que se tratasse, provavelmente, de receitas mais trabalhosas, destoando da imagem ideal da vida das mulheres burguesas que se procurava difundir entre as elites brasileiras.

O Livro das Noivas se esmera em oferecer um amplo conjunto de receitas variando de sobremesas e molhos até pratos da cozinha italiana e espanhola e outros com o emprego de carnes.⁸ Não são fornecidas, contudo, sugestões de cardápios organizados para as mais diversas ocasiões. É esta organização de pratos que nos faria compreender como se eles se combinavam durante uma refeição. E através dos menus poder-se-ia também avaliar os conhecimentos nutricionais correntes, já incorporados ao saber popular.

O autor do livro nos oferece uma tradução de algumas receitas estrangeiras, sobretudo inglesas⁹, com o intuito de incentivar o desenvolvimento do gosto à

⁸ O índice do Livro das Noivas apresenta a seguinte distribuição das receitas: sandwiches; pães, biscoitos e bolos; recheios e glacês; pontos de açúcar e caldas para puddings; sobremesas, doces, puddings e balas; tortas; sorvetes gelados e carapinhados; geléias; aves e caças; legumes; saladas; molhos; pratos diários; macarrão; pratos espanhóis e italianos; recheios; ovos; carnes; peixes e mariscos.” Anônimo, *O Livro das Noivas receitas e conselhos domésticos*. São Paulo: Castorino Mendes, 1929, p. 5-6.

⁹ “A fim de não apresentarmos neste livro receitas comuns, foram elas traduzidas de livros estrangeiros por isso que a tradução de pesos e medidas foi respeitada”. *Idem*, p. 9.

inglesa¹⁰ dentro da classe média e burguesia urbanas brasileiras. As receitas selecionadas são relativamente fáceis de serem executadas (com exceção daquelas poucas que envolvem o uso de carnes de tipos variados)¹¹ e são concebidas, talvez, para uma sociedade onde já não se podia contar facilmente com a empregada doméstica, o que não era o caso brasileiro.

O que chama logo a atenção, nesta publicação, é a relação estreita entre a alimentação e a estrutura familiar, ou seja, a importância dada ao ato de cozinhar para o bem estar da família e do marido, e também para o sucesso do casamento.¹² O que não causa, absolutamente, espanto, uma vez que neste início do século XX, a alimentação da família estava associada à noção de saúde, e *O Livro das Noivas*, pelos artigos e reportagens que publica, vinculava-se claramente à corrente higienista dominante nos centros urbanos brasileiros.

Compreende-se, portanto, porque o livro incorpora uma boa dose de conselhos sobre saúde, escritos por médicos que procuravam garantir a existência saudável da família, função primeira da noiva. A esta cabia cuidar da escolha perfeita de seu companheiro no sentido de garantir uma vida saudável para ela e sua prole. O médico se colocava como um personagem importante na formação de novos casais, orientando as noivas em sua escolha de um marido livre de qualquer doença transmissível, como a tuberculose, por exemplo. Ao médico caberia, inclusive, decidir em última instância da conveniência do casamento, já que, em função da gravidade da doença, ele poderia até impedir a união, como no caso do pretendente ser portador de doenças incuráveis como a lepra e as doenças mentais. Interferência masculina na decisão feminina, mesmo nos assuntos mais íntimos como o amor, mas, ao mesmo tempo, sutil legitimação médica das receitas culinárias aconselhadas no livro. E, porque não sugerirmos, uma sólida argumentação usada contra a liberdade de

¹⁰ Ver FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

¹¹ Nestas receitas, chama atenção o enunciado mais descritivo, menos preciso quanto às quantidades de ingredientes, mas bem específico quanto ao tempo de cozimento que durava várias horas.

¹² No item sobre bons alvitres aos recém-casados lê-se o seguinte conselho: “As esposas devem cozinhar bem se quiserem conservar seus maridos”. *Idem*, p. 29.

escolha de seu parceiro que o código civil de 1900 havia instituído. Substituía-se assim a presença paterna e familiar em assuntos tão íntimos, pela voz da ciência. Aconselhava-se à noiva a ter paciência e não se deixar levar pelo amor, mas também pela razão. Esta era uma maneira de controlar a liberdade das mulheres, mas também uma forma de reconhecer a legitimidade e a aceitação social de um novo tipo de relação, baseado no amor e não apenas nas conveniências.

Mas não é apenas no domínio da ciência, campo tradicionalmente masculino, que este olhar masculino sobre a novo lar pode ser notado. Em outras passagens do livro, sobretudo no que diz respeito ao ato de cozinhar, o lugar mesmo das práticas femininas, não merece a atenção que se poderia esperar de um livro em que 80 das suas 170 páginas são ocupadas com receitas culinárias! Em pouquíssimas ocasiões o autor do livro se preocupa em explicitar como e em que condições deveriam ser executadas as receitas, guardando um olhar de fora sobre este universo feminino.

As receitas são redigidas em vocabulário simples e preciso quanto às quantidades de ingredientes a serem utilizados¹³, porém, menos detalhado quanto ao tempo de cozimento, e elas são mudas em relação aos utensílios empregados¹⁴ e ao tempo de preparo de cada um dos pratos. Desde o século XVIII, com a sofisticação da arte culinária, todo o equipamento para o exercício da prática culinária se diversificou e cada prato específico implicava num tipo diferente de panela e num recipiente apropriado para servir. Não falar daqueles detalhes, torna implícita a existência de um conhecimento prévio do ato de cozinhar e servir, que a noiva deveria ter obtido em sua casa materna, além de um certo descaso com o lazer feminino, já que o tempo de cozinhar era de pouca importância para o autor do livro. Quem sabe, pressupunha ele, a existência de uma empregada doméstica a quem caberia aliviar

¹³ Grande parte dos pesos e medidas usados na enunciação dos ingredientes são apresentados em unidades inglesas como a libra e o canadá e sua equivalência com as medidas usadas em nossa culinária vem explicitada em uma de suas páginas iniciais. *Idem*, p. 9.

¹⁴ Entre os conselhos úteis para a manutenção e conservação dos objetos domésticos podemos distinguir alguns utensílios especiais usados na cozinha: talheres com cabo de marfim ou madeira; taboa de fazer massas; batedor de ovos; porcelanas, inclusive douradas; facas de aço, objetos de prata, etc. *Idem*, p. 44.

as donas de casa das tarefas mais longas e trabalhosas.

Os títulos das receitas são redigidos de formas diversificadas: alguns mais sugestivos à imaginação do leitor (assado à americana, assado na panela, palmito à paulista, pastelão de carne à francesa), outros mais descritivos e mais simples como salmão cozido, berinjelas com creme, salada de aspargos e salmão, etc. Mas, em todos, partia-se do princípio de que a futura dona de casa já conhecia a arte de preparar os alimentos, pois as indicações para a execução são reduzidas, o que nos leva a imaginar que o aprendizado já havia sido iniciado nas freqüentes incursões da noiva à cozinha de sua casa materna. Isto fica mais patente com a ausência de ilustrações no corpo do livro, que mostrassem os pratos já preparados ou os ambientes em que eram preparados ou servidos.¹⁵

Quanto aos pratos sugeridos à futura esposa, uma série de considerações merece ser feita. As receitas selecionadas pelo autor do livro se distribuem numa lógica diferente daquela dos livros de hoje e diferente da ordem em que os pratos eram servidos. *O Livro das Noivas* inicia sua lista de receitas pelas sobremesas, os pratos doces ocupando o maior número de páginas de receitas. Estes dão destaque aos quitutes servidos, sobretudo na hora do lanche e do chá. Bolos, *puddings* e biscoitos sugerem que um dos objetivos primeiros do livro seja a recepção de convidados à tarde e de visitas inesperadas, em momentos após o almoço, ou à noite, após o jantar, e não para as refeições, e aos quais as regras de hospitalidade e da boa educação exigiam servir alguma coisa. Esta apresentação, inusitada aos olhos de hoje, trazia embutida a idéia de que à dona de casa cabia ir à cozinha apenas para a confecção de doces refinados e de preferência de rápida execução, mas que colocavam em relevo seus dons e que agradavam às visitas e aos filhos, sobretudo.

Ingredientes sofisticados e importados (passas de Smirna, nozes, *baking powder*) faziam parte destas receitas onde imperam os nomes ingleses: *muffins*, *genuine*

¹⁵ O uso da imagem ilustrativa nos livros data de longa data, alastrando-se com o desenvolvimento de novas máquinas impressoras no século XIX e culminando com o uso da fotografia no início do século XX. Mas poucas são as ilustrações, até meados do século XX, que valorizam o ato de comer em seu aspecto gastronômico, ou seja, a imagem da comida preparada. O interesse maior é sobre o aspecto social que envolve as pessoas durante uma refeição. Os ingredientes da cozinha foram mostrados regularmente pelas pinturas de naturalezas-mortas ou pelas gravuras de pintores-viajantes interessados em destacar o exotismo das novas terras, mas poucas imagens se detêm no prato propriamente dito.

parker house rolls, *brownstone cake*, o que reforça a suposição de que se tratava de receitas de origem inglesa. A utilização de produtos importados em abundância indica que estas receitas teriam sido escritas visando especialmente as classes urbanas abastadas que poderiam ter acesso facilmente a qualquer destes ingredientes. Sua aquisição e emprego na culinária são sinais exteriores de riqueza material e de capital cultural incorporado ao gosto da classe média e burguesia brasileiras. Nenhuma menção é feita a produtos que ainda hoje fazem parte do cardápio das classes populares, do gosto vulgar: não há uma única receita onde o feijão preto, as carnes salgadas e a farinha de mandioca sejam mencionados e o arroz só aparece conjugado a um outro ingrediente tornando-se um prato em si mesmo (como por exemplo, arroz com queijo) e não um simples acompanhamento como na tradição culinária brasileira. Silêncio completo, também, quanto aos pratos e ingredientes da comida das zonas rurais e das diferentes regiões brasileiras.

Os pratos de carne e vegetais têm como característica serem sofisticados e bastante variados não havendo sinais de interdições (religiosas, médicas ou de tradições populares) para o seu consumo. Carne de vaca, cordeiro, vitela, coelho, presunto, pato selvagem, peixes diversos e frutos do mar compõem as receitas de um menu diversificado onde o emprego de ingredientes nacionais e regionais está adaptado a uma maneira bem europeia de serem preparados. Cremes, creme de leite, queijo parmesão e outros, pratos ricos em calorias e de sabor neutro são as indicações mais numerosas ao longo de todo o livro e guardam uma certa semelhança com aquilo que a classe média alta brasileira ainda consome hoje em dia.

¹⁶ Nas poucas receitas onde se instrui sobre como apresentar os pratos, o ornamento se compõe unicamente de folhas de alface, ramos de agrião, e outras verduras que davam aos pratos um toque simples e clássico.

Os pratos recomendados primam pela simplicidade na apresentação e pelo ornamento delicado.¹⁶ Não são pratos de aspecto pastoso, típico do gosto brasileiro, mas seguem o tipo europeu de

apresentação: aspecto sólido, onde cada componente do prato guarda sua individualidade, facilmente reconhecida pelo consumidor, e onde o uso de molhos variados se encarrega de mudar o paladar dos ingredientes utilizados.

Voltemos um pouco à relação entre alimentação e saúde individual e familiar. Uma reportagem sobre os males do excesso de gordura acena para o cuidado que se deveria ter com a alimentação. Porém, a maior parte das receitas utilizava ingredientes bastante gordurosos em sua confecção: azeite doce, manteiga, creme de leite, nozes, queijos, presuntos, carne de porco, além de propor modos de cocção que aumentavam em muito o emprego de gorduras na alimentação, como a fritura. Contudo, os pratos indicados não eram muito condimentados, e o uso de pimenta não estava presente nas receitas e o da pimenta do reino era apenas sugerido, sem indicações de quantidades precisas.

Algumas noções sobre as propriedades dos tipos de alimentos compõem as sugestões dietéticas do livro: alimentos amiláceos que conservam o calor do corpo e fornecem combustível, como pão, macarrão, farinhas, etc; alimentos que formam nosso organismo como leite, ovos, aves, peixes, queijos e carnes; alimentos açucarados como mel, cana, passas e figos; alimentos gordurosos, como toucinho, porco, óleos; e alimentos ricos em minerais e que limpam o organismo como frutas e legumes¹⁷. Mas a combinação deles não é sugerida em cardápios, donde se supõe que a dona de casa deveria ser suficientemente informada para ou poder dosá-los convenientemente, ou ensinar como fazê-lo a sua empregada.

Mas o ato de comer tem como correlato o ato de beber e, numa página inteira do livro, se vangloriam as virtudes terapêuticas da cerveja, bebida, por excelência, inglesa. Esta bebida, se consumida sem exageros, serviria como tônico e fortificante, como reconstituente e anti-séptico. Durante todo o livro,

¹⁷ O conhecimento destas propriedades de alimentos orientava também os regimes para engordar e emagrecer, sugeridos no livro, e estes são bastante semelhantes aos usados pelos endocrinologistas e nutricionistas de hoje. *Idem*, p. 134-135.

aparecem duas únicas citações sobre o consumo de vinhos, sem explicitações da origem dos mesmos e sem menção específica aos vinhos portugueses, tão correntes nas mesas burguesas brasileiras, nem, muito menos à cachaça, bebida tradicional das classes populares brasileiras.

Na leitura das receitas, fica difícil entrever as relações de classe na cozinha brasileira. Elas aparecem apenas rapidamente, e apesar do inusitado dos pratos e do trabalho do ato de servir, poucas vezes se menciona a figura da empregada doméstica. Por incrível que possa parecer, em nenhuma ocasião, faz-se alusão à cozinheira, àquela para quem deveriam ir os louros da refeição. Ela é substituída pela dona de casa que organiza a mesa e preside ao ato de servir a comida, ajudada pela copeira, única menção do livro à empregada doméstica.¹⁸

¹⁸ *Idem*, p. 32-33.

¹⁹ À guisa de esclarecimento: no serviço à inglesa o garçom leva a travessa com a comida à mesa a mantém na palma da mão esquerda e com dois talheres serve a comida a cada um dos comensais; no serviço à russa, a comida vem da cozinha em travessas que são colocadas sobre “réchauds” e o garçom serve a cada um dos convidados colocando depois o prato em frente a eles; no serviço à francesa, as travessas são colocadas à mesa para que o comensal se sirva, cabendo ao garçom trocar as travessas de comida a cada etapa da refeição. Como pode-se perceber pelo relato do texto do corpo do artigo, muitas tarefas do garçom são ocupadas pela dona de casa e sua copeira pela ocasião de um jantar.

Podemos dizer que a cozinha se esconde ao longo de todo o livro, assim como aquela que é encarregada de preparar os pratos. É quase certo que uma dona de casa brasileira de classe média, em 1929, tivesse uma empregada doméstica que se ocupava da cozinha ou ao menos que a ajudava na confecção dos pratos. Não falar sobre isto denota o preconceito sobre quem executa o trabalho “impuro” do ato de cozinhar, provavelmente, no Rio de Janeiro, uma mulher negra e analfabeta, que tudo aprendia na prática e memorizava as receitas que a sua patroa escolheria para agradecer aos convidados.

À senhora dona da casa cabiam as honras de servir os quitutes, o que numa casa burguesa, em dias de recepção, deveria seguir, segundo o autor do livro, as formalidades mais estritas do serviço à inglesa, à russa ou conveniado, onde se misturavam práticas dos dois anteriores¹⁹. Ajudada pela copeira, a senhora do lar deveria se encarregar da ornamentação da mesa, da distribuição dos assentos, da louça e dos talheres, e do servir segundo as regras da etiqueta.

A ornamentação da mesa, para os dias festivos e

para as recepções, proposta pelo autor do livro, seguia as indicações mais requintadas. Para se ter uma idéia, a revista *Ilustração Brasileira*, do ano de 1929, nos mostra a sofisticação das mesas ornamentadas para festas e recepções em clubes de algumas capitais brasileiras, e que coincidiam com aquela que era proposta no livro. A supervalorização das ocasiões especiais, de festas e banquetes projetava uma imagem de opulência e riqueza e denotava, enfim, que *O Livro das Noivas* queria inculcar nos novos lares brasileiros um gosto burguês e refinado.

O Livro das Noivas nos fornece ainda outras indicações preciosas sobre o comportamento ideal do casal burguês na sociedade brasileira. A imagem da mulher por ele projetada é a da mulher mãe e esposa, sem nenhuma alusão ao desempenho de qualquer atividade profissional dentro ou fora de casa. O status social do público ao qual ele se dirige é certamente aquele mais abastado da sociedade, já que se aconselhava ao jovem casal ser proprietário de sua residência, ter conta em banco, pagar em dia suas contas, organizar suas despesas e pensar no futuro através do seguro de vida e de bens materiais. Para garantir a estabilidade e a alegria do casal, as esposas deveriam ser elegantes, se interessar pelos negócios do marido e os maridos deveriam proporcionar às esposas muitos divertimentos, levando-as a passeios, ao cinema, à natação e ao jogo de tênis.

O ideal de consumo e de comportamento, proposto pelo *Livro das Noivas*, muito dificilmente poderia ser encontrado nos lares brasileiros como um todo. A população burguesa e da classe média alta brasileira era muito pequena no final dos anos 20 e certamente deveria ter gostos e atitudes bastante variados segundo sua origem e procedência. Mas a tentativa de uniformização de um gosto brasileiro, burguês, refinado subordinado ao gosto europeu denotava a dependência e a admiração de setores da elite brasileira ao modelo capitalista dominante, inglês.

Levar-se-ia muitos anos ainda para que o desejo de aburguesar a sociedade brasileira como um todo se tornasse parcialmente realidade, e, no campo da culinária, somente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas e com a edição de livros de receitas, é que a cozinha estrangeira internacional realmente se infiltraria nas famílias brasileiras, deixando de ser um hábito e um luxo dos setores abastados ou daqueles formados pelas colônias de estrangeiros. Mas, isto é um outro capítulo desta longa e deliciosa história.

Referências:

ALMEIDA, Julia Lopes. *Livro das noivas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1896.

Anônimo. *O Livro das Noivas, receitas e conselhos domésticos*. São Paulo: Castorino Mendes, 1929.

BUCHER, Bernadette. *La sauvage aux seins pendants*. Paris: Hermann, 1977.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Lucie; MAYOL, Pierre. *L'invention du quotidien 2. Habiter, cuisiner*. Paris: Folio essais, 1999.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *Histoire des femmes en occident*. v. IV: Le XIX ème siècle. Paris: Plon, 2002.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI (Org.). *Histoire de l'alimentation*. Paris: Fayard, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Lívia. Culinária de papel. *Estudos Históricos*, n. 33, jan-jun 2004, Rio de Janeiro: CPDOC, p. 3-23.

LÉVY-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido-Mitológicas-1*. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recôndidos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando. (Org.). *História da vida privada no Brasil, 3: da Belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 367-422.

MOREIRA, Nadilza. Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino carioca e burguês. http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_nadilza.htm.

As cristãs novas e as práticas e interditos alimentares judaicos no Portugal moderno*¹

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Resumo: Perceber, a partir de documentos do Santo Ofício da Inquisição, o papel das mulheres nos sinais de identidade e de diferença face à alimentação praticada pelo grupo minoritário dos cristãos-novos portugueses dos séculos XVI e XVII, eis o desafio deste texto.

Palavras-chave: Alimentação. Cristãs Novas. Inquisição.

Abstract: This text aims at understanding the role of women in the signals of identity and difference before the feeding practiced by the minor group of the Portuguese new-Christians of the 16th and 17th centuries according to Inquisition documents.

Keywords: Feeding. New Christians. Inquisition.

* Uma versão mais reduzida deste texto foi apresentada ao *Congresso Fazendo Género 8. Seminário Temático Alimentação e Género – Florianópolis* (Santa Catarina), ago. de 2008.

PESET, Jean-Marie. A História da Cultura Material. In: *A Nova História*. Direcção de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel. Tradução de Maria Helena Arinto, Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1990, p. 110-143.

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga. Professora auxiliar com agregação e nomeação definitiva na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. isabeldrumondbraga@hotmail.com

¹ Texto recebido: 28/10/2008.
Texto aprovado: 05/11/2008.

² *Idem*, p. 110-143.

1. Se bem que a ideia de cultura material remonte ao século XIX², foi só a partir do momento em que a historiografia francesa entendeu as práticas do quotidiano como matérias integrantes da área de estudos dos historiadores, que muitos trabalhos foram marcando presença, de entre os quais os que se referem à história da alimentação. Efectivamente, foi com Fernand Braudel, historiador da segunda geração dos *Annales*, que, a partir dos anos 50 do século XX, ao desenvolver o conceito de cultura material, se abriram as portas a aspectos tão diversificados como a alimentação, a casa e o vestuário. A sua obra em três volumes, *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*, apresentou como subtítulo do primeiro *As Estruturas do Quotidiano. O Possível e o Impossível*. Neste texto, publicado pela primeira vez em 1967, o historiador empenhado em explicar as economias pré-industriais, dedicou dois longos capítulos aos alimentos essenciais e aos de luxo. Insistindo no que denominou civilização material, chamou a atenção para o facto de a mesma se apresentar omnipresente, invasora e repetitiva e justificou a introdução dos temas do quotidiano no âmbito da história, ao escrever: “Será útil? Será necessário? A quotidianidade são os factos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço. Quanto mais se encurta o espaço de observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material [...]. Será fútil? É ao longo de pequenos incidentes, de relatos de viagem que uma sociedade se revela. A maneira de comer, de vestir, de habitar, para os diferentes estratos, nunca é indiferente”³. Antes, em 1961, num artigo intitulado “Alimentation et Catégories de l’Histoire”, já Braudel marcara posição ao considerar plantas, animais e receitas culinárias como bens culturais, chamando a atenção para a necessidade de os analisar na longa e na curta duração⁴.

Apesar de em Portugal a história da alimentação estar a dar os seus primeiros passos⁵, alguns trabalhos

³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*, v. 1 (As Estruturas do Quotidiano. O Possível e o Impossível). Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992, p. 13.

⁴ _____. Alimentation et Catégories de l’Histoire. *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, v. 16, n. 4, Paris, 1961, p. 723-728. Novamente publicado In: *Food and History*, v. 1, n. 1, Tours, 2003, p. 23-30.

⁵ DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. Alimentação e Sociabilidade à Mesa: um percurso historiográfico recente. 1.º Colóquio de História e Cultura da Alimentação: *Saber e Sabor...História, comida e identidade* – Curitiba (PR), 2007, no prelo.

realizados a partir de fontes diversas, tais como livros de ucharia e de receitas culinárias, iconografia, relatos de estrangeiros, inventários de bens e outras permitem começar a conhecer as práticas alimentares e a sociabilidade à mesa durante a Época Moderna⁶. Efectivamente, a alimentação quincentista manteve a maior parte das características da que se praticava durante a Época Medieval. Apenas o uso exagerado de açúcar e de especiarias entre os privilegiados revelou algumas diferenças, uma vez que a integração dos produtos americanos na dieta mediterrânica, isto é, a principal diferença entre a alimentação medieval e a alimentação moderna, deu-se de forma progressiva e lenta, só tendo cabal significado no século XVIII, com a divulgação generalizada da maior parte dos produtos⁷. Assim, a trilogia pão, vinho e carne continuou a ser uma realidade atestada por diversas fontes. A abundância e a diversidade das espécies ictiológicas permitiam que o peixe fosse um dos alimentos presente na dieta alimentar de ricos e pobres⁸, tanto mais que, os dias de jejum e abstinência prescritos pela Igreja eram em número elevado⁹, o que levou alguns autores a salientar a influência daquela instituição no consumo das populações¹⁰. Por outro lado, não esqueçamos que o peixe ocupou um lugar de relevo no regime alimentar das comunidades monásticas, um pouco por todo o lado¹¹.

Desde o século XVI, começou a ser visível, ainda que tenuemente, a relação entre certos pratos e determinadas épocas festivas. O consumo estava condicionado ao poder económico (abastado, remediado ou pobre), à época do ano (Verão ou Inverno, época de certos frutos ou de caça de algumas espécies) e à localização geográfica do consumidor (litoral ou interior com ou sem cursos fluviais por perto), apesar de se tentar preservar os alimentos por mais tempo do que a época em que eram caçados, abatidos, pescados ou colhidos, através do fumo, do sal, da seca e do açúcar, consoante os géneros em

⁶ Sobre estas realidades para os séculos XVI e XVII, cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos de vida quotidiana, 4. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 7-22; ARNAUT, Salvador Dias. *A arte de comer em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986; SANTOS, Maria José Azevedo. O mais antigo livro de cozinha português. Receitas e sabores. A alimentação em Portugal na Idade Média. *Fontes, Cultura. Sociedade*. Coimbra [s.n.], 1997, p. 35-66; *Idem*, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, leitura, transcrição e estudo de dois livros de cozinha do Rei (1524 e 1532), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002; OLIVEIRA, João Carlos. *A alimentação, Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Coordenação de João José Alves Dias (*Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 5), Lisboa: Presença, 1998, p. 618-626; DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. À mesa com grão vasco. Para o estudo da alimentação no século XVI, *Mathesis*, v. 16, Viseu, 2007, p. 9-59; DUARTE, Marco Daniel. O rei preside à ceia. Estudo iconológico da mesa real na idade média, economia, sociedade e poderes. *Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*. Vila Nova de Gaia: Ausência, 2004, p. 705-751; *Idem*, Entre a mesa do rei e o altar de

- Deus. O aparato cénico da mesa real através da pintura dos séculos XV a XVIII. *Actas do Congresso Saberes e Sabores*. Coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, [s.l.]. Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006, p. 97-123; *Idem*, Elementos simbólicos da cultura da alimentação na arte medieval e moderna (Exemplário Breve), *Turres Veteras IX*. História da Alimentação. Coordenação de Carlos Guardado da Silva, Torres Vedras, Câmara Municipal. Lisboa: Colibri, 2007, p. 93-114.
- ⁷ DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. *A herança das Américas em Portugal*. Trópico das cores e dos sabores. Lisboa: CTT Correios, 2007.
- ⁸ _____. O peixe na dieta alimentar dos portugueses. *Do primeiro almoço à ceia*. Estudos de História da Alimentação. Sintra: Colares, 2004, p. 35-59.
- ⁹ Sobre estes dois conceitos, cf. POMMARÉDE, Pierre. Le jeûne et l'abstinence. *Du bien manger et du bien vivre à travers les âges et les terroirs*. Pessac: Maison des sciences de l'homme d' Aquitaine, 2002, p. 83-93. Sobre a vivência dos dias de jejum e abstinência em Portugal, cf. A. H. de Oliveira Marques. A mesa. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos de vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 10 e COELHO, Maria Helena da Cruz. Quaresma. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. [v. 4]. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, p. 86-87. A diversidade de espécies teve paralelo, por exemplo, em Castela e Aragão, onde a variedade de peixes consumidos também era uma realidade. Cf. SAMPER, María de los Ángeles Pérez. *La alimentación en la España del siglo de oro*. MACERAS, Domingo Hernández de. 'Libro del arte de cocina'. Huesca: La Val de Onsera, 1998, p. 73-74; GARCIA, L. Jacinto. *Carlos V a la mesa*. Cocina y alimentación en la España renacentista, [s.l.]. Breman, 2000, p. 54.
- ¹⁰ MUTGÉ, Josefa i VIVES, L'abastament de peix i carn a Barcelona, en el Primer Terç del segle XIV. *Alimentació i societat a la Catalunya medieval*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988, p. 110.
- ¹¹ IGNACE, Jean-Claude. Yan Laborie. Approche du régime alimentaire des moines dans les couvents Franciscains, Dominicains et Carmes de Bergerac à la fin du XVIII siècle. *Du bien manger et du bien vivre à travers les âges et les terroirs*. Pessac: Maison des sciences de l'homme d' Aquitaine, 2002, p. 263-299.

causa. Paralelamente, começaram a ligar-se certas iguarias ao calendário litúrgico. Sabe-se, por exemplo, que pelo Carnaval era comum consumir laranjadas e caldeiradas de água de farelos¹² e que, durante a Páscoa, eram preparadas rosquilhas folhadas com manteiga, queijadas, folares e cortiças de ovos¹³. No convento de Santa Clara, de Santarém, amêndoas confeitas, beilhós, biscoitos, folares, ovos mexidos com açúcar, pão-de-ló, queijadas de leite, e queijadinhas das Endoenças marcavam presença na mesa das religiosas¹⁴. Ao Natal estavam associados os consumos de doces diversos, que em Lisboa eram vendidos por 30 mulheres na Ribeira e no Pelourinho Velho. Em mesas cobertas de toalhas brancas eram apresentados gergelim, pinhoda, nogada, marmelada, laranjada, sidrada e fartéis, isto é, bolos de açúcar e de amêndoas, além de outras conservas¹⁵. Por seu lado, na mesma época festiva, na mesa das já referidas freiras de Santa Clara, de Santarém, estavam presentes doces diversos, tais como arroz doce, beilhós e chouriços doces, ambos melados com mel e açúcar, diacidrão, fartéis, malazadas, massapães, pão de calo, picado e queijadinhas¹⁶. Outros eram os manjares festivos das freiras clarissas do mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, do Funchal: argolinhas, batatada, bolos de mel, pão-de-leite e chouriços doces pelo Natal, sonhos pela entrada da Quaresma e talhadas de amêndoa, coscorões e arroz doce pela Páscoa¹⁷. Já no mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, igualmente de clarissas do Funchal consumiam-se sonhos pela Quaresma, bolos de mel pelo Natal, arroz doce no domingo de Ramos e chocolate no domingo de Páscoa¹⁸. Outro aspecto interessante, que será mais visível a partir do século XVII, é a ligação entre determinados espaços e produtos considerados bons. Pensemos nos doces de Alcobaça e Leiria¹⁹, juntemos os da Madeira e as lampreias de Abrantes e de Coimbra, que eram consumidas assadas ou em empadas por quem morava longe de tais sítios²⁰.

¹² LOUREIRO, Francisco de Sales. *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*. A alteração das linhas de força da política nacional. *Texto do cronista João Cascão*. Lisboa: Horizonte, 1984, p. 121.

¹³ DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. A alimentação das minorias no Portugal quinhentista. *Do primeiro almoço à ceia*. Estudos de História da Alimentação. Sintra: Colares, 2004, p. 30.

¹⁴ ROCHA BEIRANTE, Maria Ângela V. da. *Santarém Quinhentista*. Lisboa, [s.n.], 1981, p. 247-252.

¹⁵ BRANDÃO, João (de Buarcos). *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Horizonte, 1990, p. 87.

¹⁶ ROCHA BEIRANTE, Maria Ângela V. da. *Op. cit.* p. 247-252.

¹⁷ FONTOURA, Otilia Rodrigues. *As Clarissas na Madeira*. Uma presença de 500 anos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000, p. 199-201.

¹⁸ *Idem*, p. 346.

¹⁹ DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. A alimentação das minorias [...], p. 30.

²⁰ *Idem*.

²¹ Sobre a situação dos judeus na Europa Medieval, cf. RICHARDS, Jeffrey. *Sex, dissidence and damnation. Minority Groups in the Middle Ages*. Londres, Nova Iorque, Routledge, 1990, p. 88-115; FERNANDEZ, Luis Suarez. *La expulsión de los judíos de España*. Madrid: Mapfre, 1992, p. 63-89; N. Coulet. *La malédiction de Babel. Histoire des étrangers et de l'immigration en France*. Direcção de Yves Lequier. Paris: Larousse, 1982, p. 185-191; CONTRERAS, Jaime. *Los primeros años de la inquisición: Guerra civil, monarquía, messianismo y heresia. El Tratado de Tordesillas y su Época*. Congreso Internacional de Historia, v. 2, [s.l.]. Sociedad V centenario del tratado de Tordesillas, 1995, p. 685.

²² *Ordenações Manuelinas*, reprodução *fac-simile* da edição de 1797. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, livro II, tít. 41, p. 212-214. Sobre esta questão cf. DIAS, João José Alves, DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes, DRUMOND BRAGA, Paulo Drumond. *A conjuntura. Portugal do renascimento à crise dinástica (Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, v. 5). Lisboa: Presença, 1998, p. 721-724.

²³ *Os judeus portugueses e a expulsão*. Catálogo da Exposição evocativa dos 500 anos da Expulsão dos judeus de Portugal. Coordenação de Lúcia Liba Mucznik. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1996, p. 25.

Ainda que com grandes pinceladas, este é o quadro básico dos consumos dos cristãos velhos, sem esmiuçar as diferentes inerentes aos indivíduos com poder económico diverso. O que poderemos afirmar em relação à alimentação dos cristãos novos, a mais importante minoria residente em Portugal? Começemos por contextualizar, seguidamente tentaremos dar resposta à pergunta.

2. A minoria judaica em Portugal conheceu um percurso atribulado, porém semelhante ao que antes acontecera em outros pontos da Europa²¹. Recordemos que D. Manuel I assinou, em Muge, a 5 de Dezembro de 1496, uma “carta patente” em que mandou que todos os judeus e mouros saíssem de Portugal até 31 de Outubro de 1497²². Como se temessem ataques contra os judeus, o rei colocou-os, nesse mesmo dia, sob a sua protecção, para que ficassem “mais seguros, honrados, bem tratados, assim de feito como de palavra do que até aqui eram”²³. Não restam hoje dúvidas de que D. Manuel I não pretendia a saída, na totalidade, dos judeus de Portugal. Se o documento de 1496 dava a liberdade de êxodo aos filhos de Israel, logo se colocaram entraves ao mesmo, ao contrário do que aconteceu com os mouros, a outra minoria também abrangida pelo édito de expulsão.

Para dificultar as saídas, começou por se limitar os barcos em que podiam partir, para depois se restringirem os portos de embarque, para além de se passar a exigir a permissão real para a saída. De três portos determinados funcionou apenas um, o de Lisboa. Para reforçar a conversão, tiraram-lhes os filhos, que foram baptizados à força. Seguiu-se o baptismo forçado dos adultos, que ficaram conhecidos como os “baptizados em pé”. Tentava-se, por tudo, a conversão, em vez da saída. D. Manuel I chegou a publicar, em Maio de 1497, uma lei em que se comprometia a não deixar inquirir sobre os

comportamentos religiosos no espaço de vinte anos, lei essa que voltou a ser renovada em 1512, por mais 16 anos. Aos poucos foram-lhes tomadas as sinagogas, embora a prática da religião judaica ainda fosse legal, mas caminhando já para a clandestinidade²⁴.

Uma minoria optou pela saída do reino ao longo dos séculos XVI e XVII. Os destinos preferidos foram o Norte de África²⁵, o Oriente, onde se espalharam sobretudo por Goa, Cochim e Ormuz, mas também, em menor número, por Cambaia, Baçaim, Chaul, Cabo Comorim, São Tomé, Bengala, Pegu, Tanassarim, Malaca, Sião, Maluco, Japão, China e diversas terras do Malabar, para além de terem a possibilidade de passarem para zonas fora do controle português²⁶; e várias zonas da Europa, especialmente as cidades italianas²⁷, os Países Baixos²⁸, a França²⁹ e vários outros destinos europeus e até americanos³⁰. Em suma, fugas para zonas de maior liberdade e tolerância religiosas. Raros foram os que enveredaram pelo percurso inverso³¹. Para os que ficaram e mantiveram secretamente o culto judaico, os problemas com o Santo Ofício foram uma constante, de tal modo que o judaísmo foi o delito mais significativo durante os séculos XVI e XVII nos tribunais de distrito de Portugal continental³².

Numa clara tentativa de camuflar a continuação das práticas judaizantes, a maioria dos cristãos novos sabia rezar as orações dos católicos, conhecia o significado das festas religiosas, ia à missa, confessava-se e, em alguns casos, até chegava a empreender romarias e peregrinações. Se bem que entre as primeiras gerações de convertidos muitos cristãos-novos tenham mantido as práticas religiosas e culturais de uma forma mais evidente do que nos séculos XVII e XVIII, mesmo assim, a documentação do Santo Ofício dá conta de determinados comportamentos padrão que tenderam a manter-se, embora de forma mais fluida ao longo dos tempos. Por exemplo, se em Quinhentos ainda alguns ousavam mandar proceder à circuncisão

²⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os judeus em Portugal no século XV*, v. 1, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 484-500.

²⁵ BERQUÉ, Jacques. Des 'marranos' musulmans à fez? Mélanges en honneur de Fernand Braudel, vol. 1 (*Histoire Économique du Monde Méditerranéen 1450-1650*). Paris: Privat, 1973, p. 123-135; LIPINER, Elias Lipiner. Os Conversos refugiados na África quinhentista. Descrição por um autor português Coevo. *Os Baptizados em Pé*. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal. Lisboa: Vega, 1998, p. 297-315; *Idem*, A ponte sobre o Estreito. Diligência, no ano de 1627, sobre a vida dos judeus de Ceuta. *Ibidem*, p. 317-328; TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. *Os judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o Século XVI*. Origens e actividade duma comunidade. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 1997. Sobre as fugas dos judeus e cristãos-novos de origem castelhana, cf. MONTENEGRO, Enrique Cantera. El asentamiento de judíos castellanos en el norte de África tras la expulsión de 1492: Causas y consecuencias. *Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, v. 2, Madrid, 1988, p. 277-288; KAPLAN, Yosef. La diáspora. Judeo-Española-Portuguesa en el siglo XVII: Tradición, cambio y modernización. *Manuscrits. Revista d'Historia Moderna*, n. 10, Bellaterra,

1992, p. 77-89; ABITOL, Michel. Juifs d'Afrique du nord et expulsés d'Espagne après 1492. *Revue de l'Histoire des Religions*, tomo 210, fasc. 1, Paris, 1993, p. 49-90.

²⁶ No caso concreto do Oriente português, sabemos que os cristãos-novos de origem castelhana ou descendentes de Castelhanos, tal como os portugueses, o procuraram a partir da segunda década do século XVI. A intensificação do afluxo de cristãos-novos ao estado da Índia ligou-se à instabilidade e à insegurança sentida no reino desde que começou a ser posta em prática a política de integração religiosa e se estabeleceu o tribunal do Santo Ofício. No Oriente dispuseram de certa liberdade e tolerância até à devassa que os atingiu em Cochim e em Goa em 1557 e à criação do tribunal inquisitorial de Goa, em 1560. Não é por acaso que o crime de judaísmo é o mais significativo nos primeiros anos da acção do Santo Ofício goês (Cf. BAIÃO, António. *A Inquisição de Goa*, v. 1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1949), ao contrário do que aconteceu nos séculos XVII e XVIII (Cf. MÁRTIRES LOPES, Maria de Jesus dos. *A Inquisição de Goa na Segunda Metade do século XVIII*. Contributo para a sua História. *Studia*, v. 48, Lisboa, 1989, p. 237-262; *Idem*. *A Inquisição de Goa na primeira metade de setecentos: uma visita pelo seu interior*. *Mare Liberum*,

n. 15, Lisboa, 1998, p. 107-136. Vários cristãos-novos idos para o Oriente tinham ascendência castelhana, alguns tinham mesmo nascido em Castela, outros já no Oriente (Cf. CUNHA, Ana Cannas da. *A Inquisição no Estado da Índia*. Origens (1539-1560). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1995; SILVA TAVIM, José Alberto Rodrigues da. Os judeus e a expansão portuguesa na Índia durante o século XVI. O exemplo de Isaac do Cairo: espião, 'língua' e 'judeu de Cochim de Cima'. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. 33, Lisboa-Paris, 1994, p. 137-260). No entanto, os portugueses ao chegarem ao Oriente encontraram também judeus castelhanos que lhe prestaram importantes serviços (Cf. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Judeus, cristãos novos e o Oriente. *Estudos Orientais*, v. 3, Lisboa, 1992, p. 51-61; *Idem*. Judeus, cristãos-novos e os descobrimentos portugueses. *Sefarad*, ano XLVIII, fasc. 2, Madrid, 1988, p. 305; *Idem*. *Los judios em Portugal*. Trad. de Mario Merlino. Madrid: Mapfre, 1992, p. 235 e 287; SILVA TAVIM, José Alberto Rodrigues da. *A Inquisição no Oriente (século XVI e primeira metade do século XVII)*. Algumas perspectivas. *Mare Liberum*, n. 15, Lisboa, 1998, p. 17-31.

²⁷ Sobre a Itália, cf. YERSUSHALMI, Yosef Haym. *From Spanish court to italian ghetto*. Isaac Cardoso: a study in seventeenth-

century marranism and jewish apologetics. Londres, Nova York, Columbia University Press, 1971; CID, Jesus Antonio. *Judaizantes y carreteros para un hombre de letras: A. Enríquez Gómez (1600-1663)*. *Homenaje a Júlío Caro Baroja*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1978, p. 271-300; PULLAN, Brian S. The inquisition and the jews of venice: the case of Gaspare Ribeiro, 1580-1581. *Bulletin of the John Rylands University Library of Manchester*, vol. 62, n. 1, Manchester, 1979, p. 207-231; *Idem*. *The jews of Europe and the inquisition of Venice. 1550-1670*. Londres, Nova York, I. B. Tauris Publishers, 1997; ZORATTINI, Pier Cesare Ioly. The Ribeiros: a sixteenth century family of conversos between two inquisitions: Lisbon and Venice. *Inquisição*. Ensaio sobre mentalidade, heresias e arte. Organização de NOVINSKY, Anita e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, p. 307-317; TOAFF, Ariel. Ebrei Spagnoli e Marrani nell'Italia del cinquecento. Caratteristiche di una mentalità. *Xdeus e conversos na Historia* [...], vol. 1, p. 195-204; SEGRE, Renata. Les liens économiques et sociaux entre les communautés séphardes d'Italie au XVI^e siècle. 1492. L'expulsion des juifs d'Espagne. Direcção de Roland Goetschel. Paris, Maisonneuve, Larouse, 1995, p. 49-61.

- ²⁸ MORTARA, Saul Levi. *Tratado da verdade da lei de Moisés*. Escrito pelo seu próprio punho em Português em Amesterdão. 1659-1660, edição fac-similada e leitura do autógrafa, com introdução e comentários de H. P. Salomon, [Coimbra]. Universidade de Coimbra, 1988; MENDES, David Franco e MENDES, J. dos Remédios. *Os judeus portugueses em Amesterdão*. Edição fac-similada das edições de 1911 e 1975, com estudo introdutório de M. Cadafaz de Matos e H. P. Salomon. Lisboa: Távola Redonda, 1990; SÃO PAYO, Conde de. Subsídios para a história dos judeus portugueses nos países baixos. O hebreu Diogo Teixeira de Sampaio e a Carta de Brasão do Jonkeer Eduardo Teixeira de Matos. *Arquivo Histórico de Portugal*, v. 2, Lisboa, 1936-1937, p. 445-465; *Idem*, Novos subsídios para a história dos judeus portugueses nos Países Baixos. *Arquivo Histórico de Portugal*, v. 3, Lisboa, 1937-1938, pp. 257-262; FABIÃO, Luís Crespo. Subsídios para a História dos chamados 'judeus portugueses' na indústria dos diamantes em Amsterdão nos séculos XVII e XVIII, *Revista da Faculdade de Letras*, 3.^a série, n. 15, [Lisboa], 1973, p. 455-519; THEMUDO BARATA, SAMPAIO, Maria do Rosário de. A Gazeta de Amsterdam de 1675 e as suas notícias de Portugal. Um centenário esquecido. *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. 9, Paris, 1975, p. 287-317; H. P. SALOMON. *Os primeiros portugueses de Amesterdão*. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: 1595-1600, Braga, Barbosa & Xavier, 1983; *Idem*. Myth or Anti-Myth? The Oldest Accounts concerning the origin of portuguese judaism at Amsterdam. *Études Portugaises / Portuguese Studies*, Braga, Barbosa & Xavier, 1991; TEESMA, Benjamim N. Os judeus portugueses em Amesterdão. *Flandres e Portugal na Confluência de Duas Culturas*. Direcção de J. Everaert e E. Stols, [s. l.], INAPA, 1991, p. 275-287; BERFELD, Tirtsah Levie. Policy patterns towards the poor in the spanish portuguese jewish community of the 17th Century Amsterdam. *O judaísmo na cultura ocidental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 25-32; TEESMA, B.N. A história social dos judeus sefarditas de Amesterdão dos séculos XVII e XVIII. *Ibidem*, p. 33-46; COELHO, António Borges. Gabriel da Costa: um exilado e banido 'exemplar'. Clérigos, mercadores, "judeus" e fidalgos. *Questionar a História - II*, Lisboa: Caminho, 1994, p. 225-244; AYOUN, Richard. Jerónimo Nunes da Costa. Un diplomate et financier entre Amsterdam et le Portugal au XVII^e siècle. 1492. L'expulsion des juifs [...], p. 111-119; FUKS-MANSFELSD, R. G. La contribution des juifs espagnols et portugais a la typographie juive d'Amsterdam. *Ibidem*, p. 265-275; ISRAEL, Jonathan. *La judería europea en la era del mercantilismo (1550-1750)* [...], p. 71-72, 85-93; KAPLAN, Yosef. La comunidad sefardí de Amsterdam en el siglo XVII: entre la tradición y el cambio". *Judios nuevos en Amsterdam*. Estudios sobre la Historia Social e Intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII. Barcelona, Gedisa, 1996, p. 23-55; *Idem*. La comunidad sefardí frente al Mundo Askenazi. *Ibidem*, p. 78-106; BODIAN, Miriam. *Hebrews of the portuguese nation*. Conversos and community in early modern Amsterdam. Bloomington (Indianapolis): Indiana University Press, 1997; FRADE, Florbela Cristina Veiga. *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas*. O trato e a família (1532-1632). Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.
- ²⁹ CARVALHO, Alfredo de. Os Portugueses em Bordéus no século XVII. *O Instituto*, v. 90, Coimbra, 1936, p. 149-171 (continuado no vol. 91, p. 452-472 e no vol. 93, p. 114-185); SERRA, João Simões. *Subsídios para a história dos judeus portugueses em França*. A Comunidade de Baiona. Lisboa. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar mimeografado, 1963; NAHON, Gerard. Les "nations" juives portugaises du sud-ouest de la France (1684-1751). *Documents*. Paris: Centro Cultural Português da

Fundação Calouste Gulbenkian, 1981; *Idem*. Le modèle français du marranisme: perspectives nouvelles. *Inquisition: essais sobre mentalidade, heresia e arte* [...], p. 227-265; *Les registres des délibérations de la nation juive portugaise de Bordeaux (1711-1787)*. Introdução e notas de Simon Schwarzfuchs. Paris: Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1981; AYOUN, Richard. Un médecin marrane au service de la couronne de France: Elie de Montalto. *Inquisition*. Comunicação e apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição. Coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 73-91; *Idem*, Elie de Montalto. Un médecin marrane. *Inquisition: Ensaios sobre mentalidade [...]*, p. 292-306; *Idem*. Des Portugais à Bordeaux et à Bayonne à l'époque moderne. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 1, Lisboa, 2001, p. 9-26; NOVAES, Maria Ignes Correa de. Contribuição para a história da família Henriques-Raba de Bordéus: Joseph Henrique Nunes. Cristão-novo de Trás-os-Montes. *Ibidem*, p. 318-323.

³⁰ AZEVEDO, Pedro de. Denúncias contra os cristãos-novos de Londres contra o Embaixador Português naquela Corte. *Boletim da Segunda Classe*, v. 9, n. 2, Lisboa, 1914, p. 461-464; FREITAS, Eugénio

Andrea da Cunha e. Os judeus portugueses e a aristocracia inglesa. *Presença de Portugal no mundo*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982, p. 87-97; ASCENSO, Carlos André. *Um judeu no desterro. Diogo Pires e a memória de Portugal*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992; TOLLET, Daniel. Les juifs originaires de la Péninsule Ibérique en Europe Centrale et Orientale du XVI^e au XVIII^e siècles. 1492. L'expulsion [...], p. 49-61; LEVI, Joseph Abraham. A diáspora sefardita nas Américas durante os séculos XVII e XVIII. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 1, Lisboa, 2001, p. 27-63; VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. Os Gramaxo. Um caso paradigmático de redes de influência em Cartagena das Índias. *Ibidem*, v. 1, p. 65-81.

³¹ Sobre esta temática cf. DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. Uma estranha diáspora rumo a Portugal: judeus e cristãos-novos reduzidos à fé católica no século XVII. *Sefarad*, ano 62, fasc. 2, Madrid, 2002, p. 259-274; *Idem*. Judeus e cristãos-novos: os que chegam, os que partem e os que regressam. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 5, Lisboa, 2005, p. 9-28.

³² Sobre o crime de judaísmo, cf., especialmente, TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Los judíos en*

Portugal. Tradução de Mario Merlino, Madrid: Mapfre, 1992; COELHO, António Borges. *Inquisição de Évora*. Dos primórdios a 1668, 2 vs. Lisboa: Caminho, 1987; AZEVEDO MEA, Elvira Cunha de. *A Inquisição de Coimbra*. A instituição, os homens e a sociedade. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997; DRUMOND BRAGA, Paulo. *A Inquisição nos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997; TAILLAND, Michèle Janin-Thivos. *Inquisition et Société au Portugal*. Le cas du tribunal d'Évora 1660-1821. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2001; DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. *Os estrangeiros e a inquisição portuguesa (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Hugin, 2002, p. 108-120. PINTO, Maria do Carmo Teixeira. *Os cristãos-novos de Elvas no reinado de D. João IV. Heróis ou anti-heróis?*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade Aberta, 2003.

dos filhos, o mesmo já não acontecia na centúria seguinte. Já no que se refere à guarda dos sábados, ao uso do amortalhamento ao modo judaico ou à prática de deitar no fogo três pelouros de massa depois de amassar pão, estes preceitos tenderam a continuar.

3. Em termos alimentares, a diferença entre cristãos velhos e cristãos novos de judeus passava não só pelo que faziam como pelo que deixavam de fazer. Isto é, não importava apenas as desigualdades comportamentais pela positiva como também pela negativa. Traços evidentes desta realidade eram quer o consumo de carne em dias defesos pela Igreja quer a celebração de certos jejuns, como os jejuns pequenos das segundas e quintas-feiras, os *thanis*; quer o jejum maior ou do perdão, o *yom kippur*, que durava um só dia, no mês de Setembro; o *tissa-be-ab*, celebrado durante nove dias do mês de Julho, ou ainda o *Purim*, ou jejum da Rainha Ester, três dias em Fevereiro ou Março, durante os quais se jejuava durante todo o dia, só se comendo à noite, depois do aparecimento da estrela; tal como nas restantes abstinências judaicas. Nos dias de jejum, a privação alimentar só podia ser quebrada com peixe, pão, queijo, pepino, lentilhas, frutas, etc., estando interditos o vinho e a carne³³.

A maior parte das informações relativas à alimentação ao modo judaico passou pelo espaço restrito da casa dos cristãos novos. Porém, algumas mulheres de origem judaica chegaram a ingressar em conventos, pois nem todos exigiam provas de limpeza de sangue, aí mantendo conversas e práticas da antiga religião que clandestinamente professaram. Tal é o caso de um grupo de freiras do Convento de Santa Clara, de Beja, que, na segunda metade do século XVII, costumavam conversar acerca da necessidade de se manterem ricas e honradas através da manutenção da “lei velha”, concretamente não comendo carne de porco nem peixes sem escamas³⁴. Outros espaços de prevaricação alimentar também podem ser

³³ Sobre as festividades judaicas e os seus significados, cf. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *A religiosidade judaica. Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, v. 5, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, p. 369-380. Sobre a alimentação e o calendário religioso judaicos, cf. DOLADER, Miguel Ángel Motis; BARÓN, María Gloria Díaz; PASCUAL, Francisco Javier; ARAGONÉS, Luísa María Sánchez. Régimen alimentario de las comunidades judías y conversas en la corona de Aragón en la edad media. *Ir Col.loqui d' Història de l' Alimentació a la Corona d' Aragó. Edat Mitjana. Actes*, Lleida. Institut d' Estudis Llerdences, 1995, p. 205-361.

³⁴ SANTOS, Georgina Silva dos. Entre Jesús y Moisés: el marranismo en los conventos ibéricos durante el siglo XVII. *Historias compartidas. Religiosidad y reclusión femenina en España, Portugal y América. Siglos XV-XIX*. Introdução e Coordenação de MARINAS, María Isabel Viforcós e LÓPEZ LEÓN, Rosalva Loreto. Universidad de León, México, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades ‘Alfonso Vélaz Pliego’, Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2007, p. 200-202.

identificados. Pensemos nos cárceres, onde os *thanis* eram relativamente frequentes. Por exemplo, Maria Lopes efectuou-os quando esteve presa, justificando que assim procedera “como judia”³⁵.

Mas, foi sobretudo no espaço doméstico que *thanis* e outros jejuns ficaram bem documentados. Por exemplo, Marta de Milão e Júlia de Milão confessaram a prática dos jejuns menores³⁶, enquanto Gualaor de Vilhagrã guardou o *yom kippur*, jejuando “ao modo dos judeus sem comer todo o dia ate noute”³⁷. Susana de Valladolid fez o mesmo, declarando que não comera até ao sair da estrela³⁸. O *Purim* foi praticado, de entre outros, por Rodrigo Anes e por Pêro Lopes³⁹.

Além dos jejuns, alguns cristãos novos de judeu continuavam a abster-se do consumo de certos alimentos que consideravam impuros, nomeadamente, porco, coelho, lebre e peixes sem escamas, tais como cação, lampreia e raia, os chamados “peixes de couro”. Havia, assim, os alimentos proibidos e os autorizados (*kascher*). As interdições alimentares obedeciam a diferentes tipos de considerações, tais como, por exemplo, as ligações aos cultos idólatras, a proveniência indevida dos bens por abusiva apropriação ou o carácter impuro. As proibições religiosas acabaram por levar os seguidores da lei mosaica a não consumir não só os já referidos animais, como também a esvaziar as carnes de sangue, o que faziam mergulhando-as em água temperada com sal *meliba*, e a retirar-lhes as gorduras e os nervos das pernas dos carneiros, as *landoas*⁴⁰. Era-lhes igualmente defeso misturar certos produtos nas preparações culinárias, tais como carne e leite ou seus derivados⁴¹. O azeite era a única gordura permitida. Quando o cheiro forte de certos preparados se fazia sentir, o recurso à queima de uma sardinha ou de um pedaço de lã eram práticas recorrentes, para evitar suspeitas, particularmente quando se confeccionava o *hamin*, ou *adafina*, o prato típico do *sabbat*⁴², tanto mais que os cristãos velhos não hesitavam em denunciar o consumo de carne em

³⁵ *Apud.* DRUMOND BRAGA, Paulo. *A Inquisição nos Açores [...]*, p. 214.

³⁶ Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Inquisição de Coimbra*, proc. 1750 e 5910, respectivamente.

³⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2149.

³⁸ *Idem*, proc. 6135.

³⁹ *Idem*, proc. 9879 e Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, proc. 1346, respectivamente.

⁴⁰ DOLADER, Miguel Angel Motis. L'alimentation juive médiévale. *Histoire de la Alimentation*, Direcção de Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari, Paris, Fayard, 1997, p. 372.

⁴¹ CASANOVAS, M. Mercè Gras, SAMPER, M. Àngels Pérez. Alimentació i societat a la Catalunya moderna. *Pedralbes*. Revista d'Història Moderna, vol. 11, Barcelona, 1991, p. 45.

⁴² DOLADER, Miguel Angel Motis. L'alimentation juive [...], p. 368. Sobre as diferenças deste prato, consoante as regiões, cf. Ariel Toaff, 'Manger à la juive' et 'manger kascher'. L'alimentation chez les juifs en Italie depuis la renaissance. *Histoire et identités alimentaires en Europe*. Direcção de BRUEGEL Martin e LAURIOUX, Bruno. [s.l.], Hachette, 2002, p. 194-195.

dias defesos, porque lhes tinha cheirado à preparação culinária da mesma.

Pela documentação estudada, o mais visível é o recorrente asco à carne de porco, embora alguns cristãos novos de judeus também a consumissem. Maria Dias considerava os porcos e os que o consumiam grosseiros⁴³. Clara Nunes, segundo denúncia de Maria Antónia, chamava porco ao marido quando ele ingeria carne de suíno, recusando-se a permitir que a criada cozinhasse tal carne junto com a de vaca “trazendo o dicto seu amo hum quarto de marrã, que lhe deram, ella, denunciante, lha guyzaua em panella apartada e o dicto seu amo comya soo, sem a dicta sua ama tocar nella nem a comer. E, ao tal tempo, comya a dita sua ama vaqua, que se cozia em outra panella apartada, sem toucinho. E, como se acabou de comer todo o quarto da marrã, que o dicto seu amo comeo, logo a dicta sua ama deytou a panella pella janella fora e a quebrou”⁴⁴. Grácia Dias Correia não só não consumia carne de porco como, quando alguma vizinha lhe pedia uma panela emprestada, ao recebê-la queimava-a ou quebrava-a “pelo ódio que tinha a dita carne de porco”⁴⁵. Situação semelhante foi denunciada por Maria Álvares. Segundo esta, a sua ama Isabel Nunes destruiu uma panela e o seu conteúdo depois de saber que a criada tinha misturado toucinho ao preparado culinário “ella, declarante, lançou a dicta carne de vacua na panella, com seus grãos, como a dicta sua ama, Isabel Nunez, lhe mandou fazer [...] e lançou ella, declarante, hum pedaço de toucinho na dicta panella pera que cosese com a vaqua. E, como foy cozido, ho tirou da panella [...]”. Contudo, o cheiro do toucinho denunciou o acto e Clara interrogou a criada que confessou ter misturado um pedaço de toucinho na comida. A reacção foi imediata, além de ter injuriado a serviçal “tomou ha panella asy como estava ao fogo, com a carne e caldo, e ha lançou per huma janella, que estava sobre o seu quyntal. E se quebrou a dicta panella, e se derramou a carne e ho

⁴³ *Apud.* DRUMOND BRAGA, Paulo. *A Inquisição nos Açores [...]*, p. 210.

⁴⁴ *Livro da Inquisição da Cidade do Porto [1564]*. Transcrição de frei António do Rosário, Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1976, p. 9.

⁴⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 11423.

⁴⁶ *Livro da Inquisição da Cidade do Porto* [...], p. 52.

⁴⁷ *Apud.* Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 225.

⁴⁸ *Apud.* Isaías da Rosa Pereira, “Subsídios para a história da inquisição em Portugal no século XVI”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.^a série, v. 23, t. 2, Lisboa, 1976, p. 245.

⁴⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, proc. 14409.

caldo, pello chão, sem se aprobeitar ninguem da dicta carne⁴⁶”. Isabel Pinta, por regra, não queria comer carne de porco. Quando o fazia, chegava a ir vomitar no quintal, ao mesmo tempo que recusava comer pão que levasse banha de porco ou ovos fritos naquela gordura⁴⁷.

O não consumo de suínos levava à questão da eleição de uma outra gordura para cozinhar: o azeite, facto que não deixava de ser notado pelos cristãos velhos. Por exemplo, Brígida Jorge denunciou um casal afirmando, “lhes viu em todo o dito tempo lançar na panela da carne que se cozia azeite frito com cebola, e outras vezes azeite era. E não os via nunca comer carne de porco, antes quando se cozia a davam ao diabo, e nem nos pratos em que a dita carne se punha queriam comer, tirando que uma ou duas vezes viu ela comer presunto cozido ao dito Jorge Rodrigues Luís. E em acabando de o comer, pedia logo água para lavar as mãos, dizendo que lhe fedia muito aquela carne. E tiravam sempre a gordura do carneiro e a lançavam fora e davam aos gatos”⁴⁸. Denúncia semelhante foi levada a cabo por uma antiga criada de Ana de Milão. Esta acusou a sua patroa de a mandava cozer a carne de vaca, carneiro e galinha em panela nova “sem lhe meteram carne de porco”, ou em alternativa, outras vezes a mandava “deitar azeite frito com cebolla”. A mesma, costumava recomendar-lhe que nunca lhe dessem, nem a seu marido nem a suas três filhas, carne de porco nem cozinhassem qualquer outra espécie de carne na mesma panela, que já tivesse servido para preparar algum prato de suíno. Apesar disso, mandava comprar carne de porco para as outras pessoas da casa. De qualquer modo, às vezes o marido comia e os filhos também mas ela e as filhas nunca. Uma única vez cozinham uma marrã que alguém dera, mas foram os servidores que comeram a maior parte e o resto foi fora. Outra vez deram um pedaço de bom toucinho a Ana de Milão que o repartiu por mulheres cristãs velhas “dos montes”⁴⁹.

Um pouco diferente seria, eventualmente, a situação de Ana Fernandes, a qual declarou aos inquisidores que “se matavam em casa da ré cada três anos, quatro porcos que ela mandava aparelhar e curar e fazer lingoiças e chouriços e lhe vinham muitos outros de Moura e doutras partes, de maneira que tinha continuamente em sua casa sempre todo o ano carne de porco de que comia o dito licenciado [seu marido] e ela ré e seus filhos. E não se fazia em sua casa manjar de carne em que não fosse a dita carne de porco e toucinho”. Acrescentou ainda que no tempo das lampreias “seu marido e ela ré as encomendavam em Abrantes e em Coimbra e daí lhas mandavam cada ano em empadas e cruas todos os anos. E das que lhes vinham cruas, ela ré as guisava em empadas e assadas e delas comia e delas mandava a seus amigos por o peixe de lampreia ser fruta de certo tempo do ano somente”⁵⁰.

Retirar a gordura e o sangue das carnes também era uma constante. Susana de Valladolid bania toda a gordura da carne e lavava-a para que todo o sangue saísse, antes de a sujeitar a outros preparos. Quando arranjava carneiro “tirava a landoa ou landre ou ingua e ha deitava fora”⁵¹. Isabel Pires preparava a carne de vaca, de modo que ficava “espenycada e tirada toda a gordura fora e posta junto da carne, e separada a carne da gordura”. Nem as tripas de vaca escapavam a este tipo de operações já que, segundo o depoimento de Margarida Rebelo, “asy o fazia as tripas de vaqua, quando as mandava comprar, porque as virava todas o de dentro pera fora e lhe tirava a gordura toda”⁵². Por seu lado, Ana de Milão mandava tirar a gordura e sebo da carne, ainda que fosse de carneiro, ordenando ainda à criada que “desangrara a carne com agoa e sal”⁵³. Segundo outro depoimento, de uma outra antiga criada, quando a carne vinha do açougue, Ana de Milão ou uma sua escrava, Juliana, tiravam toda a gordura e sebo da mesma e ficava “vermelha nua”. A explicação era, que se não fosse assim, o marido não conseguia

⁵⁰ *Apud.* António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], v. 1, p. 208.

⁵¹ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 6135.

⁵² *Livro da Inquisição da Cidade do Porto* [...], p. 24.

⁵³ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, proc. 14409.

“comer as soppas”. Um dia quando soube que a escrava dera a gordura e o sebo a uma caseira da quinta da Palma “deu muita pancada na dita Juliana”, porque dizia que não queria que se soubesse o que ela fazia em casa. Para a cozinhar a escrava tomava uma cebolinha picada ou uma dúzia de favas, quando era tempo delas, e frigia tudo em azeite, lançando depois a carne na panela⁵⁴.

⁵⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, proc. 14409.

A já referida prática judaica, de queimar massa de pão ao lume, ficou igualmente documentada. No processo de Maria Lopes, segundo uma das testemunhas, a ré deitava ao lume “pequenos de massa” e fazia “certos pilouros de massa como arriozes”⁵⁵; numa denúncia contra Clara Nunes, feita por Maria Antónia, pode ler-se que aquela “vya muitas vezes, lançado no lar, hum pedaço de massa de pão molete ou de greueyfa, nas brasas do lar a queimar”⁵⁶.

⁵⁵ *Apud.* Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 215.

⁵⁶ *Livro da Inquisição da Cidade do Porto* [...], p. 9.

O modo de abater as reses também era diferente, se tivermos como ponto de comparação os cristãos velhos. Para os seguidores do judaísmo, os animais deveriam ser mortos com uma faca bem afiada que cortasse o animal de alto a baixo ao mesmo tempo que se pronunciava uma oração. O sangue era totalmente desaproveitado. A carne assim obtida era a única que respeitava as determinações da lei mosaica. Gil Vaz Bugalho foi acusado de não querer consentir que lhe matassem galinhas nem cordeiros em casa, “antes os mandava matar a casa de algum cristão-novo para que lhos matassem e degolassem segundo o costume e o rito dos judeus”⁵⁷. Por seu lado, Ana Fernandes denunciou um casal, afirmando que a cristã nova tirava a gordura da carne e degolava a as aves cobrindo a terra com sangue ou a cinza do animal⁵⁸.

⁵⁷ *Apud.* António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], p. 208.

⁵⁸ *Apud.* Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 232.

O cerimonial à mesa compreendia uma bênção com a mão aberta antes de iniciar a refeição, durante a qual se tomava vinho e se comia um pedaço de pão e uma acção de graças quando se finalizava o repasto. Obviamente que a língua utilizada era o hebraico. Porém, este tipo de actuação não está documentado

com frequência e terá tido tendência a ser pouco praticado.

Na mais importante festividade do calendário judaico, a *Páscoa de Pessab*, vulgarmente designada por Páscoa do pão ázimo ou do cordeiro, os cristãos novos de judeus desenvolviam um conjunto diversificado de actividades durante os oito dias de celebração. Caiavam as casas, usavam roupa nova, adquiriam louça nova e louça vidrada, para confeccionar e comer as refeições pascais, tendo-as previamente mergulhado três vezes em água e comiam cordeiro, pão ázimo (isto é, pão não levedado)⁵⁹, alfaces, alho-porro, e aipo, uma vez que deveriam ingerir alimentos amargos. As frutas secas também estavam presentes, nomeadamente através de um prato denominado *allaroaset*, composto por amêndoas, nozes, bolotas, castanhas, avelãs, figos, pão moído e vinagre⁶⁰.

Catarina Rodrigues além de ter feito pão ázimo, preparou “argollas e roscas sem sal” e explicou que tinha ouvido dizer que os judeus comiam o referido pão pela Páscoa “pela sayda do Egipto porque quando sayrom do catyveyro do Egipto tyraram as massas feytas”⁶¹. Isabel Pinta, depois de ter incentivado Graça Rodrigues a voltar à prática do judaísmo, mandou-lhe pão ázimo, o qual não foi do agrado da presenteada. A resposta não se fez esperar: “era bom comer os dittos bollos asmos pera guardar a ditta paschoa por honra da lei de Moises pera que Deos lhe desse saude porque ella estava doente”⁶². Rodrigo Anes declarou que celebrava a *Páscoa de Pessab* e comprava panelas e loiças novas⁶³. O mesmo fazia Florença Fernandes, a qual “nam consentia que lhe fizessem de comer na louça que dantes seruya por casa, mas antes mandava, na dicta Somana, comprar louça nova, asy tigellas e panellas de fogo e seus testos tudo novo”⁶⁴. Além dos novos utensílios, a alimentação praticada então também apresentava características diferenciadas da que era cozinhada no resto do ano, segundo denúncia de Isabel Antónia, “na dicta somana

⁵⁹ Sobre os diferentes tipos de pão ázimo, cf. Miguel Angel Motis Dolader, “L’ Alimentation Juive [...]”, p. 374.

⁶⁰ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *A Religiosidade Judaica [...]*, p. 372-373.

⁶¹ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7957.

⁶² Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, proc. 1841.

⁶³ Lisboa, A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 9879.

⁶⁴ *Livro da Inquisição da Cidade do Porto [...]*, p. 56.

⁶⁵ *Livro da Inquisição da Cidade do Porto* [...], p. 56.

de Ramos, comya castanhas e graões e verdura *scilicet*, alfaces e celadas, que guyzava na dicta louça nova”⁶⁵.

Ana Fernandes foi acusada de práticas judaicas. No intuito de provar a sua inocência, deu conta que festejava a Páscoa mas a católica mandando fazer “muito pão molete e de calo e rosquilhas folhadas com manteiga e queijadas e muitos folares porque, de seis ou sete anos a esta parte, lhe mandam sempre cada ano na somana maior, de Leiria e de Alcobaça e doutras partes, cortiças d’ ovos e todos fazia como fazem os outros fiéis cristãos e os mandam cozer aos fornos e os repartia com os curas e clérigos de suas paróquias onde vive”⁶⁶.

⁶⁶ *Apud.* António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], v. 1, p. 209.

4. Como não nos restam livros de receitas de cristãos novos dos séculos XVI e XVII, as maneiras de conhecer os consumos alimentares passam por documentos diversos, nomeadamente por processos da Inquisição. De qualquer modo, o primeiro livro de culinária impresso em Portugal, a *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, impresso em 1680, apresentou uma receita intitulada mãos de porco de judeu, o que só pode ser entendido como uma brincadeira de gosto duvidoso, uma vez que tal receita não poderia ser um prato típico daquela minoria étnico religiosa que, como vimos, por regra, não consumia carne de porco⁶⁷.

⁶⁷ RODRIGUES, Domingos. *Arte de cozinha*. Leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987, p. 105

Os seguidores da lei de Moisés amassavam o pão à sexta-feira, para guardar o sábado, altura em que comiam também outros alimentos preparados na véspera – especialmente o *hamim* ou *adafina* – consumiam pão ázimo, usavam como gordura o azeite, faziam alheiras com carne de galinha que colocavam no fumeiro para parecerem ter em casa os enchidos de porco típicos das casas dos cristãos velhos, consumiam especialmente carneiro, vaca e galinha e praticavam um ritual próprio às refeições. Durante os séculos XVI e XVII, se a manutenção dos hábitos e costumes alimentares diferenciados foi uma

realidade, em algumas pessoas, as marcas de aculturação também se começaram a fazer sentir, nomeadamente através da ingestão de carne de suíno, uma dos sinais mais evidentes de integração.

As práticas alimentares, quer as da maioria cristã velha quer as das minorias, concretamente as dos cristãos-novos, têm que ser entendidas não apenas como consumo material de alimentos mas também como representações culturais figurativas e simbólicas⁶⁸. Isto é, pela alimentação passavam e passam, necessariamente, questões de identidade. A inclusão ou exclusão de determinados alimentos é de extrema importância e, no caso em estudo, são sobretudo as mulheres as mais directamente responsáveis pela transmissão das práticas e dos interditos, tanto mais que, tachos e panelas eram assuntos femininos.

⁶⁸ Sobre estas questões, cf. TOMASIK, Timothy J.; VITULLO, Juliann M. *At the Table: metaphorical and material cultures of food in medieval and early modern Europe*. Direcção de TOMASIK, Timothy J.; VITULLO, Juliann M. , Turnhout (Bélgica): Brepols, 2007, p. XII.

Referências

ABITOL, Michel. Juifs d'Afrique du nord et expulsés d'Espagne après 1492. *Revue de l'Histoire des Religions*, tomo 210, fasc. 1, Paris, 1993, p. 49-90.

AYOUN, Richard. Un médecin marrane au service de la couronne de France: Elie de Montalto. *Inquisição*. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição. Coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, p. 73-91.

AZEVEDO MEA, Elvira Cunha de. *A Inquisição de Coimbra*. A Instituição, os homens e a sociedade. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997.

AZEVEDO, Pedro de. Denúncias contra os cristãos-novos de Londres contra o embaixador português naquela Corte. *Boletim da Segunda Classe*, v. 9, n. 2, Lisboa, 1914, p. 461-464.

ASCENSO, Carlos André. Um Judeu no desterro. Diogo Pires e a memória de Portugal. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BAIÃO, António. *A Inquisição de Goa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1949. v. 1.

BERFELD, Tirtsah Levie. Policy patterns towards the poor in the Spanish Portuguese Jewish Community of the 17th century Amsterdam. In: *O Judaísmo na cultura ocidental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 25-32.

BERQUÉ, Jacques. Des ‘marranos’ musulmans à fez ? Mélanges en honneur de Fernand Braudel. (*Histoire Économique du Monde Méditerranéen 1450-1650*), Paris: Privat, 1973, p. 123-135. v. 1.

BRANDÃO, João (de Buarcos). *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Horizonte, 1990.

BRAUDEL, Fernand. Alimentation et catégories de l’histoire. *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, vol. 16, n. 4, Paris, 1961, p. 723-728. Novamente publicado in *Food and History*, v. 1, n. 1, Tours, 2003, p. 23-30.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (séculos XV-XVIII). (As Estruturas do Quotidiano. O possível e o impossível). Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992. v. 1.

CARVALHO, Alfredo de. Os portugueses em Bordéus no século XVII. *O Instituto*, vol. 90, Coimbra, 1936, p. 149-171 (continuado no v. 91, p. 452-472 e no v. 93, p. 114-185).

CASANOVAS, M. Mercè Gras; SAMPER, M. Àngels Pérez. Alimentació i societat a la Catalunya moderna. *Pedralbes*. Revista d’Història Moderna, v. 11, Barcelona, 1991, p. 45.

COELHO, António Borges. Gabriel da Costa: um exilado e banido 'exemplar'. Clérigos, mercadores, "judeus" e fidalgos. *Questionar a história - II*, Lisboa: Caminho, 1994.

COELHO, António Borges. *Inquisição de Évora*. Dos primórdios a 1668. Lisboa: Caminho, 1987. 2 v.

DOLADER, Miguel Ángel Motis; BARÓN, María Gloria Díaz; PASCUAL, Francisco Javier; ARAGONÉS, Luísa María Sánchez. Régimen alimentario de las comunidades judías y conversas en la corona de Aragón en la edad media. *Ir Col.loqui d' Història de l' Alimentació a la Corona d' Aragó. Edat mitjana. Actes*, Lleida, Institut d' Estudis Llerdences, 1995, p. 205-361.

DOLADER, Miguel Angel Motis. L'Alimentation juive médiévale. *Histoire de la alimentation*, Direcção de Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari. Paris: Fayard, 1997.

DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. A alimentação das minorias no Portugal quinhentista. *Do primeiro almoço à ceia*. Estudos de história da alimentação. Sintra: Colares, 2004.

DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. *A herança das Américas em Portugal*. Trópico das cores e dos sabores. Lisboa: CTT Correios, 2007.

DRUMOND BRAGA, Isabel M. R. Mendes. Alimentação e sociabilidade à mesa: um percurso historiográfico recente. 1.º Colóquio de História e Cultura da Alimentação: *Saber e Sabor...História, Comida e Identidade* – Curitiba (Paraná), 2007, no prelo.

_____. O peixe na dieta alimentar dos portugueses, *Do primeiro almoço à ceia*. Estudos de história da alimentação. Sintra : Colares, 2004.

_____. Uma estranha diáspora rumo a Portugal: judeus e cristãos-novos reduzidos à fé católica no século XVII. *Sefarad*, ano 62, fasc. 2, Madrid, 2002, p. 259-274.

DRUMOND BRAGA, Paulo. *A Inquisição nos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997.

DRUMOND BRAGA, I. M. R. Judeus e cristãos-novos: os que chegam, os que partem e os que regressam. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 5, Lisboa, 2005, p. 9-28.

FABIÃO, Luís Crespo. Subsídios para a história dos chamados ‘judeus portugueses’ na indústria dos diamantes em Amsterdão nos séculos XVII e XVIII, *Revista da Faculdade de Letras*, 3.^a série, n. 15, [Lisboa], 1973, p. 455-519.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e. Os judeus portugueses e a aristocracia inglesa. *Presença de Portugal no mundo*. Actas do Colóquio, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982, p. 87-97.

FONTOURA, Otilia Rodrigues. *As clarissas na madeira*. Uma presença de 500 Anos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000, p. 199-201.

IGNACE, Jean-Claude. Yan laborie, Aapproche du régime alimentaire des moines dans les couvents franciscains, dominicains et carmes de Bergerac à la fin du XVIII^e siècle. *Du bien manger et du bien vivre à travers les ages et les terroirs*. Pessac: Maison des Sciences de l’homme d’ Aquitaine, 2002, p. 263-299.

KAPLAN, Yosef. La diáspora. judeo-española-portuguesa en el siglo XVII: tradición, cambio y modernización. *Manuscripts*. Revista d’Historia Moderna, n. 10, Bellaterra, 1992, p. 77-89.

Les registres des délibérations de la nation juive portugaise de Bordeaux (1711-1787), introdução e notas de Simon Schwarzfuchs. Paris: Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Inquisição de Coimbra*, proc. 1750 e 5910.

LEVI, Joseph Abraham. A diáspora sefardita nas Américas durante os séculos XVII e XVIII. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 1, Lisboa, 2001, p. 27-63.

LIPINER, Elias Lipiner. Os Conversos refugiados na África Quinhentista. Descrição por um autor português Coevo. *Os Baptizados em pé*. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal. Lisboa: Vega, 1998, p. 297-315.

LOUREIRO, Francisco de Sales. *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. A alteração das linhas de Força da Política Nacional. Texto do cronista João Cascão, Lisboa, Horizonte, 1984, p. 121.

MENDES, David Franco e MENDES, J. dos Remédios. *Os judeus portugueses em Amesterdão*. Edição fac-similada das edições de 1911 e 1975, com estudo introdutório de M. Cadafaz de Matos e H. P. Salomon, Lisboa, Távola Redonda, 1990.

MONTENEGRO, Enrique Cantera. El asentamiento de judíos castellanos en el norte de África tras la expulsión de 1492: causas y consecuencias. *Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*. Madrid, 1988, p. 277-288. v. 2.

MORTARA, Saul Levi. *Tratado da verdade da lei de Moisés*. Escrito pelo seu próprio punho em português em Amesterdão. 1659-1660. Edição fac-similada e leitura do autógrafo, com introdução e comentários de H. P. Salomon, [Coimbra], Universidade de Coimbra, 1988.

MUTGÉ, Josefa i VIVES. L'abastament de peix i carn a Barcelona, en el primer terç del segle XIV. *Alimentació i societat a la Catalunya medieval*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988, p. 110.

NAHON, Gerard. Les “nations” juives portugaises du sud-ouest de la France (1684-1751). *Documents*. Paris: Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

Ordenações Manuelinas. Reprodução *fac-simile* da edição de 1797. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, livro II, tít. 41, p. 212-214.

Os judeus portugueses e a expulsão. Catálogo da Exposição evocativa dos 500 anos da expulsão dos judeus de Portugal. Coordenação de Lúcia Liba Mucznik, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1996, p. 25.

PESET, Jean-Marie. A história da cultura material. *A nova história*. Direcção de Jacques Le Goff; Roger Chartier e Jacques Revel. Tradução de Maria Helena Arinto; Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1990, p. 110-143.

PINTO, Maria do Carmo Teixeira. *Os cristãos-novos de elvas no reinado de D. João IV. Heróis ou anti-heróis?* Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade Aberta, 2003.

ROCHA BEIRANTE, Maria Ângela V. da. *Santarém Quincentista*. Lisboa, [s.n.], 1981, p. 247-252.

RODRIGUES, Domingos. *Arte de cozinha*. Leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987, p. 105.

SANTOS, Georgina Silva dos. Entre Jesús y Moisés: el marranismo en los conventos Ibéricos durante el siglo XVII. *Historias compartidas*. Religiosidad y reclusión femenina en España, Portugal y América. Siglos XV-XIX. Introdução e Coordenação de MARINAS, María Isabel Viforcós E LÓPEZ LEÓN, Rosalva Loreto. Universidad de León. México: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades 'Alfonso Vélaz Pliego', Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2007, p. 200-202.

SALOMON, H. P. *Os primeiros portugueses de Amesterdão*. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: 1595-1600, Braga, Barbosa & Xavier, 1983.

_____. Myth or Anti-Myth? The oldest accounts concerning the origin of portuguese judaism at Amsterdam. *Études Portugaises / Portuguese Studies*. Braga: Barbosa & Xavier, 1990.

SÃO PAYO, Conde de. Subsídios para a história dos judeus portugueses nos países baixos. O hebreu Diogo Teixeira de Sampaio e a Carta de Brasão do Jonkeer Eduardo Teixeira de Matos. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa, 1936-1937, p. 445-465. v. 2.

SÃO PAYO, Conde de. Novos subsídios para a história dos judeus portugueses nos países baixos. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa, 1937-1938, p. 257-262. v. 3.

SERRA, João Simões. *Subsídios para a história dos judeus portugueses em França*. A Comunidade de Baiona. Lisboa. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar mimeografado, 1963.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. *Os judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o Século XVI*. Origens e actividade duma comunidade. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 1997.

TAILLAND, Michèle Janin-Thivos. *Inquisition et Société au Portugal*. Le cas du tribunal d' Évora 1660-1821. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2001.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Os judeus em Portugal no Século XV*, vol. 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 484-500.

_____. A religiosidade judaica. *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. 5, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, p. 369-380.

_____. *Los Judios en Portugal*. Tradução de Mario Merlino. Madrid: Mapfre, 1992.

TEESMA, Benjamim N. *Os judeus portugueses em Amesterdão*. Flandres e Portugal na confluência de duas culturas. Direcção de J. Everaert e E. Stols, [s. l.], INAPA, 1991, p. 275-287.

THEMUDO BARATA, Maria do Rosário de Sampaio. A Gazeta de Amsterdam de 1675 e as suas notícias de Portugal. Um centenário esquecido. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, 1975, p. 287-317. v. 9.

TOMASIK, Timothy J.; VITULLO, Juliann M. *At the table: metaphorical and material cultures of food in medieval and early modern Europe*. Turnhout (Bélgica): Brepols, 2007, p. XII.

Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas¹

Josiane Carine Wedig
Renata Menasche

“Eu acho que os homens comem comida mais forte que as mulheres... Eles comem mais carne, gostam mais do feijão e as mulheres não gostam tanto disso”. (Mathilde, 80 anos)²

Resumo: Compreendendo que a comida, para além de sua materialidade, envolve sentidos simbólicos, é que traçamos paralelos entre as classificações que organizam o lugar dos vários componentes na hierarquia familiar e aquelas que ordenam suas práticas alimentares. Tomamos como referência estudos anteriormente empreendidos na temática, para analisar dados obtidos em pesquisa etnográfica realizada junto a famílias camponesas.

Palavras-chave: Gênero. Comida. Campesinato.

Abstract: Food and Classifications: men and women in peasant families

The authors depart from the idea that food comprises symbolic meanings beyond its material characteristics. They trace a parallel between classifications that organize the place

Josiane Carine Wedig. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (UFPel), Mestranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Bolsista Capes. E-mail: josi_wedig@yahoo.com.br

Renata Menasche. Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

² Os nomes aqui utilizados são fictícios, de modo a preservar a identidade dos interlocutores ouvidos para esta pesquisa.

¹ Texto recebido: 05/11/2008.
Texto aprovado: 10/11/2008.

of the components in the familial hierarchy and those that organize their food and foodways. Based on previous studies focusing on this issue, the authors analyze data elicited in ethnographic research conducted with peasant families.

Keywords: gender. Food. Peasantry.

Introdução

A organização das mais diversas sociedades está permeada por classificações que envolvem hierarquizações, que, segundo Dumont³, não se confundem com autoridade e poder – ainda que possam, em determinados casos, estar a essas relacionadas – mas oposição, distinção, identidade e gradação.

Partindo desse entendimento, procuramos apreender as classificações e hierarquizações que camponeses realizam sobre os alimentos que produzem e consomem, relacionando-as àquelas que realizam sobre si mesmos, sobre os demais membros da família e da comunidade.

Tomamos como ponto de partida as abordagens que, a partir de Lévi-Strauss, concebem os alimentos não apenas como bons para serem comidos, mas também como bons para pensar. Comungamos com Woortmann⁴, quando aponta que quando os camponeses falam sobre a comida, falam também de trabalho, de família, de homens e mulheres. E é assim que sugerimos a possibilidade de observar as mudanças e permanências ocorridas nos últimos anos no meio rural – relacionadas, cabe mencionar, a processos que têm transformado, em boa medida, a vida e o trabalho dos que lá habitam, tais como os associados à expansão das tecnologias de comunicação e transporte, que tem reduzido a distância material e simbólica entre campo

³ DUMONT, L. *Homo Hierarquias: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992 [1997].

⁴ WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Série Antropologia*, Brasília, 50, 1985.

e cidade, ou àqueles como a extensão das aposentadorias rurais às mulheres ou à incorporação da perspectiva de gênero por movimentos sociais rurais ou, ainda, ao acesso por jovens e mulheres a instrumentos de políticas públicas dirigidas ao rural – a partir do olhar sobre a comida.

Entendendo a comida a partir da abordagem que privilegia o simbólico é que se traçam, neste artigo, paralelos entre as classificações observadas em referência à produção e consumo de alimentos, relacionando-as às classificações das pessoas no interior da família camponesa. A comida apresenta-se, assim, como possibilidade de ler a hierarquia familiar. A reflexão aqui empreendida é fruto de pesquisa etnográfica realizada junto a camponeses na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, bem como de inspiração em estudos antropológicos sobre gênero, campesinato e classificações alimentares.

Da comunidade de Fazenda Lohmann e da pesquisa de campo

A localidade rural em que a pesquisa foi realizada denomina-se Fazenda Lohmann e está situada no interior do município de Roca Sales, na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. A observação participante e entrevistas foram, em um primeiro momento, realizadas no período compreendido entre 2004 e 2005, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “A multifuncionalidade da agricultura familiar à mesa: hábitos alimentares e produção para o autoconsumo, identidade e estratégias de reprodução social de famílias rurais”⁵, trabalho que teve continuidade em 2007 e 2008, a partir de uma pesquisa de mestrado, por sua vez articulada ao projeto de pesquisa Percepções do rural: um estudo a partir da Antropologia da Alimentação⁶.

⁵ CNPq 503566/03-09

⁶ CNPq 400348/2006-3

A constituição étnica fortemente predominante na comunidade pesquisada é de descendentes de

⁷ GRAVIRIA MEJIA, M.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Estado & Debate*, Lajeado, 13(1), p. 69-82, 2006.

⁸ Fazenda Lohmann situa-se na fronteira dos municípios de Roca Sales e Colinas.

⁹ Para essa discussão, cabe lembrar a distinção entre “território dado” e “território constituído” (ver: Haesbaert, 2004).

¹⁰ A OASE – Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, é um grupo de mulheres ligado à IECLB, que se reúne para estudos bíblicos, interação com grupos de mulheres de outras comunidades e assistência a doentes.

¹¹ Depois do fechamento da escola comunitária, as crianças passaram a serem transportadas, pelo ônibus da prefeitura, para escolas localizadas na cidade de Roca Sales.

imigrantes alemães, informação que consideramos importante na medida em que corroboramos com Gáviria e Menasche⁷ que, em estudo realizado na mesma região, apontam que a identidade étnica é ali constantemente invocada pela utilização dos dialetos, por meio dos quais se realizam os assuntos cotidianos e a sociabilidade local, assim como se manifestam os valores que perpassam as relações sociais, evidenciando a associação entre esses elementos identitários e um modo de vida rural.

O número de famílias que constitui a comunidade é difícil de precisar, já que o que é entendido como comunidade de Fazenda Lohmann para as administrações públicas municipais⁸ não coincide com os pertencimentos estabelecidos na classificação das famílias membros da comunidade⁹. Quando perguntadas sobre quantas pessoas fazem parte da comunidade, as pessoas apontam sempre que para saber precisamente dever-se-ia olhar no registro do livro da igreja, mas que seriam cerca de 120 famílias. Registra-se que, para as famílias entrevistadas, existe uma forte identificação da concepção de comunidade com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que ocupa um espaço social central na comunidade. A grande maioria das famílias pertence a essa igreja.

Ao lado da IECLB, localiza-se o cemitério, uma casa comercial, um bar com cancha de bocha. Em frente a ela, vemos o salão comunitário (onde são realizadas as festas, os encontros da OASE¹⁰, do Clube de Mães etc). Ao lado do salão, está a antiga escola comunitária¹¹ (que hoje está desativada e serve de residência para uma família, que paga aluguel para a Associação de Pais e Mestres, que continua ativa e busca conservar o espaço físico da escola como bem da comunidade). Atrás do salão, está o campo de futebol. Cabe comentar que os espaços comunitários (igreja, escola, salão, campo de futebol) foram construídos coletivamente e têm diretorias eleitas. Além dessas,

existem ainda as organizações comunitárias correspondentes à água e ao telefone rural comunitário, sendo que a da água é referente a dois poços que foram perfurados coletivamente e que hoje fornecem água potável para toda a comunidade, enquanto que com relação ao telefone rural comunitário, há uma central telefônica, que recebe as ligações eletronicamente e as repassa para os ramais instalados na comunidade. Há, ainda, o coral comunitário, fundado em 1914. A maior parte das famílias da comunidade participa de alguma das diretorias.

Na comunidade de Fazenda Lohmann, existem apenas pequenas propriedades, sendo que a maioria delas encontra-se na faixa entre 5 e 15 hectares. O trabalho na agricultura dá-se para a produção de alimentos para o consumo familiar e também para a comercialização. Entre os itens destinados ao consumo familiar, são destacados mandioca, batata-doce, abóbora, além da criação de galinhas caipiras (para carne e ovos), vacas (para leite e derivados), porcos e bovinos (para carne). Para a comercialização, considerável número de famílias participa do sistema de integração de criação de porcos e aves para agroindústrias, assim como realiza produção de leite destinada à indústria de laticínios, produção mecanizada de milho e soja, além de produtos que são vendidos para *conhecidos* que vêm da cidade, como, por exemplo, o melado, produzido a partir da cana-de-açúcar por algumas famílias¹².

Assim como vem acontecendo em outras regiões de agricultura colonial do sul do País, em Fazenda Lohmann tem ocorrido, nas últimas décadas, um processo de redução e envelhecimento – e, vale também mencionar, masculinização – da população rural, resultante da migração de famílias e jovens do campo para a cidade, bem como da diminuição do número de filhos(as) por família. Observou-se que, na comunidade estudada, a população é constituída

¹² MENASCHE, R.; SCHMITZ, L. C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto alegre: UFRGS, 2007, p. 78-98.

¹³ Em estudo anteriormente realizado nessa comunidade, Menasche e Schmitz (2007) destacam a ocorrência de aposentadoria(s) como componente da renda em mais da metade das famílias rurais estudadas, comentando, ainda, que “à exceção de um único casal mais jovem, a faixa etária média dos casais que constituem as vinte famílias rurais de Fazenda Lohmann estudadas seria de 55-60 anos para os homens e 50-55 anos para as mulheres”.

¹⁴ HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984; PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5(28), p. 64-71, 1987; WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

por um número significativo de agricultores e agricultoras aposentados(as)¹³. Do mesmo modo, verificou-se a quase ausência de jovens no trabalho agrícola, dado ser comum que mesmo quando residem na casa paterna dedicam-se a ocupações não-agrícolas.

Trabalho e hierarquia

Como já apontado acima, as propriedades rurais que fizeram parte de nosso universo de pesquisa são de pequena extensão e nelas utiliza-se primordialmente mão-de-obra familiar. Observamos no contexto desta pesquisa o que antes foi evidenciado em diversos estudos – ver, especialmente, Heredia *et al.*, Paulilo, Woortmann e Woortmann¹⁴ –, a saber: há uma organização do trabalho que se estabelece a partir das diferenças de gênero e geração, em que o homem (pai), a mulher (mãe), os filhos, as filhas, os avôs e avós se ocupam de atividades diferenciadas, umas mais valorizadas do que outras, ocorrendo, assim, uma hierarquização do trabalho, associada a uma hierarquização de pessoas.

O estudo de Paulilo é particularmente ilustrativo dessa valoração diferenciada: a autora mostra que o trabalho é considerado *leve* ou *pesado* dependendo de quem o realiza, ou seja, as diferentes atividades são valoradas a partir da classificação hierárquica dos membros da família que as realizam. Assim é que entre os agricultores estudados pela autora, são *leves* as tarefas realizadas pelas mulheres, enquanto que são consideradas *pesadas* aquelas desempenhadas pelos homens.

Em sentido idêntico, no estudo realizado anteriormente por Heredia *et al.*, no contexto de pequenos produtores nordestinos, os autores assinalam que esses camponeses classificam o roçado como espaço de domínio do pai de família, ao passo que o domínio da mulher, mãe de família, é a casa, traduzindo-se assim a oposição roçado-casa em uma

diferenciação de gênero. E aí, ainda que as mulheres, bem como os filhos, realizem o mesmo trabalho que os homens, simbolicamente elas apenas *ajudam*, enquanto que quem *trabalha* é o pai.

Ao abordar a questão dos espaços construídos, torna-se claro a oposição, simultânea à complementaridade, entre o *fora* e o *dentro*, espaço construído e espaço não construído. Neste contexto, a cozinha (dentro) é um espaço essencialmente da mulher e mais precisamente da mãe de família, que coordena esse espaço com o auxílio das filhas. Já a *roça*, a *lavoura*, os aviários e chiqueiros (*fora*) são de domínio masculino.

Como apontado em estudos anteriores, pudemos observar no universo desta pesquisa que no espaço de *fora*, domínio masculino, as mulheres (mãe) e crianças (filhos) apenas *ajudam*. Do mesmo modo que apontado por Woortmann e Woortmann¹⁵, aqui *fora* é o espaço do homem, ele produz os alimentos para *fora*, para o mercado. Já as mulheres trazem os alimentos de *fora* para *dentro*, ou seja, do domínio do roçado para a casa, onde serão transformados em comida.

Quando as mulheres agricultoras com quem conversamos se referem à divisão de tarefas, elas contam que são inteiramente responsáveis pela preparação das refeições da família. Mesmo que ambos, homem e mulher, trabalhem o mesmo tempo no roçado, a responsabilidade da preparação das refeições é das mulheres. Elas salientam que os maridos a *ajudam* na cozinha, enquanto que elas os *ajudam* no roçado. Essa *ajuda* dos homens na cozinha não se refere ao cozinhar – são sempre elas que cozinham – , mas, em algumas situações, a arrumar a mesa ou enxugar a louça: *eles não sabem cozinhar*, nos contam. No caso da *roça*, a mulher *ajuda*, mas quem faz as negociações externas, ou seja, a aquisição de insumos e sementes, entre outras atividades, bem como realiza as vendas, é o homem.

Do mesmo modo, pudemos observar no contexto de pesquisa que o trabalho da casa cabe à mulher (mãe,

¹⁵ WOORTMANN, K., 1997.
Op. cit.

filha, avó). Esse trabalho inclui a preparação de alimentos, a limpeza da casa, o reparo das roupas, o cuidado com os arredores da casa (horta e jardim), o trato dos animais de pequeno porte como as galinhas, patos e coelhos que ficam nos arredores da casa. A casa, e no interior dela a cozinha é identificada como espaço de domínio feminino, sendo que a alimentação da família é de responsabilidade da mãe de família. Esse elemento foi identificado anteriormente na pesquisa coordenada por Klass Woortmann¹⁶, junto a grupos sociais de baixa renda rurais e urbanos, em que é evidenciado que há uma divisão sexual do trabalho no âmbito do grupo doméstico, em que compete à mulher realizar certos serviços e produzir certos bens, assim como gerenciar o regime alimentar da família, sendo ela quem determina quem come o quê e quando. Woortmann¹⁷ aponta ainda que:

¹⁶ Klass Woortmann, 1978. *Op. cit.*

¹⁷ Woortmann (1985). *Op. cit.*

Em todos os grupos sociais sobre os quais existem estudos de práticas alimentares, as refeições são preparadas pela mãe de família. Na divisão do trabalho familiar o domínio culinário é feminino. É no âmbito da refeição que a mãe exerce sua autoridade e controle, determinando, dentro das possibilidades geradas pelo trabalho do pai, o que irá compor a refeição e como esta será distribuída entre os membros da família.¹⁸

¹⁸ *Idem*, p.12.

Por outro lado, o trabalho do roçado, como apontado no estudo de Moura¹⁹ entre sítiantes mineiros e como também observado no contexto aqui analisado, é masculino, cabendo ao pai e aos filhos. Essa atividade envolve a compra de insumos externos, produzir e negociar (venda da produção).

¹⁹ MOURA, M. M. *Os berdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.

No contexto de nossa pesquisa, as mulheres acompanham cotidianamente seus maridos e filhos na roça, mas mesmo realizando as mesmas tarefas que os homens no roçado, o trabalho delas é entendido como *ajuda*, já que o domínio da roça, em termos de classificação simbólica, é espaço masculino.

Um outro elemento observado junto a nossos interlocutores, anteriormente observado por Zanetti e Menasche²⁰ em pesquisa realizada também no Vale do Taquari mas em comunidade rural constituída por descendentes de imigrantes italianos, é que as mulheres estão mais voltadas para a produção para o consumo familiar, enquanto que os produtos destinados à comercialização e que empregam mais tecnologia são de responsabilidade dos homens.

É, pois, a partir dessas inúmeras classificações que hierarquizam espaços e coisas, que vão também sendo classificadas as pessoas e mais precisamente homens e mulheres.

A comida enquanto texto cultural

Parte-se, tal como proposto por Woortmann²¹, da premissa de que a comida, para além de suas propriedades de manutenção do corpo biológico, alimenta também o corpo social, expressando uma dimensão simbólica – ou então, para além de sua materialidade, ela pode ser entendida como um texto que fala da organização familiar e comunitária camponesa, expressando relações de gênero e geração.

Como observado pelo antropólogo Roberto da Matta (1987), em toda a parte os homens têm que comer, mas cada sociedade define a seu modo o que é a comida, sendo que essas escolhas expressam características e diferenciações culturais entre os grupos e de seus membros. Também Klass Woortmann (1985), a partir de seus estudos sobre comida, gênero e família, aponta em referência às classificações operadas pelos grupos que dentre uma variedade de alimentos possíveis, são realizadas escolhas: para cada tipo de pessoa, em cada estágio da vida. Assim é que os hábitos alimentares podem ser tomados como demarcadores de identidades.

Inúmeros autores no campo das ciências sociais já se referiram às classificações alimentares nas mais

²⁰ ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 130-141.

²¹ Woortmann (1985). *Op. cit.*

diversas sociedades, enfocando seu uso ritual, as prescrições relativas aos corpos dos que consomem, a divisão do trabalho que envolve a produção etc. Um dos autores clássicos da antropologia que se dedicou ao tema foi Claude Lévi-Strauss²², para quem a cozinha constitui uma atividade humana universal, dado que todas as sociedades cozinham pelo menos alguns de seus alimentos.

²² LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Yvan. *Introdução ao estruturalismo*: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. Lisboa: Moraes, 1979 [1968] p.169-176.

Para Woortmann²³, a cozinha é o local em que ocorre a transformação do alimento em comida, o que representa a separação entre natureza e cultura e, como veremos, entre homens e mulheres.

²³ Woortmann (1985). *Op. cit.*

Esses elementos nos fazem pensar que a cozinha de uma sociedade permite o conhecimento de outras dimensões daquela sociedade, como ensina Lévi-Strauss: a partir dela, é possível o estabelecimento de outras relações com a estrutura da sociedade, de natureza sociológica, econômica, estética ou religiosa, envolvendo homens e mulheres, família e sociedade, economia e prodigalidade, sagrado e profano etc. Desse modo é que Lévi-Strauss aponta que a cozinha de uma sociedade é uma linguagem a partir da qual traduz-se inconscientemente sua estrutura.

Comida e hierarquia

Como indicado anteriormente, todas as sociedades operam classificações e hierarquizações, que evoluem tempo, espaço, homens e mulheres etc. E, nesse sentido, nos remetemos a Woortmann²⁴, que assinala que as refeições das famílias camponesas que estuda se caracterizam não apenas como ato de comer, mas igualmente como ato ritual, como rito social que reproduz simbolicamente a hierarquia da família: a cada refeição, a família alimenta não apenas seus corpos, mas também suas representações.

²⁴ *Idem.*

No estudo realizado por Woortmann e Woortmann²⁵ entre sitiantes sergipanos, eles observaram que o homem é identificado pelo

²⁵ Woortmann e Woortmann (1997). *Op. cit.*

trabalho *pesado*, que é por ele realizado por ser *forte*. E – aqui associam a classificação dos alimentos – sendo *forte*, o homem necessita de comida *forte*, *comida de trabalho*. Essa classificação entre comida *forte* e *fraca*, foi expressa anteriormente no trabalho de Brandão²⁶, que estudou os lavradores de Mossâmedes (Goiás), que consideram comida forte aquela que tem *sustança* ou seja, a que dá a sensação de saciedade. A comida é também classificada segundo sua procedência, a comida da roça em oposição à da cidade, um tempo de homens fortes da época da fartura, em oposição àquela de penúria, em que adquirem a comida no comércio da cidade. Nas situações de pesquisa por nós experienciadas, pôde-se observar essa relação. Ao perguntarmos às mulheres sobre seu trabalho, elas relataram que realizam as mesmas atividades dos homens – “fizemos tudo juntos”. Mas, ao seguirmos indagando “quem cozinha?”, a resposta era “só eu”. E ao serem questionadas sobre as diferenças entre as comidas de homens e mulheres, ouvimos respostas do tipo “não tem diferença, só que os homens comem mais que as mulheres, eles trabalham no pesado”. Aqui podemos observar como essas relações remetem a hierarquias do trabalho e da comida, relacionadas à hierarquia de gênero.

Um outro tipo de oposição nas classificações alimentares, apontada em alguns estudos, demonstram haver uma oposição entre *comida* e *mistura*. Moura²⁷, em contexto de estudo realizado em Minas Gerais, ressalta que as *misturas* entrariam em pequena escala nas refeições, o que encontraria correspondência no fato de seu plantio ser proporcionalmente menor ou em constituírem produtos adquiridos no mercado, mediante a utilização de dinheiro.

Woortmann²⁸ também aponta a oposição entre *comida* e *mistura*, salientando que aquilo que, entre seus interlocutores, é considerado *comida*, vem do roçado, domínio masculino; enquanto que a *mistura* tem origem no quintal, domínio feminino. Assim,

²⁶ BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

²⁷ Moura. *Op. cit.*

²⁸ WOORTMANN, Klaas. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, W. M.C.; TENSER, C.M.R. (Org.). *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Senac, 2006, p. 23-55.

Se atentarmos para a hierarquia dos alimentos, na qual a comida ocupa a posição superior e a mistura a inferior, teremos posta no prato a hierarquia entre os domínios do pai e da mãe e, ao mesmo tempo, a relação entre trabalho e não-trabalho.²⁹

²⁹ WOORTMANN, Klaas. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, W. M.C.; TENSER, C.M.R. (Org.). *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Senac, 2006, p. 31.

³⁰ Woortmann (1985). *Op. cit.*

Nos grupos estudados por Woortmann³⁰, ele identificou um outro ponto essencial em relação a essas classificações: aquele que estabelece a distinção entre *comida* e *mantimento*, sendo o segundo referente àquilo que, no processo culinário, se transforma na primeira. O processo de produção da comida envolve divisões de papéis entre homens e mulheres. Nos grupos camponeses estudados pelo autor, o mantimento é produto do roçado, armazenado na sala ou no galpão, espaços que se caracterizam como pertencentes ao domínio masculino. O mantimento torna-se comida ao ser *queimado*, na cozinha, espaço de domínio feminino.

³¹ Woortmann e Woortmann (1997). *Op. cit.*

A casa em relação ao sítio, ou ao lote, é de domínio do feminino, assim como o roçado é de domínio do masculino. Segundo Woortmann e Woortmann³¹, essa relação se replica no interior da casa, onde a cozinha é de domínio feminino e a sala de domínio masculino.

³² Menasche (2007). *Op. cit.*

Em outro estudo, referente a alimentos consumidos e comercializados por famílias rurais do Vale do Taquari, Zanetti e Menasche³² apontam que os alimentos produzidos a partir do trabalho feminino, para o autoconsumo da família, são considerados *miudezas*. Já os alimentos valorizados comercialmente costumam ser produzido sob responsabilidade dos homens, indicando, assim, que a hierarquia dos alimentos, como dos espaços em que se realiza sua produção, corresponderiam à hierarquia no interior da família.

³³ Wood (2005)WOOD, R. C. Gênero e paladar gastronômico. In: SLOAN, D. (Org.). *gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor*. Barueri (SP): Manole, 2005, p. 153-174.

Em um trabalho que em nada se relaciona com o universo camponês, Wood³³ indica que as diferenças de *status* e poder refletem-se também na distribuição de alimentos, sendo as refeições momentos em que são evidenciadas as diferenças nas relações sociais. Esse

autor mostra, assim, que a responsabilidade das mulheres pelas refeições extrapola seu simples preparo, dado incluir o atendimento às preferências alimentares da família, sobretudo as do marido, consideradas prioritárias. Na pesquisa aqui apresentada, ao serem indagadas sobre alimentos que não comem, várias das mulheres agricultoras mencionaram alimentos que apreciam, mas que não são preparados em suas casas, em razão do gosto dos maridos, que rejeitam o alimento em questão.

Em Fazenda Lohmann a *comida*³⁴ é aquilo que faz parte dos alimentos consumidos principalmente ao meio-dia, que é a refeição caracterizada por ser *forte*, já que se encontra entre dois períodos de trabalho. Os agricultores referem-se às refeições da manhã e da noite como *café*³⁵, salientando que *comida* é só consumida no almoço. O termo *miudezas*³⁶ é usado para designar os produtos que vêm da horta e do comércio, em oposição a *comida*, que vem da roça ou do potreiro (no caso da carne).

A oposição entre *comida* e *miudezas* é observada com relação à carne, sendo que a carne de boi ocupa posição superior na hierarquia dos alimentos entre os camponeses. A responsabilidade de *carnear*³⁷ e da preparação dessa carne é de responsabilidade do pai de família.

Carne e Gênero

Observamos entre as famílias rurais estudadas que as mulheres (mãe) e as filhas são responsáveis pela preparação dos alimentos consumidos pela família. A exceção fica por conta da refeição de domingo, quando o prato principal é o churrasco, preparado pelos homens (pai). Ressalta-se que a carne é considerada comida *forte* e, nesse sentido, está simbolicamente relacionada ao pai, também considerado o elemento *forte* da família. A carne também é o alimento mais intensamente valorizado

³⁴ Utilizam o termo em alemão *Essen*.

³⁵ Utilizam o termo em alemão *Kaffee*.

³⁶ Utilizam o termo em alemão *Kleinigkeiten*.

³⁷ Carnear é o termo utilizado pelos agricultores para designar as atividades que se realizam em torno do abate de um boi ou porco. É um momento ritual, que envolve festividade e reciprocidade no compartilhar as carnes e derivados entre a família, vizinhos e parentes.

culturalmente. Isso foi observado nas situações de pesquisa, em que mesmo as famílias que nos últimos anos têm deixado de produzir alguns alimentos, passando a adquiri-los no mercado, mantêm a criação de animais para a produção da carne.

O domingo é o dia de semana mais importante: é o dia de ir ao culto, de receber visitas, de descansar. Nesse dia, é assada a carne, alimento culturalmente mais valorizado³⁸. O assador da carne é o homem, que ocupa o papel central no interior da família.

Relacionam-se, assim, as classificações do tempo, dos alimentos, do espaço e das pessoas. No almoço de domingo, as mulheres preparam as saladas, a cuca³⁹ e o pão, que irão acompanhar o prato principal: a carne. Assim, também na relação entre o prato principal, preparado pelo homem, e o acompanhamento da salada, preparado pela mulher, traduz-se a hierarquia que separa o pai e a mãe.

Esse elemento de hierarquização dos domínios do homem e da mulher referente à carne pode também ser observado no ritual de *carnear* os animais. Quando este ritual é realizado na casa de uma família, os adultos (homens e mulheres) da vizinhança próxima são chamados para auxiliar, o que envolve princípios de reciprocidade. Como também observou Nogueira⁴⁰, em contexto de abate de porco em Portugal, o ritual envolve convívio e fortalecimento de laços familiares e de vizinhança, através da doação de carnes e derivados, através do momento festivo do ritual de sacrifício e através dos auxílios retribuídos.

No ritual de abate do boi em Fazenda Lohmann, as atividades iniciam pela manhã, quando os homens prendem o animal e o matam. As mulheres e crianças não participam desse primeiro momento, em razão de serem consideradas mais emotivas e dado que, como nos contam nossos interlocutores, “para o animal não sofrer não se deve ter pena”. Depois de morto o animal, os homens retiram o couro e o abrem, removendo todas as vísceras. É aí que começa o

³⁸ A respeito das dimensões simbólicas do churrasco no Rio Grande do Sul (ver: MACIEL, M. E. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2(4), p. 34-48, 1996).

³⁹ Espécie de pão doce feito com ovos, farinha de trigo, fermento, gordura e açúcar, com recheios e cobertura diversos, característico da culinária alemã.

⁴⁰ NOGUEIRA, Sandra. Da banca da matança aos enchidos: a festa e os rituais de transformação do porco em alimento. *Mneme*, 5(9), 2004. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/ed9/050.pdf>.

trabalho das mulheres, que ficam responsáveis pelas *miudezas*, nome atribuído pelo grupo às vísceras. Do mesmo modo que observado por Nogueira⁴¹ em seu estudo sobre o ritual de matança do porco em Portugal, pudemos observar, quando do abate do boi em Fazenda Lohmann, que a atividade é fracionada em momentos particularmente femininos ou masculinos e cada um dos gêneros mantém-se a parte das tarefas que cabem ao outro.

⁴¹ *Idem.*

Observa-se, assim, uma nítida divisão de tarefas entre homens e mulheres, sendo os homens responsáveis por partir a carne (alimento mais valorizado), enquanto que as mulheres ocupam-se das vísceras (alimento menos valorizado). Se atentarmos para essa divisão, teremos novamente presente, também neste ritual, a hierarquização entre homens e mulheres.

Mudanças de hábitos

Com base nos estudos aqui referidos e a partir da pesquisa realizada, este trabalho procurou apreender as classificações estabelecidas pelos agricultores e agricultoras quanto à comida que produzem e consomem, bem como suas relações com as classificações que operam de si mesmos, de como e onde vivem e do que fazem.

Algumas transformações vêm sendo identificadas nas práticas alimentares das famílias, principalmente no que se refere à presença cada vez maior de alimentos industrializados. No Vale do Taquari, isso se dá principalmente em razão das unidades de produção estarem cada vez mais voltadas à especialização, ou seja, aviários, chiqueiros e cultivo comercial de soja e milho. Também, a renda proveniente das aposentadorias rurais passou a viabilizar o acesso a alimentos adquiridos.

Para as mulheres agricultoras, a aquisição de alimentos industrializados possibilitou uma redução

do trabalho doméstico. Isso não quer dizer que não se produza diversidade de alimentos no meio rural, mas sim que muitos dos alimentos que anteriormente eram produzidos na propriedade passaram a ser comprados. Como já apontado anteriormente, mesmo que grande parte dos alimentos sejam adquiridos pré-preparados, a carne, considerada como o alimento mais *forte*, permanece sendo produzida pelas famílias rurais. A presença do pai exige que não falte a carne para a família e que essa seja produzida na propriedade: essa produção evidencia a honra do pai.

Um outro fator de diferenciação entre homens e mulheres, estabelecendo um paralelo com a comida, é percebido nas festas de aniversário, realizadas em casa. Nos aniversários dos homens (pai), é servido o churrasco, sendo que o pai assa a carne para receber amigos e parentes. A abundância de carne fala da honra do pai. Já nos aniversários das mulheres (mãe), são feitas tortas, sobremesas e salgadinhos, para receber amigos e parentes. Nesse sentido, essa comida fala das habilidades culinárias da mãe e, assim, fala de sua honra.

Temos, assim, que a família rural se constitui socialmente, por meio da relação de seus membros, relação que se expressa simbolicamente, também através da comida.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer*: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 15(7), p.22-23, 1987.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarquicus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992 [1997].

GAVIRIA MEJIA, Margarita; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Estudo & Debate*, Lajeado, 13(1), p.69-82, 2006.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Yvan. *Introdução ao estruturalismo*: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. Lisboa: Moraes, 1979 [1968] p.169-176.

MACIEL, Maria Eunice. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2(4), p.34-48, 1996.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p. 78-98.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.

NOGUEIRA, Sandra. Da banca da matança aos enchidos: a festa e os rituais de transformação do porco em alimento. *Mneme*, 5(9), 2004. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/ed9/050.pdf>

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5(28), p. 64-71, 1987.

WOOD, Roy C. Gênero e paladar gastronômico. In: SLOAN, Donald (Org.). *Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor*. Barueri (SP): Manole, 2005, p. 153-174.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série Antropologia*, Brasília, 20, 1978.

_____. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Série Antropologia*, Brasília, 50, 1985.

_____. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 87, 1990.

_____. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, W.M.C.; TENSER, C.M.R. (Org.). *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Senac, 2006, p. 23-55.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 130-141.

Imigração, alimentação e Luteranismo em Blumenau (SC)¹

Marilda Checcucci Gonçalves da Silva

Resumo: O artigo analisa o papel das Sociedades de Senhoras Evangélicas, na formação das mulheres em Blumenau através de uma educação voltada para o conhecimento do que se entendia então como economia doméstica, que incluía culinária, administração da casa, contabilidade, cuidado com crianças.

Palavras chaves: Imigração. Alimentação. Luteranismo.

Abstract: The article analyses the role of Societies of Evangelical Ladies, in the formation of the Blumenau's women, through an education geared to the knowledge of what was then considered as home economics, which included cooking, home of administration, accounting and care with children.

Key-words: Immigration. Food. Luteranism.

Marilda Checcucci Gonçalves da Silva. Doutora em Educação pela UNICAMP – Atuação em Antropologia rural. Profa. Da Universidade Regional de Blumenau.
marildacheccucci@hotmail.com

¹ Texto recebido: 08/09/2008.
Texto aprovado: 10/12/2008.

² WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900)*, São Paulo: PUC, 1991. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 8-17.

³ Carta escrita por Dr. Blumenau ao Superintendente de Lichtenburg – Braunschwieg – 12 de dezembro de 1853, tradução de Edith Sophia Eimer. Arquivo Histórico de Blumenau.

⁴ O Médio Vale do Itajaí é formado atualmente pelos municípios de Blumenau, Indaial, Timbó, Rodeio e Acurra, criados a partir dos desdobramentos da Colônia Blumenau, mantendo ainda hoje, entre a sua população, uma maioria de descendentes dos colonos imigrantes. A imigração européia na região do Médio Vale do Itajaí ocorreu sob a forma de colonização, através da introdução de famílias camponesas, iniciando-se com as de origem alemã, com a fundação da então Colônia Blumenau, pelo Dr. Hermann Blumenau, em 1850, posteriormente com as de origem italiana, localizadas na periferia da colônia, a partir de 1875. Os poloneses, em menor número, ingressarão por último. Essas famílias imigrantes foram assentadas na condição de pequenas proprietárias, à semelhança de outras regiões do sul do Brasil, voltadas para a produção da subsistência

Introdução

A invisibilidade do papel da mulher no desenvolvimento da região de Blumenau, vista como obra do “esforço empreendedor” dos empresários, tem sido apontada na literatura catarinense sobre esse tema, omitindo a expressiva participação das mulheres nos fazeres e saberes locais. Apesar disso, é significativa essa participação, não somente no trabalho doméstico, como também em boa parte do trabalho considerado produtivo².

A importância da família para o colono, especialmente o fato de ter uma mulher, aparece em inúmeros relatos de cartas de colonos dirigidas à Alemanha nos primórdios da colonização. O próprio fundador da Colônia, o Dr. Blumenau, em carta de orientação³, dirigida àqueles que pretendiam imigrar para o Brasil, procura alertá-los de que: “...o emigrante que trabalha na terra, necessita o auxílio de uma mulher e boa dona de casa (...) uma esposa aqui é tão necessária como o pão de cada dia”, também para que procurassem “... trazer uma esposa com prendas domésticas e que não seja habituada às cidades grandes”.

Em pesquisa anterior, onde estudei os impactos promovidos com a vinda de famílias imigrantes de origem européia (alemã, italiana e polonesa) sobre a produção de alimentos e a culinária da região do Médio Vale do Itajaí⁴ (SC)⁵, constatei, que as mulheres de origem pequeno burguesa cidadina, que acompanharam seus maridos nos primórdios do processo de povoamento da Colônia Blumenau, já traziam consigo toda uma cultura voltada para os cuidados domésticos, compreendendo aquilo que se costumava chamar na Alemanha da época por *Economia doméstica*, e que incluía desde a culinária, a administração da casa, a contabilidade até a criação de animais

Esse é o caso da escritora Therese Stutzer⁶, mulher pertencente à pequena burguesia alemã e que acompanha seu marido à colônia Blumenau, na

condição de esposa. Sua carta de 29/05/1886, enviada a parentes da Alemanha, evidencia que já trazia na sua bagagem um grande conhecimento culinário. Therese havia, quando ainda estava na Alemanha, substituído a sua madrasta no serviço doméstico, cuidando do próprio lar durante um longo tempo, pelo fato de sua madrasta, por motivos de saúde, ter ficado impossibilitada de fazer esse tipo de serviço. Até a idade de 16 anos, Therese freqüentou, em Hanôver, um instituto superior para senhorinhas, até seu casamento com o também escritor e pastor Gustav Stutzer, com o qual veio para a colônia Blumenau.⁷

Trouxe consigo um exemplar de um *livro de receitas*, que era o *best-seller* da sua época, dele se utilizando para cozinhar, já nos primórdios da sua vida na Colônia Blumenau, como se pode depreender do trecho que se segue:

Falando em café! Retorno à cozinha e é para lá que quero levar-te, para que vejas nosso forno. Agora já posso cozer pão de milho! Mas, derramei algumas lágrimas até aprender a fazê-lo, porém precisei empenhar-me muito. Estou me sentindo orgulhosa pela minha habilidade e já posso me impor como professora diante das minhas filhas. Esse pão é feito com levedura e nós juntamos farinha de trigo para se tornar uma massa mais leve. Muitos colonos adicionam cará, um tubérculo semelhante à batata-inglesa. Às vezes, adiciono cominho, pois melhora o paladar. Para Gustav, preparo pão de trigo, pois o milho não lhe faz bem. E como ele gosta de doçura. Sou uma dona de casa bem esbanjadora, pois aqui, os ovos e o açúcar são baratos. Pelo Davidis, preparo coisas maravilhosas. Os Baisers (suspiros) ficam excelentes. Para cobertura do doce uso laranja, pêssego e banana. Estou tão orgulhosa com tudo que aprendi! Ter um forno nos fundos da casa é tão necessário quanto um na cozinha. Nada se conserva por muito tempo, nem o pão de milho, porque o bolor aparece em tudo. Podemos adquirir o pão do leiteiro que passa diariamente, ele o distribui de várias padarias. Todas as manhãs um padeiro passa diante de nossa casa levando sua mercadoria até Badenfurt. Mas atualmente somos treze pessoas e por isso este pão se torna caro, não sendo tão gostoso quanto aquele que assamos⁸.

O livro por ela mencionado, o *Davidis*, foi editado na Alemanha, na segunda metade do século XIX, tendo sido publicado por Henriette Davidis, considerada a mais famosa cozinheira e autora de livro de culinária

através da utilização do trabalho familiar, formando grupos etnicamente homogêneos, com características próprias que os diferenciam de outros grupos camponeses do país. Os colonos foram assentados em lotes coloniais. A exploração agrícola deu-se através da policultura. Anteriormente a essa ocupação, a região era ocupada por populações indígena, cabocla e luso-brasileira

⁵ A autora.

⁶ Therese Stutzer nasceu em 14 de maio de 1841, em Ilseburg, no Harz, Alemanha. Seu pai era um famoso artesão em ferro, tendo sido o construtor da usina siderúrgica de Ilseburg, até hoje existente. Seu irmão, professor Walter Schott, foi um renomado escultor em Berlim. (HUBER, Valburga (organização, tradução e introdução). *Marie Luise / Therese Stutzer*. Blumenau: Cultura e Movimento, 2002, p. 27).

⁷ *Idem*.

⁸ *Ibidem*, p. 99.

clássico da Alemanha. A cultura culinária alemã é decisivamente marcada, nessa época, através da publicação de seus livros de receitas e de suas orientações às donas-de-casa. Em seu *Die Hausfrau* (A Dona de Casa), ela aborda, além da culinária, outras áreas da administração da casa, constituindo o que se conhece pela chamada *Economia doméstica*, que incluía na sua época, além da culinária, outras áreas de administração da casa, indo da contabilidade à criação de animais. A primeira edição do seu livro de culinária *Praktisches Kochbuch für die gewöhnliche und feinere Küche* (Livro de Culinária Prático para cozinha trivial e fina) foi publicada em 1844/45 e teve, até o ano de 1963, pelo menos 76 edições publicadas, em várias línguas. Até o início do século XX, um grande número de livros de culinária citava e utilizava o *Davidis* como referência⁹.

⁹ Disponível em: http://de.wikipedia.org/wiki/Henriette_Davidis. Acesso em: 15 de abril de 2006.

¹⁰ Vinda da Saxônia (sul da Alemanha), casa-se com o filho de uma família também imigrante. O marido veio da Pomerânia, norte da Alemanha, em 1924, juntamente, com o pai (por recomendação médica), professor de Biologia, a mãe e mais dois irmãos.

Em Blumenau, encontramos uma figura muito próxima à de Henriette, que, embora não tenha publicado nenhum livro de receitas, desempenhou um papel similar, na cidade de Blumenau, como conselheira das donas-de-casa, da pequena burguesia local, ajudando-as a se tornarem boas donas-de-casa, ideal feminino da época. *Frau Kieckbusch*¹⁰ aprendeu a cozinhar trabalhando na casa de um pastor, através de um livro de receitas de origem alemã, pertencente à esposa do pastor. Segundo sua filha, na época era comum que algumas moças da cidade, antes de casar, ficassem algum tempo com uma família de *bons tratos*, como se fosse sua filha adotiva:

Antigamente, era assim, uma moça, antes de casar, ela ia numa casa quase como doméstica, fazia todo o serviço, cozinava, aprendia, e ela foi para a casa de um pastor, daí ela aprendeu as receitas. Ela sabia tudo, e as senhoras jovens que casavam e que não entendiam muita coisa, elas vinham se aconselhar com a nossa mãe. Ela era conhecida por todo mundo (...) não é propriamente empregada. No alemão a gente diz “Haustochter”, que quer dizer “filha adotiva”¹¹.

¹¹ Érica Kieckbusch, entrevista realizada em 20/12/2005.

Esse papel também foi desempenhado por freiras luteranas. Segundo Érica Kieckbusch¹², em Novo Hamburgo (RS) elas tinham uma casa grande, onde moças de Blumenau iam fazer curso de *Economia Doméstica*, lá permanecendo por um ou dois anos. Para caracterizar esse tipo de pessoa comumente encontrada entre as famílias da pequena burguesia de Blumenau, utilizava-se localmente a palavra *Haustochter*, correspondendo à figura da pessoa que trabalha na casa de uma família fazendo todo tipo de serviço, sendo que, em contrapartida, a família ficava responsável por mantê-la. Esse exemplo serve para ilustrar a importância da *Economia Doméstica* no cotidiano das famílias da pequena burguesia em Blumenau, ainda em meados do século XX. Também em Blumenau, de 1929 até 1932, funcionou uma “Escola de Economia Doméstica”, por iniciativa do grupo de Senhoras Evangélicas da Comunidade Blumenauense.

Esse saber desenvolvido e conservado pelas mulheres da pequena-burguesia, juntamente com aqueles desenvolvidos pelas mulheres colonas, será responsável pelo grande número de estabelecimentos comerciais, dedicados ao setor de alimentos, até hoje presente na cidade de Blumenau. Entre os colonos, junto aos quais a culinária estava mais restrita ao seu *nicho ecológico*, surgiu a indústria de laticínio e salsicharia¹³. Também no comércio foi o conhecimento desenvolvido e adaptado pelas mulheres que daria origem a vários estabelecimentos comerciais, incluindo-se a Confeitaria, onde o saber sofisticado das mulheres da pequena burguesia estaria presente. Desse modo, a mulher, em muitos casos, responsabilizou-se, direta e indiretamente, pelo sucesso econômico de suas famílias¹⁴. O surgimento das Confeitarias em Blumenau data do início do século XX e, através das trajetórias femininas, constatou-se que, por trás delas, sempre se encontram o saber e o trabalho da mulher.

Por outro lado, observou-se que esse contexto aqui se reproduziu, graças principalmente à atuação e aos

¹² *Idem*.

¹³ Queijos e salames foram inovações introduzidas no cardápio brasileiro incorporados através de italianos e de alemães, não sendo casual o fato de frigoríficos operarem hoje quase todos no Sul do Brasil. A suinocultura foi uma atividade econômica muito importante entre imigrantes alemães e italianos, desde seu estabelecimento no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina no século XIX: a produção de banha era uma das atividades mais rendosas nas colônias alemãs. Alimentos à base de carne de porco consumidos no Brasil são, em parte, de origem alemã e italiana (SEYFERTH, 1990: 70). O uso de banha com açúcar mascavo em cima do pão era muito consumido e apreciado entre os colonos.

¹⁴ Entre os estabelecimentos comerciais que foram objeto de pesquisa, incluem-se a Casa Kieckbusch, a Confeitaria Herr Blumenau, a Confeitaria Glória, o Restaurante Saint-Peter, a Confeitaria Tia Hilda, a Confeitaria Socher e o Confeitaria Tönjes.

ensinamentos das mulheres dos pastores luteranos, que foram enviados para a região, com a finalidade de dar assistência religiosa aos imigrantes, ou mesmo ao papel desempenhado por freiras luteranas (diaconisas) na formação das mulheres em Blumenau, principalmente no período que vai da criação da Colônia até o processo de nacionalização do ensino, que ocorre, por volta de 1937.

A Escola de Economia Doméstica em Blumenau

De acordo com PISKE, In: Meinrad Piskeem, 1925:

a Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau, começou a estudar a conveniência de organizar uma escola de economia doméstica. Esta escola deveria ter um curatório formado por sete senhoras, duas da diretoria da Comunidade Evangélica, uma da diretoria da Escola Alemã e quatro da Sociedade Evangélica de Senhoras. Foram nomeadas Elsbeth Koechler, Hedy Hering, Gertrud Gross e Elsbeth Feddersen. A Sr. Girulat foi solicitada a entrar em contato com a professora, por ela indicada, sobre a disposição de assumir a direção, estipulando-se o valor do ordenado em 400\$000 (quatrocentos mil réis), além de moradia e alimentação. Foi também estabelecido o prazo de quatro anos, após os quais lhe seria pago a passagem de volta à Alemanha. No fim deste mesmo ano realizou-se um *Bunter Abend*, uma noite artística, cujo resultado financeiro de 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis) foi destinado à aquisição de móveis para o pensionato de moças. Já em janeiro do ano seguinte, a escola começou a funcionar e moças de Blumenau e de outras cidades de Santa Catarina, e até de outros Estados, a frequentaram.¹⁵

¹⁵ PISKE. P. In: Meinrad (Org.). *Centenário Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau: 1907-2007*. Blumenau: O Kuhr, 2007, p.28.

¹⁶ Fragmentos de nossa história local. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII – n. 5/6 – maio/jun. – 2001, p. 47.

Na escola, foi “introduzido o ensino tanto teórico quanto prático em todos os ramos da administração feminina”¹⁶, de acordo com referências publicadas a

partir do *Volkskalender* de 1933. Estas escolas se encontravam vinculadas ao pensionato evangélico de moças, que fazia parte do trabalho social, de cunho educativo voltado para a formação da mulher luterana em Blumenau. As aulas eram administradas por três professoras trazidas da Alemanha, que também residiam no pensionato que abrigava as moças que nele iam fazer curso como internas, podendo à semelhança da escola de Novo Hamburgo (RS) durar de um a dois anos.

Estas escolas foram criadas pelas “Associações de Senhoras” ou “Frauenverein”, fundadas em Blumenau no ano de 1907. No dia 2 de setembro, a convite de Mildred Mummelthey, a “Frau Pastor” ou esposa do pastor Walter Mummelthey, reuniram-se algumas senhoras na casa pastoral, com essa finalidade. Ela tinha sido enfermeira da Cruz Vermelha da Inglaterra antes de se casar com o Pastor Walter Mummelthey e vir com ele para o Brasil. Na pauta da reunião, do dia 2 de setembro de 1907 estava a proposta de fundar, a exemplo do que estava acontecendo na Alemanha, uma associação de mulheres com a finalidade de cuidar de pessoas pobres e doentes. A “Frau Pastor” conhecia a situação social de Blumenau e das pessoas pobres e doentes que necessitavam ajuda.¹⁷

O “Frauenverein”, surgiu em decorrência da revolução francesa e da “declaração dos direitos da mulher”, sendo o primeiro programa político associado aos movimentos de 1848 surgido na Alemanha e que haviam sido precedidos por equivalentes na França e na Inglaterra: “Defendia-se o ideal de educação para a mulher que a capacitasse ao trabalho econômico e espiritual auto-suficientes, fundamentado em ideais sociais e nacionais.”¹⁸

Em 1865 foi fundada em Leipzig a “Liga Alemã de Associações de Mulheres” ou “Allgemeiner Deutscher Frauenverein”. Seu programa começava com o estímulo “ao trabalho feminino”, declarando que o trabalho devia ser “o fundamento da nova

¹⁷ PISKE. P. In: Meinrad (Org.). *Op. cit.*, p.9.

¹⁸ RENAUX, Maria Luiza. O papel da mulher no Vale do Itajaí: 1850–1950. Blumenau: FURB, 1995, p.195.

sociedade, como direito e honra do sexo feminino e por isso defende o direito a ele e a necessidade do afastamento de todos os obstáculos ao trabalho feminino”. Durante a guerra a “Liga Alemã de Associação de Mulheres” voltou-se para o Estado. Em decorrência disso, “valorizou o trabalho doméstico tradicional da mulher, equiparando-o às atividades exercidas pelos homens no mercado de trabalho. A maternidade espiritual da profissional era ressaltada, o que equivalia a delimitar o campo de ação da mulher às profissões de caráter social.”¹⁹

¹⁹ *Ibidem*, p.195.

Esse aspecto fica evidente, na escola feminina em Blumenau. Em seus reclames na imprensa, o pensionato divulgava que as moças receberiam educação, que as preparariam para as “profissões” de “dona de casa” e “mãe”, e assim estariam “aptas para gerenciarem as questões sociais da atualidade e o sentimento de responsabilidade perante a sociedade”²⁰. Vemos portanto que os papéis de mãe e dona de casa eram considerados como profissões. Essa situação tinha a ver com o contexto da época, uma vez que ter filhos tornara-se importante, principalmente devido às perdas sofridas pelo exército, além de não significar uma concorrência com os homens no mercado de trabalho. Por isso mesmo a ênfase no trabalho social era ressaltada²¹.

²⁰ *Blumenau em Cadernos.Op. cit.*, p. 49)

²¹ RENAUX, Maria Luiza. *Op. cit.*, p.195.

Em 1886 é fundado em Berlim o “Lette-Verein”, “Associação Lette”, que iria se dedicar exclusivamente à profissionalização da mulher e o “Frauenverein” pátrio, cuja cabeça mais tarde seria a própria Kaiserin, a imperatriz da Alemanha. Neste país o “Frauenverein”:

pele fato de estar ligado às batalhas da unificação alemã e de fundação do império, teve um cunho mais conservador e voltado para o cuidado com os doentes de guerra. O que estava em questão nele não era a luta pela emancipação da mulher, em cujo espírito, no entanto, todas as sociedades femininas daquele tempo haviam nascido.²²

²² *Ibidem*, p. 195

Ainda assim, irá crescer a educação das filhas da burguesia para o magistério e o movimento em favor da profissionalização feminina nas décadas que antecederam a Primeira Guerra. Em 1889 a associação de profissionais femininos da pequena e média burguesia, “Frauenwohl”, “Bem-estar das Mulheres” já contavam com 500 membros, da mesma forma que era crescente o número de mulheres participantes do “Kaufmaennischer Verband für weibliche Angestellte”, “Associação das Funcionárias do Comércio”, fundada em 1903. Ao lado destas surgiram associações para estenógrafas, telégrafas, etc, profissões ocupadas quase sempre por mulheres.²³

Em Blumenau o “Frauenverein” ou a Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau, como passou a se chamar depois, foi fundada em 2 de setembro de 1907, no aniversário da cidade, por sugestão da esposa do pastor Mummelthey, Mildred, anteriormente enfermeira da Cruz Vermelha inglesa. Sua finalidade principal consistia “na assistência às pessoas carentes e aos doentes”. Elsbeth Schrader Koehler, mulher inteligente e decidida, casada com Arthur Koehler²⁴, fundador do jornal “Der Urwaldsbote”, foi escolhida presidente da instituição. “Elsbeth Koehler, que em casa, à noite gostava de ocupar-se em ‘tirar a raiz quadrada, praticar álgebra e até estudar grego’, mostrou-se a pessoa ideal para o cargo, no qual permaneceu durante 40 anos, sendo substituída pela filha Hertha Hildebrand, que ficou mais 26”²⁵. Além de Blumenau surgiram “Frauenverein” em Brusque e Itajaí. Em Brusque foi criado no ano de 1908, tendo sido obras do “Fraunverein” a fundação de um jardim-de-infância e a construção de uma maternidade, para a qual tiveram como patrono o cônsul Carlos Renaux. Na década de 30, do séc. XX, o “Frauenverein” patrocinou a vinda da Alemanha de uma parceira profissional, “Schwester” “Margarethe Spieweck”.

O “Frauenverein”, ou a depois chamada Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau possibilitava

²³ *Ibidem*, p. 195.

²⁴ Arthur Koehler veio para Blumenau aos 17 anos, a pedido de seu tio, Hermann Hering, proprietário da fábrica de malhas com o seu nome. Arthur era filho irmão de Hermann Hering e trabalhara na malharia dos pais em Dresden. Incondicionalmente apaixonado pela nova terra, pretendia desenvolver a cultura da região nos moldes do “Deutchum” e em nome desse ideal fundou seu jornal o “Der Urwaldsbote”. Era também professor de ginástica no “Turnverein” ou “Escola de Ginástica” que, em última instância, também tinha por finalidade promover a germanidade. Tratava-se de um estabelecimento de banho que funcionava no Rio Itajaí, que corta o centro de Blumenau e que na época possuía águas límpidas. Sobre um grande trapiche de madeira “foram construídas seis cabines para trocar de roupa e uma espécie de piscinas delimitadas por divisões de madeira, onde os iniciantes aprendiam a nadar. No bairro conhecido por Altona havia outro estabelecimento de banho junto ao rio e também outra divisão do “turnverein” de Blumenau, onde se preparavam atletas para competir com os do centro da cidade. (RENAUX, 1995. *Op. cit.* p.198-99)

²⁵ *Ibidem*, p. 197.

também à mulher sair mais vezes de sua casa e a formar círculos de amizade, “Kraenzchen”, em que, a pretexto de auxiliar o próximo costurando roupa e bordando para os bazares beneficentes, se punha em dia a conversa nas dependências do teatro Frohsinn²⁶ – local inicial dos encontros – e se ouviam trechos da literatura alemã apresentados por Johanna Hering Poettig.²⁷

²⁶ Teatro Carlos Gomes após o processo de nacionalização.

²⁷ *Ibidem*, p. 197.

Segundo Maria Luiza Renaux:

Enquanto nos Estados Unidos, país que saiu vitoriosos da Guerra, as novas funções assumidas pelas mulheres e o novo currículo escolar elaborado para elas diziam respeito à sua independência pessoal, isto é, à escolha de um destino calcado na aptidão pessoal, independente das possibilidades que lhe abrissem o casamento e a criação de filhos, na Alemanha, sob o Kaiser, que perdera a Guerra, já desde os tempos da unificação da nação a atuação feminina ligava-se à beneficência, motivada pelas grandes baixas sofridas pelo exército alemão. Sob qualquer uma das formas, o ensino teve de preparar as moças para seus novos papéis fora de casa. Como a cúpula dirigente prussiana, isto é, o Kaiser e o Kaiserin, eram de confissão luterana, foram as comunidades dessa confissão que fundaram os “Frauenvereine”, mais as “Frauenshule”, as “Hoheren Toechterschulen”, o “Lette-Verein”, uma escola profissionalizante, voltadas à educação das moças, com ênfase na cultura e na economia doméstica, mas algumas delas, como a última, voltadas para a formação prática.²⁸

²⁸ *Ibidem*, p. 198.

Entretanto, a ênfase na profissionalização das mulheres, mostrava o seu lado perverso, já que eram os interesses do contexto político e econômico que estavam a exigir a sua presença, dentre os interesses próprios de cada país. A ênfase na profissionalização irá se mostrar uma escolha eficaz, pois o número de mulheres profissionais passou de 9,5 milhões antes da Guerra a 15 milhões no terceiro ano do conflito²⁹.

²⁹ *Ibidem*, p. 198.

A formação dessas escolas aconteceram porque o

“Allgemeiner Deutscher Frauenverein” havia se empenhado na luta pelo estudo e profissionalização da mulher em níveis mais elevados e em campanha junto aos tribunais e governos comunais para que as instituições de ensino existentes também se abrissem ao sexo feminino e que também se criassem institutos de ensino especialmente dirigidos a elas, a fim de dar-lhes formação superior e maior capacitação à vida profissional³⁰

³⁰ *Ibidem*, p. 200.

Blumenau não irá ficar alheia a esse chamado e na antiga moradia da família Hering, no bairro do Bom Retiro, junto à fábrica de malhas, irá se fundar uma “Frauenshule”, “Escola de Mulheres”, para “informar e aprimorar a educação das moças do lugar”³¹. Do seu currículo fazia parte História da Arte, Geografia, Música e Culinária e sua ênfase era no aprimoramento das virtudes domésticas, capacitando simultaneamente as jovens nas profissões que já se admitiam então para as mulheres, como a de “Hauslehrerin”, “professora particular”, normalmente de pintura ou de música ou de jardim-de-infância. Para ensinar as moças da burguesia blumenauense, três professoras vieram da Alemanha, e passaram a lecionar não apenas na “Frauenshule”, mas também na “Escola Alemã” da cidade.

³¹ *Ibidem*, p. 201.

Quanto às diretrizes do ensino, havia polêmica, que fica evidente no trecho que se segue, onde a grã-duquesa de Baden faz valer seu ponto de vista:

O lidar na sala e cozinha em boa parte contribui para o bem-estar da família. A juventude feminina, porém, com muita freqüência vai atrás do ganho e se descuida do preparo para o seu principal encargo na vida. Sua majestade real, a Grossherzogin (a grã-duquesa) no seu incansável zelo procura também auxiliar neste sentido e sob o seu estímulo surgiu também aqui uma ordem para que se privilegiasse, em lugar da extensão dos estudos, as aulas de administração doméstica³².

³² *Ibidem*, p. 201.

Mesmo para as moças que optavam por seguir os estudos, o que se procurava atender não era sua independência, em primeiro plano, situação que perdura até mesmo depois da Segunda Guerra Mundial. Ao explicar a razão de ter mandado suas filhas estudarem nos Estados Unidos, Erich Bueckmann argumenta:

um homem culto e aberto às novidades do seu tempo e que vira de perto as mudanças naquele país, de onde a fábrica Renaux passou a importar suas máquinas, sob sua responsabilidade (ele era engenheiro mecânico), foi bem claro na questão da finalidade do estudo das mulheres. A educação, segundo Erich, servia para que as filhas fossem livres, a liberdade vista como sinônimo de independência da casa dos pais. A grande preocupação era de que elas pudessem viver pelo esforço próprio, que se sustentassem “pelo conhecimento, pela educação” (pelo menos até o casamento, durante a qual a filha mais velha de Erich, casada com um industrial de Joinville, não trabalhou). Trata-se de independência econômica, um primeiro passo – “vira-te” é a palavra de ordem -, mas não de independência psicológica – “seja feliz”, uma conquista posterior. Tampouco é de pensar que com o seu aprendizado as mulheres dispusessem de forma independente do dinheiro. Ganhá-lo era função ainda do pai ou do marido, cabendo à mulher ter talento para bem empregá-lo.³³

³³ *Idem.*

A formação das mulheres nas escolas femininas em Blumenau

Nas “Frauenshule” de Blumenau, as disciplinas educativas em geral eram comuns aos dois cursos, o da “Escola de Senhoras” e “Escola de Economia Doméstica” porém, o conteúdo da “Escola de Senhoras” era “mais aprofundado e mais extenso”. Apenas às alunas “senhoras” eram ministradas as aulas de educação, psicologia e metodologia do jardim-de-

infância, apoiadas por atividades práticas com os pequenos do jardim da Escola Nova³⁴ e do Johannastift³⁵. As aulas habilitavam as alunas a se tornarem professoras de jardim-da-infância, porém, de acordo com o texto do *Volskskalender* seu principal objetivo não era esse mas “ajudar à aluna no desenvolvimento primordial da sua feminilidade, da felicidade espiritual e do seu sentimento maternal”³⁶.

O plano de aula era constituído da seguinte forma:

- a) Matérias específicas: História da Arte; Literatura; Psicologia; Pedagogia; Método do Jardim de Infância; História da Igreja; Estudo Social do Brasil; Conversação em português; Ensino de Saúde; Estudo de Arte doméstica; Ensino de Comportamento.
- b) Matérias Técnicas: Canto; ginástica e jogo; bordado, costura, cerzimento, agilidade manual, etc...
- c) Trabalho prático: Todos os trabalhos domésticos, cozinha, tratamento da roupa, arrumação em geral, etc. jardinagem e atividade de jardim de infância.

As aulas de música eram ministradas, porém os valores desta não estavam incluídos na mensalidade.

Ao apreciar o conteúdo ministrado nas “Escolas de Mulheres”, percebe-se que se de um lado elas apontam na direção da formação de uma boa dona-de-casa e mãe, de acordo com os valores da época, por outro ele faz jus à própria formação luterana. Isso fica claro nos “Fragmentos” do *Volskskalender*, onde se expressa que sua finalidade era a “formação da juventude feminina”, que através do aprendizado do seu papel como esposa e mãe estariam aptas para “gerenciarem as questões sociais da atualidade” e o “sentimento de responsabilidade perante a sociedade”³⁷.

De acordo com o PISKE In: Meinrad, a Irmã Superior da Casa Matriz de São Leopoldo, Ruthild Brakemeir, fez uma breve análise em sua tese de mestrado sobre o papel desempenhado pelas diaconisas:

³⁴ A Neue Deutsche Schule, depois Colégio Santo Antônio, foi criada em 01/05/1889, sob inspeção do pastor Faulhaber, enviado pelo conselho Superior de Berlim para suceder ao pastor Heinrich Sandrezcki, transferido para a cidade de Buffalo nos Estados Unidos. (KLUIG, 1997, p.126e 129).

³⁵ Maternidade fundada em 1909, com a doação de um terreno feita por Johanna Hering Poettig, daí o nome, que significa “doação de Johanna”. Para a sua criação vieram da Alemanha duas irmãs pertencentes à Sociedade de Diaconisas de Zehlendorf, por iniciativa da Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau ou “Franuerverein”.

³⁶ In Pensionato evangélico de moças-estato da escola de parteiras de Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, n. 05-06, maio/jun., 2001, p. 48.

³⁷ *Idem*, p.49.

constantando que as diaconisas também influenciaram culturalmente a vida brasileira. Apesar de terem estado em poucos lugares, o contato de jovens senhoras com as diaconisas fez com que certos aspectos de sua cultura fossem assimilados. O amor à ordem e ao asseio, assim como a habilidade de ter instalações bonitas e confortáveis tinham grande irradiação. A piedade das irmãs se expressava no canto, na regularidade das meditações e no festejo do ano eclesíástico. A saudade de sua pátria fortalecia nas irmãs a necessidade de festejar o Natal e a Páscoa, com muitos enfeites, o que auxiliou a estabelecer tradições no Brasil.³⁸

³⁸ PISKE, P. In.: Meinrad (Org.). *Centenário Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau 1907-2007*. - Blumenau: O.Kuhr, 2007, p. 27.

O modelo ideal de mulher em Blumenau

Durante o período analisado em Blumenau, as qualidades requeridas para uma esposa, ligavam-se à idéia de “conforto doméstico” trazida da Europa e aos “valores morais e religiosos” dos imigrantes, sendo a grande maioria da população em Blumenau formada por protestantes luteranos. O trabalho como atividade e como princípio ético, era um componente fundamental na vida das mulheres teuto-brasileiras de Blumenau. Como operárias, agricultoras, artesãs ou donas de casa, o trabalho destas mulheres foi importante para o desenvolvimento econômico do município, embora a maioria dos estudos realizados sobre a região, enfoquem apenas o trabalho dos imigrantes empreendedores do sexo masculino. Para a autora, a mulher imigrante de origem alemã:

Teve também seu papel na criação de uma identidade e diferenciação étnicas dos teuto-brasileiros frente aos outros grupos étnicos existentes na região, formando uma “cultura do trabalho”. A formação das mulheres em torno de um ideal de “boa dona de casa”, presente em muitos relatos, relaciona-se estreitamente com a já mencionada “cultura do trabalho”.³⁹

³⁹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Op. cit.*, p. 40.

Em Blumenau, como em boa parte do mundo, o trabalho das mulheres não se restringia à reprodução, ou seja, aos afazeres considerados domésticos, como o cuidado dos filhos, preparo de comida e manutenção da casa, embora estes fossem importante parcela de seu trabalho. Por outro lado, pelo menos até a última década do século XIX, com o advento das indústrias têxteis da região, seria bastante difícil estabelecer um limite entre o espaço doméstico e o não doméstico. Esta dificuldade se dá não apenas em relação às pequenas propriedades rurais, como também em relação ao comércio, artesanato e manufatura. A produção familiar era como uma espécie de extensão dos trabalhos domésticos, muitas vezes realizando-se no mesmo espaço. Dessa forma a mulher e os filhos constituíam-se, junto ao chefe de família, em importante força de trabalho.⁴⁰

⁴⁰ *Ibidem*, p. 28.

As mulheres estavam presentes em todos os setores da economia de Blumenau como força de trabalho e, às vezes, como empresárias. Porém esta inserção no mundo do trabalho não se dava de maneira homogênea para todas as mulheres. Além da diferença entre trabalho agrícola, industrial, comercial, etc., havia também as diferenças entre o trabalho das mulheres da classe mais abastada e o trabalho de operárias e agricultoras. Quanto às mulheres ricas, embora seu trabalho se restringisse ao âmbito doméstico, elas realizavam diversas atividades, como costurar e cozinhar, além da educação dos filhos. Therese Stutzer, em carta dirigida a familiares na Alemanha, assim se expressa em relação a seu trabalho doméstico: “Assim eu mesma costuro e ajudo a economizar”.⁴¹

Verifica-se em relação a essas mulheres uma preocupação, em serem eficientes no trato doméstico, permitindo ao final garantir a própria economia da família. A Sr^a. Stutzer se preocupava em formar as filhas para o trabalho, incluindo-as na lavagem de roupas e fazendo-as praticar na cozinha na confecção de bolos, pães e doces. Não fala, porém, da educação

⁴¹ HUBER, Valburga (organização, tradução e introdução). *Marie Luise / Therese Stutzer. Blumenau: Cultura e Movimento*, 2002.

dos meninos, que por certo não iam para a cozinha e nem lavar roupa. Estas mulheres, porém, eram capazes de gerir os negócios da família ou delas próprias, em casos de viuvez ou de permanecerem solteiras. No caso de serem casadas, nunca aparecem nos documentos como gerentes dos negócios, tendo-se que se ler nas entrelinhas.⁴²

⁴² WOLFF, Cristina Scheibe. *Op. cit.*, p. 45.

A pretensa “capacidade superior de trabalho” dos teuto-brasileiros era um fator muito forte de identificação deste grupo e de diferenciação frente a outros grupos étnicos existentes na região do Vale do Itajaí. Esta valorização do trabalho como elemento de identidade étnica não surge do nada: desde o século XVIII vinha sendo feito esforços educacionais, na própria Alemanha, no sentido de se impor à população do campo e da cidade um sistema de “virtudes burguesas”. Tal investimento foi fundamental, mais tarde, para o crescimento industrial daquele país. Esta educação para a laboriosidade e aplicação foi assim descrita:

... la educacion destinada al hombre aplicado, útil, laborioso, que com su aplicación y su modestia, com su trabajo y su economia, com el amor al orden y la formalidad, es un instrumento útil de la autoridad para superar la miseria material de su situacion vital. Por eso el hombre debe aprender a trabajar desde la más tierna edad y el trabajo debe convertirse para él en la ‘Segunda naturaleza’.⁴³

⁴³ HERMANN, Ulrich. Apud WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900)*, São Paulo:PUC, 1991. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 48.

Talvez pudéssemos afirmar aqui, que a economia doméstica era a contrapartida feminina dessa laboriosidade para o trabalho.

A educação e sociabilidade das mulheres, para ter a sua eficácia, se iniciava muito cedo, sendo pautada desde a infância, pelos valores de laboriosidade e de aplicação, nesse caso aplicada ao ideal de uma “boa dona de casa”, embora fosse diferenciada segundo a classe e a sua inserção no campo ou na cidade. Este tipo de formação habilitava as moças de classes mais

abastadas a serem “boas” mães, esposas e donas-de-casa, caprichosas e econômicas, além de educadoras, como professoras ou mães. Diferentemente de outras classes sociais, onde a formação das moças significava trabalho não só doméstico no sentido estrito, mas também agrícola e/ou artesanal, desde a infância. No entanto esta formação era será também útil no trabalho industrial, tornando as operárias da região mais dóceis e aplicadas no trato do trabalho das indústrias têxteis que irão surgir na região, junto à área rural.

Na formação cultural das mulheres de Blumenau há toda uma série de mecanismos culturais e sociais que fazem com que ser uma “boa trabalhadora” seja uma necessidade para as mulheres. O primeiro destes mecanismos é a própria sobrevivência. Como dizia Minna Hering, esposa do empresário do mesmo nome, em esclarecedora carta, “cada uma deve fazer a sua parte na produção familiar” e desde cedo eram levadas a isso⁴⁴. Este aprendizado das prendas domésticas dava-se ao longo da vida de menina, até a adolescência, e imbricava-se com outras atividades e mesmo com a educação escolar e religiosa, como se evidencia nesse trabalho.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 48.

Ao se reportar a um movimento geral ocorrido na Europa da Idade Moderna, chamado pelo historiador Peter Burke de “reforma da cultura popular”, em que se incluem as reformas protestantes e católicas, o historiador se reporta à “ética” ou “modo de vida” pretendido pelos reformadores:

A ética dos reformadores se fundava na decência, diligência, gravidade, modéstia, ordem, prudência, razão, autocontrole, sobriedade e frugalidade. (...) é tentador chamá-la de ética pequeno burguesa, pois viria a se tornar típica dos comerciantes. A ética dos reformadores estava em conflito com a ética tradicional mais difícil de se definir, pois tinha menos clareza de expressão, mas que envolvia uma ênfase maior nos valores da generosidade e espontaneidade e uma maior tolerância em relação à desordem.⁴⁵

⁴⁵ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 237.

Os primeiros pastores evangélicos e padres católicos de Blumenau vinham da Alemanha e eram pessoas bastante cultas. Poderiam ser considerados “reformadores”, ou herdeiros destes, segundo a definição de Peter Burke. Tiveram todos uma preocupação bastante aparente com a educação, não somente religiosa, dos seus fiéis, que se concretizou em escolas como por exemplo o Colégio Santo Antônio, fundado pelo Pe. José Maria Jacobs e a “Neue Deutsche Schule” ou “Escola Nova” dirigida por longo tempo pelo pastor Hermann Faulhaber. Além disso, tiveram seu espaço no púlpito da vila e das várias localidades em que havia capelas e outras comunidades religiosas. O ensino de religião era parte integrante dos currículos escolares, mesmo das “associações escolares” do interior. Havia também a catequese, para os católicos, que preparava para a primeira comunhão e, depois, a crisma. Os adolescentes evangélicos frequentavam a doutrina preparatória para a confirmação, que a partir de 1980 levava dois anos. Para estes, quando crianças, existia também a escola dominical (enquanto os adultos ficam no culto, as crianças aprendem sobre a Bíblia).⁴⁶

⁴⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. *Op. cit.*, p. 77.

A igreja para os católicos e evangélicos, se constituía em um importante centro da vida social. Era o momento do encontro aos domingos, antes e após o culto ou missa. As festas religiosas, era o local onde as pessoas se divertiam. Para os protestantes era a confirmação que marcava a entrada para a vida adulta. A partir dela, podia-se freqüentar bailes e namorar, acabando-se para muitos o tempo de escola, devendo o indivíduo passar a dedicar-se inteiramente ao trabalho.

A religião luterana tinha ainda um cunho germanista bastante acentuado, que se expressava na valorização da língua alemã e num discurso que fazia “ser luterano” sinônimo de “ser germânico”. Já o clero católico, colocava em primeiro lugar a religião, o que possibilitava maior integração, inclusive através de

casamentos, entre alemães católicos, brasileiros e, a partir de sua chegada, italianos. Nesse contexto a religião, pode ser vista na formação das mulheres em Blumenau, como um reforço à formação recebida no lar e na escola, não se pode distinguir completamente que tipos de valores são religiosos ou leigos.

Vimos portanto que, em Blumenau, a educação das mulheres se dava de acordo com um ideal de “boa dona de casa” ligado a toda uma “cultura do trabalho”, embora houvesse diferenças nesta formação de acordo com o grupo social e/ou cultural a que pertenciam. Percebe-se desse modo que o luteranismo estava presente não somente através do aprendizado na família, como também das escolas femininas, na formação das mulheres.

Segundo Renaux⁴⁷, entre 1800 e 1850 – ano em que foi fundada a Colônia Dr. Blumenau –, a burguesia ergueu-se como camada dominante na Alemanha. Lá sua expressão cultural iria espalhar-se gradativamente por todos os círculos das cidades e também do campo. Na história do Vale do Itajaí, ao fim das três primeiras décadas desde a fundação da Colônia Blumenau, delinear-se traços de uma nova atividade, que lentamente passa a predominar e a marcar a cidade, embora o modelo colonial ainda não se tivesse esgotado. A agricultura em Blumenau fomentou a indústria de beneficiamento, fazendo surgir as fábricas de laticínios e salsicharia. O progresso do comércio da produção rural, por sua vez, acumula capitais, que passam a ser investidos na experiência artesanal e fabril dos imigrantes alemães, criando-se a indústria têxtil da região, responsável por sua identidade econômica.

O acúmulo crescente de riqueza e os padrões burgueses importados da Alemanha foram-se impondo também aos poucos nas cidades do Vale do Itajaí. Os teuto-brasileiros, já arraigados na região, mantinham contatos com a Europa, seja por meio de cartas aos parentes ou de visitas à Alemanha. Ademais, viajantes traziam informações, o que facilitou a

⁴⁷ RENAUX, Maria Luiza. *Op. cit.* p. 131.

importação dos novos padrões de conduta no seio da pequena-burguesia local do Vale.

Como reflexo desse modelo burguês de vida, surge, entre as mulheres de origem pequeno-burguesa, um tipo de mulher, cuja função passou a ser a de limpar a casa – ajudada, de tempos em tempos, por uma empregada velha e fiel –, cuidar das crianças e educá-las, cozinhar e assar, com ênfase no *Hausgebackenen*, o *feito em casa*, incluindo os alimentos em conservas. De acordo com Renaux:

Na vida deste tipo de mulher a culinária irá desempenhar um papel fundamental, pois na ‘economia doméstica’ burguesa, tudo o que era consumido, continuava sendo produzido em casa, ter as dispensas e os porões repletos de alimentos transformara-se em novo padrão de prestígio e alcança-lo era o mérito da esposa.⁴⁸

⁴⁸ *Ibidem*, p. 194.

Esse saber desenvolvido e conservado pelas mulheres da pequena-burguesia, juntamente com aqueles desenvolvidos pelas mulheres colonas, será responsável pelo grande número de estabelecimentos comerciais, dedicados ao setor de alimentos, até hoje presente na cidade de Blumenau. Também no comércio foi o conhecimento desenvolvido e adaptado pelas mulheres que daria origem a vários estabelecimentos comerciais, incluindo-se a Confeitaria, onde o saber sofisticado das mulheres da pequena burguesia estaria presente. Desse modo, foi a mulher, em muitos casos, a responsável, direta e indiretamente, pelo sucesso econômico de suas famílias. O surgimento das Confeitearias em Blumenau data do início do século, e, através das trajetórias femininas, constatou-se que, por trás delas, sempre se encontram o saber e o trabalho da mulher.

As escolas de mulheres e o processo de nacionalização

A educação das mulheres procedentes das casas burguesas de Blumenau, depois do silêncio imposto

através do processo de nacionalização, às instituições tipicamente alemãs, entre as quais as escolas luteranas, ficou a cargo dos colégios de freiras católicas, que já existiam na região, e, depois da Guerra, conduziram de melhor maneira ao nacionalismo brasileiro que tinha no catolicismo uma de suas expressões mais fortes. Prova disso é que as ordens e congregações religiosas católicas que se instalaram no sul do Brasil – os franciscanos, os padres do Sagrado Coração de Jesus, as irmãs da Divina Providência, os jesuítas, as irmãs de São José, mesmo provindo de províncias alemãs e holandesas, nem por isso irão sofrer qualquer repressão.⁴⁹

Muitas das freiras que vieram para educar a nova geração de jovens do Vale do Itajaí provinham das casas nobres europeias decaídas e era essa a educação que repassavam. Sua maneira de ver as coisas tinha como ponto forte a tradição francesa na Corte, em detrimento da alemã burguesa, calcada no trabalho.⁵⁰

Esse tipo de formação feminina começa portanto a se modificar por volta do ano de 1940, com o início da modernização urbana de Blumenau⁵¹ e com a Campanha de nacionalização promovida pelo Estado brasileiro, que temia o isolacionismo étnico dos imigrantes numa única região, vendo aí o perigo de enquistamentos étnicos e a difusão de idéias nazistas.⁵²

Em decorrência da política brasileira dos anos 1930 e 40, empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, e com a intensificação da Segunda Guerra Mundial e seus reflexos no Brasil, em 1941 foram proibidas quaisquer atividades dessas sociedades, que, com o tempo, foram tornando-se inúmeras, chegando a cinquenta e oito. O fechamento delas, assim como a proibição do uso da língua e a introdução do ensino em português promoveram a alteração da estrutura cultural e social da região. Com o término da guerra, algumas associações voltaram a funcionar, agora como Clubes, porém sem as características que possuíam, ainda que se mantivessem algumas das práticas antigas.⁵³

⁴⁹ *Ibidem*, p. 209.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 209.

⁵¹ CARESIAS, Roberto Marcelo. Blumenau e a modernização urbana: alterando costumes (1940-1960). In: FERREIRA, Cristina & Frotscher, Méri (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p.132.

⁵² MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1988, p. 133.

⁵³ PETRY, Sueli. *Os Clubes de Caça e Tiro da região de Blumenau*. Blumenau: FURB/Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982, p. 89.

⁵⁴ CARESIAS, Roberto
Marcelo. *Op. cit.*, p. 176.

Para Caresia⁵⁴, a política estadonovista de Vargas, procurando assimilar os “elementos estrangeiros” do Vale do Itajaí, tratou de ligar Blumenau aos demais centros do Estado e, conseqüentemente, ao país, através das vias de comunicação como pontes, estradas e rodovias, facilitando não só o acesso das pessoas, mas também o fluxo de mercadorias destinadas a abastecer a população – mercadorias estas oriundas, em parte, dos Estados Unidos ou de suas filiais brasileiras, as quais traziam, em sua publicidade, uma representação do moderno, do novo, do atual, tendo em seu bojo um discurso de superioridade tecnológica e científica em relação aos produtos europeus. Com esse estímulo ao consumo, aos poucos os hábitos alimentares também começaram a se modificar, a partir da aceitação de produtos cotidianos como o chiclete e a Coca-Cola.⁵⁵

⁵⁵ *Idem*, p.133 .

Na música, o rádio impôs o *jazz* e o *swing*; o cinema, os padrões de beleza e de moral. As empresas de publicidade que se instalaram no Brasil – J. W. Thompson, em 1930; McCann-Erikson, em 1935; Grant, em 1941, entre outras – começaram a influir na opinião dos jornais e a criar, com seus anúncios, novas necessidades de consumo⁵⁶

⁵⁶ *Ibidem*, p. 176.

Já em 1946, a modernidade e a tecnologia doméstica chegavam a Blumenau através da *Casa do Americano*, loja do estadunidense John Freshel, residente na cidade, que, além de vender desde a década de 1930 os rádios RCA Victor e veículos da marca *Opel*, passa a vender também a última novidade em utilidade doméstica: a geladeira *Frigidaire*.⁵⁷

⁵⁷ *Ibidem*, p. 176.

Referências

Blumenau em *Cadernos*, n. 05-06, maio/jun., 2001, p. 48.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARESIAS, Roberto Marcelo. Blumenau e a modernização urbana: alterando costumes(1940-1960). In: FERREIRA, Cristina & FROTSCHER, Méri (Org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

Fragmentos de nossa história local. In: *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, n.5/6, maio/jun. – 2001.

HERMANN, Ulrich. Apud WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:PUC, 1991.

HUBER, Valburga (organização, tradução e introdução). *Marie Luise/Therese Stutzger. Blumenau: Cultura e Movimento*, 2002.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Pensionato evangélico de moças-estatuto da escola de parteiras de Blumenau. PETRY, Sueli. Os Clubes de Caça e Tiro da região de Blumenau. *Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau*, 1982.

PISKE, P. In.: Meinrad (Org.). *Centenário Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau: 1907-2007*. Blumenau: O Kuhr, 2007, p. 28.

RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no Vale do Itajaí: 1850–1950*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900)*, São Paulo: PUC, 1991. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

El proceso alimentario y la división sexual del trabajo doméstico: el caso de una comunidad rural mexicana¹

Sara Elena Pérez-Gil
Amaranta Vega
Gabriela Romero

Resumo: No presente trabalho se discute a importância de se introduzir a teoria de gênero nos estudos sobre alimentação e nutrição. Deriva de um estudo empírico realizado em uma comunidade rural do México, onde entrevistou-se mulheres a respeito da divisão sexual do trabalho dentro do processo alimentar, ou seja, quem decide o que se irá comer, quem comprará, quem prepara a comida e quem a distribui. As mulheres são as principais protagonistas de todas as fases do processo alimentar, apesar de que, conforme suas narrações, gostariam de receber ajuda de seus esposos.

Palavras chave: Gênero. Processo Alimentar. Divisão Sexual do Trabalho. Comunidade Rural Mexicana.

Abstract: In this work the theoretical gender introducing is discussed in papers related to food and nutrition topics. This information comes from an empirical and rural work done in a Mexican community, in which women were interviewed about the sexual housework division into the alimentary system, it means: who decide the food; who gets the food; who prepares or distributes the food. Women are the major

Sara Elena Pérez-Gil, Gabriela Romero. Investigadoras del Instituto Nacional de Ciencias Médicas y Nutrición Salvador Zubirán, México, DF, e-mail: separezgil@yahoo.com.mx

Amaranta Vega. Docente de la Licenciatura em Nutrición, Universidad Iberoamericana, Campus Puebla, México.

¹ Texto recebido: 27/08/2008.

Texto aprovado: 10/12/2008.

figures in all these stages of alimentary system, although in accordance to their own stories they'd rather to receive some help from their husbands.

Keywords: Gender. Alimentary System. Sexual Housework Division.

Introducción

El presente trabajo, inscrito dentro de los estudios de antropología de la alimentación con una perspectiva de género, tiene como objetivo compartir algunas reflexiones sobre cómo las mujeres y los hombres viven y perciben las diferentes tareas del proceso alimentario. Para ello retomamos los aspectos culturales de la alimentación y de género en la comprensión de los eventos relacionados con la provisión, preparación, distribución y consumo de alimentos en un grupo de mujeres y hombres de una comunidad rural mexicana.

La alimentación no es, exclusivamente, un fenómeno biológico, nutricional o médico, es, además, un evento social, psicológico, económico, simbólico, religioso, cultural, en el más amplio sentido del término. Por esta razón, consideramos que la visión biologicista de la alimentación o de la nutrición no puede ignorar muchas de las concomitantes que tiene un fenómeno tan complejo como el del proceso y las prácticas alimentarias de una sociedad. Ignorar esas concomitancias puede provocar la incompreensión o una comprensión incorrecta de determinados comportamientos o prácticas alimentarias. Producto de lo anterior es la calificación de irracionales, de muchas conductas, prácticas o comportamientos alimentarios, por el sólo hecho de no haber sabido captar por parte de las/os nutricionistas su específica racionalidad. Pero, también, esa ignorancia puede

provocar el fracaso de determinados programas, acciones y estrategias públicas relativas a la alimentación.

En particular la perspectiva de género, ofrece alternativas para contribuir a la explicación de los problemas relacionados con la alimentación y la nutrición de las mujeres y de los hombres. Esta perspectiva es compleja, pues implica la interdisciplina, principalmente entre la antropología, la psicología, la historia, la filosofía, entre otras, y es en este sentido, que la incorporación de género bajo esta óptica ha permitido abordar, más no resolver, los niveles de complejidad que se conforman entre lo masculino y lo femenino. No es nuestro interés discutir en este trabajo los diversos usos de la categoría de “género”, sino enfatizar que como instrumento analítico del proceso alimentario es de gran utilidad.

El texto lo dividimos en cinco apartados. En el primero discutimos la relevancia del uso de la categoría de género en los estudios de salud, de alimentación y nutrición e insistimos en la necesidad de desagregar los datos por sexo como un primer paso para comprender lo que sucede con las mujeres y los hombres. En un segundo apartado hacemos una breve descripción de algunos de los principales estudios de alimentación y nutrición en México en los últimos años, enfatizando en la ausencia de un análisis de género. Posteriormente rescatamos a la división sexual del trabajo doméstico como una categoría clave para comprender la reproducción cotidiana de los grupos domésticos, ya que expresa el resultado de los arreglos individuales llevados a cabo dentro de la unidad familiar. Y en el cuarto apartado, ejemplificamos la división sexual del trabajo dentro del proceso alimentario en familias con datos recabados en una investigación realizada en una comunidad rural mexicana. Por último, compartimos algunas reflexiones que consideramos relevantes para las y los nutricionistas interesados en el diseño de los programas de alimentación, ya que si lo que se pretende en la mayoría

de ellos es transformar algunas de las prácticas alimentarias, entonces lo que se requiere, entre otros factores o componentes, es conocer con mayor profundidad cómo viven el proceso alimentario las unidades familiares.

Género, salud y alimentación

El enfoque de género o perspectiva de género surge a mediados del siglo XX en el campo de las ciencias sociales, particularmente dentro de lo que se conoce como teoría de género. Esta teoría no considera a las mujeres y a los hombres como seres dados, eternos e inmutables, sino como sujetos históricos, contruidos socialmente y que son producto de la organización de género dominante en la sociedad. Así, la teoría de género permite ubicar a mujeres y hombres en su circunstancia histórica, razón por la cual puede dar cuenta de las relaciones de producción y reproducción social como espacios de construcción de género ².

² CHANT, Sylvia.
Introducción. Género en un continente que está cambiando. En: Sylvia CHANT y Nikki CRASKE. *Género en Latinoamérica*. México: publicaciones de la Casa Chata, 2007, p. 33.

Tanto en los espacios académicos, como en los movimientos y organizaciones feministas, ciudadanas y en algunos organismos políticos nacionales e internacionales, la perspectiva de género se construye como una visión alternativa y explicativa de lo que acontece en la sociedad.

La perspectiva de género constituye una crítica a la organización social y a las representaciones culturales y personales articuladas alrededor de las diferencias sexuales que establecen distancias y jerarquías entre mujeres y hombres, mujeres y mujeres, hombres y hombres, en todos los ámbitos de la sociedad. Se trata de una herramienta de análisis que nos permite identificar las diferencias entre mujeres y hombres que se traducen en inequidades y el objetivo final de la perspectiva de género es lograr la equidad de género. Las diferencias entre las mujeres y hombres por sí mismas no provocan desigualdad. Pero en el momento

en que el grupo social les asigna un valor a estas diferencias, esta situación cambia y se producen las desigualdades en el desarrollo y el bienestar de mujeres y hombres (los hombres valen más que las mujeres). Es así como los estudios y la teoría de género han permitido conocer los contenidos de la desigualdad. Estos contenidos se ven expresados y toman formas diferentes en los espacios en los que se relacionan mujeres y hombres y en todas las acciones que ambos realizan.

Los estudios de género en Latinoamérica tienen una larga historia, sin embargo, la investigación y redacción dedicada a esta materia comenzaron a surgir en los años setenta del siglo pasado. Por esta época fue la década de las mujeres de las Naciones Unidas (1975-1985), la cual dio impulsos, tanto a la investigación como a la acción sobre los géneros³. Es así, que las transformaciones que ha experimentado Latinoamérica, desde cambios en el perfil demográfico hasta procesos de democratización, han sido determinantes en el abordaje de varias investigaciones realizadas en la región.

³ *Ibidem*, p. 42.

El hecho de “integrar” a las mujeres al desarrollo político y práctico dio un giro temático hacia los aspectos “tangibles”, “materiales” y “mensurables” de la vida femenina, como su bienestar económico, su posición en el mercado laboral, su fertilidad y estado de salud, y su representación política y vida pública⁴. En la actualidad, temas, como el simbolismo y las representaciones también han cobrado auge en los estudios de género.

⁴ *Ibidem*, p. 43.

En el caso específico de los estudios de género y salud en México, algunas investigadoras e investigadores observaron que éstos han puesto en evidencia la exclusión de las mujeres en la investigación y la falta de puntualización de las desigualdades en la atención médica que afectan primordialmente a las mujeres. Si bien es cierto que desde hace algunos años se pueden encontrar trabajos que analizan la mortalidad, la

morbilidad, la salud sexual y reproductiva y la salud mental bajo una perspectiva de género, las reflexiones sobre lo que implica este concepto están casi siempre ausentes en la mortalidad y la morbilidad y, en general, el término de género se llega a utilizar como sinónimo de sexo, de mujeres o de diferencia sexual. El género ha sido escasamente incorporado como una categoría de análisis en las investigaciones de nutrición y alimentación y casi siempre se aplica sólo para hacer referencia al sexo femenino⁵.

⁵ CERÓN-MIRELES, Prudencia; SÁNCHEZ CARRILLO, Constanza; ROBLEDO VERA, Cecilia; DEL RÍO ZOLEZZI, Aurora; PEDROZA ISLAS, Laura; REYES ZAPATA, Hilda. Aplicación de la perspectiva de género en artículos publicados en cuatro revistas nacionales de salud. 2000 – 2003. *Salud Publ. Mex*, 2006, p. 332.

Al utilizar la perspectiva de género se está superando la ancestral concepción del mundo basada en la idea de la naturaleza y la biología como argumento absoluto para explicar la vida de los seres humanos, su desarrollo, sus relaciones y hasta su muerte. Es decir, se “desnaturalizan” aquellos casos o situaciones que son asumidos como “naturales” y se visualiza a la humanidad, a cada persona en su dimensión biológica, psicológica, histórica, social y cultural, para encontrar explicaciones y líneas de acción que permitan solucionar las desigualdades e inequidades de género. Es así como esta perspectiva permite entender que la vida actual de mujeres y hombres y sus condiciones y situaciones son transformables hacia el bien vivir, si se construyen la igualdad, la equidad y la justicia. De acuerdo con lo anterior, la perspectiva de género incluye tanto a las mujeres como a los hombres y sus formas de relación, y que implica una manera diferente de ver el mundo, de analizarlo y de proponer acciones orientadas a su transformación, de aquí su relevancia en las investigaciones y acciones de alimentación y nutrición.

Abordar la situación alimentaria y nutricia de la mujer, por un lado, desde el enfoque de riesgo hasta cómo la mujer se convierte en un factor determinante de la salud infantil nos obliga a enfocar el análisis desde la perspectiva de género, al ser éste el aspecto que rige la forma en que la mujer participa en la sociedad, las relaciones que ella establece, y determina las

características y tipos de redes sociales. Sabemos que la salud de la mujer es una síntesis de la biología propia de su sexo y del lugar que la sociedad le asigna en un determinado contexto histórico cultural. Ambos determinantes, se integran en el concepto de género, que incluyen la amplia gama de conductas, expectativas y roles atribuidos a hombres y mujeres por las estructuras sociales⁶.

Estudios de alimentación y nutrición en México: un breve recorrido

México tiene una amplia trayectoria en la realización de encuestas alimentarias. A mediados de la década de los años 1950, un grupo de médicos/as y nutricionistas comenzaron a llevar a cabo una serie de estudios que tenían el objetivo de conocer la magnitud y la distribución de la desnutrición menor de 5 años, y no fue sino hasta 1974 cuando se iniciaron las encuestas a nivel nacional en las zonas rurales del país. Para 2006 ya se habían aplicado en México más de diez encuestas nacionales de alimentación y nutrición, tanto en comunidades rurales como en zonas urbanas. Cabe resaltar que los datos derivados de estos estudios no permiten comparar los consumos entre los sexos y menos aún, analizar la información con una perspectiva de género

Tal vez, la única de estas investigaciones que sí permitió comparar parte de los datos en función del sexo, fue la Encuesta Urbana de Alimentación de 1995⁷, la cual mostró que el sexo masculino, entre los 18 y 39 años y los 50 y 69 años, se encontraba ligeramente en mejor situación nutricional que el femenino. Asimismo, los hallazgos derivados de esta encuesta con relación a la obesidad, mostraron que las mujeres presentaban mayor proporción de este padecimiento.

Por otra parte, resultados de la encuesta nacional de nutrición de 1988, llevada a cabo tanto en zonas rurales como urbanas, señalan que el consumo

⁶ LANGER, Ana y LOZANO, Rafael, 1. Condición de la mujer y la salud. En: FIGUEROA, Juan Guillermo (Comp.). *La condición de la mujer en el espacio de la salud*. México: El Colegio de México, 1998, p. 35.

⁷ AVILA, Abelardo, SHAMAH, Teresa y CHÁVEZ, Adolfo. Encuesta Urbana de alimentación y nutrición en la zona metropolitana de la ciudad de México. México: DIF-INNSZ, 1995.

⁸ SEPÚLVEDA, Jaime; LEZANA, Miguel Angel; TAPIA-CONYER, Roberto; VALDESPINO, Jose Luis; MADRIGAL, Herlinda y KUMATE, Jesús. Estado nutricional de preescolares y mujeres en México: Resultados de una encuesta probabilística provisional. *Gac Med Méx.* 1990, p. 210.

energético diario promedio observado fue similar al de las mujeres mexicanas residentes en EUA; en contraste, los consumos absolutos de proteínas, grasas totales y colesterol fueron menores, pues las mujeres entrevistadas en México presentaron un mayor consumo de hidratos de carbono y un mayor porcentaje de energía proveniente de éstos ⁸. La misma encuesta ofrece información desagregada sobre el estado de nutrición de los preescolares con base en la estatura para la edad, como indicador de desnutrición crónica, además de que permite evaluar discriminación en términos de alimentación. Estos últimos datos al analizarlos a través de una visión de género, permiten concluir que de acuerdo con el indicador estatura y peso para la edad, los niños y niñas en México se encuentran en condiciones semejantes de nutrición y no existen evidencias para pensar en una discriminación en contra del género femenino. Resalta la presencia de sobrepeso y obesidad entre el grupo femenino debido a patrones de alimentación inadecuados, aunado a hábitos como el tabaco y la vida sedentaria de las mujeres mexicanas que propician la aparición de enfermedades crónicas.

⁹ *Ibidem*, p. 213.

¹⁰ OLAIZ, Gustavo; RIVERA, Juan; SHAMAH, Teresa, ROJAS R; VILLALPANDO, Salvador; HERNÁNDEZ, S; HERNÁNDEZ, Mauricio y SEPÚLVEDA, Jaime. *Encuesta Nacional de Salud y Nutrición 2006*. Cuernavaca, México: Instituto Nacional de Salud Pública, 2006.

Las dos últimas encuestas nacionales de nutrición, 1999 ⁹ y 2006 ¹⁰, arrojan información sobre obesidad y sobrepeso en mujeres en edad reproductiva, además de datos de peso y estatura de los/as niños/as menores de cinco años. Los resultados indican un incremento en la proporción de mujeres que padecen sobrepeso u obesidad: en donde una de cada dos mujeres presentó este problema. Al revisar los datos de la encuesta de 2006, se observa un aumento importante de la prevalencia de la obesidad en mujeres en edad fértil en la última década. Al comparar la información de algunas de estas encuestas se aprecia que en 1988, la prevalencia de este padecimiento en este grupo fue de 10.2%, en la encuesta de enfermedades crónicas de 1993 fue de 20.5% y en la de nutrición de 1999, la prevalencia aumentó a 21.2%, siendo casi 6% mayor su presencia en el medio

urbano con respecto al rural. La obesidad se presentó con mayor frecuencia en la región Norte y con menor frecuencia en la Sur. La información disponible no permite establecer diferencias entre los niños y las niñas, lo que nos habla de la imposibilidad de efectuar comparaciones en el consumo de alimentos y de nutrimentos entre los sexos y menos aún de analizarla a través de la perspectiva de género.

De una manera paralela a la realización de las encuestas nacionales de alimentación y nutrición, se llevaron a cabo otras investigaciones en México que, a diferencia de las de nivel nacional, se abocaron a estudiar en diversas comunidades rurales el estado nutricional de la población infantil, el valor nutricional de su ingesta habitual, la correlación del estado nutricional con el desarrollo psicomotor, los factores del medio ambiente asociados con la desnutrición, la recopilación de los conceptos existentes en la población acerca de la causalidad de algunas enfermedades, entre otros. No fue sino hasta fines de los sesenta y en la década de los setenta del siglo XX, cuando se dio el auge de los estudios sobre lactancia materna en el país, ya no como parte de las encuestas alimentarias, sino como objeto central de estudio. Los abordajes teóricos de las investigaciones fueron variados, pues además de continuar con la visión biologicista de la lactancia materna focalizada en el/la recién nacido/a, es decir, en su crecimiento y desarrollo, se realizaron estudios y escribieron ensayos, cuyo marco teórico ya no era únicamente el de las ciencias biomédicas, sino el de las sociales. En estos estudios el sujeto de análisis continuó siendo el hijo o hija, sin embargo, en la búsqueda de explicaciones que permitieran dar respuesta al por qué del abandono progresivo del amamantamiento en la década de los años setenta, las teorías de la multicausalidad basadas en los “círculos viciosos de la desnutrición”, cobraron importancia.

Fue en ese periodo, cuando algunos interesados en el tema de la lactancia recurrieron a nuevos modelos

¹¹ YSUNZA, Alberto. El abandono de la lactancia materna en México. 11. Su causalidad. *Rev Invest Clin. Mex (Supl.)*, 1986, p. 98.

¹² PÉREZ-GIL, Sara Elena; DÍEZ-URDANIVIA, Silvia; RUEDA, Fabiola y DE LUNA, María del Carmen. *Lactancia materna y trabajo en zonas rurales mexicanas: la visión de las mujeres (Una perspectiva de género)*. México. Informe Técnico presentado a Wellstar int y The Population Council, 1995.

¹³ SALAS, Monserrat. Lactancia materna: las mujeres como protagonistas. En: PÉREZ GIL, Sara Elena; RAVELO, Patricia y RAMÍREZ, Juan Carlos (Coords.) *Género y salud femenina. Experiencias de investigación en México*. México: CIESAS – U de G – INNSZ . 1995, p. 127.

¹⁴ PÉREZ GIL, Sara Elena; DÍEZ-URDANIVIA, Silvia; PÉREZ, Lorena; GUTIÉRREZ, Guillermina y VALDÉS, Soraya. Consumo de energía y de proteínas en mujeres de zonas rurales de México: una aproximación cualitativa y de género. *Rev Nutrición Clínica*. 2001, p. 6.

¹⁵ PÉREZ GIL, Sara Elena; VEGA, Amaranta y ROMERO, Gabriela . Prácticas alimentarias de mujeres rurales: ¿una nueva percepción del cuerpo? *Rev Salud Publ Mex*, 2007, p. 53.

explicativos derivados del modelo médico hegemónico (MMH) que dio otro giro a las investigaciones, desde la formulación de los problemas, la forma de abordarlos, hasta en el análisis de los datos. La mujer continuó siendo el foco de atención en este tipo de estudios en tanto madre-vehículo o instrumento del recién nacido, pero a diferencia de las teorías predominantes de la multicausalidad, se estudiaron y analizaron otros niveles, como el económico-político, el institucional, la práctica y el saber médico para la explicación de las decisiones maternas ¹¹. Lo anterior permitió una deconstrucción de la lactancia como un espacio predominantemente biológico y psicológico y a la vez una re-construcción de esta temática como un objeto de estudio mas globalizador e integrador.

Finalmente, desde mediados de los años ochenta, la perspectiva de género fue introducida en algunas investigaciones de lactancia materna^{12 13}; en otras relacionadas con el proceso alimentario en familias rurales del país, consumo y distribución intrafamiliar de alimentos y percepción de las mujeres sobre algunos eventos relacionados con la alimentación ¹⁴, así como en investigaciones sobre la percepción del cuerpo ¹⁵, entre otros. Es un hecho, que abordar la alimentación con esta perspectiva implica retomar otras categorías diferentes a las que tradicionalmente han sido consideradas en los estudios nutricionales y alimentarios, por ejemplo, trabajo doméstico, división sexual del trabajo, acceso y control de los recursos alimentarios y beneficios de los diversos programas, representaciones y prácticas alimentarias, espacios de comensalidad y redes de apoyo.

División sexual del trabajo doméstico y proceso alimentario

Desde una perspectiva de género, el estudio de la división sexual del trabajo en el interior de las familias

y de los hogares permite vincular las labores productivas -orientadas a la obtención de recursos monetarios- con las productivas, que abarcan las tareas de la casa y la crianza de los hijos. Es así que la división del trabajo al interior del hogar constituye un elemento clave para comprender la reproducción cotidiana de los grupos domésticos, ya que ella expresa el resultado de los arreglos individuales llevados a cabo dentro de la unidad, para conciliar los determinantes macro (contexto económico, político, sociocultural, etc.) y microestructurales (ciclo de vida, tamaño del hogar, composición de parentesco, capacidades individuales, etc.), con el propósito de satisfacer las necesidades inmediatas (consumo factible y calidad de vida posible) y las aspiraciones de consumo (consumo deseado) de sus miembros, y garantizar así su manutención diaria y reproducción generacional.

Los estudios realizados sobre la división sexual del trabajo doméstico y en especial de las representaciones de la vida familiar se refieren fundamentalmente a los papeles considerados como masculinos o femeninos, sin embargo, destaca la escasez de análisis existentes sobre la paternidad. Uno de los trabajos pioneros en México sobre este tema fue el realizado por De Barbieri ¹⁶ en obreras y trabajadoras de clase media de la ciudad de México, en el que encontró que las mujeres perciben una clara división entre espacios femeninos y masculinos ya que la responsabilidad para las primeras es el trabajo doméstico, mientras que para los varones, llevar dinero a casa. Es así, que los hombres son los proveedores, en tanto que las mujeres son las responsables de las tareas dentro del hogar y la crianza de los hijos. Por lo que respecta al trabajo extradoméstico femenino casi siempre es considerado como una “ayuda familiar”.

En un intento clasificatorio, De Barbieri ¹⁷ divide el trabajo doméstico en tareas manuales (producción de bienes y servicios, compra y pago de servicios, transporte de los integrantes del grupo) y no manuales

¹⁶ DE BARBIERI, *Teresita*. *Mujeres y vida cotidiana*. México: FCE - IIS - UNAM, p. 41, 1984.

¹⁷ *Ibidem*, p. 44.

(socialización, cuidado de los hijos, apoyo emocional). Dentro de las primeras actividades, los procesos de trabajo aplicados a las mercancías adquiridas por el grupo doméstico, tienen una importancia especial en la reproducción cotidiana del grupo, ya que las transforman y posibilitan con ello su consumo. Estas tareas también conocidas como trabajos de consumo, cumplen además con la función de amortiguar los salarios, debido a que con su ejercicio (confección de ropa, por ejemplo) pueden evitar la compra de la mercancía correspondiente.

Visto así la división interna del trabajo no es equitativa ni el resultado de una decisión consciente del grupo, ya que está condicionada por la división social y sexual del trabajo creada en el macrocontexto y que tiene su origen histórico en la división entre la esfera industrial y la doméstica. Esta separación se generaliza en el modo de producción capitalista y por medio de ella se remite el hombre al mundo de la producción, en lo público, y la mujer al ámbito privado del hogar. Si bien por las transformaciones económico-políticas que ocurren en el mundo contemporáneo, esta división sexual del trabajo no se ha respetado en su totalidad, es indiscutible que al menos en Latinoamérica, el hogar es el espacio casi exclusivo de la mujer; de tal suerte que su participación en el mercado laboral, no debe impedir el desarrollo de su quehacer doméstico.

Frente a estos condicionantes macroestructurales, los grupos domésticos responden de acuerdo con sus características sociodemográficas y las particularidades de sus miembros, de tal suerte que se conforma una variada gama de arreglos posibles. Para desempeñar los trabajos de consumo y las actividades manuales y no manuales restantes, la mujer establece una determinada organización del trabajo doméstico, que a su vez está basada en la composición sociodemográfica de su hogar. De acuerdo con la demanda de quehacer doméstico (definida por el

tamaño del grupo y la calidad del hábitat) y la disponibilidad de mano de obra (edad y sexo de los hijos, presencia de otros familiares femeninos o de una empleada doméstica), la madre enfrenta cargas de trabajo de baja, mediana o alta intensidad, que le permitirán o no, desempeñar una actividad económicamente productiva. Es por ello que en contextos familiares donde el jefe de familia percibe bajos salarios, la esposa no siempre está disponible para apoyarlo económicamente.

Cabe resaltar que, de acuerdo con el ciclo de vida, la presión del consumo varía. En el ciclo del crecimiento (con hijos pequeños dependientes) tiende a ser más baja, mientras que en la fase de consolidación (hijos adolescentes) tiende a aumentar, para después disminuir cuando los descendientes se casan y forman sus propias unidades domésticas. En general se considera que la presencia de hijos adolescentes incrementa la presión del consumo, por el tipo de escolaridad que los padres desean para sus hijos, lo que los retira del mercado de trabajo e incrementa las necesidades a satisfacer. Los ciclos vitales definen, así, etapas en las que las unidades domésticas están más o menos presionadas.

Aunque la división del trabajo no siempre implique un reparto justo de actividades, representa el arreglo alcanzado por los miembros del grupo para satisfacer sus necesidades. Las desigualdades involucradas en la división interna del trabajo también están relacionadas con el valor asignado al trabajo económicamente productivo y a las actividades domésticas. Cabe destacar el carácter complejo y trascendente del quehacer hogareño, ya que no sólo está dirigido a la satisfacción de las necesidades básicas, sino también a la configuración psicológica de los niños y a la transmisión de la ideología de un orden social determinado. El uso de su tiempo y trabajo convierte a la mujer en uno de los miembros con mayor carga laboral.

Según el nivel de vida posible, las unidades distribuyen sus recursos, reparto que suele ser inequitativo y que marca diferencias entre géneros y generaciones. Es común que en virtud del trabajo que realicen los miembros de la unidad (productivo o doméstico), tengan accesos diferenciales a educación, salud, comida, vestido, dinero, tiempo y afecto). Se insiste con frecuencia que las mujeres y los niños son los miembros del grupo menos favorecidos, por lo que en términos alimentarios y nutricios, tienden a ser los grupos más vulnerables y a los que se dirigen la mayoría de los programas de intervención.

Al hablar del complejo fenómeno alimentario, la división del trabajo nos remite a las etapas de adquisición o provisión, preparación, distribución y consumo de alimentos, que al igual que otras actividades manuales y no manuales relacionadas con la reproducción, como el cuidado de la salud, se encuentran esencialmente a cargo de la mujer. Como apoderada de los procesos de trabajo que tienen lugar en la cadena alimentaria, la mujer tiene una participación importante desde el momento que establece una estrategia para organizar su trabajo y define una conducta específica para delimitar las prioridades de su grupo, conformar presupuestos y comprar los bienes y servicios necesarios para satisfacer las necesidades de su hogar. La mujer realice o no una actividad económicamente productiva, tiende a estar sujeta a las decisiones de su cónyuge y tiene, por consiguiente, poco control sobre el presupuesto del hogar. En este sentido, su función es más bien la de administrar los recursos destinados a la manutención de la unidad: actividades encaminadas a almacenar y conservar los alimentos, así como las dirigidas a transformarlos en platillos, para hacer accesible su disponibilidad y consumo. De estos primeros arreglos se desprenden otras decisiones, como la cantidad del presupuesto destinada a comprar alimentos, la organización y realización de la compra y el tipo de

productos adquiridos. En suma, todas las tareas que realizan las mujeres y los hombres derivados de la división sexual del trabajo, entre ellas, las relacionadas con el acto de comer, guardan relación, sobre todo con el tipo de estrategias femeninas dentro del hogar. No podríamos entender el proceso alimentario si no se conocen las estrategias a las que recurren los miembros familiares para resolver algunos problemas relacionados con este proceso. De aquí la necesidad de ahondar más en esta categoría.

A partir de un conjunto de normas y valores, se establece una división de tareas según el sexo y la edad, y se determina quién o quiénes habrán de desempeñar el trabajo doméstico y/o el económicamente productivo. Dependiendo del valor asignado a ambos tipos de actividad, surgen alianzas y liderazgos internos, que con frecuencia rompen la armonía y dificultan la cooperación entre los miembros del hogar. Estas divisiones pueden tener repercusiones importantes para la formación de presupuestos, compra y distribución de recursos, al grado de que se privilegie la satisfacción de las necesidades básicas y aspiraciones de consumo, de unos miembros en detrimento de los demás. Como consecuencia se producen accesos diferenciales a comida, educación, vestido, cuidados de salud, dinero y afecto, que repercuten en determinados géneros y generaciones. Es frecuente que las desigualdades se transmitan durante el proceso de socialización, por lo que cuando se detectan inequidades de este tipo, es necesario desarrollar programas de intervención que contemplen los mecanismos de la socialización.

No quisiéramos terminar este apartado sin reflexionar brevemente sobre la toma de decisiones dentro del hogar como parte de la división sexual del trabajo. El rol de proveedor del varón que le confiere autoridad, control y liderazgo, entre otros atributos, ayuda a explicar su resistencia a realizar trabajos femeninos que le restan hombría y el manejo de expectativas como ejercer autoridad sobre las mujeres

y recibir servicios de parte de ellas y de sus hijos e hijas. No obstante las mujeres cuentan con espacios de poder femeninos, muchos de ellos dentro del ámbito doméstico, y de una manera especial, en las tareas relacionadas con el proceso alimentario. Sin embargo, los quehaceres de las mujeres-madres-esposas han sido desvalorizados aún cuando sean parte de su espacio de poder. Es necesario señalar que en las últimas décadas las familias y los hogares mexicanos han sufrido transformaciones, tanto económicas como sociales que han generado otros escenarios familiares. Aunado a las crisis económicas, las mujeres tienen más presencia en el mercado laboral, y por lo tanto, ya no son solamente las responsables de las tareas domésticas, sino también el de proveedoras de medios económicos. En muchos hogares, el trabajo extradoméstico de los hijos e hijas, la migración masculina, el aumento de unidades dirigidos por mujeres, también son otras alteraciones en el espacio familiar

Es un hecho que en el terreno de la salud y de la nutrición las acciones se dirigen a las mujeres-madres con el propósito de que las apliquen en sus hogares, sin embargo consideramos necesario recapacitar más sobre este tema en los planteamientos teóricos de las investigaciones nutricionales y alimentarias, ya que es justo dentro de este espacio que el proceso alimentario se hace más visible y donde se manifiestan muchos de los conflictos y tensiones de los individuos que componen la familia. La división sexual del trabajo, el trabajo doméstico y por lo tanto las cargas domésticas en el hogar se convierten en conceptos claves para comprender las prácticas alimentarias y las características de las mismas dentro del hogar.

Las mujeres como responsables del proceso alimentario en Huatecalco, Morelos

Presentaremos a continuación parte de los resultados derivados de un estudio cualitativo, realizado

entre 2002 y 2003, sobre el proceso alimentario en seis mujeres y sus parejas en una comunidad mestiza del estado de Morelos, llamada Huatecalco. Como mencionamos anteriormente, la primera fase de este proceso se inicia con la decisión de qué se va a comer, quién o quiénes de los miembros de la familia van a efectuar las compras y dónde se van a adquirir los productos. Decisión que, por otro lado, está permeada por la identidad de género y que se inscribe dentro de la división sexual del trabajo, tal y como se ha registrado en varias investigaciones. Asimismo, la provisión o adquisición de alimentos está relacionada estrechamente con los aspectos económicos de las familias, la disponibilidad de alimentos y los hábitos alimentarios de los miembros, incluidas las preferencias y aversiones alimentarias.

¿Quién decide qué comer y quién realiza las compras de alimentos? En cuanto al primer aspecto mencionado, esto es, la decisión de lo que se va a comer en la familia, los datos mostraron que ha cambiado muy poco de una generación a otra, pues, aún cuando en las familias de las mujeres entrevistadas, todas sus madres eran las únicas responsables de esta decisión así como de adquirir los alimentos, en la actualidad esta tarea se empieza a compartir con algunos miembros de la unidad familiar. Sin embargo, cómo y hasta dónde la provisión de alimentos se va convirtiendo de una tarea completamente femenina a una menos femenina con matices masculinos entre las familias del medio rural es algo que apenas estamos conociendo. En el momento de realizar las entrevistas a las mujeres y a los hombres, la provisión de los alimentos, definida ésta como la manera en que los individuos se abastecen y almacenan los alimentos, continúa siendo una tarea femenina, aun cuando hay ocasiones en que las hijas e hijos en primer lugar, y después las parejas, colaboran en esta actividad. La provisión es parte de un proceso que comienza desde el momento de tomar la decisión de qué se va a comer,

qué hay que comprar, donde se van a comprar los alimentos y que termina con el acomodo o disposición de los mismos dentro de la casa cuando disponen de una alacena, situación que no ocurre entre las familias visitadas, por lo que las compras se realizan frecuentemente. A continuación presentamos lo que una mujer comentó acerca de la ayuda proporcionada por su esposo en la adquisición de alimentos:

La verdad es que a mi marido no le gusta hacer las compras... nunca me ha ayudado en ese aspecto, aún cuando estaba recién aliviada del niño, la que iba a hacer las compras para la comida era mi hermana, él no... En primera casi no se da tiempo, y luego, pues, no le gusta... supuestamente le da vergüenza andar comprando... según él, eso es cosa de mujeres... La verdad es que yo no veo mal que él vaya de compras. Siempre repite lo mismo, comprar comida es cosa de mujeres... yo pienso que así los acostumbraron, su papá es igual a él... Por ejemplo, si él quiere algo de comer, mejor me da el dinero para que lo vaya a traer, pero él, por lo general, no va.....digamos que es muy raro.

Expresiones como “comprar comida es cosa de mujeres”, son compartidas por otras parejas que consideran esta actividad, predominantemente femenina, y si bien es cierto que la provisión de alimentos es una actividad que se lleva a cabo fuera del hogar, y que “podría ser realizada por los hombres”, sigue siendo parte de una acción más global que es la de cocinar en un espacio femenino.

Por lo que respecta a la provisión de los diversos alimentos, entran en juego varios factores como son los gustos, las preferencias y la tradición culinaria heredada de sus respectivas familias de origen y que el aspecto económico familiar es una limitante en la adquisición de ciertos alimentos, sólo quremos rescatar dos aspectos íntimamente relacionados con esta fase del proceso alimentario: el primero, el gasto familiar y

su uso, que va a determinar la cantidad y calidad de las mercancías que se pueden adquirir; y, el segundo, los hábitos alimentarios. Así pues, la compra de alimentos implica deliberaciones acerca de la cantidad dedicada a este rubro. El gasto en alimentación es más flexible que el resto de otros rubros, - luz, gas y útiles escolares-, lo que significa que las mujeres aprenden a ajustar el gasto alimentario. En este sentido detectamos una combinación de saberes de orígenes diversos, a través de los cuales se estructuran los patrones de compra y de consumo. Es en este momento, donde los hábitos alimentarios se hacen más evidentes, pues, además del factor presupuesto familiar, que sin duda es determinante en la adquisición de la comida diaria, los gustos y las preferencias por comer ciertos platillos también influyen en la decisión de qué comprar y qué preparar.

Los hábitos alimentarios, resultado de diversos procesos sociales y culturales desarrollan un sistema complejo de normas y valores que regulan las prácticas relacionadas con la adquisición, procesamiento, distribución y consumo de alimentos dentro de las familias. Las mujeres de la comunidad estudiada comparten, con muchas otras mujeres en México, el papel de intermediarias entre los establecimientos donde se venden los alimentos y sus hogares, y son las encargadas de interpretar y realizar adaptaciones creativas de los diversos patrones alimentarios en concordancia con las características particulares de su familia.

¿Quién prepara la comida y dónde? Ahora bien, por lo que se refiere a la preparación de los platillos, entendida ésta como las formas de cocinar, la gastronomía y los utensilios que se utilizan, observamos que, al igual que la provisión, ésta es una tarea más femenina, que masculina, son las mujeres quiénes, además de decidir qué cocinar, preparan la comida. El procesamiento de los productos comestibles es, entre las tareas alimentarias maternas, la menos

delegable, y en el caso de las mujeres de Huatecalco, esta actividad recae sobre todo en ellas.

No existe el hábito de planear menús, pues todas las entrevistadas señalaron que por las mañanas, muy rara vez el día anterior, deciden lo que van a preparar. Como ya mencionamos, la alimentación no es exclusivamente un fenómeno biológico, sino cultural y que aún cuando el sexo femenino tradicionalmente sea el responsable de lo que se come y cómo se come dentro de las familias, no significa que las mujeres sean “buenas cocineras” y les guste cocinar. La mayoría de las entrevistadas manifestaron que “no sabían cocinar”, obviamente realizan esta labor, pero, de acuerdo con sus relatos, “lo hacen porque lo tienen que hacer”, esta tarea es parte de su deber ser y no se cuestiona.

Fueron varias las razones aducidas por las entrevistadas para no considerarse buenas cocineras, por ejemplo, algunas de ellas señalaron que no saben cocinar porque no “saben preparar ciertos platillos”, platillos que, por otra parte no son festivos, ni muy sofisticados en su preparación, sino “del diario”, y otras, porque “no cocinan como sus mamás”, “ellas, (o sea sus madres), sí sabían cocinar porque hacían de todo”. La elaboración de platillos implica no solo para las mujeres de Huatecalco, sino para la mayoría de las mujeres de este país, el conocimiento y manejo de los patrones dietéticos que prevalecen en la región, sin que signifique la conformación de menús cotidianos, aunque algunos sean de fines de semana y de tipo festivo. Al interrogar a sus parejas, todos coincidieron en que sus mujeres “cocinaban bien”, es decir, los platillos “saben bien y rico”.

La opinión de las parejas de las mujeres en cuanto a su participación en las labores de la cocina, sobre todo en las relacionadas con la preparación de la comida o lavar los trastes, se inclinó más hacia la idea de que este rol “no debería ser exclusivo del sexo femenino”. Algunos de los compañeros, al interrogarlos sobre estos temas, mencionaron que,

“nunca se habían puesto a pensar en esto”, “no saben si es bueno o malo”, pero uno de ellos añadió, “cuando un hombre ve que su mujer necesita ayuda, pues la debería de ayudar”. Otro mencionó, “yo sí le ayudo en algunas cosas a María Isabel cuando anda apurada en actividades como barrer, trapear, o lavar los botes de basura”. Y dos más opinaron que “está bien para que los hombres no estén atendidos a la mujer cuando tienen hambre”, sin embargo, en la cotidianidad, rara vez colaboran con las mujeres. Cabe resaltar que la opinión de varias de las madres y abuelas de los esposos es que los hombres no deben entrar a la cocina, “porque está mal que ellos cocinen, para eso se casan, para que una mujer les haga de comer”. En los relatos anteriores vemos que la asignación de roles genéricos sobre lo que debe hacer una mujer y un hombre en Huatecalco depende, al igual que en otras zonas, de las costumbres y tradiciones de cada núcleo familiar en el momento actual. Cada familia responde de acuerdo con sus características sociodemográficas y las particularidades de sus miembros, de tal suerte que se conforma una variada gama de arreglos posibles y, sobre todo, la mujer establece una determinada organización del trabajo doméstico, incluidas las tareas relacionadas con la adquisición de alimentos.

No obstante, para muchos hombres permanece todavía la idea de que el trabajo que realizan las mujeres no tiene el mismo valor social que el que realizan ellos. Uno de los entrevistados mencionó: “la obligación de los hombres es dar la raya, y esto es lo importante. Lo que haga la mujer es aparte, ya que la obligación de ella es dar de comer, así como lavar y planchar”; otro de los hombres comentó, “bueno, es normal que las mujeres estén en la casa ayudando a la mamá en todos los quehaceres de la casa, incluyendo los de la cocina”.

¿Cómo se distribuye la comida y en base a qué?

Nos dimos también a la tarea de conocer cómo se da el momento de la distribución de alimentos y si existe una desigualdad entre los sexos, y para ello

interrogamos acerca de cómo percibieron las informantes los eventos relacionados con la distribución de los alimentos en sus respectivas casas cuando eran pequeñas y adolescentes. La distribución de los alimentos era responsabilidad materna, en particular, cuando los hijos e hijas estaban pequeños, sin embargo, esta situación fue cambiando conforme los niños y las niñas crecieron, ya que para ese momento cada uno/a se servía. Dos de las entrevistadas relataron lo siguiente:

Mi mamá nos daba a todos por igual. En esos tiempos nunca nos limitamos en la comida, aunque fuera algo sencillo, pero siempre había lo suficiente como para que te volvieras a servir ... a veces mi papá no comía porque se iba a trabajar, y no comía junto con nosotros, pero comía más tarde, aunque siempre comía igual que todos nosotros.

... pues mi mamá nos repartía a todos, para tantearse en un principio porque éramos hartos... para que alcanzara pues. Nos daba a todos parejo y a veces prefería que nosotros comiéramos aunque a ella no le tocara lo que había,... bueno, eso cuando había alguna cosa que no ajustara...

En las narraciones anteriores detectamos que las madres de las entrevistadas no hacían distinción por sexo durante la distribución de los alimentos, pues a todos repartían por igual; al parecer la diferencia entre las familias de las informantes radicaba en la situación económica por la que atravesaban, ya que si había poca comida, todos y todas comían poco, pero sí había suficientes alimentos, toda la familia comía bien.

Casi la totalidad de las mujeres enfatizaron que, en comparación con los hombres de su familia, ellas “comían igual”, esto es, no había diferencias que privilegiaran a los hombres de la familia. No obstante, algunas entrevistadas expresaron que sus hermanos “comían más”, sin embargo, esto lo relacionaron con

sus necesidades individuales y no con un trato especial hacia ellos. Veamos lo que comentaron: “los hermanos tenían cuerpos más grandes que ellas”, “eran más comelones” y “les daba igual, engordar”. La experiencia de una de las mujeres, que se incluye a continuación, ilustra en parte esta idea, aunque llega a expresar que, “como los hombres trabajan más”, necesitan más comida. Asimismo, en el hecho de que su mamá le daba a su papá semanalmente una pechuga de pollo deshebrada durante la comida y el resto de la familia “se conformaba con lo embarradito en la cacerola” se aprecia que la madre tenía un trato preferencial hacia el padre :

... Los hombres por lo regular comen más, por lo menos mis hermanos comían más. Yo siento que los hombres deben alimentarse más porque ellos son los que trabajan. Desde que nací me metieron en la cabeza que los hombres comen más. Como mi papá trabajaba, mi mamá los lunes compraba una pechuga y le preparaba a mi papá sus tacos con la pechuga deshebrada. Yo le preguntaba, *¿por qué nada más a mi papá le pones pechuga en las tortillas?, pues, porque tu papá se va a trabajar.* A todos los hermanos nos tocaba probar lo que quedaba embarradito en la cacerola. Mi mamá siempre nos repetía lo mismo: *que nos metiéramos en la cabeza que el hombre se debe de alimentar bien porque él es quien se va a trabajar y trae el dinero.* Yo ahora veo que en aquel entonces las mujeres se la pasaban criando, apenas si duraba un año el niño cuando ya tenían al otro,... entonces pienso, todo lo de antes era lo contrario. Ahora digo, quien tenía que alimentarse mejor es la mujer, o sea, en mi época de niña, sí era cierto que el hombre tenía que alimentarse, pero también la mujer, ¿o no?.

En el relato anterior se aprecia el trato preferencial que daba la madre de la entrevistada a su esposo, situación que no es exclusiva de su familia ni de su comunidad, pues resultados de investigaciones realizadas en el Estado de México y en Oaxaca muestran

¹⁸ PÉREZ GIL, Sara Elena y CAIRE, Paola. Diferencias genéricas en la alimentación y nutrición de preescolares de una comunidad rural: una aproximación cualitativa, En: ROMERO, Artemisa; TORRE, Pilar; MUÑOZ, Victor Manuel y ESPINOLA, Dolly (coords) *Quehacer científico. Un panorama actual en la UAM-Xochimilco. Tomo II.* México: UAM-X. 2004, p. 183.

situaciones parecidas en las generaciones pasadas ¹⁸. Aunque es importante señalar que todavía existen mujeres, en varias entidades de México, que como parte de su discurso todavía justifican estas pequeñas o grandes diferencias, con el argumento de que los hombres necesitan ingerir mayor cantidad de comida porque trabajan fuera de la casa, realizan trabajos más pesados y son los que proveen económicamente a las familias. Es decir, apreciamos, por un lado, una sobrevaloración del trabajo extradoméstico que llevan a cabo los hombres y que, además, perciben un salario, y, por el otro, una devaluación del trabajo doméstico femenino, el cual no es considerado como trabajo ni es remunerado.

Sin embargo, detectamos también entre algunas de las mujeres entrevistadas, que otorgan el mismo valor al trabajo doméstico y al trabajo extradoméstico de los hombres. Las narraciones giraron en torno a que “cada quién tiene que comer lo que necesite”. Una señora al respecto comentó:

En mi casa los hombres comen más que las mujeres. Mi papá come más que mi mamá, mis hermanos comían más que yo y Gumersindo también come más. Yo pienso que debe de ser igual ¿o no?, y ya depende de él si quiere más, o si el niño o la niña quieren más, como quieran. Ha de ser como ellos deseen. Eso de que como el hombre trae el dinero y por eso se le da prioridad, yo pienso que no tiene nada que ver. Creo que eso era antes. Así lo creían las señoras más grandes, las que siempre procuraban más al esposo que a sus hijos... Ahora las cosas han cambiado. Las señoras de antes así estaban acostumbradas y mi mamá también así era, siempre le servía primero a mi papá, aunque siempre a nosotros nos procuró también.

En la actualidad, la distribución de la comida continúa siendo una tarea femenina, ya que todas las mujeres encuestadas expresaron que ellas son las responsables de distribuir los alimentos a los miembros

de su familia, sobre todo cuando éstos o éstas son menores. Esta actividad “es parte de ser mujer y madre”. Veamos lo que una señora expresó:

... aquí no es de que cada cual se sirve, eso sólo estando grande. Mi mamá le servía a mi papá, mis tías a mis tíos, mis cuñadas a mis hermanos y así yo a mis hijos. Ya cuando nosotros estábamos grandes pues ya cada quien se servía. Mientras mis hijos estén pequeños sí les voy a servir, pero ya cuando sean grandes pues cada quien se servirá lo que haya y luego, cuando se casen, pues sus mujeres les servirán.

En el párrafo anterior, apreciamos lo que algunas autoras llaman el “pensamiento materno”, “ser-para-otros” o “sustento-de-otros”^{19 20}, para explicar el significado de la maternidad. Durante las entrevistas percibimos que servir a los/as otros/as parece ser una característica “innata” de las mujeres. Desde el punto de vista de la alimentación y si retomamos nuestras primeras reflexiones, las mujeres son las principales responsables de la salud y del estado nutricional de sus hijos e hijas. Es por ello que el discurso médico como parte del modelo médico hegemónico tiende a culpabilizarlas cuando los/as niños/as se desnutren, presentan sobrepeso o se enferman. Si las madres son las encargadas de distribuir la comida, son ellas las únicas responsables del estado nutricional de sus hijos e hijas y no será, sino hasta el momento en que las mujeres-madres y la sociedad en general dejen de considerar “lo maternal” como algo inamovible, que se desprenderán de esa culpa. No obstante, es necesario reconocer que cada vez es mayor el número de hombres que también cuidan y educan a las/os infantes.

Por último, la participación de los esposos en la distribución de la comida recae en ellos sólo cuando sus mujeres están ausentes, aunque, según las entrevistadas, no es una tarea que les agrade. Las

¹⁹ BASAGLIA, Franca. *Mujer, locura y sociedad*. México: Univ. Autónoma de Puebla, 1985.

²⁰ HIERRO, Graciela. *El pensamiento materno. Omnia*. México: Estudios de Género- UNAM, 2002, Año 17-18, v. 41, p. 65. 2002.

mujeres coincidieron en señalar que, “está mal que un hombre no se sirva solo la comida” ya que también debería ser parte de las actividades diarias del sexo masculino. Sin embargo, debe resaltarse que a pesar de que las mujeres manifestaron recibir poca colaboración por parte de sus parejas en esta actividad, pues algunos de ellos prefieren no comer y esperar hasta que sus esposas regresen a la casa, “porque eso de estar agarrando las cacerolas es cosa de mujeres”, cuando se ven en la necesidad de dar de comer a sus hijos e hijas y servirse ellos mismos, lo tienen que hacer.

A manera de reflexiones

Como señalamos al principio, el objetivo de este trabajo fue compartir algunas reflexiones sobre cómo las mujeres y los hombres viven y perciben las diferentes tareas del proceso alimentario, contextualizando este proceso, en un grupo de mujeres de una comunidad rural mexicana. En vez de confiar en las variables e indicadores utilizados en los estudios de alimentación y nutrición de tipo biologicista o sociomédico, recurrimos a otras dimensiones, tales como la división sexual del trabajo y el trabajo doméstico, que dieran cuenta de cómo se desarrolla el proceso alimentario. La perspectiva de género y la cultura fueron elementos imprescindibles para entender lo que ocurrió con las mujeres entrevistadas y la observación fue nuestra gran aliada, así como las narraciones, producto de las entrevistas que presentamos en forma de historias acerca de sus experiencias sobre un acto tan común, como es el de comer.

El interés en abordar desde otra perspectiva teórica y metodológica la alimentación de un grupo de mujeres se derivó de nuestra creciente preocupación por adentrarnos más en las vivencias familiares sobre el evento de la alimentación, sus prácticas, sus significados, sus creencias, sus saberes y sus conocimientos, entre otros. Estamos convencidas de

que partir de otras categorías, entre ellas la del género, proporcionan más elementos, tanto para explicar los datos derivados de las encuestas alimentarias, como para entender los motivos por los cuales algunos contenidos de los programas de educación alimentaria son ignorados por la población a quiénes van dirigidos. Partimos del hecho de que el conocimiento derivado de las entrevistas a mujeres y a hombres puede sentar las bases para incluir otras temáticas que rara vez son incluidas por considerarlas “equivocadas”.

A continuación señalaremos algunas conclusiones generales, ya que la gran mayoría, están presentes, de manera más o menos explícita en los apartados anteriores. Nos limitaremos a destacar lo más relevante tanto en los aspectos teóricos como metodológicos, así como en algunos de los datos acerca de cómo vivieron y viven en la actualidad las mujeres el proceso alimentario dentro de sus unidades familiares en la comunidad de Huatecalco, Morelos.

La incorporación de género permitió, más no resolvió los niveles de complejidad que se conforman en el campo de la alimentación entre lo femenino y lo masculino. Durante el proceso alimentario y la división sexual del trabajo dentro del hogar se ponen de manifiesto ciertos conflictos intergenéricos en cuanto forman parte de la realidad social que son expresados en la cooperación o colaboración en las distintas etapas de este proceso o en la competencia por la comida durante el momento de la distribución. Lo anterior nos habla de relaciones de poder entre los distintos miembros de la familia, que si bien no se manifestaron de una manera clara entre los grupos visitados, sí se apreció en ciertos comentarios y vivencias de las mujeres durante su adolescencia.

Rescatamos, además, otras dimensiones relevantes para comprender lo relacionado con el acto de comer, que no se da aisladamente. En primer lugar, pusimos énfasis en los diferentes momentos de la comida que, por lo general, se dan en el hogar. El hogar no existe

en un vacío y más que una unidad de registro, es una unidad de análisis, por lo que destacar las particularidades del proceso alimentario requirió de un acercamiento más exhaustivo de la dinámica dentro de este ámbito. Producto de lo anterior, incorporamos la división del trabajo y el trabajo doméstico, que nos remiten a las etapas de adquisición o provisión, preparación, distribución y consumo de alimentos, que al igual que otras actividades manuales y no manuales relacionadas con la reproducción, como el cuidado de la salud, se encuentran esencialmente a cargo de las mujeres. Todas las tareas que realizan las mujeres y los hombres derivados de la división sexual del trabajo, entre ellas, las relacionadas con la alimentación, guardan relación, sobre todo con el tipo de estrategias femeninas dentro del hogar. La división del trabajo constituye la base del proceso de reproducción del grupo doméstico, por lo que su análisis nos pareció relevante para identificar los principales factores asociados a una alimentación y nutrición apropiadas, con base en las cuales podemos distinguir hogares que condicionan o no, problemas de salud, alimentarios y nutricios. Es importante mencionar que las dimensiones de análisis utilizadas en este texto no son las únicas ni las mejores para comprender el tema de la alimentación, pero dan cuenta de otros componentes.

Por lo que se refiere a las descripciones etnográficas, éstas evidencian empíricamente el proceso alimentario de las mujeres en Huatecalco y los roles de los diferentes miembros de la familia en la división sexual de las tareas relacionadas con la decisión de qué se come, quién provee, quién prepara y quién distribuye los alimentos. La diversidad de comportamientos alimentarios corresponde a la diversidad cultural, por lo que, además de preguntar qué se come y qué cantidad, nos adentramos en dar respuesta a otras preguntas que sitúen a la gente en un nuevo rol, es decir, el de co-intérpretes de su propia realidad. Por ejemplo, ¿cómo entienden las personas lo que comen?

En cuanto al papel que cumplieron las mujeres de Huatecalco en el momento de unirse a sus parejas fue, al igual que en muchas otras zonas del país, de co-responsables de la alimentación, no sólo de sus compañeros, sino algunas veces de la familia de éste. Queremos destacar que, tal y como lo refirieron las mujeres entrevistadas, “saber cocinar” era, entre muchas otras actividades, parte de la prueba de “ser mujeres”. El significado de ser mujer es ser madre. A pesar de esta distinción de género, no detectamos una percepción de desigualdad relacionada con lo que los hombres de sus familias de origen y adquiridas por su unión realizaban, ya que así como las mujeres ayudaban en la casa, los hombres colaboraban con los padres fuera de ella.

Al igual que en otras partes de México, tanto en zonas urbanas como en rurales, las mujeres en Huatecalco son, prácticamente, las responsables de todo el proceso alimentario. No sólo las mujeres entrevistadas, sino las hijas, las madres, las suegras y abuelas, entre otras familiares y amigas, tienen a su cargo las tareas relacionadas con la provisión, preparación, distribución de alimentos y con la limpieza de los utensilios culinarios. La adquisición de alimentos es una actividad que se ha ido transformando con el tiempo, ya que de ser predominantemente femenina, ha pasado a ser una tarea que se comparte algunas veces con los hijos e hijas y las parejas.

Entre los componentes del proceso alimentario, la distribución de la comida es uno de los temas cruciales para identificar si existe una desigualdad genérica. Es un hecho de que existen evidencias de que en muchos grupos sociales a las mujeres se les reparte menos alimentos que a los hombres y, por consiguiente, se encuentran en desventaja nutricional, no obstante, y aún cuando en este trabajo no fue el objetivo conocer las diferencias en el estado nutricional entre hombres y mujeres, nos enfocamos a detectar las diferencias en cuanto a las prácticas alimentarias hacia uno u otro

sexo. No encontramos ninguna práctica discriminatoria durante el momento de la distribución de los alimentos que nos orille a pensar que existe una discriminación hacia el sexo femenino. La observación durante varios días acerca de la preparación, distribución y consumo de los alimentos permitió corroborar lo que fue manifestado por las mujeres durante las entrevistas. Las mujeres de Huatecalco cumplen el papel de intermediarias entre las tiendas y mercados donde se venden los alimentos y sus hogares, son quienes interpretan y realizan toda una serie de adaptaciones creativas de los diversos patrones alimentarios, en concordancia con las características particulares de su familia y de su cultura.

Por último, queremos resaltar que abordar la alimentación desde otra perspectiva, en este caso desde la mirada socio antropológica y con una perspectiva de género, nos permitió dos cosas, la primera, alejarnos de la definición de un modelo centrado en instaurar la normalidad dietética en los comportamientos humanos ante la comida; y la segunda, tener más elementos para cuestionar el reconocimiento de la nutrición como ciencia especializada en y prescriptora de normas alimentarias, donde la dieta en la mayoría de las sociedades se ha ido concibiendo como “problemática” y los discursos nutricionales, tal y como lo señala Gracia ²¹, en “fábricas de moralidad”.

²¹ GRACIA, Mabel. Maneras de comer hoy. Comprender la modernidad alimentaria desde y más allá de las normas. *Rev Internal de Sociol.* 2005, vol. 40, p. 140.

Referências

AVILA, Abelardo; SHAMAH, Teresa y CHÁVEZ, Adolfo. *Encuesta nacional de alimentación y nutrición en el medio rural 1996. Resultados por entidad. Volumen 1.* México: INNSZ-SEDESOL-DIF-SSa-IMSS-INI-UNICEF, 1997.

BASAGLIA, Franca. *Mujer, locura y sociedad.* México: Univ. Autónoma de Puebla, 1985.

CERÓN-MIRELES, Prudencia; SÁNCHEZ CARRILLO, Constanza; ROBLEDO VERA, Cecilia; DEL RÍO ZOLEZZI, Aurora; PEDROZA ISLAS, Laura; REYES ZAPATA Hilda. Aplicación de la perspectiva de género en artículos publicados en cuatro revistas nacionales de salud. 2000 – 2003. *Salud Publ. Mex*, v. 48, no. 4, p. 332 – 340, 2006.

CHANT, Silvia. Introducción. Género en un continente que está cambiando. En CHANT, Silvia y CRASKE, Nikki. *Género en Latinoamérica*. México: Publicaciones de la Casa Chata, 2007.

DE BARBIERI, Teresita. *Mujeres y vida cotidiana*. México: FCE - IIS – UNAM, 1984.

GRACIA, Mabel. Maneras de comer hoy. Comprender la modernidad alimentaria desde y más allá de las normas. *Rev Internal de Sociol.* vol. 40, p. 140 – 18, 2005.

HIERRO, Graciela. *El pensamiento materno*. México: Omnia-Estudios de Género-UNAM. vol. 41, p. 65 – 74, 2001.

LANGER, Ana y LOZANO, Rafael. 1. Condición de la mujer y la salud. En: JG Figueroa (comp.). *La condición de la mujer en el espacio de la salud*. México: El Colegio de México, p. 33 – 82, 1988.

OLAIZ, Gustavo; RIVERA, Juan; SHAMAH, Teresa; ROJAS, R, VILLALPANDO, Salvador; HERNÁNDEZ, S, HERNÁNDEZ, Mauricio y SEPÚLVEDA, Jaime. *Encuesta Nacional de Salud y Nutrición 2006*. Cuernavaca, México, Instituto Nacional de Salud Pública, 2006.

PÉREZ-GIL, Sara Elena; DIÉZ-URDANIVIA, Silvia; RUEDA, Fabiola y DE LUNA, María del Carmen. *Lactancia materna y trabajo en zonas rurales mexicanos: la visión de las mujeres (Una perspectiva de género)*. México: Informe Técnico - Wellstar International y The Population Council, 1995.

PÉREZ GIL, Sara Elena; DÍEZ-URDANIVIA, Silvia; PÉREZ, Lorena; GUTIÉRREZ, Guillermina y VALDÉS, Soraya. Consumo de energía y de proteínas en mujeres de zonas rurales de México: una aproximación cualitativa y de género. *Rev Nutrición Clínica*. v. 4, n. 1, p. 4 – 12, 2001.

PÉREZ GIL, Sara Elena y CAIRE, Paola. Diferencias genéricas en la alimentación y nutrición de preescolares de una comunidad rural: una aproximación cualitativa, En: ROMERO, Artemisa, TORRE, Pilar, MUÑOZ, Victor Manuel y ESPINOLA, Dolly (coords). *Quehacer científico. Un panorama actual en la UAM-Xochimilco. Tomo II*. México: UAM-X, p. 183-200, 2004.

PÉREZ GIL, Sara Elena; VEGA, Amaranta y ROMERO, Gabriela Alimentación de mujeres en una zona rural: ¿existe una nueva percepción del cuerpo? *Rev Salud Pública Mex.*, v. 49, n. 1, p. 52 – 62, 2007.

SALAS, Monserrat. Lactancia materna: las mujeres como protagonistas. En: PÉREZ GIL, Sara Elena, RAVELO, Patricia y RAMÍREZ, José Carlos (Coords.) *Género y salud femenina. Experiencias de investigación en México*. México: CIESAS – U de G – INNSZ. p. 127 – 136, 1995.

SEPÚLVEDA, Jaime; LEZANA, Miguel Angel; TAPIA-CONYER, Roberto; VALDESPINO, José Luis; MADRIGAL, Herlinda y KUMATE, Jesús. Estado nutricional de preescolares y mujeres en México: Resultados de una encuesta probabilística provisional. *Gac Med Méx*, v. 126, n. 3, p. 207-225, 1990.

YSUNZA, Alberto. El abandono de la lactancia materna en México. 11. Su causalidad. *Rev Invest Clin. Mex (Supl.)*, v. 38, p. 97-102, 1986.

“Dentro da Casa dos Homens”: sobre topologias rituais e os dilemas de uma etnóloga em campo¹

Adriana Romano Athila

Resumo: Através de práticas prescritivas que se seguem à morte de uma harpia, entre os índios Rikbaktsa do sudoeste amazônico, este trabalho pretende reconsiderar a oposição e a precedência ortodoxa entre domínios e espaços tidos como “masculino” e “feminino”, “cerimonial” e “doméstico” e outros contrastes usuais, propondo uma definição etnográfica e dialógica entre os mesmos.

Palavras-chave: Gênero. Comida. Regimes de Socialidade Ameríndia.

Abstract: Through prescriptive practices that follows the death of the harpy eagle (*Harpia harpyja*), among the Rikbaktsa indians of southwestern Amazonia, this work tries to reconsider the orthodoxy of the opposition and precedence between “domains” and “spaces” usually associated with “male” and “female”, “cerimonial” and “domestic” and other usual distinctions. It proposes too an ethnographical and dialogical definition of those “domains” and “spaces”.

Keywords: Gender. Food. Amerindian Sociality.

Adriana Romano Athila. Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente realizando Pós-doutorado no Departamento de Antropologia da UFSC e Consultora da UNESCO. (adrianarathila@gmail.com).

¹ Texto recebido: 05/11/2008.
Texto aprovado: 12/11/2008.

² Este trabalho é fruto de pesquisa de campo entre os índios Rikbaktsa (macro-Jê) do sudoeste amazônico, realizada entre 2000 e 2003, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research. Foi originalmente apresentado no âmbito do “Simpósio Temático” “Comida e Gênero”, do Seminário “Fazendo Gênero 8”, ocorrido em Julho de 2008, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Um projeto de pesquisa específico sobre “Gênero, Beleza e Transformação” é atualmente desenvolvido no âmbito de Estágio Pós-Doutoral, no Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia (A-Funda), da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ ORTNER, Sherry. Is female to male as nature to culture? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (Ed.). *Women, Culture and Society*, Stanford: Stanford University Press, 1974, p. 67. (trad. minha)

⁴ ROSALDO, Michelle Zimbalist. Woman, Culture, and Society: a theoretical overview. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (Ed.). *Women, Culture and Society*, Stanford: Stanford University Press, 1974, p. 41.

⁵ HOWELL, Signe & MELHUUS, Marit. The study of kinship; the study of person; a study of gender? In: DEL VALLE, Teresa (Ed.). *Gendered*

Introdução

Este trabalho discute algumas das múltiplas perspectivas envolvidas na festa do Gavião-real ou harpia, praticada pelos índios Rikbaktsa do sudoeste amazônico². A produção de “comidas” e “bebidas” adequadas ao rito é focalizada, dentre outras possíveis descrições etnográficas e implicações do rito, como fio condutor para a compreensão do caráter nativo da diferença homem/mulher e de seus respectivos atributos. A concepção não-essencialmente opositiva daquela diferença entre este povo vai de encontro à idéia de que a subordinação feminina seja admitida enquanto uma espécie de “fato pan-cultural”³. Por sua vez, uma tal noção sobre a natureza gradual deste contraste – como acontece também a outras distinções partícipes da cosmologia Rikbaktsa – tem reflexos significativos e vai de encontro à universalidade da oposição estrutural universal entre as esferas “pública” e “doméstica”, notadamente se conferimos a elas significados preestabelecidos⁴.

Isto significará dizer que este tipo de questão deva ser essencialmente referida aos mecanismos particulares que cada povo emprega para pensar e praticar a “diferença”⁵, da qual o contraste homem/mulher é mais uma das elaborações em torno deste tema. Uma vez colocado desta maneira, um esforço para a compreensão do problema refere-nos diretamente ao modo pelo qual mulheres e homens Rikbaktsa vivem, fazem suas festas e, neste intervalo, constróem suas eventuais diferenças⁶.

Neste sentido, minha preocupação antecede qualquer intenção de autorizar ou desautorizar posições dentro de um campo intelectual particular de acirrada disputa. Ao invés disto, a pretensão é a de pelo menos tentar, nas palavras de Yanagisako & Collier, “gerar novos problemas e, desse modo, fazer possível novas respostas”^{7,8}. Finalmente, a condutora central desta reflexão é a etnografia do rito, sugerindo que tal

compreensão é bastante influenciada pelo modo de condução do trabalho em campo e de um conseqüente “fazer” da etnografia.

Dentro do campo da Etnologia Indígena, não poderia deixar de mencionar que estas discussões têm algum impacto sobre a valência absoluta do contraste discreto e historicamente atribuído aos grupos de língua Jê entre as esferas “políticas”, “públicas” e “cerimoniais”, descritas na literatura como masculinas por excelência e, em contrapartida, a vida “doméstica”, “privada” e “cotidiana”, descrita enquanto “feminina”^{9,10}. A oposição absoluta entre “doméstico” e “público” e as costumazes associações dela derivadas são inaplicáveis em seu sentido permanente entre os Rikbaktsa e, muito provavelmente, o serão alhures¹¹, de modo que o tema deste artigo não é completamente original.

Entretanto, parecem renitentes as interpretações – entre as mais variadas correntes e posições fora mas também dentro da, digamos, “militância intelectual feminista” – de que a “(...) mulher é em todo lugar natureza”¹². Ainda que intentando apropriar-se favoravelmente desta idéia, talvez Ortner seja o ícone deste tipo de posição que traz para dentro de um campo que, à princípio poderia contextualizar esta afirmação com pretensões de constatação, a confirmação de que mulheres estão universalmente mais próximas da “natureza” ou do “doméstico” do que homens, com especial ênfase em uma noção biológica formal¹³.

Completamente relacionada a estas idéias mas escapando ao escopo do presente artigo, tratei em outras oportunidades^{14,15} de que, pelo menos com relação aos grupos ameríndios, a questão que se coloca é antes aquela do papel de homens e mulheres dentro da “fisiologia” e do “modo de produção” nativos de “pessoas” e também de “coisas”. Estes, francamente variáveis, vão de encontro à noção de um controle feminino universal sobre a “reprodução biológica”.

Anthropolog. New York: Routledge, 1993, p. 52.

6 YANAGISAKO, Silvia Junko & COLLIER, Jane Fishburne. Toward an unified analysis of gender and kinship. In: COLLIER, Jane Fishburne & YANAGISAKO, Silvia Junko (Ed.). *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis*, Stanford: Stanford University Press, 1987, p.15.

7 *ibidem*: p.14 (trad. minha).

8 Registro, contudo, que a crítica de Yanagisako & Collier ao mito da sociedade primitiva igualitária, acaba por fazê-las recair em um novo universalismo. Sobre isto, ver também Howell & Melhuus (1993:51).

9 DA MATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

10 MAYBURY-LEWIS, David. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

11 YANAGISAKO, Silvia Junko, & COLLIER, Jane Fishburne. Toward an unified analysis of gender and kinship. In: COLLIER, Jane Fishburne. & YANAGISAKO, Silvia Junko (Ed.). *Gender and Kinship: essays Toward a Unified Analysis*, Stanford: Stanford University Press, 1987, p.15.

12 LÉVI-STRAUSS, Claude. *Claude Lévi-Strauss: O cru e o cozido* (Mitológicas, v. 1). São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 310.

13 ORTNER, Sherry. Is female

to male as nature to culture?
In: ROSALDO, Michelle
Zimbalist & LAMPHERE,
Louise (Ed.). *Women, culture
and society*, Stanford:
Stanford University Press,
1974, p.84.

¹⁴ AUTOR. *Arriscando Corpos:*
Permeabilidade, Alteridade
e as Formas da Socialidade
entre os Rikbaktsa (macro-
Jê) do Sudoeste
Amazônico. Tese de
Doutorado. Rio de Janeiro:
Instituto de Filosofia e
Ciências Sociais,
Universidade Federal do
Rio de Janeiro, 2006.

¹⁵ AUTOR. *A caixa de Pandora:*
diputando pessoas e
produzindo diferenças em
uma sociedade indígena
amazônica. 26^a Reunião
Brasileira de Antropologia,
Porto Seguro, 2008.
Disponível em [http://
201.48.149.88/abant/](http://201.48.149.88/abant/).
Consulta em 4 de
novembro de 2008.

¹⁶ HÉRITIER, Françoise.
*Masculino feminino: o
Pensamento da Diferença*.
Lisboa: Instituto Piaget,
1996, p.198-200.

Era como se, por assim dizer, este atributo “natural” acabasse por manter as mulheres definitivamente dentro da “natureza”, ainda que tendo como resultado uma inversão dos polos da hierarquia usual entre gêneros, discutivelmente “vantajosa”.

Concentro-me aqui, então, em discutir a distribuição e a pertinência ou não de determinados princípios de organização entre “homens”, “mulheres”, “espaços” e “atributos” dentro do contexto ritual Rikbaktsa. Também tangencio considerações sobre as possibilidades de descrição etnográfica do rito e sua razão de dependência com determinadas disposições do pesquisador, estimulada pelas considerações de Hérítier¹⁶ sobre a hegemonia da perspectiva masculina no campo antropológico. Relacionadas ao seu “gênero”, ainda que não completamente determinadas por ele, acredito que disposições tais devem-se, antes, a suas próprias noções acerca do “gênero” e do “valor” dos “atributos” associados a seus termos.

Uma breve etnografia do rito do gavião-real

Falantes do idioma macro-jê, os Rikbaktsa somam cerca de 1000 indivíduos distribuídos em, pelo menos, trinta e três aldeias, dispostas ao longo da bacia do rio Juruena, no estado de Mato Grosso. Do ponto de vista sociológico, dividem-se em duas metades idealmente exogâmicas e com pertencimento patrilinear, cada qual composta por um número desigual de clãs. Estas metades são usualmente referidas pelo nome dos clãs que consideram centrais, ou seja, *Hazobiktsa*, uma espécie de arara vermelha à qual chamam também “arara cabeçuda” (*Ara chloroptera*) e *Makwaraktsa*, “arara amarela” ou “caniné” (*Ara ararauna*).

Tudo se passa porque quando um gavião-real é morto, sua carne não pode ser simplesmente comida e suas penas diretamente empregadas em flechas (*orobiktsa*) e cocares (*tsorek*). Desde a entrada da ave

na aldeia, seu transporte para a frente da “casa dos homens” – onde penas consideradas importantes serão retiradas – até seu cozimento em água, caldo com o qual as mulheres prepararão uma espécie de mingau à base de castanhas-do-pará, tudo isso ocorrerá segundo uma espécie de rodízio daqueles segmentos sociais que chamei aqui de “metades”. Tudo é feito de modo a que este segmentos alternem-se nas diversas tarefas que compõe o rito, tarefas que cabem, por sua vez, a homens e mulheres.

É importante ter em conta desde já que este rito não pode ser compreendido se retirado de seu desenrolar no tempo. Isto é válido também para ritos regulares Rikbaktsa, aos quais importa a sucessão de eventos interna às festas, mas também boa parte do período que as antecede e que se segue após o término formal das mesmas. Deve ser mencionada mas não caberá aqui, uma abordagem diacrônica do rito e suas repercussões no cotidiano Rikbaktsa, na medida em que nele opera-se da construção adequada de “corpos” e “pessoas”¹⁷, da instituição, consolidação ou ruptura de relações entre “pessoas” e “segmentos”, a condições relacionadas à escatologia nativa.

Permeados pela incerteza, estes processos arrastam-se no tempo e ultrapassam o acontecer das festas, na mesma medida em que nem sempre serão exitosos. A vida, quando acontece no contexto ritual, é referencial, explicativa e, muitas vezes, constituinte dos eventos que têm expressão cotidiana. O inverso é também verdadeiro, porque alguns ritos admitem longa duração misturando-se, efetivamente, à vida ordinária. Cotidiano tanto quanto as festas são “ativos” mais do que “corroborativos” ou “restauradores” de alguma ordem ou estado ideal de coisas. Vida ordinária e rito apresentam muito mais continuidades do que descontinuidades, interpenetrando-se.

Esta pequena digressão sobre a articulação entre “rito” e “cotidiano” terá sido útil aos propósitos desta breve etnografia. Se a caça pontual da ave, a retirada

¹⁷ SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha & DA MATTA, Roberto. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ/ Marco Zero, 1987 [1979].

de suas penas e seu uso em flechas e cocares é algo eminentemente “masculino”, tudo isso não pode acontecer sem que sejam preparadas comidas adequadas, uma preparação maciçamente levada à cabo pelas mulheres, mas que não acontece sem que também homens contribuam ou misturem-se a este processo. Desta maneira, a produção do mingau e da bebida em um domicílio escolhido ocorre em paralelo à furação das raques das penas do gavião, que acontece dentro da chamada “casa dos homens” (*mykyry*). Somente após esta furação, tanto as penas quanto carnes da ave poderão ser comunitariamente utilizadas.

A rica e vasta taxonomia animal Rikbaktsa registra onze aves que associam especialmente, de modo a formar uma categoria não-nominada, onde incluem-se a harpia e outros tipos de gaviões. Destas aves dominam toda a sorte de hábitos e lhes conferem “beleza”, “cheiros” e “atributos” diferenciados, inclusive com relação a “machos” e “fêmeas” de uma mesma “espécie”, dentro de seu entendimento. Hábitos alimentares – que vão de “cobras” a “almas” – surgem espontaneamente em sua caracterização, figurando como um atributo central destes animais, como dos seres em geral. Alguns são comestíveis e têm suas penas utilizadas em flechas e cocares, outros são incomedíveis, podendo ou não ter suas penas utilizadas, a depender de uma série de critérios.

São aptas e prescritas ao rito de furação apenas duas destas aves, paradoxalmente definidas por hábitos alimentares praticamente opostos, se considerados dentro dos critérios nativos de comestibilidade. Um deles é o *Zikrapopo*, conhecido como “apacanim” ou “gavião-caipira” (*Spizaetus tyrannus*). Consideram que esta ave alimenta-se exclusivamente de uma cobra considerada venenosa (boipeva / *pyrybykza*), que não comem de forma alguma, e de um mamífero que descrevem como “raposa”, mas é uma espécie de gambá (*harãmypebok*), de rabo descrito como “liso” ou sem pêlos. “Dá medo

(o rabo), *tsitoskar^{1/2}ta* (odor ruim, forte, catinga)”, define um homem Rikbaktsa. Como as cobras, o *harãmypebok* escapa à comestibilidade. Se encontram com estes bichos – de hábitos noturnos – em andanças diurnas, não é bom presságio e têm obrigação de matá-los. Estes encontros integram a classe de coisas *batsisapy* (“feias, inadequadas”) e que podem ser perigosas às pessoas, indícios do devir de infortúnios.

Ainda segundo a classificação nativa, além de comer cobras, o apacanim não come macacos, o que, ao contrário, atribuem como distintivo do *wohorek ikhitsita*, a harpia propriamente dita. Esta ave é encenada nas festas da estação chuvosa, como personagem de disputa com homens, em caçadas triunfais que os mesmos fazem a macacos-coatás e seus filhotes, representados pelas mulheres e seus filhos. Se há “gavião” em espreita, normalmente em cima de um jirau, avisam. Nesta movimentada cena de caça, reparo que a “mãe” dos coatás – representada por uma mulher -, pode “derrubar” o gavião em espreita. No dia seguinte, seguem para a caçada dos macacos no mato.

Consideram que a harpia se alimenta, portanto, apenas de caças valorizadas não comendo ou “mexendo” em cobras. A alimentação das harpias é, por esta via, associada à sua própria, principalmente no que concerne ao consumo apreciado de diversos tipos de macacos. Isto intensifica a centralidade da “comida”, da noção de “edibilidade” e de diferentes contrastes “meta-identitários” para a festa do gavião-real.

Em tudo que concerne aos tópicos “caça” e “alimentação” – como é o caso da festa do gavião - há uma multiplicidade de regras e diferenciais profundamente relacionados a domínios outros que nos obrigam a ampliar a pregnância e a relação do dito domínio “alimentar”. O contraste entre estas aves é, assim, bastante significativo para muitas outras implicações do rito, conquanto os Rikbaktsa não

¹⁸ cf. AUTOR. *Arriscando Corpos: Permeabilidade, Alteridade e as Formas da Socialidade entre os Rikbaktsa (macro-Jê) do Sudoeste Amazônico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

diferenciem, do ponto de vista formal, entre a furação das penas de um “apacanim” ou de uma “harpia”¹⁸. Em ambos os casos ela é prescritiva e acontece de modo bastante semelhante.

No que concerne à preparação das comidas, destaco que apenas as mulheres da metade *hazobiktsa* cuidam de tudo o que se relaciona ao preparo do mingau (*zaro*), composto pelo caldo gorduroso da ave misturado a castanhas-do-pará raladas. Em contrapartida, a metade *makwaraktsa* tratará da produção da “chicha” (*tomy*), bebida não-fermentada que pode ser feita de milho, batata-doce, cará ou frutas silvestres, como patauá ou inajá. Estas regras de manipulação são ortodoxas e o desrespeito às mesmas causaria aos alimentos propriedades fatais àqueles que os ingerissem. Cuidados e regras expressos cercam a preparação das comidas neste rito.

Mulheres *hazobiktsa*, responsáveis pela ralação da castanha, são proibidas de comer restos da mesma, sob a pena de seus futuros filhos nascerem imperfeitos. Mulheres grávidas não podem ralar castanhas, ingerir o mingau ou a chicha produzidos no rito, independente do pertencimento a grupos sociais determinados. Isto por si só indica que o que é manipulado ali oferece risco e possui interconexões importantes entre os Rikbaktsa, “domínios” e “seres”.

A razão de tantos cuidados deve-se ao fato do gavião-real ser associado a “espíritos” ou “almas”¹⁹ de mortos, os *myhyrikoso*, que buscam vingança constante contra os “vivos”. É importante que se diga que, no caso rikbaktsa, a morte não determina necessariamente uma “separação” absoluta entre alguns aspectos daqueles que “vão” e os que “ficam”. Este é um contraste importante com relação ao observado em outras cosmologias ameríndias, notadamente entre grupos pertencentes à família linguística Jê, aos quais os Rikbaktsa seriam aparentados na esfera do tronco linguístico²⁰.

Cada qual, ao morrer, possui duas “almas” ou

¹⁹ Registro a inadequação do termo “alma” e, com as mesmas palavras e insatisfação que já acometiam Lévy-Bruhl no início do século XX (1975:88) diante da tradução de tal “conceito nativo” pelo “termo”, ele é empregado na ausência de outro mais adequado.

²⁰ cf. RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. Campinas: Loyola, 1986.

“sombras” (*-hyrikoso*), das quais uma dela tem um destino particularmente interessante ao rito em questão. Assim, à morte de alguém um de seus *-hyrikoso* permanece na terra, mas habita um mundo invertido. Isto explica a incomestibilidade marcada de animais noturnos, bem como de “animais” que se alimentam deles, à exceção significativa do apacanim, mas apenas após o rito de furação da pena, conforme já foi mencionado.

Quando é dia para “nós” é noite para “eles”, e também relativamente mais seguro para os vivos. De dia, portanto, estes “espíritos” normalmente dormem ou deveriam fazê-lo. A situação oposta, ou seja, quando nós estamos a dormir, é a ocasião propícia para suas investidas, durante os “sonhos”, já que nossa lua é o seu sol.

Dias de tempo ruim, inspiram sempre algum temor. Praticamente nada fazem quando o tempo está fortemente nublado (*mynadepykr'1/2na-* “estar sujo”). O céu nublado e trovoadas normalmente antecedem todos os mitos ou histórias vividas de infortúnios, como o prenúncio de que os *myhyrikoso*, como outros seres metafísicos potencialmente “predadores”, aproximam-se, causando decerto algum prejuízo. Quando vamos encontrar um *myhyrikoso*, quando ele se aproxima de nós, ficamos tontos e nossa vista também escurece temporariamente. Quando retornarmos à “consciência” é que podemos vê-los ou entendê-los enquanto *myhyrikoso*.

Na maioria das vezes são vistos pelos vivos como animais (*sparitsa*), algo que, mais do que indesejado, é diligentemente evitado, dentro do possível. Sob esta forma, vivem a rondar os vivos, buscando vingança contra seus desafetos em vida ou mesmo aproximando-se dos “seus” por saudade e com ela o desejo de “levar” os vivos para perto de si, o que significaria, igualmente, sua morte.

Uma vez que uma ave deste tipo é caçada, furar-lhe a pena é a única forma de impedir que seu “-

hyrikoso” ou “espírito” migre para um outro animal a procurar vingança. Ressalto que há cerca de seis “classes” de animais caçados e que devem ser prescritivamente tratados pelo caçador ou pela coletividade, como a furação de “penas” e “dentes” ao intencional “abandono” da caça²¹. No caso da harpia, o caçador mata o “corpo” do animal, mas é somente a furação que sacramenta seu abate definitivo.

²¹ Remeto o leitor ao Capítulo 5 de minha tese (AUTOR, 2006), onde tais classes são exploradas em seus pormenores, com relação a variantes como “tratamento” e “comestibilidade”, o que escaparia ao escopo deste pequeno artigo.

Comidas e, com mais rigor, bebidas só poderão ser ingeridas ou distribuídas coletivamente após este acontecimento. Guardam uma relação fundamental e efetiva com o *-hyrikoso* e sua possibilidade de “agência”, portanto, com a própria edibilidade do animal. A confirmação desta “predação” – ou seja, a consecução do rito, conforme suas orientações, fornece também uma ocasião privilegiada para a “fortificação” dos “corpos”, de modo que as coxas direitas de rapazes e moças poderão ser arranhadas com dentes de cotia e banhados com jenipapo depois do rito, tornando as escarificações e sua “pintura” mais fortes²².

²² Tatuagens “escuras” são o paradigma do êxito de abates deste tipo. As tatuagens Rikbaktsa exigem uma série de cuidados que extrapolam os ritos e dos quais dependerá amplamente o sucesso destes processos de “construção” corporal. Em um mito, a tatuagem forte de um homem é a marca dos dentes da sucuri (*urototoké*) e o sinal de que resistira às várias intervenções predatórias deste ser metafísico, expressas através das cócegas que lhe impunha com suas presas. A risada do homem frente às provocações da sucuri permitiria a efetivação de suas intenções predatórias, algo recorrente na mitologia sul-americana, onde a “vítima que ri” pode ser “devorada” (Lévi-Strauss [1964]2004: 148, 150, 151) por ter seu “corpo aberto” (*idem*:154).

Durante estes eventos que podem durar um ou no máximo dois dias, a depender do horário em que a ave chega à aldeia, ocorrem várias visitas masculinas à casa. Em tom jocoso, os homens comem castanhas não raladas ou um pedaço de mandioca. Comentam se todas estão ajudando, se as tarefas estão sendo desempenhadas com ânimo e alegria, como também as possíveis ausências.

Quando a ave está bastante cozida, alguma mulher ou criança vai à porta da “casa dos homens” chamá-los para que venham à casa. Rapidamente, homens maduros das duas metades aproximam-se da panela, retirando a ave e colocando-a em outro recipiente. Um deles dá os primeiros talhos na ave. Os outros ficam em torno da carne e só depois deste primeiro corte, ajudam a descarneá-la. Este homens procedem, então, à distribuição da carne às mulheres que estão na casa, destinando pedaços especialmente a mulheres mais próximas, como esposas, e crianças. A carne do

peito da ave, da qual o mingau é predominantemente feito, uma vez destrinchada pelos homens, é devolvida à panela, onde a água e a gordura continuam a ferver. Ao lado da bacia onde colocam a carne do gavião há também um recipiente com chicha.

A esta altura, outros homens e mulheres vão chegando e também comem outras partes do gavião, distribuídas pelos homens. A partir de então, um destes homens, geralmente alguém de idade considerável, organizará algumas tarefas conforme a exigência de se completar o preparo do mingau e da chicha, escalonando as mesmas a outras atividades cotidianas necessárias.

Uma vez destrinchada, os ossos da coxa, a carcaça da ave e a cabeça irão para a “casa dos homens”. Lá a carcaça será dependurada. Ossos da coxa servirão para que façam “flautas” ou também braçadeiras. A cabeça será presenteada a algum convidado. Tudo da ave é aproveitado, mesmo seus tendões, que servirão de adorno, produzindo recursos e relações. O caldo de sua gordura (*tutã sawy*) poderá ser pingado nos olhos de um outro caçador, para que ele enxergue como a ave predadora.

Mantidas as restrições por segmento social, as mulheres envolvidas na cocção do mingau e da chicha permanecem na casa. Um pouco mais tarde vão à “casa dos homens” e chamam um homem mais velho para que prove a gordura da ave, com banana assada passada na castanha moída, que pode ser também substituída por mandioca ou um pedaço de beiju. Ele prova e novamente interage com as mulheres, fazendo elogios à ave, como a quantidade de gordura que ela concentra.

Mais tarde, assim que a chicha fica pronta, as mulheres *makwaraktsa* separam-na em dois recipientes menores, que ficam tampados, e em outro grande. O mingau pode ou não estar pronto.

Um homem é, então, convocado por uma mulher a provar o mingau. Concomitantemente com a prova

do mingau dentro da “casa”, as penas são furadas na “casa dos homens”. Neste mesmo momento algum homem vem buscar a chicha das panelinhas, levando-as para a casa dos homens. O mingau permanece na casa. A esta altura as penas maiores do rabo e da asa já estarão devidamente furadas. A presença do mingau é dispensável para a furação, mas a da chicha é sua condição *si ne qua non*. Ao final da furação, a chicha das panelas pequenas deve obrigatoriamente estar na casa dos homens, pois será integralmente bebida em um só fôlego pelo “furador” das penas e seu “ajudante”, homens idealmente pertencentes a metades opostas.

Neste sentido, é fundamental a articulação e uma certa sincronia entre casa e casa dos homens, especialmente no que se refere ao momento da furação das penas. É a casa que ditará o seu momento. Entre outras coisas, ele precisa sincronizar-se com a prova do mingau, que ocorre na própria casa. Só após à furação das penas procede-se à distribuição das comidas e bebidas aos homens, na “casa dos homens”, como aos demais domicílios da aldeia.

Uma distribuição de penas aos homens que têm habilidade reconhecida em fazer flechas ocorre em paralelo à distribuição mais ampla de chicha e mingau aos homens que estão na “casa dos homens” como aos “domicílios”. Estas penas deverão ser empregadas em flechas que, após estarem prontas, serão “trocadas” por flechas antigas do caçador da ave. As mesmas devem cumprir um fim determinado – abater novas presas -, inaugurando ou consolidando a relação entre o “caçador” da ave e seus “parceiros”, receptores das penas. Poderão também ser “destrocadas”, no caso de não haver êxito, algo que só se verificará com o tempo. Entretanto, uma vez “destrocadas”, estes homens não poderão mais “trocar” flechas²³.

Para que toda esta organização funcione, efetivamente, é necessário não apenas o conhecimento da posição, digamos, “clínica” dos indivíduos, como

²³ Não há como explorar aqui a riqueza de sentidos desta implicação do rito. Mais uma vez, remeto o leitor à minha tese (AUTOR, 2006).

também algum tipo de proximidade entre aqueles que ali estarão envolvidos, o que inclui rótulos de parentesco e “gêneros” diversos. Articulações, encontros e referências entre homens e mulheres singram “espaços” e, como sugerimos, o próprio tempo. Como uma regra que atende ao funcionamento adequado do rito, invadem-se mutuamente, em momentos mais e menos marcados.

Sobre topologias múltiplas e dialogia: discussão

Evoco esta breve etnografia do rito para abordar alguns questionamentos estimulados pela própria experiência efervescente de observar/participar dele, e que referem-se a “como” investigá-lo, com vistas a uma compreensão tão adequada quanto possível. Indagações estas, profundamente relacionadas às discussões deste Simpósio Temático²⁴ e que foram, como acredito, fundamentais a uma compreensão mais ampla dos eventos que se seguem ao abate da harpia.

²⁴ Refiro-me ao Simpósio Temático “Comida e Gênero”.

O que trago aqui não é exatamente uma novidade, mas a confirmação de que é imprescindível uma descrição dos ritos – notadamente aqueles nos quais a comida tem centralidade indiscutível - que focalize, com igual peso, a multiplicidade de espaços envolvidos em sua “produção”. Ou seja, que não se concentre unicamente no lapso temporal em que os homens reúnem-se em algum lugar do pátio da aldeia, tocam, cantam, bebem e comem, como se todos estes recursos estivessem, por assim dizer, “prontos” desde sempre.

Quando presenciei o primeiro rito, tentei dividir-me entre a casa (*waboro*) e a “casa dos homens” (*mykyry*), dando ênfase à casa, por minha própria inserção enquanto “mulher *makwaraktsá*”. Tentando perguntar e acompanhar o que se seguia fora da casa, desloquei-me à “casa dos homens” apenas no momento da “furação”, quando a chicha era levada para lá. Muitas lacunas e perguntas permaneceram, dilemas de uma etnóloga no campo, mas já podia entender que não

era possível compreender o evento unicamente a partir da perspectiva exclusiva de um ou outro “espaço”.

Desta forma, para a sorte da antropóloga e pelo azar da natureza, no período de dez dias, dois gaviões-reais foram mortos. Pude, então, acompanhar o desenrolar do rito, vez concentrando-me dentro da “casa”(waboro), e vez na “casa dos homens”(mykyry), com minha presença evidentemente permitida. Entendo que nem sempre isto é possível mas foi, no meu caso, providencial.

Entendê-lo como algo que acontecia concomitantemente nestes dois “espaços” possibilitou a percepção das ricas intersecções e a não-precedência de um espaço sobre o outro, ampliando meu horizonte etnográfico e minhas possibilidades de análise. Enfim, tive o privilégio ou a oportunidade de atenuar os prejuízos de uma escolha difícil, mas que, tenho certeza, já ocupou as reflexões daqueles pesquisadores e, principalmente, pesquisadoras que trabalham com etnologia indígena, mas também em outros “campos”: entre, por um lado, o **domicílio** (corriqueiramente associado ao “privado”²⁵, ao “feminino” e, em uma decorrência desautorizada, a tudo o que há de menos interessante em uma sociedade) e, por contraste, a “famosa” **casa dos homens** (maciçamente concebida como o domínio do “público”, do “masculino”, do propriamente “político”, enfim, dos assuntos relevantes).

Uma vez que a “festa” ocorre quase que simultaneamente nestes dois espaços, isto acaba por nos conduzir a uma oportunidade singular de reconsiderar a articulação entre os domínios tidos como “masculino” e “feminino”, “público” e “privado”, “cerimonial” e “doméstico”. Embora alguns destes contrastes possam operar em alguns momentos, não dispõem-se segundo uma correspondência espacial unívoca. A análise da dialética entre estas esferas e suas possíveis diferenças contextuais, que não são exatamente de

²⁵ Devo ao leitor uma pequena consideração. O conceito de “privado” só tem sentido aqui enquanto parte de uma contraste formal com a esfera “pública”, tendo este par expressão singular dentro da etnologia sul-americana, notadamente dentro das análises de inspiração “estruturalitas” e que compreendem grupos indígenas de língua Jê, mas também outros onde haja contraste usualmente marcado e opositivo entre “pátio” da aldeia, o lugar do “público”, do “político” e os “domicílios”.

complementaridade, mais do que sua marcação e separação absoluta e contrastiva conformada a uma hierarquia fixa, parece ser mais produtiva.

Como vimos, a “casa” e a “casa dos homens” não opõem-se propriamente. Antes, relacionam-se, interpenetram-se, sendo ambas fundamentais ao rito de furação das penas da harpia. Mais que isso, operam igualmente com idéias, substâncias e posições sociais, como acredito, profundamente relevantes neste e em outros “ritos” observados entre os Rikbaktsa. Não é coincidência que oposições do tipo “doméstico” e “político”, “privado” e “público”, quando equacionadas respectivamente a “feminino” e “masculino”, não sejam muito produtivas entre este povo. Há, pelo menos, intersecções “*nebulosas*”²⁶ entre quase tudo o que vem a configurar estes domínios.

Se insisto neste ponto é porque parte significativa das discussões em torno dos possíveis modelos para explicar os regimes de sociabilidade entre os índios sul-americanos tem passado ao largo do vies do “gênero”, em geral^{27,28,29,30}. Mas não apenas por esta implicação, digamos, “particular” à etnologia.

Investigar sobre como os Rikbaktsa pensam a “diferença” – vista aqui sob a ótica do “gênero” – e atribuem sentido e valores a “espaços” e outros componentes de sua vida ritual e cotidiana pode iluminar as reflexões sobre estes mesmos temas em outros contextos etnográficos. E um redimensionamento não só da “comida”, como de toda a complexa rede envolvida em sua “aquisição”, “produção”, “distribuição”, “consumo”, “destino dos restos” vem a contribuir significativamente às possibilidades de articulação entre “comida” e “gênero”.

Todas estas perspectivas convergem-se em um sistema culinário. Este lugar de fusão complexa nos demonstra que, em cultura ou época alguma, o homem simplesmente “come” de tudo o que lhe aparecesse, obedecendo a um instinto inato e

²⁶ cf. LEA, Vanessa. The composition of M¹/₂bengokre (kayapó) households in Central Brazil. In: RIVAL, Laura M. & WHITEHEAD, Neil L. (Ed.). *Beyond the Material: the Amerindianization of Society in the Work of Peter Rivière*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 173 (trad. minha)

²⁷ cf. *ibidem*, p. 158

²⁸ ÁRHEM, Karj. Comments. *Current Anthropology*, Chicago, v. 48, n.4, 2007, p. 514.

²⁹ LAGROU, Elsje Maria. Comments. *Current Anthropology*, Chicago v. 48, n. 4, 2007, p. 516.

³⁰ LANGDON, Esther Jean. Comments. *Current Anthropology*, Chicago, v. 48, n. 4, 2007, p. 516-518.

³¹ FISCHLER, Claude. Food, self and identity. In: *Social Science Information* (SAGE), 27 (2) London, 1988, p. 277-279.

³² DOUGLAS, Mary. Food as a system of communication. In: *In the Active Voice*. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.

³³ MENNEL, Stephen. Food Dislikes. In: *All Manners of Food: Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*, Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1985 p. 291-316.

³⁴ GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar, (Ed.). *Masculino, feminino, plural: gênero na Interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-314.

³⁵ *ibidem*, p. 298.

³⁶ VERDIER, Yvonne. Pour une ethnologie culinaire. In: *L'Homme*, Paris, p.49-56, XI (Jan/Mar), 1969.

³⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: *Lévi-Strauss, L'Arc Documentos*, São Paulo: Documentos, 1968, p. 25, 35.

desregrado ou a uma condição imperativa quase mítica de onívoro³¹. Que a ingestão de determinados alimentos e a rejeição de outros pouco relacionou-se à sua disponibilidade, facilidade de acesso, saciedade ou cálculo econômico^{32,33}.

Assim, marcam-se e negociam-se relações horizontais, fronteiras entre grupos, entre “gêneros”, distâncias e proximidades entre pessoas. O mesmo acontece a relações verticais entre homens e outros tipos de seres e uma série de distinções raramente absolutas entre “homens” e “mulheres”, “humanos” e “não-humanos”, “afins” e “consangüíneos”, “vivos” e “mortos” e o que mais for matéria da cosmologia.

Grossi³⁴ chama a atenção para o caráter histórico da concepção da “mulher” enquanto relegada ao “doméstico”, o que não teria ocorrido senão a partir do século XVII³⁵. Neste mote, o que digo aqui inclui e vai além da possibilidade de, digamos, “circulação” dos gêneros por diferentes domínios. Proponho considerar tanto o “doméstico” quanto o “público” enquanto lugares que podem diferencialmente receber atributos ou serem diversamente qualificados, em contextos etnográficos diversos. E que estas concepções distintas, em muitos momentos, podem apontar mais para intersecções do que para divisões entre “gêneros” e “espaços”, de modo que determinadas polarizações permanentes sejam impraticáveis e improdutivas.

Não me preocupo em retirar a “mulher”, enquanto categoria, da “cozinha”. Ou, ainda, em redimensionar o “doméstico”, reafirmando que a “cozinha” ou a “comida” revelam-se como uma importante categoria classificatória da vida social³⁶, fenômeno e linguagem universais³⁷, com grande poder de estruturação e de expressão. Tenho certeza que todos aqui partilham desta idéia.

O que está em questão é o caráter reversível da associação de “mulheres” e “homens” a determinados “espaços”, o que complexifica o estabelecimento e a

definição definitiva e respectiva de “atributos” e “domínios” que os caracterizem exclusivamente. E os Rikbaktsa me parecem privilegiados para este tipo de reflexão. Além da costumeira transfiguração dos ameríndios pelas etnografias – diga-se de passagem masculinas - como paradigma da desigualdade entre gêneros³⁸, os Rikbaktsa caracterizam-se enquanto um coletivo indiscutivelmente orientado à predação guerreira e cinegética, apresentando paradoxalmente, ao lado do que me parece ser uma constante reversão das hierarquias, o que a etnologia convencionou denominar por “casa dos homens” (*mykyry*).

Assim, homens podem fazer artefatos plumários tanto na “casa dos homens” quanto em suas casas. Ritos acontecem simultaneamente e coordenadamente no pátio da aldeia como dentro dos domicílios. Não é possível pensá-los sem uma articulação cuidadosa e sincronizada entre estes domínios, com iterssecções importantes entre eles, o que envolve tanto “gêneros” quanto “segmentos sociais” diversos.

E a “comida” caracteriza ou está presente em ambos espaços, não só nos ritos como também no cotidiano. O próprio *mykyry* apresenta sempre um fogo aceso, onde homens assam a cabeça de suas caças, aprumam suas flechas e ingerem outros alimentos processados pelas mulheres, como chicha, mandioca e beijos. Mulheres não têm presença usual na casa dos homens, mas não há proibição explícita ou penalidade para o não cumprimento desta orientação oficiosa. Eu mesma jamais fui impedida ou hostilizada por estar lá, o fazendo apenas quando julgava imprescindível e sempre com o “consentimento” masculino.

Mesmo terrenos tidos como “masculinos”, como a caça, são concebidos nos termos de uma heterogeneidade profundamente especializada, o que envolve uma *durée*. O encontro com o “animal” *per se* é talvez a face mais visível, mas nem de longe a única que deverá ser compreendida. Partir em busca do animal, encontrá-lo, abatê-lo com flechas ou tiros,

³⁸ cf. BELAUNDE, Luisa Elvira. (Review) Complementariedad entre hombre e mujer: relaciones de género desde la perspectiva amerindia. PERRIN, Michel & PERRUCHON, Marie. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 6, n. 1, p. 146, mar. 2000.

submetê-lo a ritos específicos, somam-se, em uma grande série de componentes que se “intercontaminam”. São comidas, bebidas, substâncias, sonhos e seres com os quais se deve ou não ter contato, flechas cuidadosamente preparadas e que podem levar tempo para que sejam fabricadas e se tornem ou não eficientes. Por conseguinte, tudo isso certamente envolve muitas “pessoas”, de “gêneros” diversos e de diferentes graus de proximidade e parentesco, por uma profundidade temporal que, lembramos novamente, ultrapassa acontecer dos ritos.

Mulheres participam de todas as festas do ciclo ritual regular, através da aquisição, produção e distribuição fundamental de comida e bebida, mas também imitando bichos e seres metafísicos. São também “expectadoras” ativas, porque interagem com estes seres performados, riem, conversam, sentem “medo” e passam “sustos”. Dançam em momentos determinados dos ritos “regulares” e em separado dos homens. Se não há muitos homens disponíveis, podem dançar junto a eles. Adornam-se com artefatos de seus maridos, mas por meio de trocas e recompensas por participação no processo de confecção de outros artefatos plumários ou presentes, terão seus próprios ornamentos. Ostentam, ainda, as pinturas de seus respectivos grupos sociais e não aquela dos segmentos de seus maridos. Organizam festas próprias. Se desejarem, podem “tocar flautas” e outros aerofones, os mesmos produzidos e também tocados pelos homens. Este é, aliás, o *locus* da peculiaridade mais comentada entre os etnólogos com relação às mulheres Rikbaktsa em contraste com a maioria das “ameríndias”.

De diversas formas, participam do domínio político, sendo consideradas mediadoras privilegiadas para a resolução de querelas delicadas entre homens. Nas relações de intimidade, mulheres devem cuidar de seus filhos mas também seus pais têm com eles cuidado extremado. À morte de uma criança, serão

tão responsabilizadas quanto os pais pela eventual falta de cuidados. As próprias narrativas Rikbaktsa não se ocupam em associar ou dividir mulheres e homens em “domínios” ou “reinos” hierarquizados, como “natureza” e “cultura”.

A idéia central é a de que a intersecção de diferentes domínios é a tônica dos ritos Rikbaktsa. Nestes, diferentes espaços interpenetram-se, interrelacionam-se. Oposições tanto quanto subordinações contextuais acontecem, inclusive, nos dois sentidos. Há ainda uma notável harmonia com outros atributos cosmosociológicos, que não poderão ser demonstrados nesta oportunidade. Não bastasse o tênue contraste que as categorias de “consanguinidade” e “afinidade” assumem entre os Rikbaktsa³⁹, mulheres não são necessariamente associadas à “consangüinidade e à tranquilidade, por um lado e, por outro, homens, associados à afinidade e ao caráter jural do social⁴⁰.

Neste reduto, uma análise da dialógica entre domínios e possíveis diferenças contextuais mais do que sua marcação e separação absoluta e contrastiva parece ser mais produtiva. É preciso ir além porque certamente há aqui algo mais complexo do que hierarquias fixas e dominação absoluta de um termo sobre o outro⁴¹.

Qualquer espécie de rito, dos menores àqueles de grande vulto, não pode renunciar a uma articulação sofisticada entre todos estes espaços. A extraordinária quantidade de comidas e bebidas que devem ser produzidas segundo algumas normas e em sincronia com outros acontecimentos ou constituindo em si mesmas “etapas rituais” já bastaria para provomer esta articulação. A participação das mulheres, recebendo, buscando, processando, distribuindo e organizando recursos diversos, dançando e tocando “flautas” sozinhas ou dançando atadas ao braço dos homens, a depender do caráter do rito em questão, todos estes momentos são expressamente marcados e de importância central ao desenrolar dos acontecimentos.

³⁹ cf. AUTOR. *Arriscando Corpos: Permeabilidade, Alteridade e as Formas da Socialidade entre os Rikbaktsa (macro-Jê) do Sudoeste Amazônico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁰ BELAUNDE, Luisa Elvira. (R e v i e w) Complementariedad entre hombre e mujer: relaciones de género desde la perspectiva amerindia. PERRIN, Michel & PERRUCHON, Marie. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 6, n. 1, mar. 2000, p. 146.

⁴¹ *Ibidem*.

Estas são algumas considerações que acabariam, se não por extinguir, diluir ou reconsiderar a valência do tradicional contraste absoluto atribuído aos Jê entre as esferas políticas, públicas e cerimoniais, masculinas por excelência, e a vida doméstica, privada e cotidiana, feminina, em contrapartida. Há hierarquizações, mas de forma alguma incidem de modo a opor definitivamente e sem costuras os “espaços” ou o “gênero”. Não há como caracterizar o “doméstico” enquanto essencialmente “privado” ou oposto e periférico ao “cerimonial”. Tampouco há como despojá-lo ou suprimi-lo seja na efetivação dos ritos, seja na etnografia que deles fazemos.

O sentido da diferença entre homens e mulheres não poderia estar retirado dos próprios mecanismos que produzem a vida Rikbaktsa. Sua cosmociologia obriga à convivência entre diferenças múltiplas e oriundas de “fontes” diversas, conforme tratei em outra oportunidade⁴². Os momentos em que parece haver uma “real” separação entre homens e mulheres são aqueles relativos às divisões do espaço, como as conversas ao lado de fora da casa ou a presença no *mykyry*, ou de “tarefas”, como nas etapas dos ritos ou a confecção da plumária.

Por outro lado, como venho insistindo, tais “separações” não se configuram exatamente enquanto hierarquizações que subordinam mulheres a homens. Antes os colocam em relação obrigatória, exatamente como nos ritos e na plumária. Subordinações as haverá, mas oscilarão de modo bilateral e não-permanente, dadas em outros campos e de outras formas que não aquelas que muitas análises parecem universalizar a partir de contextos ocidentais⁴³.

Referências

ÂRHEM, Karj. Comments. *Current Anthropology*. Chicago, v. 48, n.4, p. 514, 2007.

⁴² AUTOR. *A caixa de Pandora*: disputando pessoas e produzindo diferenças em uma sociedade indígena amazônica. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. Disponível em <http://201.48.149.88/abant/>.

⁴³ STRATHERN, M. *O Gênero da dádiva*: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 33.

AUTOR. *Arriscando Corpos*: Permeabilidade, Alteridade e as Formas da Socialidade entre os Rikbaktsa (macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

_____ *A caixa de Pandora*: disputando pessoas e produzindo diferenças em uma sociedade indígena amazônica. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. Disponível em <http://201.48.149.88/abant/>. Acesso em: 4 nov. de 2008.

BELAUNDE, Luisa Elvira. (Review) Complementariedad entre hombre e mujer: relaciones de género desde la perspectiva amerindia, PERRIN, Michel & PERRUCHON, Marie. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 6, n. 1, p. 146, mar. 2000.

DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido*: a estrutura social dos índios Apinayé. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

DOUGLAS, Mary Food as a system of communication. In: *In the Active Voice*. London: Routledge & Kegan Paul, 1982, p. 82-104.

FISCHLER, Claude. Food, self and identity. In: *Social Science Information* (SAGE), London, p. 175-292, 27 / 2, 1988.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar, (Ed.). *Masculino, feminino, plural*: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-314.

HÉRITIER, Françoise. *Masculino feminino*: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

HOWELL, Signe & MELHUUS, Marit. The study of kinship; the study of person; a study of gender? In: DEL VALLE,

Teresa (Ed.) *Gendered Anthropology*, 1993, p. 38-53. New York: Routledge.

LAGROU, Elsjé Maria. Comments. *Current Anthropology*, Chicago v. 48, n. 4:516-7 2007.

LANGDON, Esther Jean. Comments. *Current Anthropology*, Chicago, v. 48, n. 4, p. 516-8, 2007.

LEA, Vanessa. The composition of M^{1/2}bengokre (kayapó) households in Central Brazil. In: RIVAL, L. & WHITEHEAD, N. L. (Eds.) *Beyond the Material: the Amerindianization of Society in the Work of Peter Rivière*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 157-176.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: *Lévi-Strauss, L'Arc Documentos*, São Paulo: Documentos, 1968, p. 24-35.

_____. *Claude Lévi-Strauss: O cru e o cozido* (Mitológicas, v. 1). São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LÉVY-BRUHL, Lucien. *La mentalidad primitiva*. Buenos Aires: Leviatan, 1975.

MAYBURY-LEWIS, David. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MENNEL, Stephen. Food Dislikes. In: *All Manners of Food: Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*, p. 291-316. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1985.

ORTNER, Sherry. Is female to male as nature to culture? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHIERE, Louise (Ed.). *Women, culture and society*. Stanford: Stanford University Press, 1974, p. 67-88.

RODRIGUES, Aryo Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. Campinas: Loyola, 1986.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. Woman, Culture, and Society: a theoretical overview. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist. & LAMPHERE, Louise (Ed.). *Woman, culture and society*, Stanford: Stanford University Press, 1974, p. 17-42.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha & DA MATTA, Roberto. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ/ Marco Zero, 1987 [1979], p. 1-30.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: UNICAMP, 2006.

VERDIER, Yvonne. Pour une ethnologie culinaire. In: *L'Homme*, Paris, p.49-56, XI (jan./mar.), 1969.

YANAGISAKO, *Silvia Junko* & COLLIER, J. F. Toward an unified analysis of gender and kinship. In: COLLIER, *Jane Fishburne* & YANAGISAKO, *Silvia Junko* (eds.). *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis*, Stanford: Stanford University Press, 1987, p. 14-50.

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES

A propaganda junto aos médicos: os anúncios nas primeiras décadas de publicação da revista de Ginecologia e d'Obstetrícia¹

Patrícia de Freitas

Resumo: neste artigo são apresentados reclames e anúncios de medicamentos que circularam na *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* entre 1907, ano de seu lançamento, até meados da década de 1940. Periódico das especialidades femininas, representa uma fonte importante de pesquisa para os estudiosos dos estudos de gênero. A propaganda conta uma história análoga, seus textos respondem aos temas que preocupam os profissionais da medicina e são reflexo da sociedade que lhes é contemporânea. Os anúncios também possuem uma temporalidade paralela: veiculam imagens estereotipadas, formas de sexismo e discriminação. Cabe ao pesquisador exercer um olhar aguçado e crítico para analisar esses outros textos; estes são os eixos norteadores deste artigo.

Palavras-chave: Revista. Propaganda. Anúncio. Medicamento. Mulher.

Abstract: this article presents several advertisements and ads related to drugs, published in the *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* between 1907, year of its launch, until the mid-1940s. A journal in the field of medic specialties for

Patrícia de Freitas. Instituto de Estudos de Gênero, Professora da Rede Pública do Estado de Santa Catarina. Graduada em História, Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisadora colaboradora do IEG/UFSC – Instituto de Estudos de Gênero.

¹ Texto recebido: 12/11/2008.
Texto aprovado: 26/22/2008.

women represents a major source of research for scholars of gender studies. The advertisements tell a similar story; their texts respond to issues of concern to the practitioners of medicine and are reflective of a society that is contemporary to them. The ads also have a parallel temporality: stereotyped images, portrayed forms of sexism and discrimination. It is for the researcher to have a keen and critical eye in order to analyze these other texts; these are the article's guiding lines.

Keywords: Magazine. Propaganda. Ads. Medicine. Woman.

O objetivo deste artigo é analisar as ilustrações de anúncios de medicamentos e um grande número de propagandas² que circularam nas primeiras décadas da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*. O periódico em questão teve seu primeiro número publicado em agosto de 1907 e desde o início intitulou-se como o primeiro periódico do gênero, o que, nesse sentido, preencheria uma lacuna na literatura médica do país, pois “[...] não há em todo Brasil, ao que conste, qualquer jornal médico destinado exclusivamente às questões de obstetrícia e ginecologia”.³

A Revista pode ser considerada como um espaço científico no qual estão inseridos agentes que reproduzem e difundem a ciência⁴. Neste espaço, dotado de leis próprias, seus colaboradores estão engajados na consolidação de campos de saberes: a ginecologia e a obstetrícia. Os artigos publicados no periódico irão defender naquele dado momento, temas relevantes, questões que importavam aos médicos.

Por se tratar de uma revista especializada, as propagandas que ali circularam possuíam um destinatário específico: os médicos. Os anunciantes precisavam balizar seus textos e torná-los bastante condizentes, pois eram os médicos que iriam prescrever ou não os medicamentos. Procurei analisar através do conteúdo publicitário e do conteúdo da

² Os remédios para as afecções dos ovários, úteros; para o binômio puberdade/menopausa e para a menopausa foram investigados nas páginas do mesmo periódico. Cf.: FREITAS, Patrícia de. *Corpos de Mulheres em (Re)visita: a representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia 1907-1978* [tese]. Florianópolis: UFSC/ Programa de Pós-Graduação em História; 2005.

³ MOTTA, A. R. de Oliveira. A Revista de ginecologia e d'Obstetrícia. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, ano I, n. 1, ago. 1907. p. 01.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. p. 20.

revista, algumas pistas sobre a representação da mulher nas primeiras décadas do século XX. Convido o leitor a percorrer suas ilustrações, observando os discursos paralelos desse meio publicitário de vender saúde, que representam e propagam conceitos de corpo feminino.

As ilustrações de anúncios de medicamentos circularam desde o primeiro número da revista, em 1907. É válido dizer que a data do primeiro número da revista é bastante importante para a história da farmacologia moderna. Foi nesse ano que a indústria farmacêutica alemã Hoechst lançou um medicamento destinado ao tratamento da sífilis, o “Salvarsan”. O trabalho de pesquisa sistemático que resultou na composição dessa formulação é considerada a base da quimioterapia moderna. Um ano depois, Paul Ehrlich, descobridor do “Salvarsan”, recebeu o prêmio Nobel de medicina, mas seu êxito maior foi transformar uma indústria até então paroquial, num empreendimento transnacional “[...] conseguidos através da verificação sistemática dos efeitos biológicos produzidos por substâncias químicas sintéticas.”⁵

Em síntese, até o início do século XX, antes dos estudos desenvolvidos por Paul Ehrlich, a eficácia dos medicamentos era incipiente, ou seja, o efeito do remédio corresponderia a uma ficção. As misturas eram desenvolvidas em estabelecimentos familiares e seus compostos produzidos artesanalmente, à base de extratos de origem animal e vegetal. Esses remédios, em sua maioria, possuíam uma característica básica: a dúvida em relação às promessas contidas no seu rótulo.

Então, como se pode ver, a *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* foi lançada num momento bastante promissor, no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria farmacêutica, salvaguardada a especificidade nacional, muito diferente daquela dos países industrializados que até hoje monopolizam as formulações químicas, e conseqüentemente, seus lucros.⁶ Mas o desenvolvimento de formulações eficazes é anterior às primeiras décadas do século XX. Entre o

⁵ GEREZ, José Carlos. Indústria farmacêutica: histórico, mercado e competição. *Ciência hoje*. v. 15, n. 89, abr. 1993. p. 21.

⁶ Apesar de algumas conquistas nesta área, como a luta travada com as grandes empresas americanas para o livre acesso às drogas prescritas para a Aids, da política de medicamentos genéricos; a realidade da indústria farmacêutica brasileira não é muito diferente daquela comentada pelo médico Mário Victor de Assis Pacheco, em 1960. Continuamos exportando gêneros alimentícios e matérias-primas e importando produtos manufaturados. Na indústria farmacêutica, a situação é a mesma. Somos exportadores de matérias-primas, o que significa dizer que mandamos para fora a substância bruta e importamos o mesmo produto semi-elaborado para abastecer a nossa indústria.

isolamento da morfina do ópio, ocorrido em 1817, e a apresentação da “Aspirina”, houveram os trabalhos de Pasteur, Lister e Koch, quando foi possível compreender melhor as doenças infecciosas. É importante lembrar que o século XIX ainda fora marcado por uma reduzida disponibilidade de medicamentos, assim como de tratamentos médicos eficientes.⁷

⁷ GEREZ, J. *Op. cit.* p. 21.

É nesta perspectiva que podem ser lidos os anúncios de medicamentos que circularam nas páginas da revista já nos seus primórdios. No início do século XX, a indústria farmacêutica deu seu primeiro passo no que diz respeito à química moderna, produzindo medicamentos de fato eficientes. Nas primeiras décadas de circulação da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, as propagandas de remédios dividiam espaços com uma diversidade de outros anúncios, todos, de alguma forma, relacionados à área da saúde. Foi possível encontrar propagandas de laboratórios farmacêuticos, casas de saúde, fabricantes e importadoras de instrumentos de cirurgia, eletricidade, cutilaria, ótica, ortopedia e artigos de farmácia. As lojas especializadas em material de uso médico estavam localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro e provavelmente, no início do século XX, distribuíam seus produtos para outras regiões do país.

A *Casa Merino*, ao anunciar a data de sua fundação em 1845, evidencia como essas lojas já existiam há muito tempo (fig.1). Os seus comerciantes denominavam-se como os mais importantes da área, o que parece evidenciar uma estratégia de venda.



(Fig.1) RGB, 1908.

A *Casa Moreno* intitulava-se como a “[...] a mais importante e a que melhor sortimentos tem de todos os artigos de sua especialidade”.⁸ A *Casa Borlido*, assim como a *Casa Fontes*, também ofereciam em seus anúncios materiais cirúrgicos para ótica e farmácia, mas apresentaram uma outra modalidade de produtos: as fundas⁹ francesas, inglesas e americanas, além das cintas abdominais¹⁰ para homens e senhoras.

As fundas e cintas eram utensílios que serviam para corrigir anatomias defeituosas, modelando o corpo. Georges Vigarello, ao estudar esta aparelhagem corretora, mostra que, a partir do século XVII, dispositivos corretores de fraturas e luxações passaram a responder não apenas aos acidentes articulares ou ósseos, mas procuravam “[...] pressionar pacientemente o que é percebido como deformação [...]”.¹¹

Anúncios de drogarias também apareceram nas páginas da revista (fig.2). Nestes estabelecimentos era possível encontrar drogas e produtos químicos importados. Ao folhear o periódico, acredita-se que este veículo deva ter servido como uma espécie de guia para os profissionais da área da saúde. Além das propagandas de casas especializadas em material cirúrgico e drogarias, observam-se anúncios de livrarias especializadas e resumos de revistas científicas da Europa e dos Estados Unidos.



(Fig.2) RGO, 1907.

⁸ Texto do anúncio da Casa Moreno. *Revista de Ginecologia e d'Obstetria*, n. 5, dez., 1907.

⁹ As fundas são dispositivos empregados para deter o progresso de certas hérnias. Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 311.

¹⁰ As cintas são peças íntimas do vestuário, constituídas de larga faixa de pano entretecida de fios de elástico, extensível nos dois sentidos, com ou sem costura, para envolver o abdome, abrangendo a cintura e os quadris. A cinta ortopédica é uma larga faixa de pano ou couro, extensível ou não, e serve para conter ou reduzir anomalias abdominais de vários tipos como hérnias, eventrações, ptose, etc. Cf.: HOUAISS, Antônio (ed.). *Enciclopédia Delta*. Rio de Janeiro: Delta, 1974, v. 4. p. 1687.

¹¹ VIGARELLO, Georges. Panóplias Corretoras: Balizas para uma história. In: SANT'ANNA, Denise Bernizzi de (org.). *Políticas do Corpo*. Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 25.

Ao lado dos anúncios de lojas especializadas em utensílios da área médica, farmácias e laboratórios, também estão as propagandas de casas de saúde. O diretor e fundador da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, Dr. Oliveira Motta, apresentou sua “Casa de Saúde”, que possuía instalações modernas, com corpo de enfermeiras de primeira ordem, contando com espaço perfeito para a realização de cirurgias ginecológicas, partos e ainda, uma seção de radiologia.¹²

¹² Cf.: Anúncios às páginas da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, out., 1909.

Dr. Jayme Poggi também anunciou seu estabelecimento de saúde nas páginas da revista. O nome do médico, proprietário desta espécie de hospital particular, sempre figurava na propaganda. Dr. Poggi declarava em seus reclames que possuía dez anos de prática hospitalar, três dos quais na Europa. Sua casa de saúde oferecia: duas excelentes salas de operações protegidas da poeira e do ruído, aparelhadas para qualquer intervenção cirúrgica ou obstétrica.¹³ A existência de clínicas particulares indica como a assistência às grávidas, nas primeiras décadas do século XX, na cidade do Rio de Janeiro era deficiente e não supria as necessidades da população.

¹³ Cf.: Anúncios às páginas da *Revista de Ginecologia, d'Obstetrícia e de Pediatria*, mar., 1919.

Fato que pode ser observado no artigo publicado em 1907 pelo médico Jaime Silvado que solicitava a criação, por parte da prefeitura da Capital Federal, da Assistência Pública. Pedia que fosse instituído um serviço domiciliário e uma maternidade modelo, cujas dependências permitiria a grávida o repouso nos últimos momentos da gravidez.¹⁴ Deve-se acrescentar que os estabelecimentos particulares atendiam apenas aqueles que poderiam pagar pelos serviços. Boa parte da população feminina continuavam confiando-se no auxílio de parteiras, na experiência das mulheres mais velhas que cuidavam do parto e das afecções da esfera genital.

¹⁴ SILVADO, Jaime. Considerações sobre a puericultura no Rio de Janeiro. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*. N. 2, set. 1907. p. 62.

Em relação aos anúncios de remédios, eles apareceram desde os primeiros exemplares da revista. São variados e, por sua indicação, poderiam ser considerados polivalentes, ou seja, serviam para uma

infinidade de males.¹⁵ Um dos primeiros anúncios de medicamentos, publicado na capa do periódico, data de 1908. “A Saúde da Mulher”, um reclame que como o do “Boro Borácia” e do “Bromil”, foi criado pelo Departamento de Propaganda da Agência de Publicidade Daudt & Lagunilla. Esses reclames foram considerados afamados e parte do seu sucesso deveu-se ao departamento de propaganda da agência que, na primeira década do século XX, possuía fama de bem-estruturada e ativa, especialmente ligada à figura de seu gerente, o conceituado José Lira, considerado um inovador, destacando-se pela criação de gigantescos painéis pintados, concursos e promoções nacionais.¹⁶

Quanto ao anúncio publicado na revista, seu texto era ilustrado por uma figura de mulher de avental e vassoura em punho (fig.3). A representação de uma mulher sorridente, segurando uma vassoura, a princípio leva a crer que depois de haver ingerido o remédio a dona-de-casa recuperou-se. Com isso, poderia voltar a desempenhar suas “funções”. Mas a mensagem da imagem é ambígua, pois o texto que indica a ação do formulado informava que: “Para curar os incômodos uterinos, não são mais precisos tais aparelhos. Bastava “A Saúde da Mulher” (de uso interno).”¹⁷

¹⁵ SANT’ANNA, Denise Bernizzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos de uma história para o corpo no Brasil. In: SANT’ANNA, Denise Bernizzi de (Org.). *Políticas do corpo*. Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 122.

¹⁶ RAMOS, Ricardo. 1500-1930 – Vídeo-clipe das nossas raízes. In: BRANCO, Renato C. et al. *História da propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. p. 05.

¹⁷ Texto do anúncio do medicamento “A saúde da mulher”. *Revista de Ginecologia e d’Obstetricia*, ago., 1913.



A Saude da Mulher

Para curar incommodos uterinos, não são mais precisos mais apparatus. Usar A Saude da Mulher (de sua tripla).

Remedio eficaz para as enfermidades das senhoras

Eu, abaixo assignado, Doutor em medicina pelas Faculdades de Rio e de Paris, tendo exercido a clinica durante muitos annos, declaro que ainda não encontro medicamento tao eficaz para as molestias uterinas, principalmente para as Irregularidades menstruaes, como a Saude da Mulher.

Dr. Valeriano Ramos. Rio, 19-8-1903.

A Saude da Mulher, por sua acção estimulante e tónica sobre o utero, é o remedio por excellencia para as incommodos das senhoras, taes como: suspensões; flores-brancas, hemorragias, colicas uterinas, dores reumaticas da idade critica, Irregularidades menstruaes. — Laboratorio Daudt & Lequillon — Rio de Janeiro.

(Fig.3) RGO, 1913.

A representação da mulher que aparece no anúncio varre alguns objetos. Provavelmente, fazia-se alusão aos instrumentos criados pelos ginecologistas para terapêutica das doenças femininas. Assim, o emprego do medicamento colocaria um fim a esta prática. A mulher, ao varrer os antigos métodos e cuidados

ginecológicos, também mostrava que havia recuperado sua força e vitalidade. A vassoura reforçava seu papel social de esposa, mãe responsável pelo lar e pela vida privada.

Outro dado importante contido neste anúncio que foi uma constante em muitas propagandas de medicamentos foi uma espécie de aval de especialista que assinava e garantia a eficácia do produto. No caso de “A Saúde da Mulher”, um médico assinava e datava uma espécie de receita que servia como garantia da eficácia do remédio:

Eu, abaixo assinado, Doutor em Medicina pelas Faculdades do Rio de Janeiro e Paris, onde exerci a clínica durante muitos anos, declaro que ainda não encontrei medicamento tão eficaz para as moléstias uterinas, principalmente para as irregularidades menstruais, como A Saúde da Mulher. Rio, 18-8-1909.¹⁸

¹⁸ *Id.*

“A Saúde da Mulher” denominava-se como o: “Remédio eficaz para as enfermidades das senhoras.”¹⁹ Essas enfermidades seriam todas aquelas reclamações relacionadas ao útero, interpretado como o órgão central das mulheres. Ainda é importante acrescentar que este medicamento também foi a primeira formulação encontrada nas páginas da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* que era prescrita para a menopausa, entendida naquele contexto como “idade crítica”.

¹⁹ *Id.*

A saúde da mulher; por sua ação estimulante e tônica sobre o útero, é o remédio por excelência para os incômodos das senhoras, tais como: suspensões, flores-brancas, hemorragias, cólicas uterinas, dores reumáticas da idade crítica, irregularidades menstruais. Laboratório Daudt & Lagunilla – Rio de Janeiro.²⁰

²⁰ *Id.*

Durante os primeiros anos de publicação da revista, foram encontrados anúncios de medicamentos gerais,

ou seja, que não possuíam uma indicação precisa; outros eram especialmente direcionados à esfera ginecológica e obstétrica, enquanto uns poucos eram prescritos aos homens. Existiam ainda os anúncios de água mineral, encontrados desde os primeiros números da revista e que, eram cotados como medicamentos. A água magnésia de São Lourenço era recomendada nos “[...] sofrimentos do fígado, dos rins e da bexiga. É um poderoso remédio contra os vômitos incoercíveis da prenhez, e sendo levemente purgativo, é aconselhado às mulheres grávidas, como corretivo da prisão de ventre”.²¹

²¹ Texto do anúncio da “Água mineral de São Lourenço”, *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, jan., 1908. A água mineral “Fonte Caxambu” também anunciava na revista. As duas estâncias hidrominerais estão localizadas nas cidades de Caxambu e São Lourenço, no sul do Estado de Minas Gerais.

A propaganda conta uma história paralela, não somente daqueles artigos publicados, mas da cidade, dos médicos que validavam muitos dos reclames, dos fabricantes dos remédios e seus anunciantes. Quanto aos anúncios, especialmente aqueles do início do século XX, quando ainda não existia uma massificação da mídia. Eram muito diferentes daqueles da década de 1950 quando a indústria farmacêutica passou a investir de modo vultoso no Brasil. Foi quando a:

[...] a indústria farmacêutica sediada entre nós faturou 18 bilhões de cruzeiros, gastando em propaganda 33%. Nesse mesmo ano de 1958, as demais indústrias, vendendo um total de 920 bilhões de cruzeiros, gastaram apenas 17 bilhões em propaganda, ou seja, 1,84%.²²

²² PACHECO, Mario Vitor de Assis. *Indústria farmacêutica e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 48.

Essa explosão de investimentos foi o resultado das duas décadas anteriores, quando nos anos 30, realizou-se uma total mudança na síntese química dos medicamentos. José Carlos Gerez lembra que a indústria farmacêutica, mesmo nos seus primórdios, quando o resultado dos seus medicamentos era incipiente, “[...] já atuava com técnicas de vendas e uma estrutura comercial bastante desenvolvidas para os padrões da época.”²³

²³ GEREZ, José Carlos. *Indústria farmacêutica: histórico, mercado e competição*. *Ciência hoje*. v. 15, n. 89, abr. 1993, p. 21.

Ao longo dos anos é possível encontrar anúncios de medicamentos eficientes ao lado de outros que

parecem miraculosos, visto estarem prescritos a enfermidades das mais diversas. Um bom exemplo foi o “Antisezonico de Jesus”, formulação anunciada em 1908 e que prometia combater as febres palustres, intermitentes, sezões (febres periódicas), moléstia ou malária.²⁴ A composição da combinação não constava no anúncio (fig.4). Indicava que as febres poderiam ser erradicadas em apenas três dias, ingerindo-se apenas um vidro do remédio. O efeito do produto haveria sido confirmado em 60 mil pessoas que teriam sido curadas.²⁵

²⁴ Anúncio publicado na *Revista de Ginecologia e d'Obstetria*, n. 6, jan. 1908.

²⁵ *Id.*

Febres palustres, intermitentes, sezões, moléstias ou malária, são debelladas em 3 dias no maximo e com um só vidro pelo prodigioso *Antisezonico de Jesus*. Mais de 60.000 curas atte: tam a sua eficacia. *Um vidro 6\$000.*

Rua Marechal Floriano, 108

(Fig.4) RGO, 1908.

Gerez²⁶ dividiu os medicamentos em dois grupos: o primeiro, que abrangeria os chamados “produtos populares”, vendidos sem prescrição médica e que possuíam uma forte estrutura de marketing para atingir o consumidor. O segundo grupo foi denominado de “produtos éticos” que, ao contrário dos primeiros, seriam vendidos, em sua maioria, através de receituário médico.²⁷ A divisão estabelecida pelo estudioso é pertinente para analisar os anúncios de medicamentos num periódico especializado.

²⁶ GEREZ, J. *Op. cit.*

²⁷ *Ibid.*, p. 25-26.

Em princípio pode-se pensar que na *Revista de Ginecologia e d'Obstetria* apenas circularam anúncios do segundo grupo. Mas a propaganda do “Antisezonico de Jesus”, assim como de outros medicamentos desse porte, demonstra que por muitas décadas que os formulados de efeito duvidoso estavam lado a lado com os chamados “produtos éticos”, disputando espaço e, por conseguinte, a simpatia dos “agentes comerciais”, denominação utilizada por Gerez para

identificar os médicos. Segundo a leitura deste autor, quando um profissional receitava um medicamento pela marca, sem especificar o princípio ativo da droga, agia como um agente comercial, vendedor de uma determinada empresa. Assim, fechar-se-ia o ciclo de comercialização, ou seja, seria consolidado o monopólio exercido por determinada marca.

A classificação de Gerez, concedida aos produtos populares, aproxima-se daquela estabelecida pela historiadora Denise B. de Sant'Anna, que denominou “populares” os remédios que seriam destinados a uma infinidade de males distintos, os chamados “polivalentes”.²⁸ Sant'Anna preocupou-se com os remédios cujos anúncios haviam sido veiculados em jornais e revistas entre 1900 e 1930. Remédios que além de serem recomendados para a cura de “defeitos” da aparência feminina (como a existência de pêlos, cabelos brancos), também tratavam de rugas e feridas. A historiadora lembra que estes medicamentos, que mais pareciam produtos de beleza, raramente foram chamados pelo termo cosmético.²⁹

É importante fazer esta diferenciação porque estes remédios foram encontrados em anúncios publicados na revista. Mas, no decorrer das décadas, já apareciam com pouca frequência. Ao mesmo tempo, passaram a dividir espaço com os “éticos”, como os tranqüilizantes, a terapia hormonal, a pílula anticoncepcional e os analgésicos.

A propósito, é importante dizer que esta análise não desenvolve uma discussão em torno do efeito dos medicamentos, mas os remédios “polivalentes” foram indicados inúmeras vezes para incontáveis afecções femininas. Quanto aos preparados prescritos aos homens, o “Biointer”: extrato de glândula intersticial masculina, “[...] seguro remédio contra a insuficiência sexual masculina.”³⁰ Segundo o texto do anúncio, o medicamento poderia ser prescrito tanto para homens quanto para mulheres.

²⁸ SANT'ANNA, Denise Bernizzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos de uma história para o corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, D. *Op. cit.*, p. 122.

²⁹ *Id.*

³⁰ Texto do anúncio do medicamento “Biointer”. *Revista de Ginecologia e d'obstetrícia*, out. 1909.

Receitado com sucesso animador, no infantilismo, eunucodismo, desenvolvimento deficiente dos órgãos reprodutores, frigidez, velhice precoce, neurastenia sexual. Comprimidos: 3 por dia, Ampolas: 1 por dia, injetada nos músculos glúteos. Peçam prospectos ao Laboratório Paulista de Biologia.³¹

³¹ *Id.*

“Biointer” possuía todas as características de um medicamento polivalente. Foi indicado a vários “males” diferentes, mas é preciso fazer uma ressalva: as moléstias, neste caso, eram todas específicas, estavam relacionadas a esfera da reprodução. Não é por acaso que eles estão nas páginas de uma revista dedicada a ginecologia e a obstetrícia. O “Hidroplasma aséptico” foi indicado para “males” os mais variados, das afecções da esfera ginecológica às inflamações de pêlos. O anúncio já indicava que o medicamento era

[...] de larga aplicação, o Hidroplasma é particularmente indicado nos seguintes casos: fleimões [inflamação de tecido conjuntivo], abscessos [pus acumulado em consequência de processo inflamatório], antrazes [grave infecção que ocorre nos animais, e que, ocasionalmente se transmite ao homem] adenites [inflamação da glândula ou gânglio linfático], panarícios [unheiro], furúnculos, espinhas, peritonites, gastralgias [dor no estômago], orchites [?], blefarites [inflamação das pálpebras], cólicas uterinas, cólicas hepáticas, apendicites, gastroenterites, reumatismo, rachaduras dos seios, picadas de insetos, engorgitamentos ganglionares, dores do ventre, epididimite [inflamação do epidídimo], pequeno corpo oblongo situado na parte superior de cada testículo e que daí conduz o esperma ao canal deferente], parafimoses [estrangulamento da base da glândula do pênis], conjuntivites, dores dos ovários [...] Alberto R. & C., Rio de Janeiro.³²

³² Texto do anúncio do medicamento “Hidroplasma aséptico”. *Revista de Ginecologia e d'obstetrícia*, jun. 1920.

Em outro anúncio de pé de página, o texto do “Hidroplasma aséptico” era breve: “O específico das inflamações, Sedativo – Emoliente – Resolutivo.”³³

³³ Texto do anúncio do medicamento “Hidroplasma aséptico”. *Revista de Ginecologia, Obstetrícia e de Pediatria*, mar. 1919.

O medicamento também foi prescrito como fortificante, composto para a fraqueza, anemia e má nutrição. Discussões acerca do conceito do fator nutricional das vitaminas estavam ocorrendo nas primeiras décadas do século XX.³⁴ Não foi por acaso que anúncios deste teor estivessem circulando no periódico. É preciso enfatizar também que uma das preocupações dos especialistas que apresentavam artigos nas páginas da revista foi a puericultura. Para estes profissionais era importante assistir à mulher, enquanto progenitora, ao homem e à criança. Além de medidas profiláticas que garantiriam a saúde dos genitores e do recém-nascido, os médicos estavam preocupados, particularmente com as mulheres, no tocante à assistência pré-natal e pós-parto.

Esta realidade refletiu-se nos anúncios de medicamentos apresentados à classe médica por intermédio da *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*. A indústria farmacêutica, com toda sagacidade mercadológica que lhe é peculiar, acompanhou esse movimento. Vejamos o anúncio do “Vinho biogênico”, “[...] vinho que dá vida – para uso dos convalescentes, das puérperas, dos neurastênicos [relativo a neurastenia, afecção mental caracterizada por astenia física e psíquica], anêmicos, dispepticos [que sofre de dispepsia, dificuldade de digerir], artrítico [relativo a artrite, inflamação em articulação]. Poderoso tônico e estimulante da VITALIDADE.”³⁵

A propaganda do “Horlick’s Malted Milk” assegurava a qualidade do seu produto. O texto fazia menção aos médicos que poderia

[...] ter plena confiança – A fábrica possui as maiores facilidades para obter um leite puro de qualidade uniforme, em qualquer estação do ano, fazendo para este fim uma seleção cuidadosa dos animais e observando as mais severas regras de higiene em todos os seus estabelecimentos. O Leite Maltado de Horlick é isento de qualquer contaminação, é acondicionado em vasilhame esterilizado [...].³⁶

³⁴ GEREZ, J. *Op. cit.*, p. 22.

³⁵ Texto do anúncio do medicamento “Vinho biogênico”. *Revista de Ginecologia e d'obstetrícia*, jun. 1920.

³⁶ Texto do anúncio do leite maltado *Horlick Malted Milk*. *Revista de Ginecologia, Obstetrícia e de Pediatria*, jan. 1919.

Os preceitos higiênicos contidos no texto do anúncio procuravam responder à preocupação da classe médica que debatia a questão da alimentação infantil. Em 1919, Dr. Faustino de Castro³⁷ defendia a amamentação, particularmente aquela realizada pela mãe, condenando a prática da ama-de-leite, chamando-a de “mercenária” e condenando a alimentação artificial realizada com a mamadeira. Os princípios da puericultura foram defendidos pelo médico que preconizava uma série de cuidados que as mulheres deveriam tomar mesmo antes da concepção. Procurar-se-ia, deste modo, debelar males como a sífilis, a blenorragia, a tuberculose e o alcoolismo. Nesse sentido, a amamentação realizada por amas fugiria de qualquer controle. “Está cada vez mais assente como princípio básico de uma boa higiene alimentar, e a clínica diariamente nos prova que o leite que mais convém à criança, é o leite de sua própria mãe.”³⁸

Aproveitando as considerações do Dr. Castro em torno de moléstias como a tuberculose e a sífilis, é importante destacar que medicamentos prescritos a tais doenças também foram publicados na revista. A sífilis foi destacada como elemento primordial que poderia degenerar, destruir a raça humana. A mulher, por carregar em seu organismo o resultado da concepção, aparecia como o primeiro alvo da campanha profilática. Homens e mulheres deveriam ser orientados mesmo antes do matrimônio, a prevenir-se, para que pudessem gerar filhos saudáveis. A mulher contaminou-se antes de conceber ou ao conceber? Foi inoculada durante a gestação? Era o pai quem possuía o esperma impuro? Não importava a forma como os homens ou as mulheres eram infectados, qualquer um desses modos de contato seria suficiente para receber tal herança.³⁹ A grande questão que se colocava era: Como evitar o casamento entre os sífilíticos? Segundo o Dr. Jaime Silvado, parecia inviável esperar por um poder transcendental, dotado de indiscutível

³⁷ CASTRO, Faustino de. Proteção legal à professora grávida. *Revista de Ginecologia, Obstetrícia e de Pediatria*, mar. 1919.

³⁸ *Ibid*, p. 49.

³⁹ SILVADO, Jaime. Considerações sobre a puericultura no Rio de Janeiro. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, set. 1907, p. 60.

valor moral, capaz de convencer a todos sobre os perigos advindos da sífilis. Caberia, aos médicos, por saberem reconhecer e combater o mal, o papel de aconselhar.

Um anúncio de medicamento indicado para a sífilis antecedia o artigo do Dr. Jaime Silvado. Tratava-se da fórmula do Instituto Brasileiro de Microbiologia, o Titanop, um sal composto “[...] para injeção intramuscular indolor, em adultos ou crianças.”⁴⁰ As duas sílabas iniciais do nome do medicamento já chamam a atenção: Titã faz uma referência a um dos gigantes da mitologia que tentara destronar Júpiter, ou, numa interpretação mais literal, uma “[...] pessoa que tem caráter de grandeza gigantesca, física, intelectual ou moral.”⁴¹

⁴⁰ Texto do anúncio do medicamento “Titanop”. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, n. 11, nov. 1928.

⁴¹ FERREIRA, A. *Op. cit.*, p. 637.

A ilustração da propaganda é rica de significados. No topo do anúncio está escrito a palavra SYPHILIS. Abaixo, a figura de um homem forte, corpo escultural, que encena uma luta contra a serpente, que é dominada e estrangulada. A figura masculina representada no anúncio é identificada como “Apolo”, o mais belo dos deuses.

O anúncio é relevante e parece ir contra o discurso médico que colocava a mulher como a mais cotada para erradicar a sífilis. Mas uma figura feminina não foi escolhida para asfixiar a cobra. Coube ao homem prender, imobilizar e destruir a “serpente”. A ilustração da propaganda, veiculada em 1928, fundamentava-se em uma questão biológica para justificar a diferenciação dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres. O anúncio evidencia como a publicidade não estava alheia às discussões que a circundavam. A propaganda contribuía para forjar imagens ideais e acabava por justificar hierarquias de gênero.

O anúncio do medicamento “Fosfo-sinkol” (fig.5) ilustrou bem a preocupação dos médicos em relação a flagelos como a sífilis, o alcoolismo, a tuberculose e o tabagismo. Doenças ou vícios que poderiam comprometer a união do homem e da mulher, e

conseqüentemente, sua função maior, a procriação. A propaganda do “Fosfo-sinkol” circulou em meados de 1940. O Dr. Evio Athayde⁴², em 1949, advertia que muitos puericultores insistiam que os fatores diretos da natimortalidade eram a sífilis, as doenças hipertensivas e a eclâmpsia. Segundo ele, a insistência sobre esses temas teria ignorado questões importantes relacionadas a terra, ao clima e as dificuldades brasileiras. Chamava então a atenção para problemas como a malária e a sub-alimentação, como sendo fatores causadores de mortes em recém-nascidos.⁴³ Dr. Athayde deteve-se na desnutrição ao evidenciar que “[...] um povo mal alimentado, dando uma prole também fraca, incapaz e fadada a desaparecer em alto percentual entre a primeira e a segunda infância.”⁴⁴

⁴² ATHAYDE, Evio. Aspectos particulares da natimortalidade. *Revista de Ginecologia e d' Obstetria*, mar. 1949.

⁴³ *Ibid.* p.129.

⁴⁴ SIQUEIRA, Rubens apud ATHAYDE, E. *Op. cit.*, p. 134.



(Fig.5) RGO, 1946.

⁴⁵ Texto do anúncio do medicamento “Fosfo-sinkol”. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, jan. 1946.

O texto do anúncio do “Fosfo-sinkol”, indicado para astenia neuro-muscular, convalescença e estados de desnutrição, afirmava: “ A saúde é a base deste encontro.”⁴⁵ O encontro do par não poderia ser ameaçado. O casal que ilustrava o anúncio estava vestido em trajes de gala, mas o medicamento foi prescrito para a desnutrição.

O anúncio de fortificante, assim como os de vitaminas, comprovavam a preocupação com a saúde da população de um modo geral. É relevante chamar a atenção para uma característica peculiar desta publicação. Durante sua longa existência, manteve-se com uma tendência natalista, mesmo nos anos 60, quando a pílula anticoncepcional passou a ser comercializada. A preocupação com a natalidade pode ser ilustrada através do anúncio de vitamina “Ephynal” (fig.6), indicado para os “[...] distúrbios da FERTILIDADE, aborto e ameaça de aborto, partos prematuros, placenta prévia, esterilidade de ambos os sexos, hipo e agalactia [ausência de leite materno].”⁴⁶

⁴⁶ Texto do anúncio do medicamento “Ephynal”. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, mar. 1949. (caixa alta conforme o texto do anúncio).

A ilustração que acompanhou o anúncio do “Ephynal” correspondia exatamente à indicação do medicamento. Caso o texto da propaganda fosse retirado, o leitor seria capaz de supor a sua especificação. A mensagem que o desenho procurava transmitir era bastante direta: um casal de ratos comandando uma fila de vários pares e um carrinho cheio de ratinhos. Texto e imagem simbolizam o ideal de fertilidade apregoado por boa parte dos médicos que escreviam nas páginas do periódico. Mas a realidade brasileira era outra.

O Dr. Clóvis Corrêa da Costa chamou a atenção para outro dado importante. Segundo ele, descobertas como a profilaxia das infecções, o aperfeiçoamento de técnicas operatórias e o advento da terapêutica antibiótica haviam reduzido as taxas de mortalidade materna e fetal.⁴⁷ Mas, no Brasil, a natimortalidade ainda atingia números alarmantes. “Essas cifras, que são elevadas, correm por conta de condições sociais

⁴⁷ COSTA, Clovis Corrêa da. Mortalidade materna e fetal. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, jul. 1949, p. 367-368.

precárias das gestantes, do analfabetismo, pauperismo, ignorância de como defender a vida que trazem no seio, de displicência, de alheamento da higiene pré-natal.”⁴⁸

⁴⁸ *Ibid*, p. 371.



EPHYNAL " ROCHE "

(Fig.6) RGO, 1949.

É pertinente chamar a atenção para um outro aspecto verificado em anúncios que circularam na revista. Em relação aos produtos indicados para a higiene íntima feminina, um misto de remédio e cosmético, as ilustrações são muito interessantes, pois representavam mulheres fora da esfera privada. Ou então, quando lá estão, como no caso da figura 7, aparecem deitadas sobre um divã, com braço recostado e outro segurando um espelho, envoltas num voluptuoso vestido que deixava nu o colo e parte das pernas e nos pés pendia um tamanco.

O anúncio era de 1949, tratava-se do “Hidralin” “[...] indicado à ginecologia, obstetrícia, higiene e toalete íntima”⁴⁹, propaganda esta que já havia sido publicada num momento anterior com outra ilustração. Em 1928, quatro figuras femininas nuas, de mãos dadas, dançam; compoendo um semicírculo, pareciam ninfas saltitantes. As ilustrações destes medicamentos contrapõe-se aquela imagem de mulher trabalhadora, sub-nutrida, retratada em artigos publicados na revista.

⁴⁹ Texto do anúncio do Hidralin. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, fev. 1949.

HYDRALIN

ANTISEPTICO
GYNECOLOGICO
NEM TOXICO - NEM CAUSTICO

COMPOZIÇÃO
TRIOXYMETHYLENE — TETRABORATO de SODIO
OXIGENOBORATO — SULFATO ALUMINIO e ACIDO THYMICO

PÓ PERFUMADO COMPLETAMENTE SOLUVEL
CURATIVO - PREVENTIVO - DESODORANTE
CIRATRISANTE - ADSTRINGENTE - BACTERICIDA

INDICAÇÃO
GYNECOLOGIA - OBSTETRICIA
HYGIENE e TOILETTE INTIMA

(Fig.7) RGO, 1949.

É interessante relatar que os anúncios de medicamentos que circularam na *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, em alguns casos, destoavam dos artigos publicados. A indústria farmacêutica, representada através dos anúncios de medicamentos, joga com as temporalidades que muitas vezes não se completam. Não é por acaso que esses laboratórios tem-se mostrado, desde o início do século XIX, como uma “[...] bem sucedida combinação de intensa atividade em pesquisa e desenvolvimento com estratégias de marketing muito bem elaboradas.”⁵⁰ A propósito, as propagandas em revistas médicas representam apenas um segmento promocional no qual a indústria farmacêutica promove suas vendas para a classe médica.⁵¹

⁵⁰ GEREZ, J. *Op. cit.* p. 21.

⁵¹ Além dos anúncios de medicamentos, soma-se, ainda, os propagandistas propriamente ditos e os vendedores. Os impressos, as contribuições e homenagens a associações médicas e científicas (que seriam presentes a recém-formados, material de expediente de congressos médicos, anúncios de simpósios) e ainda as revistas e outros periódicos especializados. PACHECO, M. *Op. cit.* p. 48-49.

Outro anúncio do “Hidralin” foi apresentado “[...] em elegantes latas com vinte papéis” de “[...] pó perfumado e completamente solúvel.”⁵²

⁵² Texto do anúncio do “Hidralin”. *Revista de Ginecologia e d’ Obstetria*, nov. 1928.



(Fig.8) RGO, 1949.

O uso cotidiano de tônicos, loções higiênicas que curavam, preveniam e perfumavam eram de uso restrito, estavam ao alcance das mulheres de uma elite em ascensão, que se formava nas grandes cidades,⁵³ em especial no Rio de Janeiro. As mulheres que ilustravam o anúncio da “Evaphilina” também poderiam desfilarem em outros periódicos da época como “O Cruzeiro”. Assim como no anúncio do “Hidralin”, elas estavam despreocupadas e elegantemente vestidas.

⁵³ SANT’ANNA, D. *Op. cit.* p. 123.

O “Ginothiagenan”, uma espécie de óvulo-comprimido que se desfazia facilmente em espuma, era indicado “[...] as vaginites e cervicites sob todas as formas, corrimentos vaginais.”⁵⁴ O que mais chamou a atenção neste anúncio foi a ilustração de uma bela figura feminina nua em posição sensual (fig.9). Mais uma vez o signo parece não combinar com a imagem feminina veiculada pela revista: a de uma mulher que

⁵⁴ Texto do anúncio do “Ginothiagenan”. *Revista de Ginecologia e d’ Obstetria*, fev. 1949.

deveria ser protegida de moléstias e do trabalho fora do lar. Como sugeria o Dr. José Adeodato Filho, num artigo publicado em 1940:

[...] não se quer invalidar a mulher para toda espécie de trabalho rendoso, porém, visa-se combater o trabalho fora do lar, em pé de igualdade com o homem, especialmente para a mulher casada. Para estas, e quando as condições econômicas exigirem, há o recurso das indústrias domésticas e de um sem número de atividades produtivas em que a mulher poderá prover sua subsistência sem atentar aos seus predicados feminis.⁵⁵

⁵⁵ ADEODATO FILHO, José. Obstetrícia social (objetivos e diretrizes). *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, mar. 1940. p.182.

A representação das mulheres nestes últimos medicamentos indicam imagens de mulheres que parecem ociosas. Elas não parecem preocupadas com o lar ou com os filhos e o casamento. Dr. J. Adeodato Filho, citado acima, em seu artigo dedicado à obstetrícia social, apontou caminhos para aqueles governantes que pretendiam “[...] criar uma raça forte de corpo e espírito.”⁵⁶ Para o médico, a organização em sociedade passava necessariamente pelo imperativo natural da reprodução da espécie. Nesse sentido, a população menos favorecida aparecia como objeto primeiro de intervenção. As classes “mais letradas” estariam mais preparadas para procriar do que as “classes inferiores”. Mas justamente a primeira estaria decrescendo. As ilustrações femininas dos anúncios do “Hydralin” e do “Evaphilina” pareciam representar a mulher de classe abastada que podia se cuidar e que não requisitava cuidados médicos apenas em casos críticos, como os partos complicados. Os anúncios de anti-sépticos ginecológicos pareciam uma perfumaria e não estariam ao alcance da maioria da população.

⁵⁶ *Ibid*, p. 180.

Como foi possível observar em vários momentos, a mulher de que se fala nos artigos publicados na *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* é diferente daquela imagem representada nos anúncios de medicamentos. A propaganda não está alheia às discussões que ocorrem

na sociedade que lhe é contemporânea, mas é necessário lembrar que estamos falando de vias paralelas. Quando se trata de publicidade é preciso levar em consideração as várias temporalidades para que se possa perceber e avaliar a constituição de uma imagem, de uma linguagem.⁵⁷ Assim, será possível reconhecer as mensagens explícitas, como também as “mensagens ocultas” que veiculam imagens estereotipadas, formas de sexismo e de discriminação.⁵⁸

A ilustração do anúncio do “Ginothiagenan” entra em contradição com aquelas características evidenciadas por Denise B. Sant’Anna. Segundo a historiadora, durante grande parte da primeira metade do século XX, a austeridade teria predominado nos discursos sobre a beleza. A moral católica estaria presente nos manuais e nas revistas femininas⁵⁹ e provavelmente em seus anúncios. A publicidade deste período não hesitaria em descrever os sofrimentos da falta de beleza, a imagem da feia sofredora, servindo de contra-exemplo daquilo que era anunciado pelo produto.

Mas a imagem de mulher representada no anúncio do “Ginothiagenan”, publicada em 1949, aparece na contramão e destoa de tudo isso. A mulher que anunciava o produto, além de ser bela, curvilínea e feliz, demonstra prazer em seus gestos, apenas se aproximando da espuma que emana do produto depois de diluído. Ela não parecia sofrer com as vaginites, cervicites, ou corrimentos. O mesmo pode ser dito das imagens dos anúncios do “Hidralin”, que circularam desde meados dos anos 20. Aquelas figuras não pareciam preocupar-se com a moral cristã, com o recato. Os belos modelos representados nesses anúncios de medicamentos pareciam condizer com aquelas imagens de publicidade que teriam emergido a partir de 1960. “São mulheres sempre jovens, que se querem “[...] iguais a todo mundo” e que sugerem um contentamento único e solitário: aquele de cuidar do próprio corpo.”⁶⁰

⁵⁷ BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde nas propagandas (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, 2000, p. 259-260.

⁵⁸ MICHEL, André. *Não aos estereótipos*. Vencer o sexismo nos livros para as crianças e nos manuais escolares. São Paulo: Conselho estadual da Condição Feminina, Unesco, 1989. p. 24.

⁵⁹ SANT’ANNA, D. *Op. cit.*, p. 124-125.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 133.

GINOTHIAGENAN
THIAZAMIDA - OXAZONA - DIMETIL-FENIL-PIRAZOLONA - BICARBONATO DE CÁLCIO

Sob a forma de grânulos-comprimidos que se desfozem facilmente em espuma, o GINOTHIAGENAN contém dois energicos sulfamidicos associados á dimetil-fenil-pirazolona, ao ácido bórico e a um excipiente muito rico em hidratos de carbono.

**VAGINITES E CERVICITES SOB TÓDAS AS FORMAS
CORRIMENTOS VAGINAIS**

Rhodia
Tubo de 6 pastilhas comprimidos dosados a 30% de Thiazamida-Oxazona

★ CORRESPONDÊNCIA: RHODIA - CAIXA POSTAL 95-B - SÃO PAULO ★

A. 97.2.23

(Fig.9) RGO, 1949.

Referências:

ADEODATO FILHO, José. Obstetrícia social (objetivos e diretrizes). *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, mar. 1940.

ATHAYDE, Evio. Aspectos particulares da natimortalidade. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, mar. 1949.

BRANCO, Renato C. et al. *História da propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde nas propagandas (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, 2000.

CASTRO, Faustino de. Proteção legal à professora grávida. *Revista de Ginecologia, Obstetrícia e de Pediatria*, mar., 1919.

COSTA, Clovis Corrêa da. Mortalidade materna e fetal. *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia*, jul. 1949.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GEREZ, José Carlos. Indústria farmacêutica: histórico, mercado e competição. *Ciência hoje*, vol. 15, n. 89, abril, 1993.

FREITAS, Patrícia de. *Corpos de Mulheres em (Re)vista: a representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia 1907-1978* [tese]. Florianópolis: UFSC/ Programa de Pós-Graduação em História; 2005.

HOUAISS, Antônio (Ed.). *Enciclopédia Delta*. Rio de Janeiro: Delta, 1974, v. 4.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MICHEL, Andrée. *Não aos estereótipos*. Vencer o sexismo nos livros para as crianças e nos manuais escolares. São Paulo: Conselho estadual da Condição Feminina, Unesco, 1989.

MOTTA, A. R. de Oliveira. A Revista de ginecologia e d'Obstetrícia. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, ano I, n. I, ago. 1907.

PACHECO, Mario Vitor de Assis. *Indústria farmacêutica e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANT'ANNA, Denise Bernizzi de (Org.). *Políticas do Corpo*. Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SILVADO, Jaime. Considerações sobre a puericultura no Rio de Janeiro. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, set. 1907.

Moda na saia justa¹

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Resumo: O artigo mapeia as imagens da seção “Moda” da revista *Veja* no período da redemocratização brasileira dos anos 1980, época marcada por discursos eufóricos de liberdade e mudança. A moda divulgada na *Veja* mostra que tal vontade não era destinada a todas as questões. Sobre as escolhas do vestir, todo um discurso foi sendo pensando com o objetivo de atualizar a manutenção da distinção entre homens e mulheres por meio da vestimenta e de seus corpos, distanciando a moda dos modelos fluidos e andróginos propostos nas décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: Moda. Anos 1980. Gênero. Revista *Veja*.

Abstract: The article maps images found in the “Fashion” segment of the Brazilian *Veja* Magazine, during the redemocratization period in Brazil (1980’s). This was an age of hot-blooded thoughts of freedom and change. All fashion in *Veja* Magazine shows that such thoughts were not regarding every aspect in life. Regarding people’s wardrobe choices, fashionists had the objective of updating and maintaining a clear distinction between men and women through their clothes and their bodies, turning fashion away from the androgynous wardrobe of the 1960’s and 1970’s.

Keywords: Fashion. 1980’s. Gender. *Veja* Magazine.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, Doutora em História, Universidade Federal de Santa Catarina (2008), Mestre em História, UFSC (2001), interesse em pesquisas na área de História e Gênero, História e Imagem, Cinema e Literatura. E-mail: umerosar@yahoo.com

¹ Texto recebido: 08/06/2008.
Texto aprovado: 02/12/2008.

Este artigo procura mapear as imagens publicadas na secção “Moda” da revista *Veja* que circulou nos anos 1980, justamente no período de redemocratização brasileira. Tal momento histórico se encontrava envolto em discursos eufóricos de liberdade e de mudança, uma incorporação dos termos citados pelo presidente Sarney dos “novos tempos, novos ventos”. A moda divulgada nas páginas de *Veja*, mostra-nos que esta vontade de mudança não se destinava a todas as questões. Na moda, ou seja, nas escolhas do que vestir, todo um discurso foi sendo pensado no sentido de atualizar a manutenção da distinção entre homens e mulheres por meio da vestimenta e de seus corpos. Aqui foram observadas tanto reportagens quanto anúncios que mostram essa vontade de recuperar um passado idealizado que, imagetivamente, buscava distanciar-se dos modelos fluidos e andróginos propostos pela moda das décadas de 1960 e 1970.

A discussão sobre a moda passa pela cultura do século XX marcada pela visualidade e pela aparência, ligadas entre si por meio do consumo da publicidade. A moda é lida aqui como um dos dispositivos que contribuíram para reforçar a feminilidade em diversos momentos da história do século passado, numa interlocução nem sempre positiva com as diferentes ondas do feminismo. A partir da década de 1960 e 1970 é que se pode perceber a incorporação de alguns elementos na indumentária, principalmente das mulheres, que possibilitava de maneira maciça a diluição dos papéis sexuais. Esse fenômeno já aconteceu durante as duas guerras mundiais, mas as justificativas eram outras e estavam baseadas na economia de guerra, que cortara os gastos excessivos em tecidos e armarinhos.

Em 1960 e 1970, portanto, o uso de calças, citado por Antoine Prost, foi incorporado ao mundo comercial da moda e, segundo o autor, “o desaparecimento dos papéis sexuais pode ser lido com clareza na diminuição do uso de saias: em 1965, é a

primeira vez que a produção de calças de mulher supera a de saias, e em 1971 são fabricados 14 milhões de calças, num total de 15 milhões de roupas.”² Moda incorporada principalmente pelo uso do jeans unissex, cuja produção quadruplicou entre 1970 e 1976. E não apenas no uso de calças: “os rapazes deixam crescer o cabelo e usam braceletes ou colares, ao passo que as moças dissimulam suas formas sob blusões soltos.”³

Nesse sentido, duas campanhas internacionais chamaram a atenção na revista *Veja*, por mesclar casais ao apresentar o jeans como roupa para jovens, tanto homens quanto mulheres. A primeira era da marca Calvin Klein Jeans, na qual um casal entrelaçava-se apoiado em um carro, sem que aparecessem suas cabeças, colocando, dessa forma, só o jeans em evidência. Na continuidade da imagem, na outra página da revista, outro casal está também entrelaçado, mas a forma com que a mulher está representada é peculiar: ela encara a câmera ao posicionar-se sobre o rapaz deitado no banco. As duas moças atuam de uma forma mais ativa em relação aos homens, uma apalpando o traseiro do rapaz com que está envolvida e a outra segurando a cabeça do rapaz deitado, com os olhos semi-cerrados. A Figura 1 mostra a campanha que chegou ao Brasil e foi veiculada pela revista *Veja* no dia 14 de maio de 1986.⁴



Figura 1 - Campanha publicitária da Calvin Klein Jeans.

Fonte: *Veja*. São Paulo, n. 923, p. 86-7, 14 maio 1986.

² PROST, A. Transições e interferências. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 138. v. 5.

³ *Id.*, p. 138.

⁴ CAMPANHA publicitária da Calvin Klein Jeans. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 923, p. 86-7, 14 maio 1986.

⁵ CAMPANHA publicitária da Benetton – United Superstars of Benetton. *Veja*. São Paulo, n. 1066. p. 80-1, 8 fev. 1989.

Em fevereiro de 1989, foi a vez da Benetton⁵ mostrar um casal vestido com jeans e portando cabelos longos (Figura 2). As diferenças concentram-se em objetos que foram colocados para além da indumentária, que nos remetem a específicos símbolos bíblicos: uma serpente enrolada no pescoço da moça que entrega a maçã ao rapaz, o qual, por sua vez, segura a fruta enquanto toca a mão da mulher. Na Figura 12 percebe-se a relação que se estabelece entre eles: uma sedução por meio do “fruto do pecado” oferecido pela mulher. O caso aqui é revelador, pois foi escolhido justamente esse tipo de analogia, e não outro, para diferenciar o homem da mulher em sua imagem fotografada.



Figura 2 - Campanha publicitária da Benetton – United Superstars of Benetton.

Fonte: *Veja*. São Paulo, n. 1066. p. 80-1, 8 fev. 1989.

As matérias relativas à moda mostravam, como de costume, as tendências da estação que estava por vir. Em 21 de agosto de 1985, *Veja* mencionava o retorno das flores do final dos anos 1970, com o diferencial de que, nesse momento, eram roupas mais coloridas e sensuais.⁶ Tal investimento na mudança da

⁶ PRIMAVERA no corpo. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 885. p. 61, 21 ago. 1985.

indumentária procurava destacar o corpo feminino nas estações mais quentes do ano, como na primavera e verão: “estão igualmente em alta as calças e saias justas, e os corpetes e camisetas de cavas acentuadas.”⁷ De acordo com o estilista Milton Carvalho, “as miniblusas e mini-saias, que deixam à mostra as pernas, os ombros e a barriga, cabem também nesse figurino ousado.”⁸ Portanto, diferentes olhares da moda acerca da exposição dos corpos (leves, atléticos, jovens e bronzeados).

⁷ *Id., ibid.*

⁸ *Id., ibid.*

O uso de novas tecnologias como a *lycra* ou o *cotton* (algodão), divulgados na mídia impressa (Figura 3), davam conta de um corpo vestido que muito mostrava de suas formas. Um corpo sensual em roupas justas e confortáveis. Segundo Mauro Taubman, da Company do Rio de Janeiro, “são roupas que, além do mais, transmitem uma imagem de conforto e liberdade de movimentos.”⁹ Essa empresa escolhera para sua coleção tecidos esportivos, justamente o algodão e a malha, por conta de sua clientela ser basicamente jovem.¹⁰

⁹ *Id., ibid.*

¹⁰ *Id., p. 62.*

Em outro trecho da matéria jornalística *Primavera no corpo*, a sensualidade confundia-se com a feminilidade: “não bastam barrigas de fora, ombros e pernas à mostra, cores, flores e estampas exuberantes”.¹¹ A feminilidade a qual os estilistas faziam referência estava também centrada no uso de acessórios: cinturas bem marcadas por cinturões largos, profundos decotes com atenção especial aos cabelos, “mais cheios, mais livres e poderão crescer à vontade. Sobre eles, tiras de pano em todas as cores”. Nas orelhas, os estilistas apontavam para o retorno das argolas, que, de acordo com um produtor de moda, tinha inspiração em Carmem Miranda.¹²

¹¹ *Id., p. 61.*

¹² *Id., ibid.*

Se o uso de materiais mais leves com o *cotton* e a *lycra* eram tendências da época, os biquínis chamavam a atenção mais pelos novos cortes e modelos propostos do que pelos tecidos utilizados, que também pareciam garantir liberdade e conforto. O uso ou não de biquínis, bem como seu tamanho e sua proporção, foram

objeto de interesse da mídia. São da década de 1980 os biquínis “fio-dental” e “asa-delta”, além daqueles que apenas eram colados na parte superior, conforme a Figura 3. A notícia publicada pela *Veja* inquiria a jovem sobre o uso e se a mesma não tinha problemas em exibir tanto o corpo. Mas a legenda já anunciava que tal uso era “para poucos”.



Verônica com o adesivo nos seios: moda para poucos

Figura 3 - COLUNA “Gente”. São Paulo: Abril. n. 938, p. 89, 27 ago. 1986. Fotógrafo: Manoel Novais.

A jovem fotografada nas areias de uma praia carioca trajava a inovação conhecida por “C-Lig”. De acordo com o Almanaque dos anos 1980, “C-Lig” eram “aqueles adesivos coloridos, em formato de flor ou borboleta, que substituíam a parte de cima do biquíni. Tornaram-se sensação no verão de 1986, mas só podia usar quem tinha seios pequenos ou médios.”¹³

Ainda em 1985, os biquínis retornaram às páginas de *Veja*, com o subtítulo que chama a atenção: *Os biquínis estão mais cavados neste verão*.¹⁴ A temporada de verão sequer havia começado e a revista já antecipava o sucesso da novidade da moda de praia intitulada de “asa-delta” e “bumerangue”.

¹³ ALZER, Luiz André; CLAUDINO, Mariana. *Almanaque dos anos 80 – lembranças e curiosidades de uma década muito divertida*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 286.

¹⁴ VISÃO ampliada. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 894, p. 71, 23 out. 1985.

Aqui o tema da moda é colocado sob atenção por conta de novas formas de expor o corpo feminino nas praias e piscinas no verão que se aproximava. O texto explicava que esse modelo era diferente graças a um corte mais cavado e não horizontal, com ocorria costumeiramente: “a diferença é que agora o tecido dos triângulos que formam a parte inferior do biquíni é mais estreito e arredondado, deixando uma porção mais generosa do corpo à mostra.”¹⁵

¹⁵ *id., ibid.*

A revista, contudo, mostrava no final da reportagem que tal modelo de biquíni não era para qualquer mulher, “apesar do sucesso, o novo biquíni não serve para todo mundo”, e se utilizava da fala de uma fabricante do modelo para exemplificar o tipo de mulher para o qual esses novos modelos seriam destinados: “é indispensável ter belas pernas e nádegas firmes para usá-lo. Em um corpo malfeito, ele piora a situação.”¹⁶ Ou seja, para mostrar-se em público com o citado biquíni era preciso não só investir no consumo das roupas, mas em todo um aparato exterior ao corpo que lhe tornasse possível o uso tanto desse modelo de biquíni, como o uso de tecidos mais colados ao corpo.

¹⁶ *Id., ibid.*

O culto ao corpo nas academias e a ampliação de técnicas estéticas para sanar os “problemas” estéticos parecem estar vinculados a essa nova relação que a moda estabeleceria com a cultura, na medida em que mulheres e homens passaram a buscar, de maneira mais incisiva, outro corpo diferente daquele que viam no espelho. Acredito que, no Brasil, essa onda está marcada temporalmente nos anos 1980 e principalmente a partir de 1985, com o fim do governo militar.

Os biquínis tornaram-se a vestimenta preferida para ilustrar o verão. E não apenas o biquíni, mas ele vestido e fotografado de costas, evidenciando especialmente o “bumbum” das mulheres. Essa escolha do ângulo a ser mais fotografado pôde ser observado no anúncio da revista *Claudia*, que foi publicado na *Veja* em meados dos anos 1980. A Figura 4 mostra o ângulo já citado,

cuja corporalidade está centrada nas partes inferiores da mulher, na ênfase sobre a cor bronzeada e no uso do biquíni cavado. Seu uso é justificado, pois a revista *Claudia* estaria discutindo a “importância da sensualidade”. Uma sensualidade ligada ao uso de pouca roupa no verão, uso não isento de intencionalidade, já que, segundo o anúncio, tal estação é uma época de “exibicionismo” para as mulheres e de “voyerismo” para os homens. Ou seja, uma relação que reforçava papéis definidos de ação e passividade, daquele que deseja e daquela que é desejada.



Verão... para o corpo, o melhor do verão é agora.

A Importância da Sensualidade

É preciso explorar bem o corpo, o maior playcenter do universo.

Alto e a cor da pele. O que é... É muito mais... Não... Claudia. No banco.

Especial: Freezer

Claudia tem um teste completo em tudo que você deve saber antes de escolher ou usar o seu freezer.

Figura 4 - Anúncio da revista *Claudia. Veja*. São Paulo: Abril. n. 909. p. 90, 5 fev. 1986.

Mas se o uso da imagem e da legenda indicavam a objetificação do corpo em relação ao desejo masculino, a revista feminina buscava entender melhor a relação entre a sensualidade e o verão, utilizando-se da opinião de profissionais ligados à psicologia: “é preciso explorar bem o corpo, o maior playcenter do universo.”¹⁷ O que constato aqui é, portanto, a

¹⁷ ANÚNCIO da revista *Claudia. Veja*. São Paulo: Abril. n. 909, p. 90, 5 fev. 1986.

construção de uma cultura brasileira que colocava, naquele momento, no mesmo nível de coerência (!) o verão, o desejo pelo corpo feminino e o uso de biquínis, numa equação reconhecida e naturalizada pelo senso comum. E que criava uma outra amarra, uma outra coação para o desejo que passaria por uma corporalidade específica: um corpo magro, bronzeado, jovem e ventilado pela pouca roupa. Como se o desejo estivesse em uma espiral de sentidos: corpos despídos, “sarados” e visíveis pela pouca roupa (ou uso de determinados tecidos) seriam as condições favoráveis para o prazer.

O mundo da moda internacional já acenava para mudanças em relação ao ensaio do retorno da sensualidade marcada aqui, como exposto anteriormente, também pela ênfase nas “formas femininas”. Esse retorno mostrava-se como uma forma de abandonar a recente influência dos estilistas japoneses, que haviam proposto em anos anteriores “modelos de cortes rígidos e feições marciais que cobriam as manequins como armaduras.”¹⁸ Ou seja, as roupas japonesas eram marcadas por mangas largas inspiradas nos quimonos.

A expressão utilizada pela revista *Veja* ao analisar o conteúdo dos novos desfiles era “o louvor à feminilidade”. Que feminilidade era essa? Marcada por cortes em tecidos que se ajustavam ao corpo, com generosos decotes para “exaltar o corpo feminino, fazer de toda mulher uma estrela.”¹⁹ É possível inferir que a escolha internacional em retornar aos modelos “clássicos” de feminilidade estava carregado de significado. É provável que isso fosse uma maneira de reagir ao discurso dos movimentos feministas internacionais dos anos 1960 e 1970 e das tão conhecidas “queimas de sutiãs”, símbolos da opressão feminina durante décadas. Não foram queimados quaisquer sutiãs, mas sim sutiãs com bojo, cílios postiços, cintas e demais artefatos que cristalizavam e fabricavam uma mulher que na verdade não existia.

¹⁸ UM sopro sensual. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 895, p. 77, 30 out. 1985.

¹⁹ *Id., ibid.*

Isso ocorreu em 1968, no Cemitério Nacional de Arlington, onde mulheres norte-americanas teatralizaram o “enterro da feminilidade tradicional”, onde deixaram esses artefatos num “caixote de lixo da liberdade”, conforme afirma Yasmine Ergas.²⁰

Interessante que, além de retomar justamente o tipo de mulher que existia antes do movimento feminista, ao conceito de feminilidade das décadas de 1940 e 1950 é anexada a idéia de sensualidade, tanto na terminologia como também nos usos de novos (leia-se mais ousados) cortes e tecidos. Essa tentativa mostrava-se, pelo menos no campo da moda de alta costura, vitoriosa no final da década de 80.

Em dezembro de 1985, de acordo com *Veja*, a “ordem é exhibir o corpo.”²¹ A revista apostava em três características para o verão 1985-1986: “muito conforto, cores fortes e a maior parte possível do corpo à mostra.”²² De acordo com o proprietário da Company, a grande novidade da estação era o uso de bermudas lycra por mulheres e homens. *Veja* relatava que, mesmo de uso restrito inicialmente a ciclistas, “esses modelos – sempre muito justos – já podem ser considerados o uniforme do verão 86 e prometem conquistar muitos adeptos do sexo masculino.”²³ Outra tendência citada e que retornava à moda pré-1980 eram as micro-saias: “ainda mais curtas, com apenas 20 centímetros de comprimento, elas deixam à mostra a curva das nádegas.”²⁴ Interessante a ressalva de que “essas saias devem ser usadas com uma malha por baixo, para não cair no vulgar”, alerta do estilista da confecção Yes Brasil²⁵ e pontuado pela revista como forma de instruir os leitores sobre as restrições e os usos das novas indumentárias propostas nos “novos tempos”.

Para os homens, a moda em 1985 apresentava também mudanças. Em *Homens coloridos*, a revista já anunciava que “os homens decididamente não são mais os mesmos.”²⁶ (Figura 5)

²⁰ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: THÉBAUD, Françoise. (org.) *História das mulheres*. O século XX. Lisboa: Afrontamentos, 1991. v. 5. p. 583.

²¹ CORES do sol. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 902. p. 93, 18 dez. 1985.

²² *Id., ibid.*

²³ *Id., ibid.*

²⁴ *Id., ibid.*

²⁵ *Id., ibid.*

²⁶ HOMENS coloridos. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 886. p. 75, 28 ago. 1985.



Figura 5 - Homens coloridos (1). *Veja*. São Paulo: Abril. n. 886, p. 75, 28 ago. 1985.

Embora o termo androginia nessa matéria não fosse utilizado, fica nítido que a fronteira, pelo menos na moda, parecia irrelevante. No entanto, aos olhos da imprensa, essa escolha foi colocada sob atenção. *Veja* anunciava a troca de indumentária. Antes, roupas sóbrias e sapatos convencionais; agora, a moda masculina adotava “um estilo de roupas mais arrojado. [...] eles [os homens] agora preferem o arrojo colorido das mulheres.”²⁷ Esse estilo já era adotado por parte dos jovens inspirados nas ondas do *surf*, mas o que se destacava era a ampliação do público sem haver distinção entre as faixas etárias. A revista reparava que

²⁷ *Id., ibid.*

já era difícil encontrar os antigos trajes, “mesmo quando desfilam pelas ruas executivos, empresários ou profissionais liberais, com idades entre 30 e 40 anos.”²⁸

²⁸ *Id., ibid.*

De acordo com o semanário, tal mudança de estilo apontava para um maior interesse dos homens pela aparência pessoal. Para tanto, a revista recorria à fala do editor da revista *Playboy* como forma de mostrar o crescimento desse interesse: “nunca os homens se interessaram tanto por sua aparência. [...] Existem até homens que se cuidam mais do que as mulheres.”²⁹ Rapidamente a revista avisava, em tom pedagógico, que essa mudança de estilo, “segundo os especialistas na área, ocorreu sem qualquer aranhão na masculinidade.”³⁰ A fala do cantor Léo Jaime era utilizada para corroborar tal raciocínio, já que o mesmo foi considerado um dos pioneiros da nova moda. Para o cantor, “foi-se o tempo em que o homem que vestia uma roupa colorida era considerado homossexual.”³¹

²⁹ *Id., ibid.*

³⁰ *Id., ibid.*

³¹ *Id., ibid.*

A masculinidade (leia-se heterossexualidade no sentido exposto pela revista) entrava em cena na reportagem como tema relevante, já que uma das fotos trazia o mesmo comentário, como se o medo de “perder a masculinidade” estivesse presente como uma dúvida em se aderir ou não à moda. Então, de forma rápida, a revista já antecipava que tal uso não feriria a masculinidade de nenhum homem. E essa masculinidade apresentada pela revista parece ser hegemônica, “um modelo cultural ideal, que não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas de sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino.”³² Nesse sentido, Miguel Vale de Almeida aponta que a “masculinidade não é simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. A masculinidade [portanto] é um processo construído,

³² ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. p. 17.

frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser.”³³

³³ *Id., ibid.*

O que se deve perguntar é por que tal discurso, atuante dessa maneira, não se processou quando se falava sobre a androginia feminina. Talvez seja porque para os homens o uso de determinada indumentária podia carregar significados que alterassem determinadas “certezas” ligadas à potência masculina, ou que o seu uso acarretaria um “enfraquecimento” ou perda da mesma.

Assim como na moda feminina, a moda masculina e suas tendências também eram influenciadas, no último caso, sobretudo pela moda de vanguarda italiana (Moschino, Romeo Gigli, Maurizio Baldassari e Giorgio Correggiari). Segundo *Veja*, tanto as grifes internacionais quanto as confecções brasileiras pautavam a nova linha masculina nas seguintes características: beleza, conforto e qualidade. No Brasil, a palavra de ordem era a descontração: “libertos das algemas da tradição, os homens se sentem à vontade para exibir não só tênis com ternos avançados como, também, camisa por fora da calça e embaixo de paletós ou blazers, formando uma composição inimaginável algum tempo atrás. Vale tudo.”³⁴

³⁴ HOMENS coloridos. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 886, p. 76, 28 ago. 1985.

Os estilistas e empresários pareciam avaliar de forma positiva as mudanças no estilo masculino, como Luis de Freitas, dono da “Mr. Wonderful”, que foi um dos primeiros a introduzir cores no vestuário dos homens em todas as ocasiões e não apenas no informal. Para ele, tal estilo estava contribuindo para “diminuir a distância entre a moda masculina e a feminina.”³⁵

³⁵ *Id., ibid.*

O corte de cabelo mais comprido e o amplo uso de acessórios estavam, assim como na indumentária, sofrendo mudanças para acompanhar o estilo mais descontraído das roupas. Mas já se declarava um distanciamento em relação aos cabelos utilizados na década de 1970. A diferença era que o cabelo masculino, mesmo em um corte alongado, requeria “muito trato”. E, para aqueles que não abririam mão

³⁶ *Id., ibid.*

do cabelo curto, valeria também “minúsculos rabos-de-cavalo ou mesmo requintes como aplicações de gel.”³⁶ Interessante perceber que a mudança não se resumia aos cabelos, mas ao uso de relógios de plástico colorido para combinar com o tom da indumentária (item utilizado da mesma forma por mulheres), brincos pequenos em pedras miúdas e anéis discretos de pedras foscas como ônix ou casco de tartaruga.

É importante ressaltar que tanto o uso de indumentária quanto de acessórios servem, principalmente, à indústria que os fabrica. O campo do capitalismo maquínico de Félix Guattari pode ser alargado por essa ampliação de consumidores homens e mulheres, de produtos ligados diretamente a sua aparência. Portanto, não estou dizendo que foi só a redemocratização que causou isso, mas tornou possível a sua introdução na cultura de mídia brasileira sob a ótica dos “novos tempos, novos rumos”.

Seguindo essa lógica, a indústria dos cosméticos incorporou o público masculino em linhas específicas para os homens. Em *Homens na linha*, *Veja* divulgava essa abertura num mercado costumeiramente feminino. A reportagem foi editada na seção “Vida Moderna”, o que sugere uma prática recente, mas que, segundo a mesma, já vinha angariando novos adeptos. E novamente o tema da masculinidade vinha à tona por meio da fala de um jogador de futebol que dizia usar cremes no rosto. Mas ao admitir seu uso, nos termos da revista, “apressava-se a avisar que tantos cuidados com a pele nada têm a ver com a masculinidade” e completava: “o preconceito certamente diminuiria se existissem mais produtos específicos para os homens.”³⁷

³⁷ *HOMEM na linha. Veja*. São Paulo: Abril. n. 1040, p. 86, 10 ago. 1988.

Curioso é que a própria formulação dos cremes para homens sofria alteração na forma para se diferenciarem dos cremes utilizados por mulheres. A revista ressalta esse aspecto justificando que tal preocupação era fomentada para “não ferir a suscetibilidade do macho.”³⁸ Por conta disso passaram-

³⁸ *Id., ibid.*

se a desenvolver para os homens fórmulas em gel e não em creme, pois, como afirmou a esteticista Janine Goossens, “o homem não gosta de se sentir lambuzado, ele quer aplicar o creme e senti-lo penetrar na pele quase que magicamente, sem deixar rastros.”³⁹

³⁹ *Id., ibid.*

Em 1988, foi utilizado o termo “fim da androginia da moda”. Assim, as tentativas de terminar com a influência andrógena na moda, ensaiadas desde o final de 1985, mostraram-se vitoriosas no início de 1988. No entanto, a coleção de inverno comentada por *Veja* não isentava os cuidados com o corpo e a revista já avisava isso: “não significa que as barriguinhas durinhas e as formas perfeitas receberam sua senha para relaxar. No inverno, a sensualidade feminina continuará em alta.”⁴⁰

⁴⁰ INVERNO a quente. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1015, p. 38, 17 fev. 1988.

A moda que se pretendia fazer colocava-se em contraponto aos modelos dos anos anteriores, marcados pelas saias balonês e das ombreiras, “autênticas armaduras que tomaram conta das coleções do ano passado.”⁴¹ Não entrando no mérito de que tais roupas seriam ou não armaduras, é preciso chamar a atenção para a produção de outras armaduras, não ligadas à vestimenta em si, mas aos corpos, muitas vezes invisíveis, e nem por isso imperceptíveis. Nesse sentido, a revista sugeria: “quanto mais bem torneadas estiverem as pernas, quadris, cintura e busto, melhor.”⁴² No caso em questão, portanto, era o cuidado com a aparência magra, já que o uso de meias com mini-saias estava sugerido naquela estação, assim como o uso de tecidos misturados com fios elásticos – os *stretches* –, desenvolvidos para aumentar a aderência ao corpo “sem abrir mão do conforto. [...] A mulher, no inverno, será mais elegante e feminina do que nunca.”⁴³

⁴¹ *Id., ibid.*

⁴² *Id., ibid.*

⁴³ *Id.*, p. 39.

Assim, ficava nítido que ao afirmar o fim da androginia, estava-se mostrando o perfil da clientela vindoura, já que, nas coleções, antecipavam-se as tendências, bem antes que as estações propriamente ditas chegassem. E, por conta disso, a ênfase na feminilidade que, não era apenas brasileira, mas seguia

⁴⁴ *Id.*, p. 40.

uma tendência internacional, e que iria buscar, não apenas cortes inspirados nas décadas de 1940 e 1950,⁴⁴ mas reforçar a corporalidade feminina em curvas e fendas, luvas e meias, com a inclusão explícita da sensualidade. Isso pode ser observado nas três “regras de ouro” da nova estação: “roupas curtas, justas e sensuais.”⁴⁵

⁴⁵ *Id.*, *ibid.*

A *Veja* retomaria o tema do fim da androginia numa longa reportagem de três páginas (em contraposição ao costume editorial de dispensar apenas uma página para os temas relativos à moda). A revista apropriou-se da fala da estilista Márcia Gimenez, que temia uma reação contrária das mulheres, que, a princípio, rejeitaram as novas tendências:

para quem estava acostumada a usar roupas largas e confortáveis, é difícil engolir esse ar radicalmente feminino [...]. Usamos tantas roupas amplas que nos tornamos indisciplinadas no andar, no sentar, perdemos até alguns hábitos, como cruzar as pernas – e também nosso corpo perdeu um pouco a forma.⁴⁶

⁴⁶ INVERNO a quente. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1015, p. 38, 17 fev. 1988.

A revista arrematava o tema de forma enfática: “neste inverno, definitivamente, as roupas femininas voltaram a ser feitas só para as mulheres. Foi decretado o fim das coleções amplas e largas que tanto serviam a homens quanto a mulheres.”⁴⁷ Interessante observar, portanto, que essa ênfase não era gratuita e parecia concordar com a necessidade de retomar a feminilidade das “formas femininas”, o que demonstra um reforço na distinção de gênero, ao demarcar bem os limites nos corpos de homens e de mulheres. A repetição do tema do fim da androginia parece, dessa forma, ter sido tomada como positiva pela revista.

⁴⁷ *Id.*, p. 39.

Nesse sentido, não é de se admirar que, em 10 de agosto de 1988, a temática retornasse às páginas de *Veja*. Em *De peito aberto*, a sensualidade transbordante colocava-se em contraponto ao estilo japonês e andrógino. Assim, a nova estação mantinha o estilo

da estação passada, quando então “as roupas que davam um ar andrógino às mulheres cederam a vez a um estilo ultrafeminino.”⁴⁸ Tanto é assim que a escolha das modelos sofreu modificação no período. Christian Lacroix escolhera “a dedo manequins de formas arredondadas para apresentarem sua coleção.”⁴⁹

Dessa vez, comentando sobre a coleção de outono internacional, o artigo de uma página repetia, em boa parte, o discurso amplamente veiculado anteriormente: uma moda que “celebrava a sensualidade” e “a moda sensual é um fato consumado em todo o mundo”. A novidade da estação estava na valorização do colo nos modelos lançados pelas casas de alta costura francesa (Figura 6).

⁴⁸ DE peito aberto. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1014, p. 88 10 ago. 1988.

⁴⁹ *Id., ibid.*



Marc Bohan: “A moda já não é mais andrógina”

Figura 6 - De peito aberto. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1014, p. 88, 10 ago. 1988.

Por isso a ênfase na feminilidade das formas ditas “femininas” e o retorno à ligação com as estrelas do cinema de seios fartos, como Marilyn Monroe e Jane Mansfield, eram lembrados por *Veja* como ícones de uma beleza que estava sendo retomada pela moda. Já no Brasil, a preocupação dos estilistas concentrava-se na constatação de que tal modelo não se encaixava, fisicamente, nas mulheres brasileiras: “pena que a brasileira tenha mais quadril e menos busto que a

⁵⁰ DE peito aberto. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1014, p. 88 10 ago. 1988.

européia”, mas mesmo assim eles acreditavam que não seria esse um problema, já que “a mulher brasileira adora exhibir o corpo e essa moda sensual é ideal para isso.”⁵⁰ Assim, além de reforçar a busca pelas ditas “formas femininas”, entendidas aqui literalmente pelos seios fartos, agregava-se, no caso do Brasil, a naturalização de uma pretensa vontade de exhibir o corpo ligada à nacionalidade, o que remete aos discursos que estereotiparam mulheres, tornando-as, sem distinção, participantes de tal costume com base apenas num senso comum carregado de significados negativos com relação à figura feminina.

⁵¹ VIDA moderna. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1014, p. 102, 10 ago. 1988.

⁵² ONDA de fartura. *Veja*. São Paulo: Abril. p. 77, maio 1988.

O debate sobre o desejo por seios fartos já havia sido assunto em outra seção de *Veja*, em matéria intitulada *Vida Moderna*, reportagem essa que não foi publicada na sessão “Moda”. Ali, a vontade de *ser* aliava-se ao que o dinheiro podia transformar nas mesas dos centros de cirurgia plástica.⁵¹ Em *Onda de Fartura*,⁵² a reportagem mostrava a avalanche de intervenções cirúrgicas nos seios realizadas na Europa, onde a grande parte destas intervenções caminhavam no sentido de aumentá-los por meio de “bolsas de silicone”.

⁵³ Id.. Esse mesmo médico apontava o crescimento de 30% nas próteses de mama em São Paulo.

Na Europa as intervenções estavam já “a todo vapor”, no Brasil sua ascensão já vinha abrindo caminho, porém de forma mais lenta. Sua justificativa baseava-se na relação da moda com a cultura, como opinou o cirurgião plástico Luís Paulo Barbosa: “a moda hoje valoriza muito mais a forma da mulher, com decotes profundos e tecidos justos.”⁵³ Como exemplo, eram citadas duas brasileiras que realizaram esse tipo de procedimento. A primeira, arrependida de ter demorado tanto tempo para fazer a cirurgia plástica; a segunda, a modelo Monique Evans, que já havia colocado prótese de silicone em 1981, afirmava que com ela (a prótese) “se sentia muito mais mulher, mais bonita e saudável ao usar um decote ou um biquíni.”⁵⁴ Para ela, ter busto grande aumentava a feminilidade.⁵⁵ E assim como nas demais reportagens

⁵⁴ ONDA de fartura. *Veja*. São Paulo: Abril. p. 77, maio 1988.

⁵⁵ *Id., ibid.*

já citadas, *Véja* relacionava os seios grandes com uma retomada da moda “que teve o seu esplendor entre os anos 40 e 50.”⁵⁶

É por meio da repetição que uma idéia reveste-se de necessidade, aqui ligada não apenas à moda que parecia demandar novos corpos, mas também à intervenção cirúrgica que possibilitava à mulher estar apta a vestir-se e, assim, aparentemente, ao tornar-se mais “feminina”, a *ser* mais mulher.

Para Antoine Prost, a função da moda é a própria mudança na qual torna certas roupas antiquadas e estimula no público alvo sua substituição: “é um processo de desqualificação constante das roupas.”⁵⁷ É exatamente essa junção entre a moda e o capitalismo que transbordava para as leitoras um universo de outras possibilidades, não isentas de significados intencionais, tanto por parte da imprensa como por parte do mundo da moda, mesmo que regidos pelos caminhos que buscavam a maximização do lucro, já que tanto a moda quanto a imprensa são empresas que se relacionam com anunciantes/clientes e reproduzem justificativas que possivelmente os contentariam.

Anular, portanto, a influência da androginia, a meu ver, inspirada nos movimentos feministas das décadas anteriores, era uma forma de atualização de um passado idealizado, ao retomar os ícones (determinadas atrizes com atributos femininos bem marcados na corporalidade). Os cortes/tecidos os quais, ao exporem mais o corpo, inspiravam nas mulheres a necessidade do retorno aos cuidados excessivos, justamente aqueles citados por Beth Friedan⁵⁸ como amarras invisíveis da cultura destinada a ocupar o tempo da mulher.

A diferença dos anos 1980 é que, além dos cuidados com a pele e o cabelo, pulverizaram-se práticas que iriam intervir no corpo de forma incisiva, ou ainda por meio dos treinos nos aparelhos de ginástica e das coreografias de aeróbica ensinadas pela atriz norte-americana Jane Fonda.⁵⁹ A atriz

⁵⁶ *Id., ibid.*

⁵⁷ PROST, A. Transições e interferências. Transições e interferências. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 140. v. 5.

⁵⁸ Cf. FRIEDAN, Beth. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁵⁹ Jane Semor Fonda nasceu em 21 dez. 1937, em Nova Iorque, EUA. Foi uma das primeiras atrizes americanas a aparecer nua em filme estrangeiro (*La Rondé*, 1964). Entre os grandes sucessos da atriz está o filme *Barbarella* (1968). Fonte: THE INTERNET MOVIE DATABASE. Disponível em: <<http://www.imdb.com>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁶⁰ JANE FONDA'S
WORKOUT SERIES.
Produzido por Jane Fonda.
EUA: Warner Home Video,
1982-1995. color.

protagonizou, entre 1983 e 1995, uma série de vídeos de aeróbica que objetivava não só a propaganda dessa modalidade de exercício físico para o público geral, mas também a adoção dessa prática como um estilo de vida. Ao todo foram 40 vídeos.⁶⁰

Dessa maneira, não só o tempo era apreendido por essas práticas, mas um volume de dinheiro era despendido para obtê-los na sua totalidade. Ênfase, assim, que a moda, mesmo sendo efêmera, acabava produzindo efeitos diversos na cultura e na forma como as próprias mulheres viam-se como sujeito. Isso me leva a crer que a atualização da moda, ao retomar os modelos já citados, mostrava a tensão existente entre aqueles que advogavam de forma positiva a manutenção da liberdade de expressão e de movimentos de maneira geral, ou seja, ancorados de uma forma mais democrática, e aqueles que, frente às mudanças, reforçaram o freio e retomaram nas formas mais diversificadas da cultura (como a moda das “formas mais femininas”), a demarcação das fronteiras que pareciam tênues no âmbito da androginia, mal vista por esses grupos.

Se para as mulheres a tendência era o afastamento da androginia, para os homens a história é um pouco diferente, no âmbito da moda. Os estilistas europeus, em setembro de 1988, propuseram um visual que, segundo a *Veja*, era inspirado nos astros do *rock* e era ousado e extravagante. Para o semanário, na época, “se depender dos costureiros, os homens estarão usando coletes floridos, chapeuzinhos indianos e paletós de pele de leopardo.”⁶¹ Tratava-se de uma criatividade não isenta de polêmica, como a coleção de Jean-Paul Gaultier, conhecido por suas extravagâncias, que idealizava o homem-objeto inspirado no *western* americano, e que mostrou *cowboys* sensuais em coletes de couro sobre o peito nu, “para não deixar dúvidas de que neste verão o homem deve ser sensual, sexy e mostrar às mulheres aquilo que é o que elas mais gostam.”⁶² Em outro ponto da

⁶¹ SHOW extravagante. *Veja*.
São Paulo: Abril. n. 1045, p.
94, 14 set. 1988.

⁶² Id., *ibid*.

reportagem, a moda masculina era discutida em termos econômicos: já era considerada um importante filão para o segmento das lojas e confecções. Naquela época já movimentava um mercado de 6,3 bilhões de dólares por ano.⁶³ No entanto, a descrição dos novos modelos repletos de tecidos de onça, flores, cores e extravagâncias, parecia, de acordo com a reportagem, longe de serem utilizados e incorporados como estilo masculino.

A revista justificava-se dizendo que para as mulheres o uso de peças masculinas era feito sem hesitar e para os homens tal incorporação era diferente: “os homens, porém, são sempre olhados com desconfiança quando usam algo que se distancie um pouco mais do que se acostumou a chamar de convencional.”⁶⁴ Importante ressaltar que essa fala encontrava-se no final da reportagem, como uma espécie de conclusão negativa acerca dos usos das “extravagâncias” apresentadas pelos costureiros europeus. A sensação que se tinha era a de que para os homens tal moda mostrava-se como performance só permitida nas passarelas. O que sugere que, em 1988, os ditames da moda masculina não eram incorporados da mesma maneira que os da moda feminina. Tal peso recaía mais sobre os consumidores do que sobre os fabricantes, em sonoro descompasso.

Não surpreende, porém, que, em novembro do mesmo ano, Ralph Lauren, estilista norte-americano dono da marca “Pólo”, tenha ocupado as páginas amarelas e não só a seção de “Moda” da revista *Veja*. O lugar que a temática ocupou deve ser colocado em questão, pois como a entrevista foi situada nas páginas iniciais, tinha maior destaque. O título da entrevista sugere o contraponto da moda européia, *Cowboy da elegância*.⁶⁵ Contraponto por colocar-se a favor de um estilo casual-chique, no qual não havia nada de “bizarro” nem “louco”. Mesmo desenhando roupas para homens, mulheres e crianças, aqui no Brasil, a linha “Pólo” chegava, naquele momento, com a

⁶³ Id., *ibid.*

⁶⁴ SHOW extravagante. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1045, p. 95, 14 set. 1988.

⁶⁵ SEKLES, Flavia. Entrevista: Ralph Lauren. *Veja*. São Paulo: Abril, n. 1054. p. 5-8. 16 nov. 1988.

inauguração de sua primeira loja em um *shopping center* de São Paulo. Uma loja para gostos e bolsos sofisticados, que atraía um público diferenciado, “um consumidor que não se interessava muito pelas últimas tendências da moda, mas prezava a elegância com toques esportivos e aristocráticos.”⁶⁶

⁶⁶ *Id.*, p. 5.

Em resposta à jornalista, Ralph Lauren dizia-se diferente dos demais estilistas norte-americanos, em virtude do fato de que seu estilo tinha “tradição”. De acordo com o estilista, seus produtos eram uma mistura de “influências americanas e inglesas, tudo isso mesclado a um forte acento rural. Essas eram suas características.”⁶⁷ Para ele, a diferença era que sua preocupação não residia em desenhar roupas que refletissem o momento contemporâneo: “minhas roupas refletem um ponto de vista muito consistente – estação a estação, ano após ano. Meus produtos não são bizarros, não são loucos, mas mesmo assim têm um impacto muito grande.”⁶⁸ Afirmava ainda que desenhava roupas para pessoas ativas: “não suporto essas roupas que parecem estar à mostra, como numa exposição.”⁶⁹

⁶⁷ *Id.*, *ibid.*

⁶⁸ *Id.*, *ibid.*

⁶⁹ *Id.*, *ibid.*

O estilo de Ralph Lauren, portanto, opunha-se ao estilo proposto pelos estilistas europeus, principalmente em relação à moda masculina. Um estilo marcado por uma tradição aristocrática, caracterizada por um acento rural, de cores discretas e couros crus. Pode-se dizer que sua chegada ao Brasil, em 1988, estaria em consonância com a vontade, por parte de muitos, em retomar ou firmar o estilo masculino tradicional, mas no caso da linha de Lauren, com muita sofisticação, ou seja, para um público seletivo capaz de consumir seus produtos.

A constituição de consumidores com alto poder de compra tinha relação com a própria explosão do consumo que foi percebida por *Veja* nos primeiros meses de 1989. De acordo com a reportagem *O Brasil que melhora*, mesmo com as turbulências econômicas o consumo estava em franca ascensão já que “boa parte

da população consegue elevar seu padrão de vida.”⁷⁰ Além dos dados do setor privado que mostravam o consumo em crescimento, *Veja* utilizou-se das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mostrar que direção esse consumo estava tomando. De acordo com o IBGE, de 1974 a 1989, o “brasileiro passou a gastar menos com alimentação, por exemplo, e a ter mais dinheiro para outras despesas, como roupas e eletrodomésticos e lazer.”⁷¹ A Figura 7, publicada na reportagem, fazia um resumo do consumo no final da década de 1980.

⁷⁰ O Brasil que melhora. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1081, p. 116, 31 maio 1989.

⁷¹ *Id.*, p. 118.

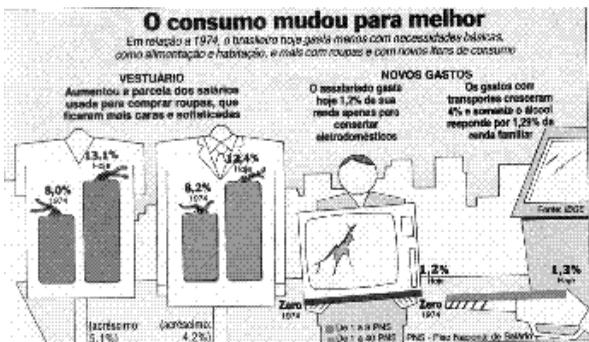


Figura 7 - O Brasil que melhora. *Veja*. São Paulo: Abril, n. 1081 p. 116, 31 maio 1989.

Tanto para mulheres quanto para homens o crescimento da indústria do vestuário pode ser observado de forma visível, o que sugere o alto poder da publicidade e dos dispositivos que faziam girar a máquina de desejos da moda. O que os dados obscureceram eram exatamente que discursos foram utilizados nesse agenciamento maquínico,⁷² que não criavam apenas consumidores. Pois a “roupa já não mostra a adaptação do indivíduo à vida pública: ela expressa, na própria vida pública, a personalidade reivindicada por cada um.”⁷³ Ou seja, não é apenas seguir a moda, mas mostrar o uso que se faz dela.⁷⁴

⁷² Ver GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁷³ PROST, A. *Op. cit.*, p. 141.

⁷⁴ *Id.*, *ibid.*

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ALZER, Luiz André; CLAUDINO, Mariana. *Almanaque dos anos 80 – lembranças e curiosidades de uma década muito divertida*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: THÉBAUD, Françoise (Org.). *História das mulheres*. O século XX. Lisboa: Afrontamentos, 1991. v. 5. p. 583.

FRIEDAN, Beth. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PROST, A. Transições e interferências. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

JANE FONDA'S WORKOUT SERIES. Produzido por Jane Fonda. EUA: Warner Home Video, 1982-1995. color.

THE INTERNET MOVIE DATABASE. Disponível em: <<http://www.imdb.com>> Acesso em: 10 jan. 2008.

Fontes Pesquisadas:

ANÚNCIO da revista *Claudia*. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 909, p. 90, 5 fev. 1986.

CAMPANHA publicitária da Benetton – United Superstars of Benetton. *Veja*. São Paulo, n. 1066. p. 80-1, 8 fev. 1989.

CAMPANHA publicitária da Calvin Klein Jeans. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 923, p. 86-7, 14 maio 1986.

CORES do sol. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 902. p. 93, 18 dez. 1985.

DE peito aberto. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1014, p. 88 10 ago. 1988.

HOMEM na linha. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1040, p. 86, 10 ago. 1988.

HOMENS coloridos. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 886. p. 75, 28 ago. 1985.

INVERNO a quente. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1015, p. 38, 17 fev. 1988.

O Brasil que melhora. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1081, p. 116, 31 maio 1989.

ONDA de fatura. *Veja*. São Paulo: Abril. p. 77, maio 1988.

PRIMAVERA no corpo. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 885. p. 61, 21 ago. 1985.

SEKLES, Flavia. Entrevista: Ralph Lauren. *Veja*. São Paulo: Abril, n. 1054. p. 5-8. 16 nov. 1988.

SHOW extravagante. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1045, p. 95, 14 set. 1988.

UM sopro sensual. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 895, p. 77, 30 out. 1985.

VIDA moderna. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 1014, p. 102, 10 ago. 1988.

VISÃO ampliada. *Veja*. São Paulo: Abril. n. 894, p. 71, 23 out. 1985.

Homens e mulheres de papel ou como se faz um “bom” gaúcho: desconstruindo a desigualdade de gênero na gauchesca de Barbosa Lessa - *Os Guaxos* (1959)¹

Jocelito Zalla

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar os papéis de gênero expressos no romance *Os Guaxos* (1959), de Luiz Carlos Barbosa Lessa. A análise indica que o autor constrói o gaúcho ideal enquanto “homem” contra modelos de ser mulher, mas também contra papéis marginais de masculinidade.

Palavras-chave: Gênero. Identidade regional. Gauchismo. Tradição.

Abstract: The objective of this work is in such a way to analyze the expressed papers of gender in the novel “Os Guaxos”, published by Luiz Carlos Barbosa Lessa in 1959. The analysis indicates that the author constructs the ideal “gaúcho” as a “man” against female models, but also against marginal male papers.

Key-words: Gender. Regional identity. “Gauchismo”. Tradition.

Jocelito Zalla. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cursa mestrado em História na mesma instituição, com projeto sobre a invenção do tradicionalismo gaúcho a partir da biografia de seu principal teórico, Luiz Carlos Barbosa Lessa. (jzalla@terra.com.br).

¹ Texto recebido: 14/11/2008.

Texto aprovado: 01/12/2008.

E se fôssemos de papel? Talvez a fragilidade da matéria não contivesse a complexidade do espírito. Talvez a finitude do concreto não limitasse os liames do porvir. O absurdo da pergunta exige um condescendente exercício de imaginação. Aqueles e aquelas que aceitassem a brincadeira talvez chegassem à conclusão de que homens e mulheres de papel são tão plenos de vida quanto homens e mulheres do delírio, dos quais, com pretensa arrogância, pensamos ser criadores/as e senhores/as. Convivemos com homens e mulheres de papel; discutimos acerca de homens e mulheres de papel; disputamos homens e mulheres de papel; construímos e reconstruímos homens e mulheres de papel, para assim construir e reconstruir a nós mesmos. Por fim, sonhamos ser, no fim de tudo, homens e mulheres de papel, que deixam, como no ideal grego, seu legado na memória de homens e de mulheres de carne.

Este trabalho trata de homens e mulheres de papel. Para tanto, proponho um estudo de *Os Guaxos*, de Luiz Carlos Barbosa Lessa, publicado em 1959, visando analisar as representações de gênero nesse romance, que é o primeiro texto de fôlego do autor regionalista e militante-fundador do Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul. Tais representações permitem pensar nos padrões de masculinidade e de feminilidade presentes no processo de invenção das tradições gaúchas e, ainda, suas relações hierárquicas. A pergunta que nos cabe responder é: de que forma os homens e as mulheres de papel de Lessa são construídos enquanto “homens” e “mulheres”? Originariamente, este estudo pretendia refletir sobre a construção social do gaúcho enquanto modelo de identidade masculina. Nesse sentido, é preciso concordar com a proposta de Daniel Welzer-Lang e conceber o termo “homem” como uma categoria sócio-sexuada, integrante de um sistema social de sexo caracterizado por um funcionamento dialético das relações sociais entre os sexos.² Essa asserção, contudo,

² WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino. In.: SCHPUN, Mônica (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 108.

aponta para a necessidade de tomar como foco de investigação o próprio sistema social de sexos, representado no Rio Grande do Sul, entre outros discursos, pela literatura identitária regionalista, dita “gauchesca”. É necessário, para isso, recuperar brevemente as conceituações clássicas do termo “gênero” na teoria social, bem como sua ênfase no aspecto relacional. Conforme aponta Joan Scott, evitando uma produção centrada de forma demasiadamente estreita nas mulheres, os estudos feministas introduziram a noção relacional por meio da categoria “gênero”, para mostrar como homens e mulheres eram definidos em termos recíprocos e, corolariamente, apontar para a impossibilidade de compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado.³ Portanto, o objetivo da análise aqui proposta é o de desconstruir as formas como o masculino e o feminino são elaborados em suas relações recíprocas, por meio da compreensão dos efeitos das relações sociais de sexo nas representações e nas práticas masculinas e femininas.⁴ Isso não significa, porém, tomar o binômio masculino/feminino como constante universal e, assim, naturalizá-lo como a única relação possível.⁵ Ao contrário, para que a desconstrução e a historicização das relações de gênero tenham o desejado efeito político-pedagógico de emancipação⁶, devemos atentar para as diferentes maneiras de subjetivação do masculino e do feminino, correspondente a diferentes padrões de subjetividade em conflito. Esse será meu objetivo principal.

O presente artigo pode ser dividido em três momentos: primeiramente, indico as premissas teórico-metodológicas que fundamentam a leitura do texto de Barbosa Lessa; em seguida, trato da reconstrução do gauchismo pelo tradicionalismo, identificando como esse modelo de identidade regional se constitui enquanto modelo de identidade de gênero - principalmente, do masculino; finalmente, analiso os

³ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 72.

⁴ Estendo, assim, às representações do feminino a proposta de Welzer-Lang. WELZER-LANG, Daniel. *Op. cit.*, p.113.

⁵ Ver a crítica de Joan Scott aos modelos de interpretação baseados numa aceção psicanalítica e tributária dos trabalhos de Lacan. SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 83-84. A naturalização do binômio masculino/feminino pela produção feminista é para Linda Nicholson fruto do que denomina “fundamentalismo biológico”. Ver NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero. Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 10-41.

⁶ Sobre o comprometimento político da teoria social moderna com a idéia e a prática da transformação social emancipatória e de seu resgate pelo que denomina “teoria crítica da pós-modernidade”, ver as considerações de Boaventura de Souza Santos. (SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000, *parim passim*).

diferentes padrões de conduta masculino e feminino delineados pelo autor. A estratégia narrativa não pretende privilegiar a análise dos modelos de masculinidade, mas cumprir com duas funções: primeiro, a de acompanhar a própria estrutura narrativa do romance, em que Barbosa Lessa apresenta os “guaxos” e demais gaúchos que protagonizam a trama; segundo, a de apontar para a hipótese norteadora deste trabalho, qual seja, a de que o autor segue um modelo andro-heterocentrado⁷ nesse romance e em sua proposta de reformulação do gauchismo.

⁷ Como aponta Daniel Welzer-Lang, “o duplo paradigma naturalista que, por um lado, define a superioridade masculina em relação às mulheres, e, por outro lado, rege o que deve ser a sexualidade masculina resulta na produção de uma norma política andro-heterocentrada e homófoba que nos diz o que deve ser o homem *de verdade*, o homem normal”. Note-se que o normal é construído como viril, ativo e dominante e, com isso, aspira a privilégios de gênero. WELZER-LANG, Daniel. *Op. cit.*, p.121.

“Invenções significativas” – e generificadas: considerações teórico-metodológicas

Enquanto análise histórica de uma narrativa literária, este estudo visa contextualizar o texto de Barbosa Lessa. De onde o autor fala, como fala e para quem fala? Escrita em um momento marcado pela militância no nascente Movimento Tradicionalista gaúcho, a produção literária do autor deve ser lida como um empenho político para a (re)construção teórica de um gaúcho arquetípico, que deveria fundamentar e regular as práticas sociais de novos atores, comprometidos com o projeto tradicionalista. De outro lado, a leitura histórica permite ultrapassar os debates internos de determinado grupo e situá-los num contexto sócio-intelectual mais amplo. Podemos, assim, avaliar os condicionantes externos no processo de constituição do próprio grupo - quem compunha sua alteridade? Como dirigir-se a ela? – e, desse modo, acessar o complexo embate simbólico travado entre sujeitos diversos no período estudado. Portanto, o primeiro passo para reencontrar a historicidade da narrativa literária é, assim como fez Skinner com tratados filosóficos, abordá-la como um artefato de intervenção política do autor em um contexto sócio-intelectual determinado.⁸

⁸ Ver SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ao focar a análise no momento de produção do texto, chegamos a outra premissa teórico-metodológica que ilumina o presente trabalho: a historicidade da narrativa encontra-se no processo de significação. Portanto, interesse-me pelas maneiras como a gauchesca produz um sistema simbólico que, por sua vez, informa a ação de atores contemporâneos. Isso evita o erro comumente cometido pela historiografia literária do Rio Grande do Sul de buscar supostas raízes históricas do gaúcho mítico em um gentílico social de um passado remoto. Nunca é demais lembrar as insistentes lições de Georges Dumézil contra o que denominou “interpretação literal” do mito. No que pese sua abordagem puramente teórica e hipotética⁹, o autor mostra que considerar o mito como mero resquício (deturpado) de um evento histórico passado é uma solução simples, que negligencia as funções sociais da narrativa mítica na ordem coetânea.¹⁰ Com essa preleção em mente, podemos avançar a discussão e partir para a recuperação da formulação de “invenção significativa”, de Robert Darnton. Ao analisar a narrativa de um jovem tipógrafo francês do Antigo Regime, Nicolas Contat, sobre um massacre de gatos, empreendido por ele e seus companheiros de ofício, o autor indica as dificuldades em estabelecer a veracidade do evento narrado. Darnton aponta, então, para a possibilidade de ler a narrativa como uma ficção ou invenção significativa, já que o relato de Contat compartilha a característica de outras narrativas (como a literária, poderíamos acrescentar), qual seja, a inscrição da ação numa estrutura referencial que “supõe um certo repertório de associações e respostas, da parte de sua audiência, e proporciona uma forma significativa à matéria-prima da experiência”. Extrapolada para a narrativa literária, essa noção evidencia, de um lado, os objetivos deliberados de significação de uma fabricação ficcional e, de outro, a necessária inscrição dos eventos narrados numa

⁹ Tal perspectiva, segundo Patrícia Boulhosa, acabou por enfatizar modelos e estruturas gerais que tenderam a descontextualizar o material analisado por Dumézil. (BOULHOSA, Patrícia Pires. *A mitologia escandinava de Georges Dumézil: uma reflexão sobre método e improbabilidade*. *Brathair*. n. 6, v. 2, 2006, p. 3-31. Disponível em: www.brathair.com).

¹⁰ DUMÉZIL, Georges. *Les dieux des germains: essai sur la formation de la religion scandinave*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

estrutura significativa mais ampla e compartilhada entre narrador e leitor/interlocutor. Isto nos permite desenvolver o que Darnton denomina *explication de texte* etnológica¹¹, ou seja, o acesso crítico ao sistema de significados presentes no texto para recuperar representações e práticas sociais.

¹¹ DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 107.

A proposta de Joan Scott para a conceituação do termo “gênero” como categoria analítica também leva em conta o processo de significação. A autora entende por sistemas de significados os “modos pelos quais as sociedades representam o gênero e servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência”.¹² É nesse sentido que ela compreende todo sistema de significados como generificado e, assim, predica, a historiadores e historiadoras, a atenção às maneiras como tais sistemas são construídos: “Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado”.¹³ O gênero deve ser entendido, então, como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, mas também enquanto “uma forma primária de dar significado às relações de poder”.¹⁴ Sendo assim, entendo que as representações sociais que operam na construção da identidade regional são também estabelecidas a partir de um conjunto de referências de gênero que “estruturam a percepção e a organização concreta de toda a vida social”.¹⁵

¹² SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 82.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, p. 86.

¹⁵ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 88.

Em obra clássica da sociologia do conhecimento, Peter Berger e Thomas Luckmann abordam o processo de institucionalização de práticas sociais, hábitos e modelos de conduta. É importante notar que, seguindo apontamentos sociológicos de autores canônicos como Marx e Durkheim, Berger e Luckmann ainda predicam uma anterioridade primária às práticas sociais em relação às representações sociais, por eles denominadas “tipificações”. A repetição da prática institui o hábito, que, por sua vez, por meio da exteriorização de significados objetivos, estabelece

padrões e modelos de conduta que operam via tipificações. Cabe ressaltar que, para os autores, esta precedência ocorreria apenas no momento inicial, pois a construção da realidade objetiva é vista por eles como um processo dialético entre o conhecimento estabelecido sobre a sociedade e, podemos dizer, a sociedade estabelecida pelo conhecimento. Por conhecimento, entendemos tudo aquilo que se constitui na troca social e que é transmitido de geração em geração como normatividade, ou seja, saberes sobre o mundo institucional, então experimentado como realidade histórica e objetiva. O conhecimento teórico é considerado, pelos autores, apenas uma pequena parte daquilo que uma sociedade concebe como conhecimento. Em um nível pré-teórico, toda instituição tem um corpo de conhecimento transmitido como receita. Nesse sentido, é ele quem define e constrói “papéis” que devem ser desempenhados e quem controla e prediz os modelos de conduta: “Sendo esse conhecimento socialmente objetivado como conhecimento, isto é, como um corpo de verdades universalmente válidas sobre a realidade, qualquer desvio radical da ordem institucional toma caráter de um afastamento da realidade.”¹⁶

Poderíamos aproximar a noção de conhecimento pré-teórico de outras categorias contemporâneas correntes na teoria social que foram também formuladas como um “sistema de signos construído socialmente” e que prenunciam tanto o Pós-estruturalismo quanto a chamada Nova História Cultural – por exemplo: “imaginário”, “cultura”, ou mesmo “senso comum”.¹⁷ Justo Serna e Analet Pons consideram Berger e Luckmann, entre outros teóricos, precursores do “giro cultural” (ou lingüístico) ocorrido nos anos setenta na teoria social¹⁸; movimento que possibilita a emergência das perspectivas historiográficas, respectivamente, de Scott e Darnton. É a ênfase na esfera simbólica, portanto, que me faz crer ser possível cruzar a leitura de Berger e Luckmann

¹⁶ BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes: 1973, p. 93.

¹⁷ Para o termo “imaginário”, ver o verbete de Bronislaw Baczko para a *Enciclopédia Einandi*. BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In.: *Enciclopédia Einandi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. V. 5. Uma conceituação clássica de “cultura” como sistema de signos é a apresentada por Clifford Geertz. (GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989). Robert Darnton considera “senso comum” uma elaboração social da realidade que expressa a base comum de uma determinada ordem social. Ver DARNTON, Robert. *Op. cit.*, p. 39.

¹⁸ SERNA, Justo, PONS, Analet. *La Historia Cultural*: autores, obras y lugares. Madrid: Akal, 2005, p. 13-14.

com o conceito de gênero de Joan Scott e com a noção de invenção significativa de Robert Darnton. Como vimos, a construção social da realidade é feita a partir de categorias que remetem a definições de masculino e de feminino. A conexão entre os autores fundamenta metodologicamente o tratamento que operacionalizo no estudo do texto de Barbosa Lessa: ao entender a gauchesca como uma “invenção significativa e generificada”, ou seja, enquanto fonte para a instituição de um sistema simbólico normativo, identífico, na obra do tradicionalista, papéis sociais masculinos e femininos, em suas variadas relações. Assim, alguns personagens são considerados enquanto representativos de modelos de conduta, na medida em que são caracterizados pelo autor a partir de conjuntos determinados e relativamente coesos de signos valorados positiva ou negativamente. Berger e Luckmann apontam, ainda, que a construção de tipologias de papéis é um correlato necessário da institucionalização da conduta: “Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele”.¹⁹ Para resumir, meu estudo trata de como a obra *Os Guaxos* contribui para a institucionalização da diferença de gênero como norma social no seio do novo gauchismo, em um momento em que o debate intelectual sobre a figura do gaúcho é retomado.

O gaúcho é macho!: o novo modelo de identidade regional e o antigo modelo de identidade de gênero – a (re)construção da masculinidade dominante

Parto da hipótese de que, nas décadas de 1940 e de 1950, verifica-se uma reformulação e uma intensa disputa sobre a identidade sul-rio-grandense e a figura mítica do gaúcho.²⁰ Vejamos como Barbosa Lessa participa desse cenário. Nascido na pequena cidade de Piratini em 1929, aos 16 anos, Luiz Carlos Barbosa

¹⁹ BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *Op. cit.*, p. 103.

²⁰ Gilda Bittencourt aponta a existência de quatro regionalismos na literatura rio-grandense: “um romântico, que idealizou o herói gaúcho e o passado guerreiro; um tradicional, de cunho real/naturalista, que fixou as transformações da sociedade campeira e o desaparecimento do antigo gaúcho; um, que se propôs a transformar a tradição sob o influxo do modernismo como base no modelo de Simões Lopes Neto, e um regionalismo que podemos chamar de crítico ou social, na medida que denunciou a desestruturalização da sociedade campeira e a proletarianização do gaúcho”. Todos, no entanto, tomam como centro a figura do gaúcho e a figuração da campanha como espaço ficcional. (BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 21-22).

Lessa chega à capital do Rio Grande do Sul para terminar seus estudos secundários. Em 1947, começa a colaborar com a Revista do Globo, escrevendo reportagens esporadicamente. Entre assuntos diversos, o autor publica artigos de temática gauchesca. Após um relativo hiato no debate intelectual sobre a figura do gaúcho e a identidade social nele baseada²¹, abrem-se novas brechas para a discussão e forma-se uma nova receptividade, tanto no meio letrado, quanto no público leitor da classe média urbana, para o então esquecido habitante da pampa rural. Dois movimentos mais amplos propiciam o retorno da questão regional: primeiro, o fim do Estado Novo, que havia posto fogo nas bandeiras estaduais como símbolo do projeto de integração política, econômica e cultural do país – era possível então recuperar novamente os signos do regional sem os mesmos medos de retaliação; segundo, a nova configuração política e ideológica do pós-guerra. Junto com a aceleração dos processos de urbanização e desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas, fenômenos associados com o advento da chamada “modernidade”, houve uma pressão por parte do novo pólo dominante do Ocidente por uma maior integração cultural, a partir, claro, de seus padrões de viver e consumir. O *american way of life* é o grande produto de exportação dos Estados Unidos e, com sua difusão, inicia-se um processo de homogeneização cultural do bloco oeste. Segundo o crítico literário Angel Rama, a reativação do problema regional na América Latina deu-se como reação aos processos de modernização.²²

Portanto, algo de novo acontecia nas décadas de 1940 e 1950, o que tornava possível a recuperação dos signos regionais e a reformulação da identidade cultural do Rio Grande do Sul, a partir de uma retomada de antigos mitos e arquétipos da literatura regionalista do final do século XIX e das primeiras décadas do XX. Porém, o regionalismo literário ressurgiu na multiplicidade. Diferentes projetos e

²¹ Luís Augusto Fischer mostra como os anos trinta representaram na literatura produzida no Rio Grande do Sul a marginalidade do regionalismo. O autor denomina o período como “Era Erico Veríssimo”, para mostrar a hegemonia do romance urbano. A literatura regionalista na década de trinta resume-se à publicação de “Charqueada”, de Pedro Wayne, em 1937, e da produção de Aureliano de Figueiredo Pinto publicada somente nas décadas seguintes (o romance “Memórias do Coronel Falcão”, que teria sido escrito ainda na década de trinta, fora editado e publicado postumamente no distante ano de 1973). Ver FISCHER, Luís Augusto. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 81-86.

²² RAMA, Ángel. Religiões, culturas e literaturas. In.: AGUIAR, Flávio, VASCONCELOS, Sandra. *Literatura e Cultura na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 291.

modelos de literatura retomam o gaúcho rural e disputam sua reformulação. Cyro Martins critica o ufanismo da literatura regionalista clássica e retira o gaúcho de cima do cavalo – arquétipo, segundo ele, descolado da realidade social contemporânea – e pretende, com isso, denunciar a pobreza que o processo de modernização trazia ao habitante do Estado. Erico Veríssimo, por seu turno, esquece o romance urbano para falar da história do homem da pampa na trilogia *O tempo e o vento*. Barbosa Lessa representa, então, uma via renovada do regionalismo clássico, sem o elemento saudosista, mas recolocando o gaúcho no lombo do cavalo. No mesmo ano em que Lessa publica seus primeiros textos sobre a figura do gaúcho mítico na Revista do Globo, um grupo composto inicialmente por oito estudantes do Colégio Júlio de Castilhos toma uma centelha da pira da pátria durante as comemorações da independência do Brasil e a cultiva até o dia 20 de setembro, data simbólica por rememorar a “Revolução Farroupilha”, de 1835. Era o início das celebrações do gaúcho pelo movimento que se denominaria Tradicionalismo. Barbosa Lessa se junta ao grupo e, a partir do 35 *Centro de Tradições Gaúchas*, fundado em 1948, desenvolve diversas atividades: pesquisa folclórica, composição de músicas e poesias, redação de textos para os informativos da nova entidade; além disso, participa ativamente da criação e da consolidação das instituições e instâncias deliberativas do movimento. A literatura regionalista de Barbosa Lessa seria o desenvolvimento lógico de seu envolvimento no novo projeto identitário representado pelo Tradicionalismo.

Se o momento foi marcado por uma reelaboração e por uma discussão acerca da identidade regional, é possível que o pensemos também como um período de tensão entre subjetividades novas e práticas de gênero alimentadas por antigos estereótipos. No debate em torno da identidade regional, tradicionalmente marcada pelos padrões dominantes

de masculinidade viril, encontramos subjacente o complexo jogo entre modelos de ser homem. Durval Muniz de Albuquerque Jr. e Rodrigo Ceballos delineiam o tipo regional nordestino, elaborado pela produção discursiva do começo do século XX: uma figura masculina, forte, valente e viril. Logo, a nordestinidade está diretamente relacionada com a masculinidade: “Ser nordestino é ser ‘macho’”, dizem os autores.²³ É possível traçar um paralelo entre a construção da identidade regional do Nordeste e do Sul, uma vez que o gauchismo elaborou seu modelo de ser homem por meio da exaltação da bravura, do heroísmo e da força, que remetem ao guerreiro farroupilha; ao desbravador europeu, que teria enfrentado as agruras do ambiente hostil; e, inclusive, ao índio nômade, que vivia em liberdade, peleando pelos domínios da pampa. Ao juntar a isso a submissão do cavalo (animal de porte másculo) ao seu forte senhor, teremos, então, a figura do “centauro da pampa”. Esse modelo de identidade regional, que é também um modelo de masculinidade (e, pela via negativa, como veremos, um modelo de feminilidade), é a base da literatura regionalista de Barbosa Lessa.

Enfim, ao texto...

Em 1958, Barbosa Lessa percorreu o país com uma peça de teatro chamada *Não te Assusta Zacaria*. Alternando-as com diálogos, os atores encenavam danças tradicionais reconstituídas pelo estudioso e declamavam poesias de sua autoria, agora já difundidas pelos diversos CTGs que surgiam pelo Estado. O texto dramático foi desenvolvido até a concepção de *Os Guaxos*, romance que é ainda hoje considerado a maior obra do autor, tendo recebido, em 1959, o Prêmio Nacional de Romance da Academia Brasileira de Letras. De alguma forma, esse texto representa o amadurecimento de teses anteriores e da visão literária expressa em artigos publicados na Revista do Globo

²³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz, CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas Urbanas, Armadilhas Humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In.: SCHPUN, Mônica (Org.). *Op. cit.*, p. 136.

²⁴ Rubens de Barcellos e Moysés Vellinho (sob o pseudônimo de Paulo Arinos) travaram, em 1925, debate público nas páginas do jornal “Correio do Povo” sobre o gaúcho como tipo social a partir da literatura de Alcides Maya. Vellinho atacava Maya pelo elemento saudosista e por identificar em sua produção literária um canto da decadência e da morte. Segundo ele, tal postura impossibilitaria identificar o espírito cívico do gaúcho que permaneceria vivo mesmo nos cidadãos. Barcellos defendia Maya ao apontar que o advento da modernidade e das novas relações sociais, mudaram também os costumes e, assim, morria o gaúcho como tipo representativo baseado em tais relações e costumes. O texto de Vellinho e Barcellos foram compilados por Flávio Loureiro Chaves no livro: *O ensaio literário no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1978.

²⁵ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Tropeiros. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 10 maio de 1947, p. 28.

²⁶ Na hierarquia da estância, o “sota-capataz” ocupa lugar logo abaixo do “capataz”, ou seja, do chefe dos peões escolhido pelo patrão (proprietário). Nos atuais Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), o termo designa, geralmente, a função de secretário, enquanto que capataz designa a função de vice-presidente.

na década de 1940 e, em especial, na reportagem intitulada “Tropeiros”, de maio de 1947. Nessa, Barbosa Lessa toma posição no debate sobre a possibilidade de uma literatura regionalista, baseada na antiga figura do gaúcho, que, como tipo social, estaria em vias de extinção.²⁴ O autor aposta suas fichas no “tropeiro”; segundo ele, um dos últimos exemplares do legítimo gaúcho rural. O tropeiro vivia ainda nos recônditos do Estado e, como o gaúcho mítico, percorria as distâncias em liberdade no lombo de seu cavalo.²⁵ Não por acaso, *Os Guaxos* – palavra que designa o terneiro criado sem o leite materno, ou seja, o desgarrado, o errante sem raízes – começa com o retorno de um grupo de tropeiros do sul do Rio Grande do Sul às terras de seu patrão, em um contexto temporal situado entre a Revolução Federalista de 1893 e as primeiras décadas do século XX.

Junto com a descrição da tropeada, Barbosa Lessa apresenta os peões nela envolvidos. Aqui nos deteremos em quatro personagens que representam diferentes formas de subjetividade masculina: o negro Garibaldi; Vírsio, o sotacapataz²⁶ da Estância Azul; seu irmão Nérsio; e Zacaria, o protagonista. O negro Garibaldi é apresentado como um peão de caráter duvidoso. Logo no início da narrativa, é responsável pelo primeiro conflito entre modelos de conduta: o do homem marginal e marginalizado pela pobreza e cor da pele, e também pela moral dúbia, e o do homem que poderíamos chamar de gaúcho ideal: branco, forte, inteligente, habilidoso, comprometido com o trabalho e de moral retilínea. Na última noite de pouso à beira da estrada, Garibaldi pede a Vírsio licença para visitar o prostíbulo das redondezas, o Rancherio do Passo. O último demonstra estranhamento e indignação pelo desleixo de Garibaldi com os afazeres da tropeada. Mas, contraditoriamente, o mesmo Vírsio celebra o “tutano” do “crioulo”, pois, depois da cansativa jornada de trabalho, ainda se “atiçava pensando em chinaredos”. E, com a

admiração, vem a liberação, mas com a seguinte ressalva: “Está bem, mas eu mando te capar se tu não estiver esperando a gente na chegada do Passo”.²⁷

Podemos pensar em dois elementos a partir da passagem: primeiro, a ética do trabalho, segundo, o elogio da virilidade. É bem visto aquele homem que não desvia de sua função em favor do divertimento, mas também é bem visto aquele que tem “tutano” para, depois de uma dura jornada, se entregar aos prazeres da carne. Interessante notar que a valorização da sexualidade viril é capaz de apaziguar as más impressões do desvio da ética do trabalho. E mais, ainda que soe como brincadeira, a ameaça de Vírsio demonstra que não existe, para o gaúcho, castigo pior que a castração, ou seja, a perda da virilidade. Mas a tensão entre os dois elementos não pára por aí. A ética do trabalho aparece imbricada com um sentido de retidão moral, que conflita com a valorização da sexualidade viril. Garibaldi, no prostíbulo, não se importa em gastar todo o dinheiro do trabalho por uma noite de fartura sexual: “E que houvesse agora cancha, muita canha, para estender o seu manto de monarca. Pouco se importava que depois chegasse à estância sem um vintém na guaiaca. Naquele resto de noite ele seria um ricaço!”²⁸ Um ricaço que, no dia-a-dia, jamais passaria de um coitado, pois não fazia do trabalho a fonte para a estabilidade, não planejava o futuro, nem constituía família, apenas vivia e, quando muito, nos poucos momentos em que o recebimento do soldo permitia, vivia em exuberância: “...na estância o viam como um peão inferior. Rachar lenha, por exemplo, era incomodação só dele ou do negro velho Simão. Os dois, uns porqueiras. Ele, um traste”²⁹.

A marginalidade de Garibaldi é inscrita no físico: “... a luz incidiu na cara dele. Que sensação de nojo! Aquele único olho a gente nunca sabia para onde é que estava olhando. E o que havia sido outrora um olho – marcado agora pela cicatriz do longo talho – parece que, à luz, se mexia”. O autor continua: “E

²⁷ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Os gaúchos*. Porto Alegre: Alcance, 2005, p. 15.

²⁸ *Ibidem*, p. 16.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*, p. 18.

também a roxa beijorra, a cara esborrachada e o corpanzil pançudo irradiavam uma atração de cascavel”.³⁰ Se Garibaldi representa um modelo de homem marginal e, portanto, o lado fraco da relação homem/homem, não deixa de ser o pólo forte da relação homem/mulher. Quando chega no Ranchario do Passo, causa terror:

Sabiam que Garibaldi perdera um olho não em guerra, nem em revolução, nem em duelo de machos. Diante dos homens era acovardado e humilde. E por isso mesmo é que se saciava judiando de pobres coitadas. Até que uma noite – elas sabiam – uma china cansada de tanta maldade apanhara sua própria adaga e o golpeara na cabeça enquanto ele dormia. Por um triz escapara da morte, mas o aleijão ficara para sempre.³¹

³¹ *Ibidem*, p. 19-20.

Ainda que exista uma clara condenação da violência contra a mulher, a passagem demonstra outro aspecto da dominação masculina: o violador é punido, mas existiria punição pior do que ser submetido ao jugo do sexo frágil? Garibaldi foi duplamente castigado: fisicamente, com o corte no rosto, e simbolicamente, pela inversão da hierarquia homem/mulher no ato de violência praticado pela “china”.

Vírsio, por sua vez, é o oposto de Garibaldi. Apareceu na estância do velho Meirelles na companhia do irmão, Nérsio, pedindo abrigo. Acabou por revelar maestria nas lidas do campo e sentou paragem:

Vivaracho, aprendeu logo e aí pelo quarto dia já batia os veteranos na quantidade de fichas. Trabalhador como um mouro, era o primeiro a pegar e lá seguia – nhec-nhec! nem sesteava! – até o dia anoitecer. Sorridente, prestativo, delicado, bonachão, foi conquistando amizade.³²

³² *Ibidem*, p. 59.

Vírsio é bravo, é corajoso, é forte; contudo, é delicado, bonachão prestativo e sorridente. Delicadeza não significa, para o autor, a perda da masculinidade.

Ao contrário, quando denotada a um macho de inegável estirpe, é considerada um atributo positivo, ligado à alegria de bem viver, ao sorriso fácil como fácil é a conquista das amizades. Vírsio é, ainda, dedicado, trabalhador e honrado. Fez valer a confiança depositada pelo patrão e se tornou o responsável pelas tropeadas. Não é dado a vícios e, sendo jovem, torna-se alvo da atenção das moças das redondezas. Peão ideal, seria também marido e pai ideal, capaz de prover a família em todas suas necessidades e de honrar a esposa.

Se o Negro Garibaldi é o inverso de Vírsio, Nérsio é o seu arremedo: “meio guri e meio gente, cara espinhenta, desengonçado de nascença e ainda mais derreado agora como tropeiro de primeira viagem”.³³ Magro, fraco, desajeitado, ele é incapaz de domar potro bravo, laçar gado bravio ou mesmo tosquear ovelha. Condenado à sombra de seu irmão jamais será peão, jamais será gaúcho, jamais será inteiramente homem. Já em sua primeira aparição na narrativa é comparado por Zacaria com seu matungo³⁴ “lerdo, velho e tropicão”: “Puxa, guri, tu vem pior que o meu cavalo!”.³⁵ Assim como o Negro Garibaldi, a marginalidade de Nérsio é corporificada. Em última instância, não passará de um “guri”, protótipo de homem que nunca completará seu desenvolvimento. Não que não tente. E como tenta! A veia cômica do autor se manifesta na chacota do “piá”. Acompanhamos, então, as empreitadas de Nérsio para tornar-se um peão respeitável – em situações onde o ridículo é a norma.

Mas Zacaria resolve ajudar o “guri”. Contratado por Juca Meirelles, dono da Estância Azul, para domar alguns cavalos xucros, o protagonista exige que Nérsio seja cedido como seu ajudante. Apesar dos protestos do patrão, ele segue com Zacaria para, enfim, aprender as lidas campeiras. Após muitas tentativas atrapalhadas, é lhe concedido um certo reconhecimento - ainda que como coadjuvante - por parte dos companheiros

³³ *Ibidem*, p. 23.

³⁴ Cavalo sem raça.

³⁵ *Ibidem*, p. 26.

³⁶ *Ibidem*, p. 159.

³⁷ Note-se que a “meia-canha” é uma das “danças gaúchas” recolhidas e reconstituídas por Barbosa Lessa e João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes em suas pesquisas folclóricas no interior do estado entre os anos de 1950 a 1952. Foi publicada no “Manual de Danças Tradicionais”, em 1956.

³⁸ *Ibidem*, p. 244.

em virtude de uma bela gineteada realizada por Zacaria: “Aplausos também para o Nérsio! Por primeira vez na vida o guri se sentiu macho – embora branco de medo!”.³⁶ Para ser macho, Nérsio tinha que ser um bom e corajoso peão, submetendo-se a provas públicas junto aos outros peões. Mas a aceitação só parece efetiva no final da narrativa, quando Nérsio, o irmão enjeitado, desafia Vírsio publicamente. Na festa de casamento de Zacaria, Nérsio convida a todos para dançar a “meia-canha”, dança essa em que os pares se desafiam mutuamente ou declaram sua paixão declamando pequenas quadras.³⁷ O jovem peão, rejeitado por todas as moças, acaba sem par. Durante toda a dança tem seus protestos ignorados até que explode em um surto de indignação e tenta impor-se aos demais: “Está muito lindo isso, mas a questão é que eu não quero ficar de fora. Também quero dizer versos. De qualquer jeito”. A surpresa de todos é geral e, diante da rebeldia, Vírsio logo surge para repreendê-lo: “Mas tu não vê que não tem mais moça, guri?”. E dá-se finalmente o enfrentamento: “Vê como fala: guri, não”. À porta do rancho, dois peões que acompanhavam tudo comentam com uma ponta de orgulho: “Tem vontade firme o nosso rapaz!”, diz Solano. Severo complementa: “É macho!”.³⁸

Após a comprovação de que poderia desempenhar o trabalho de peão na estância (não sem muitos tropeços e percalços) e de que, se necessário, se imporia enquanto homem frente a um gaúcho de grande valia como Vírsio, Nérsio finalmente ascende na consideração dos pares. Não é mais guri, é rapaz. É corajoso, é macho; logo, é gaúcho. Nérsio prova que pode desempenhar o papel de gênero dominante e, com isso, desloca-se de um modelo de masculinidade marginal para o modelo dominante representado pelo gaúcho homem, forte, valente e trabalhador. O outro personagem, cuja odisséia centra-se na elevação ao padrão dominante de masculinidade, é o protagonista da história, Zacaria, apresentado inicialmente como

um “Moço sem rancho nem família, seu cavalo era como que uma espécie de irmão”.³⁹ Um gaúcho errante que, assim como Garibaldi, é incapaz de sentar praça e constituir família:

³⁹ *Ibidem*, p. 21.

...Zacaria já perdera a conta dos cavalos de estampa e raça que tivera entre seus joelhos fortes e sob o controle de seus punhos de aço. Mas, isto, só na hora do perigo, na fúria da doma, na ameaça das quedas fatais. Uma vez domado o pingo, ele dava um abano em despedida ao dono, rindo de contente em cima do cavalo agora manso e lindaço... e lá se ia rumo a outra estância no seu matunguinho perna torta, lerdo, velho, tropicão, maceta, que uma alma boa um dia lhe presenteara por não saber o que fazer com aquilo.⁴⁰

⁴⁰ *Ibidem*.

Mas a vida de andarilho que Zacaria leva é também uma vida de incertezas: sem chão, sem teto e sem rumo. Após criar fama como domador, cansa-se da vida errante e pede abrigo no lugar onde fora criado como piá agregado, a Estância Azul do velho Meirelles. Nela, postula ascender ao posto de capataz da nova invernada que o patrão planeja abrir nas terras “do fundo”. Numa noite de trova à beira do fogo de chão no galpão da estância, Zacaria deixa entrever seus planos aos demais peões. Na roda de chimarrão, o elogio do gaúcho errante aparece facilmente como motivo de cantos e trovas. Nosso protagonista, então, denota sua insatisfação: “...Um homem sem raiz na terra não vale nada”.⁴¹ Diante do silêncio, Gateado, peão que acabaria por deixar a lida na estância para “ganhar mundo”, responde a Zacaria: “Um homem, quando vale, vale por si, não precisa de terra”. Aquele esclarece: “Quando eu falo em terra, moço, não digo chão, pasto, capim.” E continua: “...digo rancho, esposa e filho.”

⁴¹ *Ibidem*, p. 17.

A narrativa de Barbosa Lessa centra-se na difícil, e às vezes divertida, luta de Zacaria para deixar de ser um desgarrado e tornar-se um peão de estância, ou

seja, largar uma vida sem futuro e conquistar estabilidade e reconhecimento. Zacaria afasta-se de Garibaldi para se aproximar-se de Vírsio. Mais que isso: quer tornar-se um Vírsio (um homem) completo, casado e pai de família. Junto com as idas e vindas para convencer o velho Meirelles a ceder-lhe o posto de capataz da internada do fundo, acompanhamos os preparativos de seu casamento, antes mesmo do anúncio da “prenda” escolhida. Não é difícil imaginar qual o modelo de mulher para o gaúcho ideal... Zacaria pede a mão de Celita, filha de um dos capatazes da Estância Azul, que é assim descrita pelo narrador:

Não era propriamente uma moça bonita. Mesmo porque a vida trabalhosa no posto não lhe deixava muito tempo para enfeitar-se, atarefada que estava sempre com a cozinha, a tábua de bater roupa, o galinheiro, o chiqueiro, a horta. Mas, se por um lado aquele modo de viver lhe diminuiria a delicadeza da aparência física, por outra parte lhe dera um corpo rijo e uma saúde extrema. Era, positivamente, uma cabloca saudável – da estirpe daquelas gaúchas que nos tempos bravos de outrora ficavam dirigindo sozinhas uma estância ou um poso enquanto os parentes machos peleavam na guerra. Não um bibelô de enfeito. Mas mulher para parir filhos de bronze.⁴²

⁴² *Ibidem*, p. 109.

Para o bom marido, a esposa perfeita: trabalhadora e ótima parideira. A mulher ideal de Barbosa Lessa é inspirada, em parte, nos padrões clássicos de gênero feminino: mãe, esposa, dona de casa. Não é, porém, necessariamente, a mulher delicada, porque há que ter força para dar conta dos afazeres do campo e para cuidar do marido guerreiro. Beleza, assim, é fator secundário diante de tantas virtudes domésticas. Pois tal atributo (a beleza física) cabe mesmo à mulher fácil, sem chão nem rumo, à china do Passo ou à amásia do patrão. Se o homem guaxo não tem lá uma sina recomendável, ao menos é homem; se honesto e “respeitador”, é também respeitável. Já à mulher

“desgarrada” resta a exclusão social. Tudinha, moça jovem bonita e branca, é questionada por Garibaldi no Rancherio do Passo: “Como é que tu veio parar aqui?”. Pensativa, “como se quisesse entregar à fatalidade a culpa de tudo aquilo”, responde: “Sina de guaxa...”.⁴³

⁴³ *Ibidem*, p. 20.

Guaxa também era Sia Bela, amásia de Juca Meirelles. Com a morte de sua esposa, Sia Bela muda-se para a casa do patrão. Oficialmente governanta, é tratada por todos como a nova dona da Estância Azul. Mas a ilusão não dura muito. Pressionado por seu filho, o velho Meirelles manda Sia Bela para uma pequena chácara nos limites de suas terras. A bonita senhora de porte outrora altivo é relegada também aos limites da vida social. Cai em desgraça e é renegada por todos. De patroa à china em um piscar de olhos, é a duras penas que consegue novamente ser aceita nas salas de visitas e nas rodas de chimarrão das redondezas. Mas tem que provar que não é china “rameira”. Para isso, afirma-se sobre os velhos padrões de mulher respeitável: boa dona de casa, “trabalhadeira”, servil e, claro, moralmente íntegra. Não se ouve falar que Sia Bela tenha novos amores. Assim, reconquista sua honra e, com isso, suas antigas relações: “Prestativa, sempre pronta para ajudar nisto ou naquilo quando havia precisão – e descobertos os seus excepcionais dotes de quituteira e doceira -, terminou readquirindo a afeição de todo mundo”.⁴⁴

⁴⁴ *Ibidem*, p. 54.

Guaxa também era Ruana. Adotada por Sia Bela, cresceu na Estância com Zacaria, Celita e os filhos dos posteiros. A beleza rara dava seu nome: cabelos castanhos alourados e pele morena lembravam uma “egüinha escura com as crinas claras”.⁴⁵ Mas o destino não tardaria e, se escapara de tornar-se prostituta, caíra, como a mãe adotiva, nos braços do patrão. Todavia, moça tão bonita e guaxa de sina não serve para prenda do lar. Quando Zacaria retorna à Estância Azul, retém alguns segundos comparando a visão de Ruana à de Zefinha, filha de outro posteiro e espécie de

⁴⁵ *Ibidem*, p. 55.

governanta da casa: “A não ser o fato de ambas serem jovens, tudo o mais se contrastava”. A diferenciação entre os dois tipos, representados por Ruana e Zefinha, a guaxa e a mulher prendada, também é evidente no corpo: “Ruana, de tez acablocada e olhos oblíquos, com muito sangue índio a lhe correr nas veias (mas que sangue seria o dos cabelos tão claros)?”; já Zefinha tem a “tez muito branca”, mas não se sabe se por herança ou pela recusa do sol, “sempre enfurnada com seus afazeres domésticos ou se entretendo com costuras e crochês”. O corpo condiciona a postura: “Ruana, dona de si, não tinha pejo de lançar o busto pra frente, atrevido; Zefinha, sob o peso dos preconceitos ou dos conselhos maternos, parecia envergonhada dos seios e os escondia encurvando levemente as costas”. E a postura se manifesta novamente no corpo: “Ruana, ao rir, ria com todo o corpo, e seus cabelos, caídos abaixo dos ombros, dançavam com reflexos dourados. Zefinha, ao rir, ria timidamente, como se o corpo não devesse mais compartilhar dos estados de alma”. Como não poderia deixar de ser, de comportamentos tão diversos e contrários, o vestiário expressa as sinas opostas: Ruana, a voluptuosa e exuberante guaxa, traça um “vestido vermelho cujo decote, amplo, deixa à mostra, tentadora, a covinha dos seios”; e Zefinha, a casta e pudica moça de família e futura prenda do lar, usa “trajes de quem lida todo o dia e com uma blusa de cor cinza encobrindo recatadamente busto e braços, até os punhos”. Zacaria conclui: “Ruana, sorrindo, era a própria tentação. Zefinha, sorrindo, toda ela era ternura”.⁴⁶

⁴⁶ *Ibidem*, p. 70-71.

⁴⁷ Lessa faz referência à lenda recolhida por João Simões Lopes Neto e publicada em 1913 no conto intitulado “A Salamanca do Jarau” do livro “Lendas do Sul”. (LOPES NETO, Simões. *Lendas do Sul*. Pelotas: Echenique & C. Editores, 1913).

Pois a tentação se instalara no corpo da guaxa. Ainda criança, Zacaria ouvira de Tia Velha a lenda da Teiniaguá, princesa moura transformada em lagartixa, que enfeitara um sacristão, desviando-o de sua vida moralmente correta. Ambos viviam no Cerro do Jarau; ele tristonho, ela, dona dos encantos do amor, disposta a condenar outros pobres desavisados⁴⁷: “Ela

é o pecado-mulher. Homem que vai ao Jarau fica cego de seus olhos. Pois a mulher-teiniaguá só traz desgraça para um homem”.⁴⁸ Em outra passagem, o narrador fala de histórias e lendas em que a mulher feiticeira faz dos homens seu juguete: “Nos olhos de cada mulher há um pouquinho do feitiço da Salamanca do Jarau. Umhas têm mais, outras menos. Saber fugir ao feitiço é a grande sorte dos homens”.⁴⁹ Em sua batalha para deixar de ser guaxo e tornar-se gaúcho, Zacaria teria que enfrentar os perigos da teiniaguá Ruana. Ela é a tentação e o obstáculo que se coloca entre ele e seu futuro como posteiro: “O sonho de amar Ruana é pesadelo que volta, é sonho entregue nas mãos de quem não posso acordar, mas preciso resistir!, pela fuga-esquecimento, mas como esquecer tal boca? aquele corpo inteirinho?”. Celita, a moça prendada, ao contrário, é a garantia do futuro digno: “então preciso fugir, fugindo lembro Celita, quero prender-me a Celita como meus joelhos grudam durante as domas fatais, ninguém me fará cair nesta doma de mim próprio, estou domando a mim mesmo!”. E vaticina: “preciso é Celita e a terra, nem Ruana nem planície, mas esse corpo lo-maula é Teiniaguá, tem feitiço, é Teiniaguá de calor. Quero te amar, terra morna!”.⁵⁰ A vontade de sentar praça e constituir família é mais forte, e Zacaria resiste à provação. Ruana não era mulher para esposa. Sua sina se confirma quando abandona o patrão e foge sem rumo com Gateado, um dos guaxos da Estância Azul, para correr mundo estrada afora:

...ela não tinha culpa de ter crescido guaxa, de ter o destino de china, mas se o destino dela era ser china que ao menos o cumprisse no meio do pampa onde havia ar, no alto das coxilhas onde havia luz, nos braços de um homem que não fosse patrão nem servo mas um ser irmão cuja alma respondesse ao calor de seu corpo e desse calor de carne à sua própria alma já quase entorpecida de frio.⁵¹

⁴⁸ *Ibidem*, p. 52.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 91.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 181.

⁵¹ *Ibidem*, p. 190.

Celita, Sia Bela, Zefinha e Ruana encarnam diferentes papéis de feminilidade que, grosso modo, ocupam lugares distintos numa escala valorativa entre dois modelos de ser mulher: a “mulher guaxa”, com sina de china, e a “mulher prendada”, esposa e mãe. O segundo é o ideal, a regra, o desejado; o primeiro é mais do que marginal, é o da exclusão, do ostracismo social. Ainda assim, todas são mulheres, todas são teiniaguás. Umas mais, outras menos, como salienta o narrador. E por isso mesmo, maior o mérito daquelas que conseguem suprimir sua natureza de feiticeira de homens. Ruana cedeu ao destino. Mas, ao invés da condenação, obteve a fatalidade. Era para ser assim. Sia Bela lutou para renegar a mesma sorte. Teve que provar que não era china, mas uma respeitosa senhora do lar, a custa de novos amores. Deixou de ser mulher para ser somente esposa de um marido inexistente. Já Zefinha e Celita contaram com o amparo de famílias tradicionais estruturadas que lhe garantiram vida decente. A valorização do patriarcado é evidenciada logo no começo da narrativa: nos tempos antigos da Estância Azul, o Coronel solicitara ao posteiro Lauro Freire que sua filha, Elvirinha, servisse de criada na casa grande; esse, de prontidão responde: “Desculpe, patrão, mas, enquanto houver um Freire-macho para sustentar a casa, Freire-mulher não trabalha de peona”.⁵² Nascidas e criadas com pai provedor e mãe zelosa, Zefinha e Celita têm nela um exemplo bonito. No entanto, há uma diferenciação entre elas. Enquanto Zefinha é frágil, tímida e envergonhada de si e de seu corpo, Celita não é um “bibelô de enfeito”: é forte, preparada para as tarefas mais duras da casa e possui um corpo apropriado para parir gaúchos robustos.

Ambas são mulheres; e mulheres esperam: “Esperam a volta dos tropeiros, hoje, como outrora esperavam a volta dos combates”. A subordinação ao homem não pára por aí. A mulher gaúcha é o “elemento passivo – como a terra – a quem não cabe uma palavra de queixume ou gesto de revolta”. É a

⁵² *Ibidem*, p. 38.

sina de todas: “Se assim é, foi porque o destino quis”.⁵³ No entanto, o autor deixa brechas para outra interpretação: “Mas esta religião fatalista jamais impôs que as mulheres se sentissem indefesas e, de antemão, derrotadas. Cada uma deve tirar e descobrir dentro de si a força que possui”.⁵⁴ Ao passo que todas são iguais, são também todas diferentes. Na diferença, elas podem encontrar sua força – no domínio das lidas domésticas, no domínio do amor ou no domínio da vida, mas é na igualdade que brota a força específica de cada uma delas. Tia Velha, por exemplo, é temida por todos, pois faz mandingas, benzeduras, cura doenças, protege as plantas e, se quiser, cria paixões: “E os homens todos, na estância, sabem que essa velha escrava – um pobre traste – tem mais força que eles próprios. Tem força porque é mulher. Mexe os cordões do destino. Só as mulheres têm tal força”.⁵⁵ É essa força que se manifesta mais em Celita do que em Zefinha.

⁵³ *Ibidem*, p. 90.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 91

⁵⁵ *Ibidem*.

Portanto, é inegável que existe, na narrativa, uma valorização dessa mulher forte e, conseqüentemente, de toda as mulheres. Ainda que parta de padrões tradicionais de feminilidade, Barbosa Lessa os reconfigura, para dar à mulher gaúcha um espaço no mito tão grande quanto o que as novas prendas deveriam ocupar nos CTGs. O elemento da passividade é identificado na mulher em uma relação com o macho ativo. Isso não significa que ela não desempenhe papéis importantes na ordem social. Para tanto, são necessárias a força física e também a força mística que toda mulher emana naturalmente. Barbosa Lessa permite, não só às mulheres prendadas, mas também às bravas, como as farroupilhas de outrora, uma postura socialmente forte. Em função disso, ainda, algumas mulheres são mais valorizadas do que outras, ou, ao contrário, são mais marginalizadas. Assim, o autor constrói um novo modelo dominante, diferenciado daquele da feminilidade unicamente passiva (ainda que bebendo em caracteres bastante

tradicionais), mas ainda um modelo dominante, ou seja, que prediz o bom e o correto e, com isso, deprecia formas diferenciadas de subjetividade feminina. Outro ponto a destacar é que mesmo a valorização de atributos de força, coragem ou bravura nesse modelo tem um limite bem definido: a manutenção da ordem social. Aquela que questiona aberta ou tacitamente tal ordem só pode ter o destino da guaxa: a exclusão. Nessa ordem, homens e mulheres devem cumprir, então, seus papéis e funções específicas. Mesmo Celita sabe que, em preparo de churrasco, “mulher não é chamada”.⁵⁶ Ela é forte, mas é ainda o modelo de “mulher prendada”, esposa e mãe; é o suporte do homem, mas nunca o substitui. O sustento da família, ou seja, o âmbito do trabalho remunerado, continua na esfera masculina, assim como os afazeres do lar são próprios da esfera feminina.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 196.

Considerações finais

Meu esforço foi o de analisar e desconstruir as formas com que modelos e papéis de gênero são elaborados discursivamente, considerando o texto literário como uma invenção significativa e generificada. Para tanto, procurei evidenciar como o sistema simbólico de gênero representado pela gauchesca tradicionalista condiciona relações sociais desiguais. Para fazer tal crítica, é preciso assumir a postura de Joan Scott e reconhecer que tanto “homem” quanto “mulher” são, ao mesmo tempo, “categorias vazias e transbordantes”. Explica ela: “Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas”.⁵⁷ Conforme visto, as representações de gênero no romance de Barbosa Lessa cumprem com as necessidades de um momento de reformulação identitária. Sendo assim, o autor recria não somente

⁵⁷ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 93.

um modelo de identidade regional, mas também um modelo de identidade de gênero; resgata a figura mítica do gaúcho da literatura regionalista precedente e acaba por afirmar padrões tradicionais de ser homem. Inspira-se também em padrões tradicionais para formular o modelo ideal da mulher gaúcha, porém valoriza atributos reservados outrora apenas aos homens, como a força e a coragem. Para um gaúcho ideal - bravo, corajoso, forte, bonachão, prestativo, trabalhador e pai provedor – a “prenda” ideal - mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora, forte e boa parideira. O binômio masculino/feminino que sustenta a lógica narrativa de Barbosa Lessa é aquele que predica ao primeiro pólo os privilégios da diferença. Nessa relação, o homem é a norma. Mas para construir a verdadeira norma, o homem dominante, viril e forte, Lessa contrapõe a ela outros modelos de ser homem. Segundo afirmação de Daniel Welzer Lang, “por mais que seja um homem, um dominante, cada homem é por sua vez submetido às hierarquias masculinas”.⁵⁸

Portanto, para fazer Vírsios e Zacarias, são necessários muitos rascunhos de Nérsios ou de Garibaldis, de Celitas ou de Ruanas. Conforme Guacira Lopes Louro, paradoxalmente, os sujeitos marginalizados continuam necessários, pois “servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam”.⁵⁹ O Homem de papel, com H maiúsculo, de Barbosa Lessa, isto é, o gaúcho que deveria se tornar o homem de carne dos novos CTGs, é esboçado em relação à “prenda” ideal e também em detrimento daqueles homens e mulheres, digamos, de papel carbono, cujo potencial didático do negativo é o principal motivo que os salvam da tirania da borracha do tempo.

⁵⁸ WELZER-LANG, Daniel. *Op. cit.*, p. 123.

⁵⁹ LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* como políticas do conhecimento. In.: LOPES, Denilson *et al.*. *Imagem e Diversidade Sexual: estudos de homocultura*. São Paulo: Nojosa Edições, 2004, p. 27.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz; CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas Urbanas, Armadilhas Humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SCHPUN, Mônica (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, pp. 129-150.

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Os guaxos*. Porto Alegre: Alcance, 2005.

_____. Tropeiros. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 10 de maio de 1947, p. 28.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-riograndense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1978.

BOULHOSA, Patrícia Pires. A mitologia escandinava de Georges Dumézil: uma reflexão sobre método e improbabilidade. *Brathair*. n. 6, v. 2, 2006, p. 3-31. Disponível em: www.brathair.com.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DUMÉZIL, Georges. *Les dieux des germains*: essai sur la formation de la religion scandinave. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LOPES NETO, Simões. *Lendas do Sul*. Pelotas: Echenique & C. Editores, 1913.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* como políticas do conhecimento. In: LOPES, Denilson *et al.* *Imagem e diversidade sexual*: estudos de homocultura: São Paulo: Nojosa Edições, 2004, p. 23-28.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 10-41.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99.

RAMA, Ángel. Religiões, culturas e literaturas. In: AGUIAR, Flávio, VASCONCELOS, Sandra. *Literatura e Cultura na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 281-336.

SERNA, Justo, PONS, Anaclet. *La Historia Cultural*: autores, obras y lugares. Madrid: Akal, 2005.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino. In.: SCHPUN, Mônica (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 107-128.

Cindy Sherman e gênero: formas de olhar¹

Angela Prada
Roberto Berton De Ângelo

Resumo: Este texto analisa o desenvolvimento da série de fotografias: “Untitled Film Stills” da artista americana Cindy Sherman a partir de sua inserção em diversos debates sobre a questão do feminismo em arte contemporânea. Combinando interpretações de autores como Judith Butler, Arthur Danto e Laura Mulvey o trabalho de Sherman é analisado enquanto uma articulação de diversas performatividades; representações de estereótipos femininos socialmente impostos através do cinema e da televisão, oferecidos para o olhar do espectador masculino.

Palavras-chave: Cindy Sherman. Gênero. Olhar.

Abstract: This texts interrelates american artist Cindy Sherman’s “Untitled Film Stills” with theoretical debates of feminism and contemporary art. Combining authors such as Judith Butler, Arthur Danto and Laura Mulvey, Sherman’s work is structured as a visual metaphor of performativity; feminine stereotypes socially constructed in mass media and offered to masculine spectator’s gaze.

Keywords: Cindy Cherman. Gender. Gaze.

Angela Prada. Especialista em Jornalismo Cultural – PUC –SP; Mestre em Artes Visuais - UFRJ; Doutoranda em Multimeios – UNICAMP. (angelaprada@terra.com.br).

Roberto Berton De Ângelo. Professor Livre-Docente, Instituto de Artes, Unicamp, 2004; Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Unicamp; Pós-Doutorado: Université Paris III, Sorbonne Nouvelle, Paris.

¹ Texto recebido: 20/08/2008.

Texto aprovado: 19/12/2008.

O primeiro grande trabalho fotográfico da artista americana Cindy Sherman, uma série de 70 fotografias, realizada entre 1977 e 1980, denominado: “Untitled Film Stills” (Fotografias de Cena, sem título) é considerado uma referência na história da arte contemporânea. Ao nos debruçarmos sobre estas fotografias, encontramos elementos para a discussão sobre formas de representação da figura feminina na arte. Em “Untitled Film Stills”, Cindy Sherman representa e questiona ícones da feminilidade, construídos ao longo dos anos pelo cinema e televisão, em forma de auto-retrato.

Em uma primeira observação nas 70 fotografias de cenas apresentadas por Sherman, temos a impressão de observar mulheres diferentes retratadas em situações que são extremamente ambíguas, que nos remetem a um universo ficcional de imagens de filmes, anúncios, revistas de moda e televisão.

Porém, em uma análise mais atenta e acurada, percebemos que todas as mulheres representadas são na verdade, versões cuidadosamente construídas de uma mesma mulher: a fotógrafa Cindy Sherman. Vejamos algumas imagens desta série:



A artista trabalha simultaneamente como diretora, maquiadora, cenógrafa, figurinista, atriz e fotógrafa de cena. Uma exposição de toda a série foi realizada no MOMA em 1997 e patrocinada pela cantora Madonna.

Hoje, as fotografias de Sherman alcançam preços consideráveis em leilões de arte de prestígio tais como Sotheby's e Christie's. Segundo depoimento de David Ross², seu trabalho mudou a idéia do que a fotografia poderia ser. Já, John Waters nos oferece o seguinte depoimento: “As pessoas não falam mais em fotografia, mas sim em arte, por causa do seu trabalho”³

Uma abordagem fundamental que deve-se levar em conta no desenvolvimento da série de fotografias: “Untitled Film Stills” de Cindy Sherman é sua inserção em diversos debates sobre a questão do feminismo em arte contemporânea.

Desde meados da década de 60 até a atualidade, percebemos uma efervescência de trabalhos influenciados pelas concepções políticas do feminismo. Para simplificarmos a questão, vamos ressaltar uma definição bastante ampla de Peggy Phelan⁴ a respeito do termo “feminismo”: “é uma convicção de que o gênero foi e continua a ser uma categoria fundamental na organização da cultura. De uma maneira geral, a estrutura desta organização normalmente favorece homens no lugar das mulheres”.⁵

No início dos anos 70, o movimento feminista passa a ver o corpo feminino enquanto uma instância de luta política e a encarar a sexualidade enquanto uma forma de opressão. As influências dos debates políticos da época foram notáveis sobre o trabalho de muitos artistas. As postulações políticas iniciais deram lugar a uma prática teórica e à fecunda produção de trabalhos artísticos que atualmente, parecem ter se transformado em uma “prática contemporânea.”⁶

Os teóricos que tratam do tema, trabalham com diversas fontes, sobretudo filosofia estruturalista e

² David Ross (diretor de importantes museus nos EUA), assim como várias personalidades do mundo das artes plásticas nos EUA oferecem seu depoimento a respeito do trabalho da artista no vídeo: “Guest of Cindy Sherman”. Este vídeo narra também o envolvimento da artista com o seu namorado Paul H-O produtor de um programa sobre exposições denominado “Gallery beat”. O trailer em formato de vídeo digital está acessível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CeRu2t84SWE>.

³ John Waters, diretor de comédias transgressoras nos EUA na década de 70, também oferece seu depoimento sobre Sherman no vídeo citado acima. Acreditamos que a tradicional utilização excludente dos vocábulos “arte” a “fotografia” acaba por denegrir a concepção da fotografia enquanto obra de arte, desta maneira optamos por utilizar tanto a designação fotógrafa quanto artista ao nos referirmos à Cindy Sherman.

⁴ A este respeito, ver: PHELAN, P. Survey. In: RECKITT, H. *Art and Feminism*. New York: Phaidon, 2001.

⁵ *Ibid*, p.2.

⁶ Comentário de Linda Nochlin em: *Feminism & art [9 views] - Panel Discussion*. *Artforum International Magazine*. New York, oct. 2003.

estudos psicanalíticos. A abordagem interdisciplinar é uma característica que permeia estes estudos: da semiologia à psicanálise, passando por estudos históricos, sociológicos, semióticos; as interpretações são tão diversas quanto à diversidade inerente ao próprio objeto de estudo.

Esta tal profusão de abordagens ocorre justamente com os autores que comentam Cindy Sherman: a interdisciplinariedade e diversidade de construções teóricas tornam o trabalho da autora ainda mais instigante. A instância política de debates teóricos se desdobra em discussões sobre a estética feminina e proporciona uma metodologia prática: o estudo do gênero. A partir da idéia inicial de que as imagens contribuíam para a alienação das mulheres em relação aos seus corpos, surgiram diversas teorias de representação, interpretando o corpo feminino enquanto signo do gênero.

⁷ SOIHET, R. História, Mulheres e gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N (Org). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997, p. 101.

Soihet⁷ ressalta que o conceito “gênero” foi primeiramente utilizado por feministas americanas, acentuando o caráter social das distinções baseadas nos sexos: masculino e feminino. Além das tradicionais concepções duais propostas inicialmente, ressaltando uma bipolaridade excludente entre duas divisões intransponíveis: o masculino e o feminino, trabalhos mais recentes propõem alguns desvios conceituais.

⁸ A este respeito ver: HARRAWAY, D. *Simians, Cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

Uma interessante categorização que gostaríamos de ressaltar é a de Donna Haraway⁸ que propõe falarmos em; “apparatus de produção corporal”, no lugar de gênero. Ora, podemos aproximar aqui, a noção de “apparatus” àquela da máquina fotográfica: um aparato técnico de produção de imagens que resultam corporificadas em um suporte bidimensional. O corpo aqui é construído enquanto instância de representação. O suporte bidimensional fotográfico corporifica um universo de significados de estereótipos femininos representados no trabalho de Cindy Sherman; uma ordem do discurso conceitual, materializado em imagens da feminilidade dos *mass-media*.

Judith Butler em seu livro: “Bodies that Matter”⁹ também focaliza questões do corpo para discutirmos o gênero. No capítulo introdutório, Butler propõe repensarmos o significado de construção teórica do corpo, apontando a necessidade de, ao falarmos em gênero, priorizarmos a questão da materialidade do corpo. Amy Hollywood¹⁰, clarifica de maneira brilhante o pensamento de Judith Butler, no livro: “Gender Trouble”¹¹. Butler aponta a construção do gênero enquanto uma instância performativa: vemos nas idéias da autora muitas inter-relações com o trabalho de Sherman em “Untitled Film Stills” Assim, a estruturação da identidade performativa resulta em um processo de significação: “Entendo o sujeito enquanto um resultado de um discurso normativo que se insere nos atos de significado do mundo lingüístico”.¹²

Esta parece uma observação bastante pertinente à nossa pesquisa. Assim, ao sermos moldados, da mesma massa que a linguagem, participamos da construção de seus conceitos que parecem se corporificar em nossas identidades: o sistema de significação da representação do corpo feminino só se torna completo com as presunções e significações de um discurso normativo que cria corporalidades e imagens relacionais.¹³

Nos apresentando, de acordo com as normas que regulam e constituem nosso corpos, Butler ressalta que, ao interpretarmos a questão do gênero enquanto os “inúmeros estilos do corpo”¹⁴, tais estilos, nunca parecem ser totalmente auto-construídos, ou uma escolha livre daquele que os adota, pois os estilos possuem uma história e tais histórias condicionam e limitam possibilidades. Vivendo assim no sistema compulsório do gênero, nossa identidade parece submetida a redes de poder socialmente constituídas. O sistema compulsório, para Cindy Sherman se desdobra na estruturação de uma aparência feminina, socialmente imposta através do cinema e da televisão.

⁹ BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1990.

¹⁰ Amy Hollywood é professora da Harvard Divinity School e autora da obra: *Sensible Ecstasy: Mysticism, Sexual Difference, and the Demands of History*. Chicago: University Of Chicago Press, 2002. Seu artigo sobre Butler está disponível em: www.hds.harvard.edu/news/bulletin_mag/articles/34-1_hollywood.html.

¹¹ BUTLER, J. *Gender Trouble*. London: Routledge, 1990. Amy ressalta que a obra: “era o livro pelo qual eu estava esperando, o livro que descrevia que tudo estava errado, e ao mesmo tempo, certo; sobre as assunções prevaescentes do feminismo, o livro que foi o catalisador para novas maneiras de formular nossos projetos acadêmicos, teóricos e políticos”. A este respeito, ver: www.hds.harvard.edu/news/bulletin_mag/articles/34-1_hollywood.html.

¹² Idem, p. 145.

¹³ Ora, o trabalho de Barbara Kruger questiona de forma direta estas inter-relações entre discurso e sistema de representação.

¹⁴ BUTLER apud HOLLYWOOD. A este respeito ver: HOLLYWOOD, A. *Out of the norm*. Disponível em: www.hds.harvard.edu/news/bulletin_mag/articles/34-1_hollywood.html, p. 3.

Butler, diferenciando sexo e gênero esclarece que, sendo a construção do gênero como uma instância adquirida, a categoria “mulher” se desdobra em uma construção cultural variável, de acordo com os significados assumidos no campo cultural. Vestindo os inúmeros estilos do corpo, Cindy Sherman em “Untitled Film Stills”, articula performatividades da categoria feminina; a cada mudança de vestuário, cenário, pose e enquadramento a artista articula a linguagem do gênero culturalmente construído. Os estereótipos socialmente construídos, representados por Sherman são denominados por Arthur Danto de: “a garota”¹⁵. Abaixo, selecionamos algumas imagens específicas que parecem ter relação com as categorias de “a garota” que Danto desenvolve em seu texto.

¹⁵ DANTO, A. *Photography and Performance: Cindy Sherman's Stills*. In: SHERMAN, C. *Untitled Film Stills, Cindy Sherman*. Munich: Schirmer Art Books, 1990.

Cada um dos stills parece condensar um drama onde “a garota” se transforma de maneira performática, em: “a garota em perigo”. Vejamos duas imagens selecionadas que parecem evocar este estereótipo evocado por Danto:



As imagens parecem evocar o perigo pela pequenez da figura em relação ao restante da cena: a sensação de que a figura feminina está sendo observada e a iminência de um desfecho trágico paira sobre as

cenas. Reforçando um estereótipo de fragilidade, em um depoimento, a artista nos esclarece se sentir fascinada pelas atrizes “estranhas” personagens femininos mal colocados nos filmes, que geralmente morrem ou têm um desfecho trágico ao final.¹⁶

A fascinação pela representação da face oculta feminina está presente em toda a sua obra e as cenas muitas vezes nos apontam para um desfecho trágico próximo, prestes a acontecer. O perigo eminente e a tensão subliminar rondam algumas das imagens de Sherman; um final trágico parece nos esperar no próximo fotograma. Estas fotografias, muitas vezes parecem representar as últimas imagens que ficam registradas em nossas memórias, antes de fecharmos os olhos para as cenas fatídicas e finais que virão.

Na primeira fotografia, localizada à esquerda, a presença de uma outra pessoa é intuída em termos temporais: a pequena personagem entregue à própria sorte na beirada da estrada parece esperar por um desfecho trágico, determinada por uma aparição futura. Ressaltamos aqui que este “outro”, muitas vezes implicado nas cenas construídas por Sherman é um espectador masculino. Craig Owens em referência à série “Untitled Film Stills” reconhece que: “o espectador proposto por este trabalho é decididamente, masculino.”¹⁷ A construção dramática da tragicidade do gênero também aponta para o olhar do outro enquanto uma ameaça em potencial para a solitária figura feminina representada. Quando olhamos para a fotografia localizada ao lado direito, nos recordamos de filmes de terror, onde uma figura feminina é observada por alguém ao longe. Nesta aparição, temos uma sensação de câmera subjetiva: o olhar do observador se confunde com o da câmera e sua visão, embaçada, corresponde à falta de foco da imagem. Observando sorratamente uma figura em condições de perigo, aqui, o olhar do observador, indiretamente implicado nesta cena, se confunde com o nosso próprio olhar que também observa a mesma cena.

¹⁶ SHERMAN, C. The making of Untitled. In: SHERMAN, C. *Cindy Sherman: The complete Untitled Film Stills*. New York: Museum of Modern Art, 2003, p. 9.

¹⁷ OWENS apud LEMMON. A este respeito ver: LEMMON, N. The Sherman Phenomena: The image of Theory or a Foreclosure of Dialectical Reasoning. Disponível em: <http://www.brickhaus.com/amoore/magazine/Sherman.html>.

¹⁸ A este respeito, ver: DANTO, A. *Photography and Performance: Cindy Sherman's Stills*. In: *Untitled Film Stills, Cindy Sherman*. Munich: Schirmer Art Books, 1990, p. 13.



Vejamos outra representação que Danto aponta: “a jovem dona de casa: bonita em seu avental, ameaçada na cozinha”¹⁸:

Representada como uma figura que agora ocupa uma parte maior da composição, “a garota” parece confinada em seu módico espaço doméstico. O olhar de tensão, mais uma vez, sugere o olhar do outro: um observador que poderá ocupar o espaço extra-quadro: sua solidão parece ameaçada por uma suposta presença do outro.

Outro estereótipo que Danto aponta: “a prostituta com o coração de ouro”¹⁹:

¹⁹ *Ibid*, p. 14.



²⁰ Sobre o sucesso das imagens de Sherman, Collier Schorr indaga: “o trabalho possui tanto sucesso entre a população e o mundo da arte por que desafia as convenções da sociedade patriarcal ou por

Embalada por alguma séria questão sentimental, a “prostituta de coração de ouro”, parece sofrer por um amor impossível, ou no mínimo, mal correspondido. A presença do outro²⁰ aqui, poderá tanto ser sugerida no caso das duas primeiras fotografias, pela pose²¹, tanto quanto por um suposto

drama sentimental que paira sobre as imagens. As máscaras sociais que a “garota” veste, ao contrário de apontarem para uma reflexão sobre a mulher como um indivíduo a direcionam para um estereótipo construído culturalmente. Neste sentido, parece interessante levantarmos algumas considerações sobre o célebre texto de Laura Mulvey: “Prazer visual e cinema narrativo”²². Este texto se propõe a analisar, sob a ótica psicanalítica:

O modo pelo qual o cinema reflete, revela e até mesmo joga com a interpretação direta, socialmente estabelecida, da diferenciação sexual que controla as imagens, formas eróticas de olhar e o espetáculo.²³ Mulvey procura mostrar como o cinema reflete um inconsciente da sociedade patriarcal, estruturando a forma de olhar do cinema hollywoodiano. É interessante ressaltar aqui um trecho onde Mulvey parece ecoar o entendimento de Butler sobre a construção do sujeito determinado por atos lingüísticos, culturalmente estruturados:

A mulher existe na cultura patriarcal como significante do outro masculino, presa por uma ordem simbólica na qual o homem pode exprimir suas fantasias e obsessões através do comando lingüístico, impondo-as sobre a imagem silenciosa da mulher, ainda presa ao seu lugar como portadora de significado e não produtora de significado.²⁴

Assim como o discurso estrutura o sujeito, ele estrutura as práticas de significação, os atos não só relacionados ao discurso, mas também ao olhar. Este se desdobra em uma das práticas fundamentais que traz consigo significados do universo do gênero, sexo e sexualidade.

John Berger²⁵, em sua obra: “Ways of Seeing” aborda a questão da estruturação do olhar inserida em uma relação recíproca com o outro: existe uma pessoa que olha e a outra que suporta o olhar do

que o narcisismo e a apresentação da mulher solitária, entristecida e ansiosa é um atrativo para muitos?”. A este respeito, ver: Feminism & art [9 views] - Panel Discussion. *Artforum International Magazine*. New York, out. 2003.

²¹ A figura reclinada, entregue ao olhar do observador (neste caso, o público masculino) é uma constante na representação do gênero feminino.

²² MULVEY, L. Prazer Visual e Cinema Narrativo. In: XAVIER, I. (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

²³ MULVEY, L. Prazer Visual e Cinema Narrativo. In: XAVIER, I. (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 437.

²⁴ A este respeito, ver: MULVEY, L. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, I. (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 438.

²⁵ BERGER, J. *Ways of Seeing*. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1988.

²⁶ *Ibid*, p. 45.

²⁷ BERGER, J. *Ways of Seeing*. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1988, p. 49.

espectador. Assim, Berger classifica o olhar como uma ação praticamente exclusiva do homem: “Os homens agem e as mulheres aparecem. Homens olham para as mulheres e as mulheres observam a si mesmas sendo olhadas”²⁶. Ele ressalta que, desde o Renascimento, as mulheres são representadas “conscientes do fato de serem observadas por um espectador masculino”²⁷. Ora, no trabalho de Sherman, como já apontamos, existe uma forte implicação da presença do outro. A presença de um outro masculino que parece determinar desfechos de situações dramáticas, crises emocionais, está implícita nas fotografias, tanto através de uma sugestão narrativa (o desfecho da próxima cena), quanto na questão do olhar.

Sherman se oferece para ser olhada duplamente: para o outro masculino que se situa dentro de sua narrativa, assim como também para os observadores das suas fotografias. A representação de Sherman é oferecida para o outro. Neste sentido, a construção de sua identidade, se torna inter-relacional. Suas construções imagéticas só fazem sentido enquanto um ato de se oferecer para o outro. Sua representação é estruturada e completa de significação somente através do olhar do outro. Na performance fotográfica de Sherman, ela nos traz uma das questões mais fundamentais e características da estruturação do sujeito pós-moderno: sua construção em uma relação de inter-subjetividade. O sujeito aqui se situa e se estrutura através do outro. Imagens inter-subjetivas; os estereótipos criados por Sherman expõe este mecanismo de construção mas também devolvem o olhar para o espectador.

A sutileza do trabalho talvez esteja presente justamente neste ponto: ao devolver o olhar para o espectador, Sherman propõe um desvio. Ao refletir o olhar de volta para o espectador, passamos a observar a nós mesmos.



Referências:

AGUIAR, N (Org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997, p. 1001.

BERGER, J. *Ways of Seeing*. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1988.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.

Feminism & art [9 views] - Panel Discussion. *Artforum International Magazine*. New York, oct. 2003.

HARRAWAY, D. *Simians, Cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

HOLLYWOOD, A. *Sensible Ecstasy: Mysticism, Sexual Difference, and the Demands of History*. Chicago: University Of Chicago Press, 2002.

RECKITT, H. *Art and Feminism*. New York : Phaidon, 2001.

SHERMAN, C. *Cindy Sherman: The complete Untitled Film Stills*. New York: Museum of Modern Art, 2003.

SHERMAN, C. *Untitled Film Stills, Cindy Sherman*. Munich: Schirmer Art Books, 1990.

XAVIER, I. (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Referências eletrônicas

<http://www.brickhaus.com/amoore/magazine/Sherman.html>.

www.hds.harvard.edu/news/bulletin_mag/articles/34-1_hollywood.html, p. 3.

www.hds.harvard.edu/news/bulletin_mag/articles/34-1_hollywood.html.

<http://www.youtube.com/watch?v=CeRu2t84SWE>.

SEXUALIDADE

Território e preconceito: um olhar sobre o território de convivência homossexual da Farma de Amoedo¹

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto

Resumo: Atualmente tem se falado muito sobre diversidade, respeito às diferenças e luta contra o preconceito e a discriminação. Nesse sentido o presente estudo vem tratar do tema da homossexualidade no sentido de descrever esse grupo enquanto uma identidade coletiva, seu campo simbólico bem como a delimitação de territórios.

Palavras-chave: Identidade. Homossexualidade. Território.

Abstract: Actually has been spoken a lot about diversity, respect for differences and fight against prejudice and discrimination. In this sense the present study addresses the issue of homosexuality in order to describe this group as a collective identity, its symbolic field and the demarcation of territories.

Keywords: Identity. Homossexuality. Territory.

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto. Escola Nacional De Ciências Estatísticas. Geógrafo formado pela Universidade Federal Fluminense, atualmente aluno do Mestrado em Estudos Populacionais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

¹ Texto recebido: 29/20/2008.
Texto aprovado: 02/12/2008.

Justificativa

Você já sofreu algum tipo de preconceito? De uma forma ou de outra se pode dizer que a maioria dos indivíduos em nossa sociedade já sofreu algum tipo de preconceito, seja ele por cor, gênero, identidade sexual, religião, ou até mesmo por ser latino, ou seja, dependendo da escala geográfica é possível encontrar níveis diversos de preconceitos.

Segundo o dicionário Aurélio preconceito significa: sm 1. idéia pré concebida 2. suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc.

Portanto, a partir disso, preconceito pode ser entendido como um pré-julgamento que se faz de algo que não é familiar, que não se conhece, que em alguns casos pode gerar medo, repulsa, ou até mesmo agressividade em um ato de estranhamento ao que não é comum ou familiar, que não faz parte do cotidiano, ou por uma potencial ameaça que a “diferença” possa trazer ou representar ao *status quo*.

Atualmente fala-se muito em respeito às diferenças, respeito à diversidade, diversidade essa que pode variar desde a diversidade de idéias, de credos, chegando à diversidade sexual.

Esse discurso nos leva a refletir sobre o tema da identidade, que varia de grupo para grupo, de pessoa para pessoa, verificando que cada indivíduo possui uma identidade, assumida através de suas escolhas, de seu estilo de vida, suas ações e modo de pensar.

Porém devemos observar que vivemos em sociedade heterogênea por conter nela indivíduos com os mais diversos perfis identitários. Porém em paralelo a isso é possível perceber que na sociedade existem grupos, que se juntam por possuir algum tipo de afinidade, ou seja, por possuir uma identidade comum. Temos que considerar ainda que as pessoas circulam por diversos grupos diariamente, cada um com uma identidade comum, sendo que cada grupo pelos quais circulam poderá refletir um pouco de sua identidade.

Uma pessoa ao assumir que é brasileira, carioca, moradora da zona sul, estudante de Geografia, espírita, torcedora do Flamengo, homossexual e funcionário público, se inclui, de acordo com cada um desses fatores em um determinado grupo social com interesses e gostos específicos, e ao mesmo tempo se exclui de outros. Essa exclusão aparentemente por vezes ocorre quando uma dessas identidades interfere com outros papéis que a pessoa representa. Por receio, insegurança ou para se preservar uma pessoa pode ocultar, ou não revelar, uma identidade para poder exercer certos papéis sociais, ou para participar de um determinado grupo. Nisso influem razões que variam desde a cultura de dominação em relação a certas posturas até preconceitos explícitos, que não aceitam que uma pessoa com uma determinada identidade freqüente um grupo. Isso pode ser exemplificado pela difícil relação existente entre judeus e palestinos, pela postura dos anglo-saxões brancos protestantes norte-americanos (WASP – *white anglo saxon protestant*) em relação aos judeus, negros, orientais e indígenas, ou mesmo em uma outra esfera, quando um filho não se assume *gay* com receio da reação de seus progenitores.

Portanto, os indivíduos passam por experiências de fragmentação em suas relações pessoais e em seu trabalho, circulando por grupos de identidades diversas, expressando também alguns dos papéis sociais que exercem².

A partir do momento que uma pessoa se diz brasileira, está se identificando como nativa desse país, que compartilha da vida e da cultura do Brasil, ao mesmo tempo em que ao se confessar espírita, revela que faz parte de um grupo que partilha o mesmo credo, deixando de partilhar de outros. Mas em alguns casos existe uma exclusão desnecessária, devido à pré-conceitos. Por exemplo, a partir do momento que alguém se identifica como homossexual esse indivíduo está mostrando a sociedade que possui uma orientação, uma identidade sexual diferente da compartilhada pela

² HALL, Stuart.
WOODWARD, Kathryn.
Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

maioria das pessoas, o que ao contrário do que acontece na prática não justificaria uma exclusão. É comum em nossa sociedade homossexuais sofrerem exclusão nos dias atuais, como evidenciam diversas notícias de jornais. Ou mesmo serem submetidos a constrangimentos ao exporem sua identidade em determinados locais, ou em determinados grupos, chegando alguns a sofrer até mesmo agressões. Isso de certa forma é um exemplo de como uma identidade interfere na vida de um indivíduo, impossibilitando-lhe muitas vezes de exercer suas outras identidades. Faz então justa e necessária a atuação de grupos de defesa de determinadas causas, como os que defendem a causa dos negros, a causa *gay*, ou seja, que atuam promovendo uma celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, analisando o tipo específico de opressão sofrida e se mobilizando inclusive politicamente para garantir o bem estar do grupo oprimido em questão.

Com o passar do tempo é possível verificar que cada vez mais tem aumentado o número desses grupos bem como sua atuação, sendo cada vez mais valorizados os discursos que falam em respeito às diferenças e a diversidade, promovido por esses mesmos movimentos sociais e políticos que defendem os interesses daqueles que sofrem com o preconceito. Atuam para que mais se diminua a discriminação e a intolerância, entre outros problemas sofridos por essas pessoas.

Esse estudo tem como enfoque o movimento dos homossexuais, por se tratar de um grupo que vem ganhando cada vez mais visibilidade com o passar dos anos, o que pode ser constatado observando a atuação dos movimentos de defesa da causa, através das Paradas de Orgulho GLBT (*Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais* e *Transgêneros*), que aumentam a cada ano em número de participantes além de estarem acontecendo em cada vez mais lugares diferentes.

E não é só através disso que se pode perceber o

aumento de visibilidade dos homossexuais na sociedade. Muitos ao andar na rua já se depararam com uma bandeira de listras coloridas, representando as cores do arco íris. Ou quem alguma vez não teve contato com algum personagem homossexual em algum filme, novela, ou seriado? Basta ligarmos a televisão para encontrarmos personagens homossexuais, tanto em canais pagos, como em canais abertos, ou simplesmente andarmos atentamente pelas ruas que será possível perceber esses símbolos que marcam o que pode ser designado símbolos de uma cultura homossexual.

Cada vez mais essa identidade homossexual ganha espaço, e poder-se-ia dizer que esse grupo se encaixa no que Pierre Bourdieu chama de “campo social”, pois entre os homossexuais são encontradas verdadeiras famílias, tendo elas seus espaços de vivência, seus conjuntos simbólicos, e ao mesmo tempo mediados pelos “significados culturais sobre sexualidade que são produzidas por meio de sistemas dominantes de representação”³.

³ *Ibidem*

Em razão da aparente importância e visibilidade que essa temática vem ganhando, propomos um estudo enfocando esse grupo, que possui uma identidade própria, com símbolos próprios de uma tribo, como dialeto e estilo característico, que são pré-requisitos para a formação de uma tribo, segundo Michel Maffesoli e ao mesmo tempo delimitam e ocupam territórios próprios que agregam esses indivíduos, mas que podem segregá-los do restante da sociedade. Discutiremos ao longo desse trabalho um exemplo de território de convivência GLBT.

De Identidade Individual à Identidade Coletiva

Para entender a identidade e vivência homossexual e como ela é formada, deve-se considerar uma série de fatores que podem interferir na realidade dos indivíduos que a partilham.

O primeiro fator a ser considerado, por atuar de forma direta na vida destes indivíduos, é o preconceito que resulta na discriminação. Na maioria dos casos o preconceito existe pelo desconhecimento, por parte dos outros, da realidade do indivíduo homossexual, que faz com que seja associada a estas concepções negativas e irreais. É possível verificar isso a partir do momento em que somente em 1985 a homossexualidade foi retirada da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina, e por sua vez pelo fato do Conselho Federal de Psicologia determinar somente em 1999 que nenhum profissional pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”.

Outro exemplo da falta de informação que leva a discriminação de homossexuais é a ligação que ainda hoje é feita entre o homossexual e a AIDS, doença que já foi considerada como “câncer *gay*”, pois quando houve o enorme surto da doença, na segunda metade do século XX, uma grande parte dos contaminados era homossexual.

Fatos como esses fazem com que muitos homossexuais não vivenciem de forma plena a sua identidade, vivendo “dentro do armário” (gíria utilizada para definir o indivíduo que não assume a sua homossexualidade), pois o fato desse sujeito assumir a sua identidade homossexual acarretaria problemas na vivência de suas outras identidades e na sua vida em sociedade, por haver conflitos entre essas identidades, dependendo do meio por onde ele circula. Mas é possível perceber também que atualmente vários homossexuais têm optado por assumir a sua identidade, o que de certa forma contribui para que o tema seja desmistificado, levando-o para debate da opinião pública, o que pode induzir ao aumento da aceitação do indivíduo homossexual perante a sociedade, e a realidade homossexual vai se tornando mais próxima das outras pessoas, e tornando-se familiar a elas.

Dentro ou fora “do armário”, o indivíduo vive um processo de auto-reconhecimento de suas identidades procurando muitas vezes vivenciar com o outro suas angústias, através de um processo de identificação com o seu semelhante, e no qual ele procura ser visto, ser “encontrado”, tendo como estratégia o uso do campo simbólico característico dessa determinada identidade, como explicita Kathryn Woodward em seu texto:

Existe, assim, um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios por meio de campos simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros.⁴

⁴ *Ibidem*

Aceitando que as identidades dos indivíduos são marcadas através de símbolos, Émile Durkheimnos mostra que “sem símbolos, os sentimentos sociais teriam uma existência apenas precária.”⁵

⁵ *Ibidem*

Podemos elencar alguns elementos que compõem um campo simbólico, estando entre eles: a fala; o estilo, que pode variar desde a indumentária até o repertório musical; o uso de alguns artefatos e imagens; entre outros. Essa simbologia pode ser inerente à pessoa, criada a partir do coletivo ou até mesmo construída, incentivada e/ou mostrada pela mídia, pois “a mídia atua como espelho dos diversos narcisismos coletivos.”⁶

⁶ MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Tradução Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

Já no início do século XX, segundo estudos, já havia um campo simbólico ligado à identidade homossexual, que era caracterizado pela forma de abordagem, e pela vestimenta, principalmente:

... no início do século, passivos usavam paletós muito curtos, lenço de seda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as formas das coxas e das nádegas. Dirigiam-se aos transeuntes pedindo fogo para acender o cigarro, com voz adocicada...⁷

⁷ GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. James N. Green. Tradução Cristina Filho, Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

No mesmo estudo Green mostra um trecho de um artigo que dizia:

... frescos (forma como eram chamados homossexuais afeminados na época) de NY usavam gravatas vermelhas, tiravam sobancelhas, aplicavam rouge no rosto e usavam pó de arroz nos anos 10, 20, 30, para sinalizar seu status sexual anômalo.⁸

⁸ *Idem.*

Mesmo ainda existindo preconceito, é possível verificar que a identidade homossexual ganha cada vez mais espaço e vem delimitando territórios, sendo possível perceber através de seus símbolos e imagens que estão mais difundidas e se tornam evidentes (ao contrário do início do século XX, onde essas relações eram feitas de forma muito mais discreta, devido aos padrões de convivência e costumes da época). Alguns desses símbolos são reconhecidos até mesmo por indivíduos que não partilham dessa identidade, devido à vinculação dos mesmos na mídia, e por fazer parte do dia-a-dia de muitas pessoas.

O Território de Convivência da Farme de Amoedo

A partir de agora daremos enfoque ao território de convivência homossexual encontrado nas adjacências da rua Farme de Amoedo, em Ipanema – RJ. O recorte engloba além da Rua Farme de Amoedo as paralelas ao seu entorno, Teixeira de Melo e Vinicius de Moraes (respectivamente à direita e a esquerda, tendo a Farme ao centro e todas desembocando na praia) como é possível observar no Mapa 1.

ator sintagmático, que se apropria desse espaço, e nele implanta ações, controlando-o, imprimindo a sua identidade, produzindo-o, o que ainda segundo Claude Raffestin resulta na criação de um campo de poder:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]¹¹

¹¹ RAFFESTIN, Claude. *Op. cit.*

Portanto entendemos a Farme de Amoedo como um espaço produzido, a partir de atores e de suas ações sobre o mesmo.

Para entendermos um pouco a formação desse território, devemos voltar uns 20, 30 anos atrás, quando em frente à Rua Farme de Amoedo havia um píer com umas dunas que se formaram ao seu redor, também chamadas de “dunas do barato”, pois alguns freqüentadores lançavam mão do uso de drogas no local, onde ainda era possível encontrar jovens considerados mais liberais, e entre eles eram encontrados homossexuais. Esse era um local onde “tudo” era permitido, não havendo discriminação entre os freqüentadores das dunas. Esse histórico do local pode ter contribuído para que hoje esse trecho de areia seja considerado território de diversidade, e assim foi se constituindo. Milton Santos define o território, como o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Ou seja, é formado pelos seus atores e suas ações e empreendimentos sobre o espaço. Essas ações encerram numa relação de poder desses atores sobre o território.

No caso da Farme de Amoedo os objetos são os estabelecimentos encontrados nessa região, seus bares, boates, agência de turismo, ou seja, a rede de serviços voltada ao público GLS que se encontra nessa região, bem como o próprio trecho de praia utilizado com

todo o seu conjunto de objetos materiais e simbólicos (trailers, barracas, entre outros). Podemos encarar como ações o uso cotidiano desse espaço por freqüentadores homossexuais bem como os eventos que acontecem nesse local, como o fechamento dessa rua durante o carnaval, ou em outras datas festivas, como quando tiveram os jogos do Brasil na Copa do Mundo, pois nessas ocasiões o local torna-se uma espécie de discoteca a céu aberto. Esse local por ser conhecido pela maioria dos homossexuais do Rio de Janeiro e até mesmo de outras regiões como ponto de referência e de encontro, além do seu trecho de praia ser freqüentado em sua grande maioria por indivíduos com esse perfil identitário.

Existe uma relação de pertencimento dos homossexuais com esse território, construído ao longo dos anos, o que foi percebido em conversas com muitos freqüentadores que chegam a se referir àquele trecho de praia como “a nossa praia”, o “nosso local”, pois parte da história desses freqüentadores passam por esse território, como mostra Robert Park:

[...]através dos tempos, todo setor ou quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes ... como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua.¹²

Paulo César da Costa Gomes apud Stravrakakis também aborda essa relação entre o freqüentador e o território acrescentando alguns elementos:

[...] desenvolvimento de um senso de identidade espacial, que se transforma em senso de exclusividade e compartimentação social cada vez mais agudo. Esse senso de exclusividade pode ser percebido nos propósitos das pessoas, na recusa a conviver sobre o mesmo espaço, estabelecendo horários estratégicos para evitar o encontro, ou ainda a adoção de acessórios e linguagem comportamental para estabelecer as diferenças.¹³

¹² VALLE, Marisol Rodriguez. *A província da ousadia: representações sociais sobre Ipanema*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2005.

¹³ STAVRAKAKIS, Ricardo. *Espaço público e territorialização: o exemplo da Praia de Copacabana*. Niterói: UFF/TCC Graduação em Geografia, 2004.

Com isso Gomes revelam papel do campo simbólico no território e explicita também o sentimento de inclusão e exclusão do indivíduo diante de um determinado território, fato que acontece de forma particular num “locus” de convivência homossexual. Nesses territórios a exclusão não vem da parte dos freqüentadores para os de fora e sim os de fora que muitas vezes têm aversão a esses territórios pelo tipo de freqüentador (homossexuais), existindo muitas vezes o medo de ter sua imagem associada à identidade homossexual, por ser visto freqüentando tais locais. Em conversa com uma representante de uma imobiliária, constatou-se que os imóveis da Rua Farma de Amoedo são procurados em sua maioria por homossexuais, e que muitas vezes são recusados pelo público em geral pela identidade a qual essa rua é associada, porém fora revelado que a associação dessa rua à identidade homossexual não influi os preços dos imóveis, afetando somente o perfil do comprador.

É importante ressaltar os conflitos que ocorrem nesse território, normalmente gerados pelo preconceito e pela intolerância. Porém esses conflitos situam-senas adjacências do território e não dentro do território em si. É possível perceber que existe no entorno do trecho de praia que compreende esse território uma parte da areia com menos concentração de público, tanto para o lado direito quanto para o esquerdo, como uma espécie de “zona de transição” imaginária entre esse local e o restante da praia, com seus outros territórios, sendo nessas áreas de transição que acontecem a maior parte dos conflitos. Esses são agressões a homossexuais, como aconteceu com um casal de homossexuais no verão de 2007 e no carnaval de 2007 que foram intituladas de “Farmeganistão”, o que resultou num movimento por parte de ONGs de apoio a GLBTs reivindicando segurança para os freqüentadores do local.

Portanto urge que haja segurança, pois além de se tratar de uma área de forte apelo turístico. É preciso

garantir o bem estar do freqüentador independente de sua identidade, sendo necessário que sejam combatidos os crimes gerados pelo preconceito e pela intolerância para que não existam áreas de exclusão e que todos possam circular pela cidade exercendo sua identidade de forma tranqüila e segura. Os territórios de convivência devem servir como ponto de referência e não como refúgio como ocorrem em muitos casos, onde somente nesses os indivíduos podem exercer sua identidade de forma plena sem sofrer repreensões.

Reflexões Finais

Ao longo desse estudo procurou-se entender um pouco sobre como se constitui uma tribo urbana, suas estratégias de formação e campo simbólico, e entender como essa tribo constrói um território, transferindo para ele a sua identidade.

O grupo escolhido como exemplo, os homossexuais, nos levou e leva constantemente a refletir sobre alguns temas além dos normalmente discutidos quando se procura entender uma tribo. Além do campo simbólico e do território em si. O assunto reflete sobre a sociedade atual, com seus tabus e preconceitos, tentando discutir formas de se amenizar esse problema para muitos indivíduos, e que afeta o grupo em questão, sua maneira de agir e a sociedade como um todo.

Vemos que nessa tribo, além da busca de um campo simbólico que a faça ser reconhecida por seus semelhantes, em muitos casos usa códigos e procura nos territórios de convivência uma forma de se esconder do restante da sociedade, pelo medo do preconceito e da rejeição. O medo que faz com que o território definido por essa tribo seja não só um local de convivência, mas também um espaço de fuga, um refúgio, onde o indivíduo poderá exercer sua identidade de forma plena, sem ser repreendido.

Ao longo dos anos a sociedade sofreu muitas mudanças, a postura e a tolerância com o diferente também mudaram, felizmente para melhor, mas ainda tem muito que avançar. Os territórios, como o abordado nesse trabalho, se tornaram mais visíveis, mais conhecidos, o que antes era definido de forma pejorativa como guetos, locais escondidos, aonde normalmente os indivíduos iam à procura de sexo, se tornaram lugares menos escondidos e fechados, tornando-se locais de convivência, de confraternização, onde não só homossexuais freqüentam, mas muitos simpatizantes que vão em busca de diversão sadia deixando de lado o preconceito. Essa mudança de postura se deve em grande parte a ação das organizações não-governamentais de apoio à causa, bem como da mídia, atuando no intuito de desmistificar os homossexuais, levando a causa para dentro das casas, tornando-a familiar e mostrando que não há porque discriminar ou mesmo temer o diferente, o que vem encorajando a cada dia muitos homossexuais a mostrar sua realidade, mostrando que eles existem e que precisam ser respeitados.

Portanto gostaria de com esse trabalho deixar uma reflexão sobre esse tema, e os preconceitos que perpassam a sociedade, revendo posturas, para que cada vez mais possamos pensar numa sociedade igualitária, onde todas as identidades sejam respeitadas, e os territórios como os de convivência homossexual não sirvam mais como um abrigo, como esconderijo, mas como um local de convivência pacífica, onde todos circulem sem medo do diferente, e principalmente, que essa diferença seja respeitada também fora desses territórios, não havendo mais exclusões, nem discriminações.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

COSTA, Benhur Pinos. *Além da sociedade – os dramas e os conflitos do espaço social: o exemplo das microterritorializações homoeróticas*. In: IX Colóquio Internacional de Neocrítica, Porto Alegre, 2007.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* / James N. Green. Tradução Cristina Filho; Cássio Arantes Leite. São Paulo:UNESP, 2000.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. In: SILVA, T. da (Org.). Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Tradução Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre mundialização*. São Paulo: Olho D'Água, 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1998.

STAVRAKAKIS, Ricardo. *Espaço público e territorialização: o exemplo da Praia de Copacabana*. Niterói: UFF/TCC Graduação em Geografia, 2004.

VALLE, Marisol Rodriguez. *A província da ousadia: representações sociais sobre Ipanema*. Rio de Janeiro:UFRJ/PPGSA, 2005.

Nem tentariam? O poder de negociação das mulheres enquanto fator associado ao não uso da camisinha masculina em Belo Horizonte e Recife¹

Cláudia Ferreira Souza
Paula Miranda-Ribeiro
Carla Jorge Machado
Maria do Carmo Fonseca

Resumo: O objetivo é investigar se o poder de negociação da mulher é um fator associado ao não uso de camisinha em Belo Horizonte e Recife e se este poder está relacionado à escolaridade da mulher. A chance é maior entre as mulheres que têm menor poder de negociação com seus parceiros sexuais, com implicações para as políticas sociais.

Palavras-chave: Camisinha. Gênero. Poder. Contraceção.

Abstract: The objective is to investigate whether women's power to negotiate is associated with the non-use of condom in Belo Horizonte and Recife, and whether power is related to women's education. The odds are greater among women with less power to negotiate with their sexual partners, with implications to social policies.

Keywords: Condom. Gender. Power. Contraception.

Cláudia Ferreira Souza. Mestre em Demografia pelo Cedeplar/UFMG.

Paula Miranda-Ribeiro. Mestre em Demografia pelo Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais e Doutora em Sociologia/Demografia pela University of Texas at Austin. (paula@cedepplar.ufmg.br).

Carla Jorge Machado. Profa. Adjunta do Departamento de Demografia e pesquisadora do CEdeplar/UFMG.

Maria do Carmo Fonseca. Profa. Aposentada da UFMG e consultora em temas de saúde e direitos reprodutivos.

¹ Texto recebido: 15/11/2008.
Texto aprovado: 19/12/2008.

² MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Relatório PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher*. 2008. 306 p. Disponível em http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf. Acesso em 8 set 2008.

³ MIRANDA-RIBEIRO, Paula; CAETANO, André Junqueira; SANTOS, Tais de Freitas. *SRSR: saúde reprodutiva, sexualidade e raça/cor; relatório descritivo*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar, 2004. 36 p. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/ssr.pdf>. Acesso em 10 nov 2008.

⁴ BARBOSA, R. M.; VILLELA, W. V. A trajetória feminina da AIDS. In: PARKER, R.; GALVÃO J. *Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil*. Série História Social da AIDS, n. 7, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/IMS/UERJ, 1996. p.16-32.

WINGOOD, Gina; DICLEMENTE Ralph. Application of the theory of gender and power to examine HIV-related exposures, risk factors, and effective interventions for women. *Health Education & Behavior*, v. 27, n. 5, p. 539-65. out. 2000.

FERNANDES, Arlete Maria dos Santos; ANTONIO, Daniel de Gaspari; BAHAMONDES, Luís Guillermo; CUPERTINO, Caren Vanessa. Conhecimento, atitudes e práticas de mulheres brasileiras atendidas pela rede básica de saúde com relação às

Introdução

O uso da camisinha, masculina ou feminina, é a única maneira de evitar as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo o HIV/Aids. No entanto, pesquisas realizadas no Brasil mostram que o uso da camisinha não é universal entre as mulheres. Dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), de 2006, indicam que, apesar de quase 90% das mulheres conhecerem a camisinha feminina, seu uso ainda é incipiente – somente 3,1% do total de mulheres usaram a camisinha feminina alguma vez na vida e não foi detectado uso atual do método. Com relação à camisinha masculina, 99,8% das mulheres brasileiras de 15 a 49 anos já ouviram falar dela, ou seja, o conhecimento do método é universal. Quanto ao uso, 76,3% das mulheres unidas afirmaram já ter usado camisinha masculina alguma vez na vida, número que chega a 94,1% entre as não unidas e sexualmente ativas (que tiveram relação sexual nos 12 meses anteriores à pesquisa). No entanto, quando se trata de uso atual da camisinha, os números são alarmantes. Entre as não unidas e sexualmente ativas, quase $\frac{3}{4}$ delas usam algum método mas, destas, somente 35,5% usam camisinha. Apesar de 80,6% das mulheres unidas usarem algum método contraceptivo, apenas 15,1% delas reportam usar a camisinha masculina². Em Belo Horizonte e Recife, dados da pesquisa Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/Cor (SRSR), de 2002, apresentam um quadro semelhante. Do total de mulheres de 15 a 49 anos que afirma usar método contraceptivo, 22,5% usam camisinha masculina em Belo Horizonte e 21,1% em Recife. Quando se analisam apenas as mulheres unidas, as proporções caem para 14,3% e 14,9%, respectivamente³.

O não uso da camisinha masculina pelas mulheres vem sendo associado a fatores tais como gravidez,

uso de outro método contraceptivo, confiança no parceiro, dificuldades na negociação do preservativo e o fato do homem e/ou da mulher não gostarem/desaprovarem o uso da camisinha⁴. No caso de Belo Horizonte e Recife, as chances de não uso do preservativo são maiores entre as mulheres maduras (50-59 anos), seguidas pelas adultas (30-49 anos); as brancas, vis-à-vis as pardas e pretas; as de menor escolaridade; as residentes em Recife; e as que têm baixo poder de negociação com seus parceiros sexuais⁵.

Apesar da importância do poder de negociação enquanto fator associado ao não uso da camisinha, há poucos estudos que utilizam uma abordagem quantitativa. Além da escassez de dados que possam subsidiar estudos dessa natureza, a complexidade do conceito de gênero faz com que estudos quantitativos simplifiquem por demais a realidade e as relações. Não obstante, estudos de gênero com uma abordagem quantitativa são fundamentais para que seus resultados, representativos de uma população e, portanto, generalizáveis, possam subsidiar a elaboração de políticas sociais voltadas para a redução das desigualdades de gênero.

Além disso, é necessário medir este poder por meio de uma abordagem direta. As medidas indiretas para inferir poder, tais como status no local de trabalho, ser a pessoa responsável pelo domicílio, idade ao primeiro casamento ou diferenças de idade entre homens e mulheres não são suficientes⁶ e não capturam de forma adequada dimensões psicológicas, que são as que, de fato, atuam no poder de negociação das mulheres junto aos seus parceiros⁷.

O objetivo deste artigo é verificar se o poder de negociação da mulher é um fator associado ao não uso de camisinha em Belo Horizonte e Recife e se este poder está relacionado à escolaridade da mulher. Mais especificamente, é investigada a associação entre o não uso de camisinha e o fato da mulher ter ou não poder

doenças de transmissão sexual. *Cadernos de Saúde Pública* v. 16, supl.1, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000700009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Jul 2008.

GREIG, Fiona; KOOPMAN, Cheryl. Multilevel analysis of women's empowerment and HIV prevention: quantitative survey results from a preliminary study in Botswana. *AIDS and Behavior*, v. 7, n. 2, p. 195-208. jun. 2003.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula; SIMÃO, Andréa Branco; LACERDA, Marisa Alves; TORRES, Maria Eponina de Abreu e. É igual chupar bala com papel: a vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids e o uso de camisinha em Belo Horizonte e Recife. In: Paula Miranda-Ribeiro; Andréa Branco Simão. (Org.). *Qualificando os números: estudos sobre saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. Belo Horizonte: ABEP e UNFPA, 2008, p. 391-416.

⁵ SOUZA, Claudia Ferreira. *O uso/não uso de preservativo entre mulheres residentes em Belo Horizonte e Recife, 2002: um estudo de fatores associados*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, 72 p.

⁶ SHAPIRO, David; TAMBASHE B. Oleko. Education, Employment,

and Fertility in Kinshasa and Prospects for Changes in Reproductive Behavior. *Population Research and Policy Review*, v. 16, n. 3, p.259-287. jun. 1997.

⁷ GREIG, KOOPMAN, *Op. cit.*

para (a) parar a relação sexual para usar contraceptivo e (b) parar a relação sexual caso o parceiro não queira usar camisinha, controlando pelos anos de estudo da mulher. Os dados são da pesquisa Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/Cor (SRSR), realizada em Belo Horizonte e Recife em 2002, e são utilizadas perguntas que explicitamente indagam a mulher sobre o seu poder de negociação.

A história da camisinha

Desde 1850 A.C., os egípcios já utilizavam métodos contraceptivos. As mulheres colocavam em suas vaginas uma série de produtos para bloquear ou matar os espermatozoides, tais como fezes de crocodilos (por possuírem pH alcalino, tal qual os espermicidas modernos), gomas e uma mistura de mel e bicarbonato de sódio. Os homens utilizavam protetores para o pênis, confeccionados em linho ou a partir de intestinos de animais. Tais protetores, porém, não possuíam função contraceptiva, mas funcionavam como estojos, que protegiam o pênis contra galhos e picadas de insetos durante as caçadas⁸.

⁸ MARINHO, Mônica Benfica. Between functionality and playfulness: condoms in aids prevention campaigns, *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.4 , n.6, fev. 2000. 12 p.

⁹ *Ibidem.*

LOPES, Nuno Ambrósio - **História** da Medicina - Saúde sexual e reprodutiva: a história do preservativo. *Sexualidade Planejamento Familiar* n. 37, maio-dez. de 2003, p. 31-33. Disponível em: http://www.apf.pt/cms/files/conteudos/revista_37.pdf. Acesso em 01 dez. 2007.

SCHIAVO, Márcio Ruiz. *Preservativo Masculino*. Hoje, mais necessário do que nunca. Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/AIDS. Brasília, 1997. 95 p.

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ LOPES, *Op. cit.*

Na mitologia grega, a camisinha surgiu a partir do uso de uma bexiga de cabra, pela amante do rei Mínos, Procris, e tinha a função de aprisionar serpentes, escorpiões e lacraias que saíam do corpo do rei⁹. Os romanos também utilizaram uma forma mais arcaica do que conhecemos hoje por camisinha. Tratava-se de uma bainha feita de linho, usada quando faziam sexo com as mulheres locais, ao chegarem das longas marchas de guerras de conquista às novas cidades. Entre os egípcios, alguns documentos arqueológicos encontrados ilustram o uso de um envoltório sobre o pênis, o que nos remete à primeira idéia do preservativo tal como é conhecido hoje¹⁰. Contudo, chineses e japoneses reclamam também para si o invento¹¹.

Foi aproximadamente no ano de 1564 que o médico italiano Gabriele Fallopio inventou um invólucro de tecido leve, feito sob medida, para a

proteção de doenças ditas venéreas. Consta que, em 1712, membros da nobreza de vários países da Europa se reuniram na França para uma conferência internacional. Durante o evento, vários nobres se interessaram por prostitutas e, para consumarem o ato sexual sem riscos, recorreram a um artesão local que fabricava preservativos à base de intestinos de boi ou carneiro. A partir daí, essa prática se espalhou, até chegar a Paris. Esta é a primeira notícia da produção para consumo do preservativo masculino. No século XIX, o uso do preservativo era restrito, o custo era alto e o acesso era difícil para as classes sociais baixas. Na maioria das vezes, ele era usado, lavado, seco, e reutilizado. Em 1844, com a produção escalar do preservativo, o seu uso se difundiu¹².

¹² *Ibidem*.

Com a descoberta do processo da vulcanização da borracha, na década de 1930, o preservativo passou a ser produzido em quantidades maiores e, portanto, seu custo se tornou mais baixo. Na Segunda Guerra Mundial, o preservativo ganhou status entre os soldados, o que contribuiu para ampliar ainda mais o seu uso. Na década de 1960, todavia, o preservativo perdeu importância novamente. Os movimentos de liberalização sexual e libertação da mulher, bem como o surgimento da pílula anticoncepcional, puseram a camisinha em segundo plano¹³.

¹³ *Ibidem*.

Com o aparecimento da Aids, a camisinha retornou à cena. O uso do preservativo é preconizado nas diretrizes nacionais do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, que o considera como único método eficaz de prevenção as DSTs/Aids de transmissão sexual e coadjuvante na prevenção da gravidez¹⁴.

¹⁴ BRASIL. *Boletim Epidemiológico* AIDS/DST – Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, programa Nacional de DST e Aids. Brasília, 2007.

As relações de gênero no uso de camisinha

O uso da camisinha é fundamental para garantir a saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres. Apesar do conhecimento praticamente universal da

¹⁵ SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, 242 p.

camisinha masculina, os números da PNDS 2006 revelam que, no Brasil seu uso está longe de também ser disseminado. Uma das razões para o não uso, segundo a literatura, está ligada às questões de gênero. Já em suas primeiras construções teóricas, Joan Scott¹⁵ postula que nós somos transformados em mulheres e homens através das relações de gênero estabelecidas pelo social, o cultural e o político. Este postulado transforma nossa maneira de ver, perceber e atuar em nossas dimensões do masculino e do feminino, além de colocar em evidência que as relações de gênero estão articuladas e transformadas dentro do terreno do poder.

Para Scott, gênero enquanto conceito compreende duas partes integradas entre si, mas que na realidade são analiticamente diferentes. Seriam elas (1) gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos – fica subentendido que, nas relações sociais, o elemento político de poder estará sempre presente; e (2) gênero enquanto maneira de significar, representar, dar sentido às relações de poder que perpassam as nossas ações, atitudes e comportamentos formados ao longo da nossa socialização enquanto mulheres e homens, dentro de nossas sociedades. Assim, gênero, na realidade, está intrinsecamente ligado ao social e ao histórico, pois ambos são culturalmente construídos e determinados, assim como ao poder.

Se aceitamos que, nas relações entre homens e mulheres, assim como entre homens e homens e mulheres e mulheres, perpassa uma dimensão de poder, então o construto teórico do patriarcado, no qual a subordinação é um dos elementos principais, volta ao cenário das discussões. A diferença em relação à primeira onda do feminismo está em que, nesta retomada da discussão sobre patriarcalismo, a segunda onda do feminismo assimila o conceito de gênero dentro da conotação do diferencialismo, e não mais do igualitarismo. O mais relevante na discussão de

gênero é aceitar o fato de que as diferenças podem ser trabalhadas em função das arenas do político-social e não permanecer como elemento estático da natureza, assim como era percebida até os finais do século XIX, em formatos antigos de dualismo e binarismo.

O crescimento do HIV/Aids vai dar um novo impulso às discussões, ao desvendar ou trazer a público a importância da sexualidade como campo a ser trabalhado e integrado ao gênero, na busca de soluções para impedir novas contaminações. As concepções acerca da camisinha modificam-se, saindo do campo meramente dos métodos contraceptivos de barreira, controlados pelos homens, para ser visto como única maneira de se proteger das DSTs, incluindo o HIV/Aids. Ao mesmo tempo, a feminização e pauperização da epidemia dão centralidade às relações de gênero na medida em que o uso da camisinha revela os contratos de gênero que vigoram nas relações homem-mulher, nas quais o poder de negociação e controle das mulheres tende a ser baixo. Portanto, as relações de poder são fundamentais para entender o uso e o não uso da camisinha.

Dados e metodologia

Os dados utilizados provieram do *survey* “Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/Cor” (SRSR), realizado em Belo Horizonte e Recife. A Pesquisa SRSR, levada a campo em 2002 pelo Cedeplar/UFMG, com financiamento da Fundação Ford, foi um estudo probabilístico em três fases: seleção de setores censitários, sorteio dos domicílios e, de cada domicílio selecionado, sorteio de uma mulher cujas características encontravam-se dentro do princípio de elegibilidade, que era a idade entre 15 e 59 anos e residir no domicílio. Com isso, foi possível obter dados representativos nos dois municípios, observando diferenças por idade, condição socioeconômica e raça/cor. Foram realizadas entrevistas em cada

município de abril a setembro de 2002, as quais totalizaram 2408 questionários completos, sendo 1302 em Belo Horizonte e 1106 em Recife. Os questionários contêm informações importantes que foram distribuídas em oito grupos: (1) fecundidade, planejamento da fecundidade e história de gravidezes; (2) acesso, utilização, forma de pagamento e avaliação dos atendimentos de pré-natal, parto puerpério, ginecológico e menopausa; (3) anticoncepção; (4) conhecimento dos direitos e serviços de saúde relativos a aborto, contracepção e tratamento da Aids; (5) utilização e acesso aos serviços de saúde; (6) utilização de serviços públicos x privados (planos de saúde); (7) história marital, autonomia e comportamento sexual; e (8) DST/Aids¹⁶.

¹⁶ MIRANDA-RIBEIRO, CAETANO & SANTOS, 2004.

A amostra do SRSR é complexa. Portanto, a calibração das observações por intermédio de pesos amostrais é necessária para a produção de estimativas pontuais e erros-padrão corretos. O peso utilizado no presente estudo é o peso normalizado, que faz com que as estatísticas permaneçam com o número de sujeitos da amostra, e não mais da população.

Da amostra inicial, composta por 2408 mulheres, foram utilizadas somente as informações de 1609 mulheres, pois foram desconsideradas aquelas que tinham idade entre 15 e 17 anos, as que reportaram fazer sexo com mulheres, as que não eram sexualmente ativas e as que se declararam grávidas na data da entrevista. Assim, a amostra final reuniu 900 mulheres em Belo Horizonte e 709 em Recife.

A análise descritiva foi feita pelo cálculo das proporções de não usuárias do preservativo masculino, segundo categorias de variáveis de poder e estratificada por município. Como medida de associação, foi utilizada a *Odds Ratio* (OR), definida como a chance de que um evento ocorra dividido pela chance de que ele não ocorra na presença de alguma característica, variando de um a infinito. O evento, nesse estudo, é o não uso de preservativo. A significância da OR é

avaliada pelo valor de p e, aqui, considerou-se que um valor de p igual ou superior a 0,1 não indicaria uma OR significativa, ao passo que valores inferiores a 0,1 revelariam elevada significância estatística dos resultados obtidos¹⁷.

As variáveis de poder contempladas neste estudo (independentes) foram (1) se a mulher teria poder para parar a relação sexual para usar contraceptivo, medida pela pergunta ‘Você conseguiria interromper a relação sexual para usar contraceptivo?’; e (2) se a mulher teria poder para evitar a relação sexual caso o seu parceiro não quisesse usar preservativo, medida pela pergunta ‘Você conseguiria evitar a relação sexual caso o seu parceiro não quisesse usar preservativo?’ As opções de resposta, no caso da variável (1), foram ‘com certeza conseguiria interromper’; ‘tentaria, mas não conseguiria interromper’; ‘com alguma certeza conseguiria interromper’; ‘não tentaria interromper’; e ‘não sabe/não respondeu’. No caso da variável (2), as respostas foram as seguintes: ‘com certeza conseguiria evitar’; ‘com alguma certeza conseguiria evitar’; ‘não tentaria evitar’; e ‘não sabe/não respondeu’. A variável de controle utilizada (independente) foi a escolaridade, com as seguintes opções de resposta: menos de 3 anos, de 4 a 7 anos, de 8 a 11 anos e mais de 12 anos de estudo. As categorias das variáveis foram convertidas em variáveis indicadoras e as categorias de referência foram ‘com certeza conseguiria’, para ambas as variáveis de poder, e escolaridade acima de 12 anos.

De posse destas variáveis, foram realizados os seguintes modelamentos estatísticos: as OR foram obtidas por categorias de variáveis de poder e, em seguida, em virtude da forte associação esperada entre escolaridade e poder, efetuou-se a análise controlando pela variável escolaridade, com vistas a verificar se o efeito se esvaía na presença desta variável. Por serem duas variáveis de poder, foram construídos quatro modelos para cada município.

¹⁷ HOSMER, David W; LEMESHOW, Stanley. *Applied Logistic Regression*. New York: John Wiley and Sons, second edition, 2000.

Resultados

Das 1609 mulheres estudadas, 24,8% (N=399) disseram ter usado o preservativo na sua última relação sexual e 75,2% (N=1210) afirmaram não tê-lo feito. A Tabela 1 indica a distribuição das mulheres entre 18 e 59 anos que usaram e não usaram o preservativo no último relacionamento sexual, para Belo Horizonte e Recife, em 2002, segundo categorias das duas variáveis de poder utilizadas no presente estudo (se a mulher tentaria parar relação sexual para usar contraceptivo e se tentaria evitar relação sexual caso o parceiro não quisesse usar preservativo). A menor proporção de não uso ocorreu entre as mulheres que com certeza conseguiriam parar a relação sexual para usar contraceptivo ou que com certeza conseguiriam evitar a relação se o parceiro não quisesse usar contraceptivo, residentes em Belo Horizonte (61,0% e 61,5%, respectivamente). Já as maiores proporções ficaram com as mulheres que não sabiam ou não responderam para ambas as variáveis de poder em Recife (100%), seguidas das proporções para a categoria 'não tentaria' da variável se tentaria parar a relação sexual para usar contraceptivo (89,6%) e 'não tentaria' da variável se tentaria parar a relação para usar contraceptivo (89,7%). Cabe observar o pequeno número de observações nas categorias não sabe/não respondeu, tanto em Belo Horizonte quanto em Recife.

Tabela 1 - Não uso de preservativo em cada categoria de variáveis de poder: proporções e números absolutos segundo município (Belo Horizonte/ Recife)

	Proporções*		Números Absolutos	
	Belo Horizonte	Recife	Belo Horizonte	Recife
Poder para parar relação para usar contraceptivo				
Não tentaria	85,1	86,6	120	99
Tentaria, mas não conseguiria	71,2	77,3	61	73
Com alguma certeza conseguiria	72,9	77,2	51	42
Com certeza conseguiria	61,0	77,2	398	359
Não sabe/ não responde	80,1	1,00	3	4
Total	70,3	81,4	633	577
Poder para evitar caso o parceiro não queira usar preservativo				
Não tentaria	80,4	89,7	156	154
Com alguma certeza conseguiria	71,0	80,0	71	80
Com certeza conseguiria	61,5	74,6	401	336
Não sabe/ não responde	86,6	1,00	5	7
Total	70,3	81,4	633	577

Nota: Estimativas ponderadas pelo peso normalizado

Os resultados das *Odds Ratios* (OR), cujas análises foram estratificadas por município, encontram-se nas Tabelas 2 a 5. Quanto à chance de não uso do preservativo para aquelas que não tentariam parar a relação para usar contraceptivo, entre as residentes em Belo Horizonte (Tabela 2), esta foi superior relativamente àquelas que com certeza conseguiriam parar a relação para usar contraceptivo (categoria de referência) (OR=3,65, valor de $p < 0,001$), mantendo-se elevada e significativa mesmo na presença da variável escolaridade (OR=3,16, valor de $p < 0,001$). Ou seja, mesmo controlando por escolaridade, a chance de não uso entre aquelas que não tentariam

parar a relação para usar contraceptivo foi mais de 3 vezes a chance de não uso da categoria de referência. Para aquelas que com alguma certeza conseguiriam interromper a relação para usar contraceptivo em relação à categoria de referência, a chance de não uso elevou-se um pouco, de 1,72 (OR=1,72) para 1,81 (OR=1,81) com a inclusão da variável escolaridade; ambos os resultados foram significativos a um valor de p inferior a 0,05 (valores de p iguais a 0,048 e 0,032, respectivamente). Ou seja, a chance de não uso entre as que com alguma certeza não conseguiriam ficou entre 72% e 81% maior em relação à categoria de referência. Finalmente, o resultado para as que tentariam, mas não conseguiriam parar a relação para usar contraceptivo perdeu significância estatística com a inclusão da variável escolaridade. Os resultados para aquelas que não sabiam/não responderam não se revelaram com significância estatística e, muito provavelmente, isto foi devido ao pequeno número de observações.

Tabela 2 - Odds Ratios para o não uso de preservativo para Belo Horizonte valores de p e intervalos de 95% de confiança (segundo categorias de variável (1) de poder e escolaridade)

	OR	valor de p	OR	valor de p
Poder para parar relação para usar contraceptivo				
Não tentaria	3,65	0,000	3,16	0,000
Tentaria, mas não conseguiria	1,58	0,096	1,38	0,249
Com alguma certeza conseguiria	1,72	0,048	1,81	0,032
Com certeza conseguiria	1,00	—	1,00	—
Não sabe/ não responde	2,60	0,532	1,91	0,674
Escolaridade				
menos de 3 anos			2,28	0,022
de 4 a 7 anos			1,80	0,008
de 8 a 11 anos			1,03	0,885
mais de 12 anos			1,00	—

Fonte: Dados da Pesquisa SRSR/2002

Nota: Estimativas ponderadas pelo peso normalizado

A Tabela 3 revela que a chance de não uso do preservativo para as aquelas que não evitariam a relação caso o parceiro não quisesse usar preservativo, entre as residentes em Belo Horizonte, foi também superior comparativamente à chance daquelas que com certeza conseguiriam parar a relação para usar contraceptivo (categoria de referência) (OR=2,57, valor de $p < 0,001$), permanecendo elevada e significativa mesmo na presença da variável escolaridade (OR=2,22, valor de $p < 0,001$). Assim, observa-se que, mesmo controlando por escolaridade, a chance de não uso entre aquelas que não tentariam foi mais de 2 vezes a chance de não uso da categoria de referência. Para aquelas que com alguma certeza conseguiriam evitar a relação caso o parceiro não quisesse usar contraceptivo, em relação à categoria de referência, a chance de não uso manteve-se estável e variou de 1,53 para 1,59 com a inclusão da variável escolaridade (entre 53% e 59% maior relativamente à categoria de referência), e os resultados foram significativos a um valor de p inferior a 0,10 (valores de p iguais a 0,067 e 0,050, respectivamente).

Tabela 3 - Odds Ratios para o não uso de preservativo para Belo Horizonte valores de p e intervalos de 95% de confiança (segundo categorias de variável (2) de poder e escolaridade)

	OR	valor de p	OR	valor de p
Poder para evitar caso o parceiro não queira usar preservativo				
Não tentaria	2,57	0,000	2,22	0,000
Com alguma certeza conseguiria	1,53	0,067	1,59	0,050
Com certeza conseguiria	1,00	—	1,00	—
Não sabe/ não responde	4,04	0,322	4,09	0,321
Escolaridade				
menos de 3 anos			2,56	0,080
de 4 a 7 anos			1,75	0,011
de 8 a 11 anos			1,03	0,891
mais de 12 anos			1,00	—

Fonte: Dados da Pesquisa SRSR/2002 **Nota:** Estimativas ponderadas pelo peso normalizado

Quando se efetuou a mesma análise descrita para o município de Recife, observou-se que, no caso da variável ‘tentaria parar a relação sexual para usar contraceptivo’ (Tabela 4), a chance de não uso das que não tentariam, em relação à categoria de referência (com certeza conseguiriam), variou de 1,91 a 1,63 e o resultado tornou-se não significativo com a inclusão da variável escolaridade (OR=1,63 e valor de p igual a 0,143). Os demais resultados não se revelaram significativos para quaisquer dos dois modelos. No caso dos resultados para a variável ‘evitaria a relação sexual caso o parceiro se recusasse a usar preservativo’ a chance de não uso entre as que não tentariam manteve-se significativa a um valor de p inferior a 0,1 nos dois modelos, variando de 2,97 (sem a inclusão de escolaridade) a 2,66 (com inclusão de escolaridade). Os demais resultados não se revelaram significativos em quaisquer dos modelos (Tabela 5).

Tabela 4 - Odds Ratios para o não uso de preservativo para Recife valores de p e intervalos de 95% de confiança (segundo categorias de variável (1) de poder e escolaridade)

	OR	valor de p	OR	valor de p
Poder para parar relação para usar contraceptivo				
Não tentaria	1,91	0,046	1,63	0,143
Tentaria, mas não conseguiria	1,00	0,989	0,93	0,808
Com alguma certeza conseguiria	1,00	0,994	1,06	0,883
Com certeza conseguiria	1,00	—	1,00	—
Escolaridade				
menos de 3 anos			2,35	0,030
de 4 a 7 anos			1,68	0,080
de 8 a 11 anos			1,35	0,254
mais de 12 anos			1,00	—

Fonte: Dados da Pesquisa SRSR/2002

Nota: Estimativas ponderadas pelo peso normalizado

Tabela 5 - Odds Ratios para o não uso de preservativo para Recife valores de p e intervalos de 95% de confiança (segundo categorias de variável (2) de poder e escolaridade)

	OR	valor de p	OR	valor de p
Poder para evitar caso o parceiro não queira usar preservativo				
Não tentaria	2,97	0,000	2,66	0,002
Com alguma certeza conseguiria	1,36	0,267	1,35	0,291
Com certeza conseguiria	1,00	—	1,00	—
Escolaridade				
menos de 3 anos			1,92	0,102
de 4 a 7 anos			1,55	0,130
de 8 a 11 anos			1,28	0,343
mais de 12 anos			1,00	—

Fonte: Dados da Pesquisa SRSR/2002

Nota: Estimativas ponderadas pelo peso normalizado

Finalmente, muito embora o presente estudo tenha utilizado a variável escolaridade como controle, sem se deter na avaliação de seus achados, em Belo Horizonte os resultados para a variável escolaridade se revelaram significativos. Em relação à categoria de referência, 12 anos ou mais de escolaridade, aquelas com menos de 3 anos de estudo e com 4 a 7 anos, a chance de não uso revelou-se superior e estes resultados foram significativos a um valor de p inferior a 0,1 (OR= 2,35 e 1,68, respectivamente; valores de p iguais a 0,030 e 0,080, respectivamente). Os achados para a categoria 8 a 11 relativamente a 12 e mais não se revelaram significativos. Já para Recife, os resultados para a variável escolaridade não se revelaram estatisticamente significativos.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi investigar a associação

entre o não uso de camisinha e o fato da mulher reportar ter ou não poder para (a) parar a relação sexual para usar contraceptivo e (b) parar a relação sexual caso o parceiro não quisesse usar camisinha em Belo Horizonte e Recife, levando em consideração ou não a escolaridade da mulher. Os resultados revelam, de forma inequívoca, que o não uso de preservativo está associado a um menor poder para evitar a relação sexual, resultado este que se revelou estatisticamente significativo tanto para Belo Horizonte quanto para Recife, mesmo com a inclusão da variável escolaridade, exceção feita à categoria 'não tentaria parar a relação para usar contraceptivo' no município de Recife. Esta perdeu significância estatística com a inclusão da variável escolaridade, indicando que, neste caso, pelo menos parte da associação entre não uso de camisinha e o poder de negociação foi explicada pela escolaridade. Em outras palavras, tanto em Belo Horizonte quanto em Recife, a chance de não uso da camisinha é maior entre as mulheres que não têm poder para evitar a relação sexual caso o parceiro se recuse a usar a camisinha, independentemente da escolaridade dessas mulheres. No caso de Belo Horizonte, a chance de não uso da camisinha também é maior entre as mulheres que revelam não ter poder para sequer interromper a relação para usar contracepção, mesmo que elas sejam de alta escolaridade. Estes resultados corroboram os achados de Greig e Koopman¹⁸, segundo os quais o poder de negociação é a forma de poder quando se trata do uso da camisinha, sendo a educação apenas um elemento que pode atuar nesta negociação, sem, contudo, anular o efeito da relação de poder desigual entre os parceiros.

Olhando através das lentes das relações de gênero e pensando em políticas para as mulheres, nossos resultados revelam um quadro pouco animador. O fato das mulheres de Belo Horizonte e Recife terem um comportamento de passividade, demonstrando um baixo poder de negociação na sua relação mais

¹⁸ GREIG & KOOPMAN, 2003.

íntima com o companheiro, independentemente do nível de escolaridade, nos leva a refletir que mais anos de estudo não se traduzem em poder para evitar uma relação sexual desprotegida. Ao contrário do que diz o senso comum, as mulheres mais escolarizadas não são, necessariamente, empoderadas perante seus parceiros sexuais. Portanto, investir em educação é certamente necessário, mas não suficiente para promover a igualdade de gênero no que diz respeito à negociação do uso da camisinha. Uma vez que a saúde sexual e reprodutiva das mulheres depende, em grande medida, da habilidade em negociar com seus parceiros o sexo seguro, a saúde das mulheres pode estar seriamente ameaçada. Afinal, as mulheres nem tentariam evitar a relação sexual desprotegida. Algumas não tentariam, sequer, interrompê-la para usar contracepção.

Referências

BARBOSA, R. M.; VILLELA, W. V. A trajetória feminina da AIDS. In: PARKER, R.; GALVÃO, J. *Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil*. Série História Social da AIDS, n. 7, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/IMS/UERJ, 1996. p.16-32.

BRASIL. *Boletim Epidemiológico AIDSDST* – Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, programa Nacional de DST e Aids. Brasília, 2007.

FERNANDES, Arlete Maria dos Santos ; ANTONIO, Daniel de Gaspari; BAHAMONDES, Luís Guillermo; CUPERTINO, Caren Vanessa. Conhecimento, atitudes e práticas de mulheres brasileiras atendidas pela rede básica de saúde com relação às doenças de transmissão sexual. *Cadernos de Saúde Pública* v. 16, supl.1, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000700009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 Jul 2008.

GREIG, Fiona ; KOOPMAN, Cheryl. Multilevel analysis of women's empowerment and HIV prevention: quantitative survey results from a preliminary study in Botswana. *AIDS and Behavior*, v. 7, n. 2, p. 195-208. jun. 2003.

HOSMER, David W; LEMESHOW, Stanley. *Applied Logistic Regression*. New York: John Wiley and Sons, second edition, 2000.

LOPES, Nuno Ambrósio - História da Medicina - Saúde sexual e reprodutiva: a história do preservativo. *Sexualidade Planeamento Familiar* Nº37 Maio-Dezembro de 2003, p. 31-33. Disponível em: http://www.apf.pt/cms/files/conteudos/revista_37.pdf. Acesso em 01 dez. 2007.

MARINHO, Mônica Benfica. Between functionality and playfulness: condoms in aids prevention campaigns, *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.4 , n.6, fev. 2000. 12 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Relatório PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher*. 2008. 306 p. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf. Acesso em 8 set 2008.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula; CAETANO, André Junqueira; SANTOS, Taís de Freitas. *SRSR: saúde reprodutiva, sexualidade e raça/cor; relatório descritivo*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar, 2004. 36 p. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/ssr.pdf>. Acesso em 10 nov 2008.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula; SIMÃO, Andréa Branco; LACERDA, Marisa Alves; TORRES, Maria Eponina de Abreu e. É igual chupar bala com papel: a vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids e o uso de camisinha em Belo Horizonte e Recife. In: Paula Miranda-Ribeiro; Andréa Branco Simão. (Org.). *Qualificando os números: estudos sobre saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. Belo Horizonte: ABEP e UNFPA, 2008, p. 391-416.

SCHIAVO, Márcio Ruiz. *Preservativo Masculino*. Hoje, mais necessário do que nunca. Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/AIDS. Brasília, 1997. 95 p.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, 242 p.

SHAPIRO, David.; TAMBASHE B. Oleko. Education, Employment, and Fertility in Kinshasa and Prospects for Changes in Reproductive Behavior. *Population Research and Policy Review*, v. 16, n. 3, p.259-287. jun. 1997.

SOUZA, Claudia Ferreira. *O uso/não uso de preservativo entre mulheres residentes em Belo Horizonte e Recife, 2002: um estudo de fatores associados*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, 72 p.

WINGOOD, Gina; DiCLEMENTE Ralph. Application of the theory of gender and power to examine HIV-related exposures, risk factors, and effective interventions for women. *Health Education & Behavior*, v. 27, n. 5, p. 539-65. out. 2000.

La Teoría Queer: la de-construcción de las sexualidades periféricas¹

Carlos Fonseca Hernández

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo principal analizar la teoría queer, abajo el punto de vista de la de-construcción de las llamadas sexualidades periféricas. El trabajo se apoya en un enfoque de género principalmente en la teoría de Judith Butler que propone una concepción del género imitativa y representativa, mientras se hace una crítica a la teoría queer que al considerar el género y la homosexualidad como una construcción cultural, nega la existencia natural o intrínseca de la homosexualidad.

Palabras – llaves: Género. Teoría queer. Homosexualidad.

Abstract: This article aims at analyzing the queer theory under the view point of deconstruction of the so called peripheral sexualities. The work relies on a gender focus, mainly on the theory by Judith Butler that proposes an imitative and representative gender conception where there is a criticism of the queer theory, which considers gender and homosexuality as cultural constructions and denies the natural/intrinsic existence of homosexuality.

Keywords: Gender. Queer theory. Homosexuality.

Carlos Fonseca Hernández, Doctor en sociología por la Universidad Complutense de Madrid, actualmente se desempeña como Profesor en el Postgrado de Economía de la Escuela Nacional de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México. (carlosfonsecahernandez@hotmail.com).

¹ Texto recibido: 29/07/2008.

Texto aprobado: 15/08/2008.

1. Surgimiento de los estudios queer

La palabra inglesa “queer” tiene varias acepciones. Como sustantivo significa “maricón”, “homosexual”, “gay”; se ha usado de forma peyorativa en relación con la sexualidad, designando la falta de decoro y la anormalidad de las orientaciones lesbianas y homosexuales. El verbo transitivo “queer” expresa el concepto de “desestabilizar”, “perturbar”, “jorobar”, por lo tanto, las prácticas queer se apoyan en la noción de desestabilizar normas que están aparentemente fijas. El adjetivo “queer” significa “raro”, “torcido”, “extraño”. La palabra “queer” la encontramos en las siguientes expresiones *to be queer in the head* (estar mal de la cabeza), *to be in queer street* (estar agobiado de deudas), *to feel queer* (encontrarse indispuerto o mal), *queer bashing* (ataques violentos a homosexuales). El vocablo “queer”, no existe sin su contraparte “straight” que significa “derecho”, “recto”, “heterosexual”. Queer refleja la naturaleza subversiva y transgresora de una mujer que se desprende de la costumbre de la feminidad subordinada, una mujer masculina, un hombre afeminado o con una sensibilidad contraria a la tipología dominante, una persona vestida con ropa del género opuesto, etc. Las prácticas queer reflejan la transgresión a la heterosexualidad institucionalizada que constriñe los deseos que intentan escapar su norma.² El vocablo “queer” no tiene traducción al español. Teoría queer se ha intentado traducir como teoría torcida, teoría marica, teoría rosa, teoría “entendida”, teoría transgresora; sin embargo, muchas veces pierde el sentido original de la palabra inglesa, por lo que es preferible mantener la acepción original.³

La aparición de los estudios “queer” tiene su origen en un complejo contexto social en Estados Unidos. En primer término, surgen a partir de nuevas teorías sobre la sexualidad⁴, los descubrimientos sobre la tolerancia de la homosexualidad en la Antigüedad hasta la Alta Edad Media de Boswell⁵, la aparición del

² MERIDA JIMENEZ, Rafael. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002. MÉRIDA, J. *Op. cit.*

³ LLAMAS, Ricardo. *Teoría torcida*. Prejuicios y discursos en torno a la “homosexualidad”. Madrid: Siglo XXI, 1998.

GUASCH, Óscar. *La sociedad rosa*. Barcelona: Anagrama, 1998.

_____. *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Alertes, 2000.

MÉRIDA, J. *Op. cit.*

⁴ FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité, 1*. La volonté de savoir. Paris : Gallimard. Primera Edición en Español: *Historia de la sexualidad. 1*. La voluntad del saber. México: 1977, Siglo XXI, 1976. WEEKS, J. (edición en español). *Sexualidad*. México: Pados & Programa Universitario de Estudios de Género. Universidad Nacional Autónoma de México, 1998.

⁵ BOSWELL, John (1980 primera edición en inglés). *Cristianismo, Tolerancia y Homosexualidad*. Barcelona: Muchnik, 1993.

artículo de Adrienne Rich⁶ sobre la heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana, y las evidencias arqueológicas de comportamientos homosexuales en la Grecia Antigua de Dover⁷. Posteriormente habría que destacar el cambio social surgido a partir de los movimientos a favor de los derechos de las mujeres, los homosexuales, la lucha contra el sida y la incorporación de a las ciencias de otros investigadores, además de los ancestrales hombres blancos, heterosexuales, burgueses, de mediana edad y protestantes. Asimismo, el creciente interés de las instituciones universitarias por estudiar las sexualidades, también provocó un aliciente para los estudios queer.

La primera universidad estadounidense que contribuyó al desarrollo de la teoría queer fue Columbia University en 1989, posteriormente las de Duke, New York, el “Center for Lesbian and Gay Studies” de la City University de New York. En Estados Unidos se editan las principales revistas periódicas de estudios sobre la diversidad sexual como *The Journal of Sex Research*, *Journal of Homosexuality*, *Journal of the History of Sexuality*, *A Journal of Lesbian and Gay Studies*. En Europa, la pionera fue la Universidad de Utrech con su “Departamento de estudios interdisciplinarios gays y lesbianos” que edita el *Forum Homosexualität und Literatur*. Además, la Universidad de Ámsterdam tiene el Centro “Homodok”. En España se han realizado tesis doctorales sobre trabajo sexual, homosexualidad y lesbianismo de las cuales algunas obras se han publicado a través de editoriales independientes⁸. En la Universidad de Gran Canaria se ofrece desde el 2002 una asignatura de libre configuración en la carrera de Derecho sobre orientaciones sexuales, y se han dictado cursos sobre Transexualidad en las Universidades de Sevilla (2001) y Menéndez Pelayo (2000). En Latinoamérica, Colombia ha realizado investigaciones sobre homosexualidad y trabajo sexual. La Universidad de Bahía en Brasil ha documentado las muertes por

⁶ RICH, Adrienne. *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Chicago: University. [Versión en español: *Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana*. Duoda. Revista d’Estudis Feministes núm. 10, 1996.

⁷ DOVER K.J. *Greek Homosexuality*. New York: Vintage Books, 1980.

⁸ Véase por ejemplo, GARCIA VALDÉS, Alberto. *Historia y presente de la homosexualidad: análisis crítico de un fenómeno conflictivo*. Universidad Complutense de Madrid: Tesis Doctoral; director Bonifacio Piga Sánchez-Mórate, 1980. LLAMAS MUÑOZ, Ricardo. *Discurso y realidad: el sentido de la cotidianidad gai y lesbica en el Occidente Contemporáneo*. Universidad Complutense de Madrid: Tesis Doctoral; director: Ludolfo Paramio Rodrigo, 1995. ALFEO ÁLVAREZ, Juan Carlos. *La imagen del personaje homosexual masculino como protagonista de la cinematografía española*. Universidad Complutense de Madrid Tesis Doctoral, director: Francisco García, 1997. VILLAMIL PEREZ, Fernando. *Homosexualidad y sida*. Universidad Complutense de Madrid: Tesis Doctoral, directora: Rosario Otegui Pascual, 2001.

homofobia en aquel país y ha estudiado profundamente fenómenos como la transexualidad, la bisexualidad, el lesbianismo y la homosexualidad. En México, la Escuela Nacional de Antropología e Historia ha publicado recientemente⁹ un estudio sobre las concepciones de género en el Istmo de Tehuantepec, con una importante población indígena zapoteca, donde conviven hombres, mujeres y “muxes” (transgenéricos con alto valor social en Oaxaca). Por otro lado, la Universidad Nacional Autónoma de México tiene el Programa Universitario de Estudios de Género que ofrece el “Seminario de investigación en Diversidad Sexual” desde 1999. Además, la Autónoma de México publica nuevas investigaciones y traduce textos al español de otras lenguas sobre género y diversidad sexual.

⁹ MIANO BORRUSO, Marinella. *Hombre, mujer y muxes en el Istmo de Tehuantepec*, México: Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), 2003.

2. La identidad performativa de Judith Butler

Los estudios de género han sido emparentados con la teoría queer al discutir identidades (mujeres en el primer caso, gays y lesbianas en otro), reformulando nuevos procesos de identificación y diferenciación en torno a la sexualidad. Judith Butler ha ejercido una gran influencia dentro de la teoría feminista y los estudios queer por proponer una concepción del género imitativa y representativa. *Gender trouble* es el texto iniciático de la teoría queer; en éste Butler señala que, el género es esencialmente identificación, que consiste en una fantasía dentro de otra fantasía: El género se define, según Butler en lo que denomina *el performance*; la repetición que imita constantemente la fantasía que constituyen las significaciones de manera encarnada. Bajo esta visión, los comportamientos tan criticados como el amaneramiento de algunos gays, transexuales o las relaciones *butch (camionera)/feme* con su imitación particular del género, revelan, según Butler, la estructura imitativa propia del género.¹⁰

¹⁰ BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and Subversión of Identity*. Londres, Routledge., 1990.

¹¹ BUTLER, Judith (1991, versión original en inglés). *Imitación e insubordinación de género*. *Revista de Occidente*, n° 235, diciembre, 2000.

En *Imitación e insubordinación de género* ¹¹ Butler

cuestiona sobre la posibilidad de teorizar como *lesbiana*, siendo ésta una categoría de identidad, un requerimiento a convertirse en aquello que ya es.¹² Las categorías de identidad tienden a ser instrumentos de regímenes regularizadores, tanto si obran como categorías normalizadoras de estructuras opresoras, como si sirven de encuentro para una oposición liberadora. Es decir, la categoría “lesbiana” es tan reguladora como lo es la categoría “heterosexual”. Para Butler cualquier categoría de identidad controla el erotismo, describe, autoriza, y en mucho menor medida, libera. La teoría no debiera entenderse en el simple sentido de contemplación desinteresada, sino que es totalmente política. Butler rechaza ser defensora de alguna teoría que legitime y domestique los estudios sobre homosexualidad/lesbianismo para entrar al mundo académico, a través de prácticas elitistas. Parte de la idea foucaultiana que, hablar de “homosexualidad” es en sí misma una extensión del discurso homofóbico. Nombrar el lesbianismo es al mismo tiempo evocar al instrumento de poder, pero también un punto de resistencia a la opresión. ¿La sexualidad deja de ser sexualidad tras someterla a la absoluta explicitud?

¹² *Ibid.*, p. 86.

Butler afirma que, los vocablos “lesbiana” y “gay” no brindan ninguna revelación transparente, existen por la necesidad de representar un sector político oprimido. Como paradigma de lo que exige ser controlado, regulado y clasificado en un espacio de ruptura, confusión y conflicto. Ésta es la finalidad de los discursos médico-jurídicos que han denotado a gays y lesbianas como identidades imposibles, desastres naturales y errores de clasificación. Butler considera que la naturaleza de la homosexualidad es como un disfraz necesario cuyo objetivo es “representar”: *Soy lesbiana* de una forma más totalizadora y completa mientras la representación exista, en la forma en que esa naturaleza lesbiana se afirma, se instituye, circula y se crea. No se trata de una actuación, un “yo” que

interpreta su lesbianismo como un papel, sino de un juego arraigado en lo psíquico, a través de una repetida representación del “yo” lesbiano.

Para Butler, todo lo que somos es una imitación, una sombra de la realidad. La heterosexualidad forzosa se presenta como lo auténtico, lo verdadero, lo original. “Ser” lesbiana es una forma de imitación, un nulo esfuerzo por participar en la fantasmática plenitud de una heterosexualidad naturalizadora. El travestismo no es una imitación de un género auténtico, sino que es, la misma estructura imitativa que asume *cualquier* género. No hay género “masculino” propio del varón, ni uno “femenino” que pertenece a las mujeres; el género es consecuencia de un sistema coercitivo que se apropia de los valores culturales de los sexos. El género es una forma de representación y aproximación, por lo cual, el travestismo es la forma más corriente en que los géneros se teatralizan, se apropian, se usan y se fabrican. La heterosexualidad debe asumirse como una repetición coercitiva y obligada de los fantasmas ontológicos “hombre” y “mujer”, que exigen ser los fundamentos normativos de lo real. Sin embargo, el sujeto no elige la actuación del género libremente, sino que, tal representación de la heterosexualidad es obligatoria, bajo amenaza de sufrir castigo y violencia por cruzar las fronteras del género; aunque la transgresión también provoca encanto y placer.

3. La conservación del *hombre* mediante la negación del deseo homosexual

En *Excitable Speech. Contagious word* (1997) Judith Butler asegura que, el homosexual es el sujeto que se niega a sí mismo, quien permanece prohibido describirse a sí mismo. El término “homosexual” tiene que ser atribuido por otras personas. La autonegación es el requisito indispensable para el ejército y la sobrevivencia.¹³ Hacer referencia a la propia condición es interpretado como conducta homosexual. No es

¹³ BUTLER, Judith (1997 en su versión en inglés). *Palabra contagiosa*. Paranoia y “homosexualidad” en el ejército. Reverso, n° 1, 2000.

posible concebir la idea “soy homosexual pero no ejerzo”. Para Butler, la autodefinición homosexual es interpretada explícitamente como una conducta contagiosa y ofensiva. La frase “soy homosexual” no sólo es descriptiva, sino que también demuestra la conducta homosexual. La enunciación de la propia homosexualidad, atribuye precisamente aquello que dice. Es más, para Butler, la afirmación “soy homosexual” es pues, increíblemente malinterpretada como “te deseo sexualmente”. La expresión que se realiza en primera persona y de manera introspectiva, se toma por una afirmación que anuncia el acto en sí mismo, la intención de actuar: el vehículo de la seducción. Si la frase “soy homosexual” se tomara como lo que realmente es, se consideraría como la manifestación pública del significado cultural y político del deseo entre personas del mismo sexo. La práctica de la homosexualidad, no es la experiencia sexual en sí misma, sino el ejercicio discursivo que le hace tener significado.

Sin embargo, como advierte Freud en *Tótem y tabú*, la mención de los nombres prohibidos, es temida por el miedo a desencadenar las pasiones profundas contenidas por el silencio. La represión de la homosexualidad masculina tiene como objetivo la conformación de la hombría y la estabilidad del sistema de género. Con lo cual, la feroz represión a nombrar la homosexualidad es el miedo atroz a liberar la homosexualidad contenida. En consecuencia, para Butler, un “hombre” es un homosexual que se niega a sí mismo.¹⁴

¹⁴ *Ibid.*, p. 20.

La sublimación de la homosexualidad se produce a través de la represión del deseo homosexual. Esta sublimación del deseo homosexual es de suma importancia porque garantiza la pertenencia social y la ciudadanía –la adhesión a la ley y su incorporación-. El temor del sistema se expresa al afirmar que la cohesión social requiere la prohibición de la homosexualidad, puesto que si los hombres hablan

de su homosexualidad, esto amenaza con destrozarse la homosociabilidad que fusiona a la clase masculina. La cohesión se describe como un mágico *no sé qué* que mantiene unidos a los varones. Por otro lado, el sistema controla al sujeto homosexual a través de la culpabilidad y el miedo. Butler sostiene que, la insatisfacción provocada por el incumplimiento de la norma heterosexual, se transforma en sentimiento de culpa que genera el terror de perder el amor del prójimo, el castigo de los padres y la censura social. De modo que la prohibición se convierte en el territorio y la satisfacción del deseo. Según Freud la prohibición no pretende la destrucción del deseo; por el contrario, hostiga la reproducción del deseo prohibido y se incrementa mediante las renunciaciones que realiza. Esto significa que *nunca* se renuncia al deseo, sino que se reafirma y se preserva en la propia estructura de la renuncia. La prohibición rechaza y consiente el deseo homosexual simultáneamente.

La declaración de la homosexualidad perturba la integridad y los fundamentos del orden social, con lo cual, la represión del discurso homosexual garantiza la sociabilidad mientras ésta permanezca en silencio. El hecho de decir que se es homosexual no es en sí mismo un acto homosexual, ni mucho menos un ataque homosexual. Para Butler, la homosexualidad sólo es un comportamiento sexual en un sentido muy restringido, ya que subyacen representaciones en torno a ella que *no son* propiamente homosexualidad. Nombrar esta palabra, ataca las fronteras de lo social; se malinterpreta como una seducción o una agresión, se entiende que es realizado y transmitido -bajo la metáfora del sida-, en un intento de reducir la homosexualidad dentro de un conjunto patológico de figuraciones que la define como una acción agresiva y contagiosa. El oído paranoico cierra la brecha entre la verbalización de un deseo y el deseo que se verbaliza.

El imaginario colectivo limita el estallido de la homosexualidad porque concibe la propia palabra

como un fluido peligroso, una sustancia contagiosa. Implícitamente comparada a partir de la metáfora del sida, y creará que se “transmite” como si fuera una enfermedad. La afirmación “soy lesbiana” no es en cierta forma un acto, sino una forma de hablar ritual que tiene el poder de *ser* lo que se *dice*, no una mera representación de la sexualidad, sino un acto y, por tanto, una ofensa; cuyo peligro radica en la posibilidad de contagio. Butler reitera: Si digo “soy homosexual” delante de ti, tú te ves envuelto en la “homosexualidad” que yo expreso; se supone que lo dicho establece una relación entre el hablante y la audiencia, y si el hablante proclama su homosexualidad, la relación discursiva es constituida en virtud de esa manifestación, y esa misma homosexualidad es transmitida en un sentido transitivo.¹⁵

¹⁵ *Ibid.*, p.25.

Butler descubre interesantes revelaciones sobre la homofobia:

- ✓ En primer término, cuestiona si la prohibición de la homosexualidad es la homosexualidad en sí misma: ¿con cuanta precisión puede interpretarse el sentirse despreciado u ofendido como una variante de la homosexualidad?. La homofobia que se manifiesta en el desprecio, la ofensa es la forma externa imaginada que adopta la prohibición contra la homosexualidad.
- ✓ La vulnerabilidad social del homosexual a la ofensa es proyectada en una opinión generalizada de los Otros como seres con un comportamiento represor y despreciador. En la idea de los Otros como seres que regulan, observan y juzgan descansa la fragilidad de los homosexuales.
- ✓ La sublimación psíquica de la homosexualidad crea la noción de lo social, un escenario imaginativo que se convierte en la “conciencia”, y que prepara al individuo para la cohesión social sobre el que se sostiene la ciudadanía –la incorporación a la ley y su adhesión –.

- ✓ El desprecio y las ofensas no son sólo los efectos de un deseo que se ha vuelto sobre sí mismo, y el efecto de los juicios de Otros. Más bien, es la coincidencia del juicio de Otros y ese volverse contra sí mismo, lo que conforma el escenario imaginario del deseo condenado que registra psíquicamente las ofensas y el desprecio.¹⁶

¹⁶ *Ibid.*, p. 28-29.

Butler concluye que, los sentimientos homosexuales son necesarios para el amor a la humanidad en la forma en que éstos se “combinan” eufemísticamente con los instintos de la propia conservación para producir “hombres”. La conservación del “hombre propiamente dicho” depende de desviar y mantener desviada, su propia homosexualidad. *El ideal del yo* (o concepto de sí mismo) se forma mediante la eliminación de grandes cantidades de deseo homosexual. Sin embargo, esta homosexualidad no es sencillamente reprimida o desviada, sino que se vuelve siempre sobre sí misma. *El ideal del yo* en la homosexualidad y su prohibición se “combinan” en la figura del sujeto heterosexual. En este sentido es interesante subrayar que en la teoría queer, la desviación se produce, a diferencia de lo planteado por Goffman, Durkheim o Merton, a través de desviar el natural deseo homosexual para crear “verdaderos hombres”.

4. Expropiación y resignificación del discurso homofóbico

En el texto *Critical queer* “Críticamente subversiva”, Judith Butler señala que el término “queer” ha obrado desde una práctica lingüística cuyo objetivo ha sido la degradación del sujeto al que se refiere. Ha constituido al personaje señalado *mediante* ese insulto degradante. Butler señala que la resignificación de queer, adquiere todo su poder a través de la invocación repetida que la relaciona con, acusaciones, patologías e insultos.

Queer es un vínculo entre significados homofóbicos que intentan resignificarse.¹⁷

Para Butler, las normas de género funcionan exigiendo la encarnación de algunos ideales de feminidad y masculinidad, que casi siempre van unidos a la idealización de la unión heterosexual. En esta acepción la enunciación performativa “¡Es niña!”, anticipa el decreto: “Yo os declaro marido y mujer”. De ahí, la delicia de los cómics en los cuales se replica por primera vez al bebé de la forma siguiente: “¡Es lesbiana!”. Según Butler, lejos de ser una broma esencialista, la apropiación queer de la expresión performativa imita y expone tanto el poder vinculante de la ley heterosexualizante como su *expropiación*.¹⁸ Dar nombre a la niña es el comienzo del proceso por el cual se impone la “feminización”. La feminidad no es el producto de una elección, sino la llamada forzosa de una regla cuya compleja historicidad es inherente a las relaciones de disciplina, regulación y castigo. Este acuerdo a las reglas del género es necesario para que tengamos derecho a ser “alguien”. De esta adhesión a las reglas depende la formación del sujeto. Por lo tanto, el género de ninguna manera debe entenderse como una elección o un artificio que podamos intercambiar. Por lo que no es posible concebir el género como un rol o una construcción que uno se viste cada mañana. No existe ese “alguien” que va al guardarropa del género y deliberadamente decide de qué género va a ir ese día. Butler sugiere que la libertad, la posibilidad y la capacidad de acción se establecen dentro de un seno fundado en las relaciones de poder. En *Críticamente subversiva* Butler asevera que, la performatividad del género sexual no consiste en elegir de qué género seremos hoy. Performatividad es repetir las reglas mediante las cuales nos concretamos. No se trata de una construcción absoluta de una persona sexuada genéricamente, sino es una repetición obligatoria de anteriores normas que configuran al individuo. Estas normas conforman y delimitan a la persona y son

¹⁷ BUTLER, Judith. “Critical queer”. En *CLQ: A journal of Lesbian and Gay, Studies*, 1. [Versión en español: *Críticamente subversiva*. En MÉRIDA JIMÉNEZ Rafael M. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002.

¹⁸ *Ibid.*, p. 65-66.

también los recursos a partir de los cuales se inicia la subversión y la resistencia. En consecuencia, el género es performativo ya que es el *efecto* de un régimen que establece las diferencias de género de manera coercitiva. Los tabúes, las amenazas correctivas, las prohibiciones e incluso las reglas sociales, operan a través de la repetición ritualizada de las normas. Butler añade que la heterosexualidad maniobra mediante la estabilidad de las normas de género. Es por eso que la homofobia suele actuar a través de la atribución a los homosexuales de un género fallido y dañado. Designando “masculinas” a las lesbianas, “afeminados” a los hombres gay, y “pervertidos” a los transexuales. El terror homofóbico a los actos homosexuales es en realidad, un terror a perder el propio género y no volver a ser una “mujer de verdad” o un “hombre de verdad”. De ahí que sea fundamental señalar la forma en que la sexualidad se regula mediante el control y la humillación del género.¹⁹

¹⁹ *Ibid.*, p. 74.

Para Butler, la relación entre sexualidad y género se conforma a través de la relación entre identificación y deseo. No obstante, el discurso heterosexual exige como requisito que deseo e identificación se excluyan mutuamente: quien se identifica con un determinado género debe desear a una persona de un género distinto. Si desear a un hombre no implica necesariamente identificarse como mujer y desear a una mujer no involucra una identificación masculina, el sistema heterosexual no es más que una lógica *imaginaria* que continuamente reproduce su propia ingobernabilidad. La naturalización de la heterosexualidad, no es más que un espejismo. Fuss (1989) cuestiona ¿existe acaso alguna identidad “natural?”. La identidad no es más que un constructo político, histórico, psíquico o lingüístico; una muestra de ello es que para los que ejercitan la política de la identidad, la identidad determina necesariamente la acción política.²⁰

²⁰ FUSS, D. *Essentially Speaking. Feminism, Nature and Difference.* Londres, Routledge, 1989.

Eve Kosofsky Sedgwick en *Epistemología del armario* afirma que, existe un poderoso vínculo entre la

homosociabilidad masculina y la prohibición de la homosexualidad: el deseo intermasculino se hace legible mediante su desviación hacia relaciones triangulares que implican a una mujer. Para Sedgwick el pánico homosexual realiza un doble acto de taxonomía: por un lado señala la existencia de una minoría bien diferenciada de personas gays y, por el otro, una minoría de “homosexuales latentes” entre la población general que soportan una inseguridad sobre su propia masculinidad.²¹ Alfredo Martínez Expósito sostiene que, forjamos nuestras ideas sobre la sexualidad a través de metáforas cuyos efectos no siempre son predecibles. El mismo término *homosexualidad* se acuña con referencia a un modelo simplista bipolar y zoológico de la sexualidad masculina. Según Martínez Expósito, la cultura occidental ha simbolizado la sexualidad en representaciones de la pareja heterosexual, que legitima su naturaleza *animal* por medio del concepto de *amor*. La metáfora implícita de la expresión *hacer el amor* prueba el nivel de identificación entre actividad sexual y sentimiento amoroso. Sin embargo, la actividad sexual entre varones no ha gozado de la traducción al ennobecedor terreno de los sentimientos. Para Martínez Expósito *amor homosexual* encierra una contradicción, puesto que deposita un significado demasiado zoológico (incluso demasiado depravado) que no concuerda con la elevación espiritual inherente a la idea de amor. Mientras que el amor es uno de los grandes temas de nuestra cultura, el *amor homosexual* es uno de sus grandes tabúes.²²

Con respecto a la sexualidad entre mujeres, Monique Wittig (1993) señala que, para el sistema las lesbianas no son mujeres de “verdad”, lo que deslegitima su propio régimen de afectos y placeres. Para Diana Fuss, la insistencia de designar a las lesbianas como “mujeres caídas” funciona para excluirlas de la categoría misma de la sexualidad y situarlas en el fracaso de la identificación. La etimología de *cadere*

²¹ SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemología del armario*. Barcelona: La Tempestad, 1998.

²² MARTÍNEZ EXPOSITO, Alfredo. Desplazamiento semántico y escenificación: dos aspectos semióticos de la identidad sexual. *Reverso* n° 2, Madrid, 2000.

(“caer” en latín) nos hace pensar en cadáveres. Las identidades lésbicas son inherentemente *suicidas* porque impiden la entrada al mundo de la sociabilidad, la sexualidad y la subjetividad. Fuss sugiere que en el psicoanálisis los homosexuales son representados como sujetos histéricos.²³ Ricardo Llamas (1998) en *Teoría torcida* sugiere que, la realidad “bollera”²⁴ y “marica” se sitúan en otra dimensión, en otra realidad, en otro mundo. No están definidas con relación a las estructuras del “Orden”. Lesbianas y gays no dialogan con instancias de represión, sino que constituyen espacios de resistencia. Para Llamas el discurso marica/bollero tiene mucho que ver con el activismo radical de la lucha contra el sida de *Act Up* y el revolucionario movimiento de *Lesbian Avengers* (Lesbianas vengadoras).²⁵

²³ FUSS, Diana. *Fred's fallen women: identification, desire an a case of homosexuality in a women*, Yale Journal of Criticism, 6: 1, 1993 [Versión en Español: *Las mujeres caídas de Freud: identificación, deseo y “un caso de homosexualidad en una mujer”*]. En MERIDA JIMÉNEZ, R. *Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria, 2002.

²⁴ El término “bollera” hace referencia a la acción de amasar, “hacer bollos”, “hacer tortillas”, de tocar manualmente: Puesto que en las prácticas lésbicas se presume que no hay penetración, el acto sexual entre mujeres se realiza a través de tocamientos, caricias y manipulación.

²⁵ LLAMAS, Ricardo. *Teoría torcida*. Madrid: Siglo XXI, 1998.

²⁶ Citado en MERIDA JIMÉNEZ, Rafael. *Sexualidades transgresoras. Op. cit.*, p. 13-14, 2002.

Rafael Mérida (2002) sostiene que, el sujeto que plantea la teoría queer rechaza toda clasificación sexual. Destruye la identidad gay, lésbica, transexual, travestí, e incluso hetero, para englobarlas en un “totalizador” mundo raro, subversivo y trasgresor. Que promueve un cambio social y colectivo desde muy diferentes instancias en contra de toda condena: “Ser queer no significa combatir por un derecho a la intimidad, sino por la libertad pública de ser quien eres, cada día, en contra de la opresión: la homofobia, el racismo, la misoginia, la intolerancia de los hipócritas religiosos y de nuestro propio odio (pues nos han enseñado cuidadosamente a odiarnos). Y ahora, también significa luchar contra un virus y contra los antihomosexuales que usan al sida para barrernos de la faz de la tierra”²⁶

Como se ha visto, la teoría queer revaloriza las cuestiones de género, identidades y sexualidades en un marco de agudeza crítica con la finalidad de desestabilizar no sólo al sistema, sino también a la Academia (Queering the Academy). Su propósito ha sido seguido por numerosos investigadores y actualmente está en proceso de expansión. La intención de la teoría queer no es crear una teoría contemplativa,

sino una herramienta de participación política, por lo que está vinculada a movimientos antirracistas, antibélicos y antiglobalización. La mayor aportación de esta teoría radica en ofrecer nuevas explicaciones bajo un marco conceptual en el que confluyen el género y la sexualidad; los significados y sus resistencias para dar origen a nuevas significaciones. El término queer ejemplifica este proceso.

A manera de Conclusión

Una crítica a la teoría queer es que al considerar el género y la homosexualidad como una construcción cultural, en el fondo no hace más que negar la existencia natural o intrínseca de la homosexualidad. Es decir, el sujeto homosexual no existe sustancialmente, sino significados para los actos entre personas del mismo sexo. En otras palabras, la condición definitiva homosexual no existe en sí misma, sólo las distintas significaciones de dichos actos enmarcados en un contexto cultural. Sin cultura no hay homosexual. Algo así plantea el feminismo al eliminar las dicotomías masculino/femenino y proponer el cyborg o la liberación del yo como ente indomable. Al destruir el binarismo se extingue coyunturalmente a la mujer como sujeto. El cyborg no es real, es una metáfora más como lo es el homosexual o la mujer. Algunas propuestas de los planteamientos queer resultan convincentes, pero desde luego no resuelven la cuestión, incluso resultan sospechosas ¿No se trata de deconstruir una categoría opresiva para construir otra igualmente asfixiante?

Referências

ALFEO ÁLVAREZ, Juan Carlos. *La imagen del personaje homosexual masculino como protagonista de la cinematografía española*. Universidad Complutense de Madrid Tesis Doctoral, director: Francisco García, 1997.

BOSWELL, John (1980 primera edición en inglés). *Cristianismo, Tolerancia y Homosexualidad*. Barcelona: Muchnik, 1993.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and Subversión of Identity*. Londres, Routledge, 1990.

BUTLER, Judith (1991, versión original en inglés). Imitación e insubordinación de género. *Revista de Occidente*, n. 235, diciembre 2000.

BUTLER, Judith (1997 en su versión en inglés). Palabra contagiosa. Paranoia y “homosexualidad” en el ejército. *Reverso*, n. 1, 2000.

BUTLER, Judith. “Critical queer”. En *CLQ: A journal of Lesbian and Gay, Studies*, 1, 1993. [Versión en español: *Críticamente subversiva*. En MÉRIDA JIMÉNEZ Rafael M. (*Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002.

DOVER K.J. *Greek Homosexuality*. New York: Vintage Books, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité, 1. La volonté de savoir*. Paris . Gallimard, 1976. Primera Edición en Español: *Historia de la sexualidad. 1. La voluntad del saber*. México, Siglo XXI, 1977.

FUSS, D. *Essentially Speaking. Feminism, Nature and Difference*. Londres: Routledge, 1989.

FUSS, Diana. *Freud's fallen women: identification, desire an a case of homosexuality in a women*, Yale Journal of Criticism, 6: 1, 1993. [Versión en Español. Las mujeres caídas de Freud: identificación, deseo y “un caso de homosexualidad en una mujer”. En MERIDA JIMÉNEZ, R. *Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria, 2002]

GUASCH, Òscar. *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Alertes, 2000.

_____. *La sociedad rosa*. Barcelona: Anagrama, 1998.

LLAMAS MUÑOZ, Ricardo. *Discurso y realidad: el sentido de la cotidianidad gai y lésbica en el Occidente Contemporáneo*. Universidad Complutense de Madrid: Tesis Doctoral; director: Ludolfo Paramio Rodrigo, 1995.

LLAMAS, Ricardo. *Teoría torcida*. Madrid: Siglo XXI, 1998.

LLAMAS, Ricardo. *Teoría torcida*. Prejuicios y discursos en torno a la “homosexualidad”. Madrid: Siglo XXI, 1998.

MARTÍNEZ EXPOSITO, Alfredo. Desplazamiento semántico y escenificación: dos aspectos semióticos de la identidad sexual. *Reverso* n° 2, Madrid.

MERIDA JIMENEZ, Rafael. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002.

MIANO BORRUSO, Marinella. *Hombre, mujer y muxxe en el Istmo de Tehuantepec*, México: Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), 2003.

RICH, Adrienne. *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Chicago: University, 1980. [Versión en español: *Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana*. Duoda. Revista d'Estudis Feministes n. 10, 1996.]

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemología del armario*. Barcelona: La Tempesta, 1998.

VILLAMIL PEREZ, Fernando. *Homosexualidad y sida*. Universidad Complutense de Madrid: Tesis Doctoral, directora: Rosario Otegui Pascual, 2001.

WEEKS, J. (edición en español). *Sexualidad*. México: Pados & Programa Universitario de Estudios de Género. Universidad Nacional Autónoma de México, 1998.

A 'Boa' e as 'Boas': o consumo de cerveja e de mulheres nos comerciais de TV¹

Karla Manvailer Enacles
Luciana Patrícia Zucco

Resumo: Este artigo é vinculado à pesquisa “Sexualidade em Discursos: um estudo sobre revistas femininas e masculinas” e tem como objetivo analisar os discursos de gênero e a visão do feminino nos comerciais televisivos da cerveja Antarctica. A abordagem utilizada foi a qualitativa² e a construção dos dados se deu a partir da análise de discursos³. Foram selecionados cinco comerciais do “Bar da Boa”, (2006 e 2007). Neste o corpo feminino é entendido como objeto de consumo para homens e de desejo para mulheres, assim como, o apelo sexual é uma das mais importantes estratégias utilizadas pela publicidade nestes comerciais. Tais representações são materializadas através de um padrão de beleza, de raça e etnia e de comportamento dos gêneros. O produto cerveja e o “produto” mulher, de maneira erotizada, são veiculados pela TV e incitados a serem consumidos.

Palavras-chave: Gênero. Feminino. Mídia Televisiva. Corpo. Cerveja.

- ² MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2006.
- ³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

Karla Manvailer Enacles. Escola de Serviço Social – UFRJ (karlamanvalier@hotmail.com) Estrada Intendente Magalhães, 188 – Casa 35 – Campinho – Rio de Janeiro/RJ Telefones: (21) 2458-1901 / (21) 8723-6811

Luciana Patrícia Zucco. Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (lpzucco@uol.com.br).

¹ Texto recebido: 01/09/2008.
Texto aprovado: 20/10/2008.

⁴ Minayo, *Op. cit.*

⁵ Orlandi. *Op. cit.*

Abstract: This article is linked to the research "Sexuality in Speeches: a study on women's and men's magazines" and aims to analyze the speeches of gender and vision of female in the television commercial for Antarctica beer. The approach used was the qualitative ⁴ and the construction of the data took on the analysis of speeches⁵. It was selected five of the "Bar da Boa" commercials, (2006 and 2007). In this, female body is understood like an object of consumer for men and as a desire for women, like the sex appeal is one of the most important strategies used by the advertising in these commercial too. Such representations are materialized through a standard of beauty, race and ethnicity and behavior of genres. The product beer and the "product" woman, so erotized, run by TV and encouraged to be consumed.

Keywords: Genre. Female. Television Media. Body. Beer.

Introdução

*Às vezes penso que eu assisto TV
Como o cãozinho que olha o frango rodar
Que mais e mais saboroso de se ver
Aguça cada vez mais meu paladar*

*E quando uma gotinha de óleo cai
Como uma novidade que entra no ar
Eu paro tudo, eu paro de pensar
Só pra ficar te olhando, televisão*

*Porque o que está lá dentro
É tudo o que eu quero ter
Porque o que está lá dentro
É tudo o que não posso ser
Pato Fu - Televisão de Cachorro*

O presente artigo analisa os discursos de gênero, na mídia televisiva, veiculados pelas propagandas da

marca de cerveja Antarctica, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. Estas são produzidas pela agência de publicidade AlmapBBDO e datam de 2006 e 2007.

O interesse pela temática surge da pesquisa “Sexualidade em discurso: um estudo sobre revistas femininas e masculinas”, e, posteriormente, de um estudo sobre sexualidade nos meios de comunicação de massa. Neste, a questão de gênero foi tematizada como objeto dos meios técnicos de comunicação.

O discurso de gênero na mídia televisiva ocupa um espaço significativo em seus diferentes programas, com destaque ao humor, às novelas e às propagandas⁶. Institui normas de comportamento e de relacionamentos, que repercutem valores partilhados pela cultura ocidental e brasileira. Através da cultura é possível perceber que as relações de poder são inseparáveis da dimensão política, uma vez que aquela se constitui em uma prática de significações, logo em um campo no qual diferentes sentidos se confrontam⁷.

Na década de 70, com o movimento feminista, novas portas são abertas para a discussão sob as perspectivas de gênero. O discurso de gênero traz consigo a possibilidade de abordar o prazer sexual, antes não cogitada, da qual a publicidade se apropria para materializar nas mercadorias um significado erótico. Tal significado atua, quase sempre, como uma forma de incitação ao consumo⁸.

A partir de uma lógica de atração criada pela publicidade, se faz necessário a utilização de estratégias que, carregadas de valores simbólicos, entrelaçam uma relação consumidor-produto. É através destes valores que “o produto desperta em nós algo tão subjetivo como o desejo”⁹.

Na publicidade, as relações de gênero são representadas através de diferentes sentidos e não se resumem à relação homem-mulher, mas a objetos, situações e atribuições que cabem ao feminino e ao masculino¹⁰. Transmite, então, um leque de sentidos e

⁶ ZUCCO, Luciana Patrícia. *Mulher Maravilha*. Sexualidade feminina em discursos nas revistas ‘Claudia’ e ‘Mulher dia-a-dia’. Rio de Janeiro, 2007. 225f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher), Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

⁷ SABAT, Ruth. Imagens de gêneros e produção da cultura. In: FUNCK, S.B.; WIDHOLZER, N. (Org.). *Gênero em discurso na mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.93-118.

⁸ MORIN, Edgar. O ‘Eros’ Cotidiano. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*. v.I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p.119-124.

⁹ SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 Jul 2008. : 10.1590/S0104-026X2001000100002.

¹⁰ SABAT, Ruth. *Op. Cit.*, 2005.

¹¹ GOLDENBERG, Mirian. *Gênero e corpo na cultura brasileira*. Psicol. clin.. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sciarttext&pid=S0103-56652005000200006&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 10 dez 2007. doi: 10.1590/S0103-56652005000200006.

¹² MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em waúde*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2006.

¹³ “Normalmente consiste numa série de televisão com personagens comuns onde existem uma ou mais histórias de humor encenadas em ambientes comuns como família, grupo de amigos, local de trabalho” (informações retiradas do endereço eletrônico: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sitcom>).

¹⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

¹⁵ O símbolo @ é adotado por diversas publicações feministas e visa a incorporar feminino e masculino na linguagem, sem flexioná-la à referência masculina. É uma tentativa de introduzir uma linguagem anti sexista na produção teórica e, em última instância, na prática dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento. Para tanto, ver CFEMEA (2006).

de valores e estabelece padrões a serem seguidos. O corpo feminino nas propagandas atua como símbolo de desejo para os homens e de cobiça para as mulheres. Este corpo varia conforme o “contexto histórico e cultural” e institui um modelo em cada sociedade¹¹.

O caminho percorrido: delimitação da abordagem

A abordagem deste estudo é qualitativa¹² e o *corpus* é composto por cinco comerciais do “Bar da Boa”, que datam de 2006 e 2007, lançados pela Antarctica. Segundo a Companhia Ambev, após o lançamento da campanha da “BOA”, em 2003, a marca de cerveja Antarctica consolida sua posição no mercado brasileiro, chegando a ficar em terceiro lugar em vendas. Posteriormente, a empresa cria os comerciais do “Bar da Boa” e inova com o formato *sitcom*¹³.

Para tanto, utilizou-se como método a análise de discurso, recorrendo a Orlandi¹⁴ como fonte. Este tipo de análise trabalha a produção do sentido da idéia que se deseja transmitir. Não há preocupação com a interpretação, mas com o que há por de trás das mensagens, ou seja, com os discursos. Logo, entende-se que nestes não há neutralidade, tampouco em suas análises.

A análise de discurso servirá como instrumento necessário e fundamental para a compreensão dos comerciais da cerveja Antarctica. A partir da observação do sentido das falas, da situação em cena e do modo como @s¹⁵ personagens se apresentam, é possível traçar de maneira objetiva o discurso de gênero e a visão do feminino e do masculino nas campanhas do “Bar da Boa”. Nesse sentido, ao situar o gênero na publicidade, algumas noções sobre mídia televisiva, publicidade e gênero serão trabalhadas. Em seguida, serão apresentados os principais resultados e considerações.

Meios Técnicos de Comunicação: significados e valores

Recorrendo aos sentidos das palavras, meio significa “via, caminho”, e comunicação “ato ou efeito de comunicar, processo de emissão, transmissão e recepção de mensagens por meio de métodos e/ou sistemas convencionados”¹⁶. Thompson¹⁷ utiliza o termo meio técnico de comunicação e faz um contraponto com o termo meio de comunicação de massa. Entende que os indivíduos com os quais estes meios estabelecem comunicação não se tratam de uma massa homogênea e sim de sujeitos que também ajudam a construir este processo. Logo, os sujeitos não são inteiramente alienados e não compartilham a todo tempo das mesmas opiniões, valores, crenças e relações. Considerando tal compreensão, ao tratar da televisão, empregou-se no decorrer do artigo o termo meio técnico de comunicação.

O surgimento da TV no Brasil ocorreu na década de 1950, sendo o quarto país a implementar essa tecnologia, ficando atrás apenas de Estados Unidos, Inglaterra e França. Em 1951, a televisão começa a ser utilizada como veículo publicitário, tornando-se a propaganda uma das mais eficazes estratégias da publicidade desde então.

Segundo Fujisawa¹⁸:

Os comerciais de televisão estimulam o lado direito do cérebro, pois este é o lado emocional que reconhece rostos, cores, formas, músicas, movimentos e trabalha de modo global e intuitivo. É mais musical, responde à novidade e ao desconhecido. É nesse hemisfério que se deve investir para que os comerciais sejam captados. O lado direito do cérebro é capaz de assimilar as mensagens com facilidade. Ele identifica uma forma sugerida apenas com poucas linhas, pois conecta pontos, compondo as imagens.

O produto de um anunciante pode ganhar maior destaque, revelando melhor suas características por

¹⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Eletrônico*. Positivo Informática Ltda. versão 5.12.,2004. CD-ROM.

¹⁷ THOMPSON, John Bodine. Comunicação e contexto social. In: *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes,1998, p.19-36.

¹⁸ FUJISAWA, Marie Suzuki. *Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão*. São Paulo: Summus, 2006.

¹⁹ NETO, Antonio Rosa. Atração global a convergência da mídia e tecnologia. São Paulo: Makron, 1998. p. 5-7.

²⁰ FUJISAWA, Marie Suzuki. *Op. Cit.*

²¹ MEDRADO, Benedito. Discursos sobre o masculino: Um panorama da masculinidade nos comerciais de TV. In: Lugar Comum. Estudos de mídia, cultura e democracia. v. 1, n. 2. NEPCOM, 1997, p. 161-178.

intermédio da TV. Através desta, valores são aditados permitindo uma efetiva comunicação entre os anunciantes e os consumidores. Seu atrativo está na rapidez com que as informações chegam e são captadas pelo telespectador. Para Neto¹⁹, a TV é “um meio bastante completo, pois reúne imagem, som, cor e movimento”, alcançando com maior intuito os objetivos que o anunciante propõe ao produto.

O anunciante se apropria da mídia televisiva para lançar campanhas publicitárias e comerciais cada vez mais envolventes, estimulando os sentidos para atingir seu intento, que é o consumo. A publicidade trabalha com a finalidade de aproximar um produto de seu consumidor, relacionando-o, através do comercial, com elementos de seu cotidiano²⁰. Promove, com isso, identificação entre espectador e produto, dotando-o de visibilidade e sedução.

Por sua vez, ao publicitário cabe a tarefa de explorar a criatividade, para que o comercial possa ser capaz de instigar e de gerar sensações e sentimentos que impulsionem a aquisição do produto. Nessa perspectiva, Medrado²¹ afirma que a publicidade dispõe de “um leque de repertórios” que transmite ao telespectador a importância do produto para sua vida.

Publicidade e Antárctica: “Enquanto isso, no Bar da Boa...”

No ano de 1885 a Companhia Antárctica Paulista é fundada para produzir, a princípio, gelo, presuntos e outros artigos suínos. A cerveja teve seu primeiro anúncio publicado no jornal “A Província de São Paulo” (atual Estado de São Paulo), em março de 1889: “Cerveja Antárctica em garrafa e em barril - encontra-se à venda no depósito da fábrica à Rua Boa Vista, 50”. Em 1895 a Antárctica ganha sua primeira logomarca: uma estrela de seis pontas com a letra “A” no centro.

As primeiras campanhas de cerveja criadas no

Brasil seguiam a tendência europeia, utilizando cartazes artísticos feitos, em sua maioria, por artistas europeus que retratavam, algumas vezes, a mulher²². Em um curto espaço de tempo, as mídias agregaram mais e mais valores aos produtos oferecidos. Através de novas estratégias, os diferentes meios tentaram atender a lógica do consumo e aumentaram o poder de venda do produto. No século XXI, tal dinâmica é retratada pela marca Antarctica, com os filmes da campanha da “Boa” no formato Sitcom. Após o início da referida Campanha, em 2003, o sucesso de divulgação foi comprovado pelo crescimento constante da Antarctica Pilsen no mercado²³, tornando sólida sua terceira posição como marca de cerveja mais vendida do País.

O primeiro comercial da série “Bar da Boa” tem como garota propaganda a atriz Juliana Paes. O comercial foi ao ar em outubro de 2006 e inicia com a narrativa do locutor, mais a cena externa do bar: “este é o Bar da boa...”. A cena segue adentrando ao bar para apresentar a dona do estabelecimento, mostrando a atriz Juliana Paes com o dizer do locutor: “pra você ter uma idéia esta é a dona – boooa, toda boa”. Segue a fala da atriz: “a boa é essa aqui, oh”, expondo uma garrafa da cerveja Antarctica nas mãos.

O locutor apresenta “a galera que trabalha lá”, passando rapidamente por todos os funcionários, dando ênfase ao falar “boooa”, quando a câmera mostra a garçonete loira. As garçonetes vestem um vestido ‘tomara-que-caia’ que lembra um copo em forma de tulipa cheio de cerveja com a logomarca da Antarctica.

A seguir focaliza homens e mulheres freqüentadores do bar, sendo uma minoria negra. A cena continua apresentando os enunciados sobre a cerveja: “e principalmente, essa é a cerveja que é servida lá. Muito boa!”, e completa: “por isso, aqui só tem gente boa. Pelo menos enquanto tiver Boa”. O comercial termina com o diálogo entre dois homens com a atriz Juliana

²² MÄDER, Maria Paula Mansur. Metamorfoses figurativas: imagens femininas na publicidade de cerveja/ Maria Paula Mansur Mäder. In: Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná Curitiba: UTP/ 2003. Disponível em: <http://www.utp.br/proppe/edcint/BibliotecaVirtual/M C L / Maria%20P%20M%20Mader/MPMader.pdf>. Acesso em: 20 de Nov. 2007.

²³ “A marca registrava 9,1% de market share, segundo dados da AC Nielsen. De lá pra cá, apresentou um crescimento de três pontos percentuais, alcançando em outubro de 2006 o índice de 12.2%. Dados obtidos no site Portal da Propaganda: <http://www.portaldapropaganda.com> (consultado em novembro de 2007).

²⁴ "Um slogan publicitário é frequentemente usado como uma identificação de fácil memorização, agregando um valor único à empresa, produto ou serviço, sendo esse valor concreto ou não" (Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Slogan>).

Paes, em função de a cerveja ter acabado. Um dos homens pergunta exclamativamente: "que isso?". A atriz chega com dois copos de cerveja e ressalta: "calma gente, tem pra todo mundo". Após, vem o *slogan*²⁴ da marca, que é repetido nos demais comerciais analisados: "Boa, só se for Antarctica", juntamente com a advertência: "Aprecie com Moderação".

O próximo comercial da campanha é veiculado em dezembro de 2006. É iniciado com a fala do locutor: "Enquanto isso, no Bar da Boa..." (que se repete nos comerciais seguintes). Após, dois homens sentados à mesa pedem para Juliana Paes uma cerveja: "Ju, vê uma 'Boa' pra gente?". A atriz, apontando primeiro para uma garrafa e um copo de cerveja Antarctica, responde: "Qual? A da direita...?". A cena focaliza a figura, para, posteriormente, mostrar a atriz, que dá continuidade ao enunciado: "ou a da esquerda?". Nesse momento, a imagem destaca a garçonete loira.

A cena segue como se tivesse passado muitas horas, mostrando tanto o movimento de pessoas no bar quanto os dois homens com expressão de dúvida no rosto. Quando anoitece, Juliana torna a perguntar: "E aí?". No bar todos param, a música para e um dos homens responde: "a da direita" (cerveja) e o outro diz: "Peraí", indagando: "Dá pra da esquerda servir" (garçonete). A atriz responde: "Boa moleque!". O filme termina com o *slogan* da cerveja: "Boa, só se for Antarctica", "Aprecie com Moderação".

Outro comercial utilizado para a análise foi o de fevereiro de 2007. Dando continuidade ao formato *sitcom*, a cena começa com o diálogo entre uma mulher, vestida com um biquíni e quatro homens: "Gente, tá o maior calor. Vou pra praia!". Um dos homens se levanta, afirmando que irá pegar "uma boa". A mulher continua: "Passa um pouquinho de óleo em mim?". Os três homens criam desculpas diante de sua solicitação. Ela levanta-se e dirige-se ao homem que fora pedir outra cerveja, pedindo a ele que passe o

óleo em suas costas. Este prontamente atende ao pedido. Com uma música instrumental e lenta ao fundo, a cena prossegue com a expressão de prazer do homem ao passar o óleo bronzeador na mulher.

A dona do bar chega ao balcão com a cerveja Antártica para entregá-la ao rapaz. Ao fundo, uma fala masculina sem identificação enuncia: “Ih! Vai dançar!”. Ao pegar o copo de cerveja, o homem não consegue, devido ao óleo em suas mãos, que faz o copo escorregar. Seus amigos riem, e segue o slogan, intertextualmente, pronunciado pelo locutor: “Boa, só se for Antártica”, “Aprecie com Moderação”. Com uma garrafa de cerveja nas mãos, Juliana Paes finaliza o comercial, exclamando: “Tadinho gente! Dirige se ao rapaz e pede: “Abre a boquinha vai!”, insinuando que dará a bebida em sua boca.

O quarto comercial, de março de 2007, começa com a comemoração de aniversário de um personagem chamado “Dudu”. Juliana chega com a garçonete loira e a cerveja, anunciando: “em homenagem ao Dudu, uma rodada de ‘Boa’ para comemorar”. Um dos homens afirma: “Peraí. A ‘Boa’ já está aqui. Agora, falta a rodada!”. E, Juliana: “Que rodada?”. “Dá uma rodadinha!”, fala o homem, gesticulando com a mão para que ela dê uma rodada sobre o próprio corpo. A dona do Bar pergunta: “Como? Está maluco?”, e Dudu completa: “Poxal! Considera, é meu aniversário!”.

Juliana ao afirmar: “Ah! Sai fora!”, dirige se ao balcão. Acaba, portanto, dando meia volta e ficando de costas, proporcionando ao grupo o que ele lhe pediu. As pessoas asseguram que ela rodou e, no momento que Juliana retorna para o grupo, “roda” de novo. O comercial termina com todos rindo descontraidamente, e com o anúncio do locutor: “Boa, só se for Antártica”, “Aprecie com Moderação”.

O último comercial analisado está no ar desde novembro de 2007, e inicia com a cena do bar cheio. Em uma mesa próxima ao balcão, Wagner Moura

(ator com reconhecimento nacional) levanta-se e comenta: "Espera aí gente! Para, para tudo! Espera aí. O Bar da Boa é ótimo, a decoração é boa, a comidinha é boa, a dona...(breve pausa). Fala de Juliana: "Opa!", e Wagner continua: "...nem se fala. Mas, eu tenho uma pergunta: esse barulho todo, pra quê, hein?". Juliana Paes coloca no balcão um copo de cerveja Antarctica. O ator expressa contentamento e diz lembrar o motivo. Juliana Paes intima Wagner Moura: "Agora mata!", sendo questionada pelo mesmo: "Mata quem?". E obtém a resposta: "Ué, a cerveja!". O diálogo interdiscursivamente recupera uma cena do longa metragem "Tropa de Elite", na qual o ator contracenava. As comemorações no recinto recomeçam e o comercial termina, reafirmando a marca da cerveja: "Boa, só se for Antarctica", "Aprecie com Moderação".

Resultados: "As Boas" da "Boa" - aprecie com moderação!

Vale citar que a "miss Boa" do "Bar da Boa", Juliana Paes, é um grande sucesso nacional, com repercussão também internacional. Em todos os comerciais a identidade e o nome utilizados são da própria atriz. Tal estratégia de publicidade institui vários sentidos, como: a transferência das qualidades de Juliana Paes para o produto; a proximidade com o cotidiano de uma celebridade; a produção de identificação entre atriz e público e, por conseguinte, produto. Em um histórico²⁵ recente de sua carreira, identifica-se que foi capa da *Playboy* em 2004, sendo um dos exemplares mais vendidos da história da revista. Em 2006, a revista *People* a elegeu como uma das cem mulheres sexualmente atraente do mundo e a revista *VIP* a escolheu por duas vezes consecutivas como a mulher sexualmente atraente do planeta. No ano de 2007 foi cogitada à vaga de *Bond Girl* no filme de James Bond. Atualmente, a atriz trabalhou na novela

²⁵ Informações fornecidas pelo endereço eletrônico: http://pt.wikipedia.org/wiki/Juliana_Paes. Acesso em novembro de 2007.

“A Favorita”, veiculada pela emissora de televisão Rede Globo.

Juliana Paes projetou-se com sucesso nos diferentes meios de comunicação e alçou o posto de ícone para homens e mulheres. Além disto, atrizes e modelos, como Juliana Paes, são referências de adolescentes e mulheres, pois representam o ideal de corpo e de beleza. Segundo Goldenberg²⁶, estas carreiras nunca fizeram tanto sucesso quanto na atualidade, ademais elas adquiriram um *status* de celebridade. Logo, o uso de sua imagem não somente reafirma a ‘boa’ tática empregada no comercial da marca de cerveja Antarctica, mas, sobretudo, veicula o produto como sendo aquele o desejado, dentre os demais.

Os homens encontrados nos comerciais em sua maioria são jovens e brancos, conforme Medrado²⁷ identificou em estudos anteriores. Suas roupas sugerem que eles se reúnam em um Happy Hour²⁸ após um dia de trabalho. O padrão de beleza masculino de homem forte, olhos claros, alto e esbelto, não se estende a todos os personagens do “Bar da Boa”, diferentemente do perfil feminino que integra o elenco. As mulheres em todos os filmes da campanha são jovens, magras, cabelos longos e, majoritariamente, de cor branca. A valorização deste esteriótipo pela publicidade cria um padrão de beleza que é sugestivo às mulheres e determina um ideal desejado pelos homens.

Para Beleli²⁹ “Os corpos femininos – ‘figurinhas carimbadas’, algumas vezes literalmente, na publicidade – são expostos como um ‘patrimônio’, um capital cultural que suplanta a inteligência, a competência, atributos tidos como constituidores de masculinidade”. Assim, o corpo feminino é apresentado em maior destaque que o masculino, tendo em vista que o público que mais consome a cerveja Antarctica é masculino e heterossexual, como sugere as campanhas.

Mäder³⁰ reafirma tal colocação quando se reporta à pesquisa realizada por Soares. Nesta, foi constatado

²⁶ GOLDENBERG, Mirian. *Op. Cit.*

²⁷ MEDRADO, Benedito. *Op. Cit.*

²⁸ O termo Happy Hour significa hora feliz em inglês e é utilizado nos momentos de descontração, geralmente em bares que as pessoas freqüentam após o turno de trabalho, no final da semana.

²⁹ BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 15, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2007.

³⁰ MÄDER, Maria Paula Mansur. *Op. Cit.*

que homens ao se reunirem para tomar cerveja, conversam em primeiro lugar sobre mulheres. Por este motivo "as publicidades de cerveja exploram os ambientes alegres, com pessoas reunidas em constantes comemorações onde sempre há belas mulheres pouco vestidas e muito atraentes"³¹.

³¹ *Idem, Ibidem* apud Soares, p.16.

Nesse sentido, aquelas mulheres que atendem ao padrão de beleza construído e vigente na sociedade contemporânea, são utilizadas como recurso chamativo para o público masculino heterossexual. Para Sabat³², essa é uma maneira que as publicidades de cerveja estabelecem para convencer o público a consumir o produto.

³² SABAT, Ruth. *Op. Cit.*

Com base nas descrições dos comerciais, afirma-se a relação que as propagandas estabelecem entre mulheres e cerveja. Nota-se que em todos os comerciais analisados houve uma comparação da cerveja com a mulher, uma vez que o adjetivo "Boa" é utilizado ora para qualificar a bebida, ora para qualificar as personagens femininas, sendo Juliana Paes a "Boa dentre as Boas". As vestimentas das garçonetes recuperam a imagem de um copo de cerveja, que através do interdiscurso faz alusão ao produto promovido.

Tal aparência gera o questionamento: o produto é a cerveja ou as mulheres 'vestidas de cerveja'? Um bom exemplo disto é o comercial onde Juliana Paes indaga os homens sobre qual "boa" eles escolherão: "Ju, vê uma Boa pra gente?" e Juliana Paes responde: "Qual? A da direita ou da esquerda?", apontando respectivamente para a cerveja e a garçonete do comercial.

Além das pessoas, o adjetivo "boa" ainda é utilizado nos comerciais para designar situações e ambientes, mas termina sempre reafirmando a qualidade do produto veiculado: "Boa, só se for Antartica". A Companhia de cerveja Antartica faz do formato *sitcom* em suas propagandas uma estratégia de aproximação com a realidade, que pode ser vivida

pelos consumidores. Atribui à cerveja o referencial de que o consumidor de “Antarctica” só terá situações boas, com pessoas boas – lêem se bonitas – se consumir a cerveja boa, logo, a cerveja Antarctica.

Considerações Finais

Nos discursos das Campanhas, o feminino está relacionado à imagem da mulher como objeto desejado e consumido pelos homens, disputando espaço com a cerveja. Nesse sentido, duas considerações são colocadas. A primeira, o corpo feminino, tratado de maneira erotizada, agrega valor ao produto cerveja, pois sua imagem se funde à marca. A cerveja passa, então, a compartilhar com a atriz do comercial uma identidade, representada como: gostosa, boa e sedutora. Essa identidade é responsável por atrair o consumidor, majoritariamente homens heterossexuais, seduzido pela mensagem.

A segunda consideração decorre da associação estabelecida entre ambos os produtos: cerveja e corpo feminino. A mulher também assumiria características do produto, sendo representada como tal no conjunto das Campanhas. E, por isso, torna-se um bem a ser adquirido pelos consumidores, pois é tão comercializada quanto a cerveja. A mulher passa, então, a tomar o lugar do produto e o produto passa a ser desejado como a mulher³³.

³³ BELELI, Iara. *Op. Cit.*

Logo, imagens femininas e de bebidas são associadas e consumidas como parte de um mesmo produto, embora as mulheres desempenhem papel de destaque nos comerciais de cerveja. Elas são apresentadas como complemento à bebida alcoólica, e substituem os típicos aperitivos que acompanham a cerveja em nossa cultura. São, portanto, aquilo que mais chama a atenção nos comerciais, além da cerveja. Ou seja, mulheres acompanhadas de cerveja ao invés de cerveja acompanhada de uma porção de filé *mignon*.

Como a publicidade se utiliza de campanhas

³⁴ MÄDER, Maria Paula Mansur. *Op. Cit.*

direcionadas a públicos específicos, Mäder³⁴ afirma que por ser a cerveja um produto voltado ao público masculino, cria-se nas propagandas um ar de sedução, com destaques a mulheres belas e quase desnudas. Igualmente, permite-se uma aproximação do produto com o telespectador, pois os comerciais carregam valores e símbolos que caracterizam ou se identificam com aquele público alvo e com o contexto social em que cada um se insere. Através de uma compreensão da identidade do masculino e do feminino, passando pelo discurso de gênero, a publicidade aposta na identificação do consumidor com o “mito criado nas mensagens publicitárias”³⁵.

³⁵ *Idem, Ibidem*, p.16.

O apelo de cunho sexual dita certa maneira de ser e de agir que desperta a atenção dos consumidores. De acordo com a lógica publicitária, um determinado produto convence que é bom quando ele seduz o público. Há, portanto, uma forte indução ao consumo por meio de discursos que fazem apologia ao prazer, promovendo-o. Com isso, a cerveja, que certamente não é um produto erótico, torna-se cada vez mais erotizada pela publicidade³⁶.

³⁶ MORIN, Edgar. *Op. Cit.*

A associação da imagem da mulher ao prazer e à mudança na forma de se vestir ou se despir, utilizando-se de trajes que expõem mais o corpo, só foi possível a partir dos anos 70, com o surgimento do movimento feminista³⁷. Antes disso, as mulheres que se expunham em trajes com ‘menos pano’ ou se portavam de maneira mais sensual eram consideradas promíscuas. À mulher cabia apenas um papel: o de dona de casa, reprodutora e zeladora do lar, dos bons costumes e da família.

³⁷ MÄDER, Maria Paula Mansur. *Op. Cit.*

A representação do corpo, por sua vez, decorre de um padrão ditado pela estética e pela moda. Segundo Araújo³⁸, este se aproxima “daquilo que é considerado o ideal do grupo, inclusive expondo as modificações culturais e as marcas sociais percebidas nas sociedades”. Através de uma alimentação saudável e de exercícios para obter o físico ‘perfeito’, a

³⁸ ARAÚJO, Denise Castilhos de. Verão sem vergonha Dove – expondo novo corpo para o mercado consumidor. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*; 2006, agos. 1-8; Santa Catarina: Mulheres, 2006, p. 1.

preocupação com o culto ao corpo como sinônimo de saúde se aviva a partir da década de 80. O olhar biológico e fisiológico do corpo cede lugar para sua exposição e admiração no âmbito público.

Se por um lado, historicamente a imagem da mulher é instituída como aquela que seduz e conquista, por outro, os discursos da Campanha a representam como produto a ser consumido e obedecendo a um padrão estético. Tal contradição, mais do que representar uma situação de poder do feminino, revela a assimetria outrora presente no espaço da casa, e que se desdobra para o âmbito público.

Outrossim, cria-se nos comerciais um discurso que leva o consumidor a uma relação de particularidade com o produto³⁹, como se este fosse feito para aquele consumidor em específico. Esta relação, que é gerada entre produto consumidor, atravessa todo um ambiente existente nas propagandas para atender determinado público, pois mobiliza significados e sentidos. Assim, cores, músicas, estéticas, falas e até expressões corporais ou faciais significam algo e estão ali por alguma razão.

A publicidade mexe com aquilo que é subjetivo, com o desejo e com os sentidos dos sujeitos. Há todo um aparato presente nos comerciais, em especial nos analisados aqui, que despertam atenção, aguçam o paladar e ativam a visão. Para Fujisawa⁴⁰ “nas inserções da televisão, a percepção do comercial se dá pelo estímulo dos sentidos e será assimilada quando relacionada com o repertório pessoal vivido pelo telespectador”⁴¹. O formato *sitcom* inovou as campanhas de cerveja e o comercial revelou que há uma miscigenação de raças e etnias, apesar da presença de uma maioria branca ainda ser predominante.

Questões como gênero e corpo, segundo Goldenberg⁴², ganharam no final do século XX e no século XXI um foco sob o olhar de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que discutiram a “singularidade do corpo e da construção do gênero

³⁹ SABAT, Ruth. *Op. Cit.*

⁴⁰ FUJISAWA, Marie Suzuki. *Op. Cit.*

⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.58.

⁴² GOLDENBERG, Mirian. *Op. Cit.*

⁴³ *Idem, Ibidem*, p.66.

na nossa cultura"⁴³. Contudo, ainda é longo o caminho a ser percorrido para entendermos o feminino e o masculino como sujeitos de direitos, independente de raça, etnia ou orientação sexual.

Referências

ARAÚJO, Denise Castilhos de. Verão sem vergonha Dove – expondo novo corpo para o mercado consumidor. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*, 2006 ago. 1-8, Santa Catarina: Mulheres, 2006, p. 1-8.

FUJISAWA, Marie Suzuki. *Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão*. São Paulo: Summus, 2006.

MEDRADO, Benedito. Discursos sobre o masculino: um panorama da masculinidade nos comerciais de TV. In: Lugar Comum. *Estudos de mídia, cultura e democracia*. v. 1, n. 2. NEPCOM, 1997, p. 161-178.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2006.

MORIN, Edgar. O 'Eros' Cotidiano. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*. v. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 119-124.

NETO, Antonio Rosa. *Atração global a convergência da mídia e tecnologia*. S.l. Makron, 1998. p. 5-7.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

SABAT, Ruth. Imagens de gêneros e produção da cultura. In: FUNCK, S.B.; WIDHOLZER, N. (Org.). *Gênero em discurso na mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 93-118.

THOMPSON, John Bodine. *Comunicação e Contexto Social*. In: A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-36.

Documentos Eletrônicos

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Eletrônico**. POSITIVO INFORMÁTICA LTDA. versão 5.12., 2004. CD-ROM.

Consultados on-line

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Nov. 2007.

GOLDENBERG, Mirian. *Gênero e corpo na cultura brasileira*. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sciarttext&pid=S0103-56652005000200006&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 10 Dez 2007. doi: 10.1590/S0103-56652005000200006.

MÄDER, Maria Paula Mansur. *Metamorfoses figurativas: imagens femininas na publicidade de cerveja*/ Maria Paula Mansur Mäder. in: Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná Curitiba: UTP/ 2003. Disponível em: <http://www.utp.br/proppe/edcient/BibliotecaVirtual/MCL/Maria%20P%20M%20Mader/MPMader.pdf>. Acesso em: 20 de Nov. 2007.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 Jul 2008. : 10.1590/S0104-026X2001000100002.

Sites consultados

<http://br.geocities.com/cervisiafilia/cervbras3.htm> (acesso em nov/2007).

<http://pt.wikipedia.org/> (acesso em dez/2007).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Juliana_Paes (acesso em nov/2007).

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sitcom> (acesso em nov/2007).

<http://vagalume.uol.com.br/pato-fu/televisao-de-cachorro.html> (acesso em nov/2007).

<http://www.almapbbdo.com.br/> (acesso em nov/2007).

<http://www.desencannes.com/festival/2007/xote.html> (acesso em nov/2007).

http://www.nominuto.com/colunas/comercial_amp_marketing/versao_brasileira/9135/ (acessado em nov/2007).

<http://www.portaldapropaganda.com> (acesso em: 26/11/2007).

<http://www.portaldapropaganda.com/comunicacao/2007/11/0015> (acesso em nov/2007).

<http://www.tudosobretv.com.br/historv/tv50.htm> (acesso em dez/2007).

<http://www.utp.br/proppe/edcient/BibliotecaVirtual/MCL/Maria%20P%20M%20Mader/MPMader.pdf> (acesso em nov/2007).

<http://www.efdeportes.com/efd120/corpo-feminino-construcao-da-midia.htm> (acesso em nov/2007).

POLÍTICA FEMINISTA

Abordagens políticas na correspondência de Bertha Lutz: Segunda Guerra Mundial e feminismo¹

João Gabriel da Silva Ascenso
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Resumo: Esse artigo se propõe a analisar, através de parte da correspondência da cientista e feminista brasileira Bertha Lutz, suas opiniões a respeito da segunda guerra mundial e o papel que atribuído às mulheres durante o conflito e na sociedade a ser construída no pós-guerra.

Palavras-chave: Bertha Lutz. Segunda Guerra Mundial. Feminismo. Política.

Abstract: The aim of this article is to analyze, through part of the correspondence belonging to the Brazilian scientist and feminist Bertha Lutz, her opinions concerning world war II and the role she attributed to women during the conflict and in the new society which is being built from the post-war on.

Keywords: Bertha Lutz. World War II. Feminism; Politics.

João Gabriel da Silva Ascenso. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Graduando do curso de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estagiário da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR/MN) desde 2005, e, a partir de 2007, bolsista na seção pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX). (jgascenso@ig.com.br).

Vitor Manoel Marques da Fonseca. Doutor e consultor pelo convênio Arquivo Nacional/Museu Nacional

¹ Texto recebido: 14/11/2008.

Texto aprovado: 02/12/2008.

Bertha Lutz e seu arquivo

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) é nacional e internacionalmente conhecida por seu trabalho científico e por sua atuação na defesa dos direitos da mulher. Formada em Ciências Naturais em Paris, pela Sorbonne, especializa-se em anfíbios anuros, mas exerce seu labor também em outras especialidades da biologia, trabalhando em instituições de renome como o Museu Nacional e o Instituto Oswaldo Cruz, ambos no Rio de Janeiro.

Como feminista, funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922. É deputada federal entre 1936 e 1937, e, ao longo de sua vida, participa de diversas entidades, brasileiras e internacionais, ligadas à luta pela promoção dos direitos das mulheres.²

Parte do seu acervo documental, principalmente aquela relativa a sua vida pessoal e profissional, encontra-se, hoje, na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR)³. Como estagiário da Seção, participo da organização, inventariação e descrição de sua correspondência. A análise dessa correspondência permite identificar alguns dos missivistas, muitos dos quais adquiriram projeção internacional semelhante à dela, no campo da ciência ou no movimento feminista, com quem ela manteve, ao longo do tempo, intercâmbio de idéias e informações.

Filha do conhecido cientista Adolpho Lutz, de família suíça, e da enfermeira inglesa Amy Fowler, Bertha Lutz sempre esteve muito interessada em questões políticas nacionais e internacionais. Sua correspondência deixa transparecer esse interesse, e muitas vezes o explicita. O presente trabalho visa identificar, através desse material, suas opiniões e ações no tocante à Segunda Guerra Mundial e, mais especificamente, o papel que Bertha atribui à mulher durante seu curso e na sociedade do pós-guerra. A maior parte das cartas que utilizei encontra-se em

² É possível obter maiores informações sobre Bertha Lutz e sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino nos verbetes referentes a essas duas entidades em ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 5.v. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

³ Outra parte, mesclada com a da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que Bertha guardava em sua própria residência, é custodiada pelo Arquivo Nacional.

língua inglesa; dessa forma, os fragmentos que apresento ao longo do texto foram, quando necessário, traduzidos por mim. Além disso, a grafia foi modernizada.

Bertha Lutz e a segunda guerra mundial

No período da Primeira Guerra Mundial, Bertha Lutz encontra-se na Inglaterra estudando. A situação de guerra, entretanto, leva-a a fazer um curso de enfermagem, o que determina maior contato com a atuação de mulheres na campanha militar. Talvez daí venha parte de seu encanto pelo movimento feminista, sua preocupação com a questão da guerra e com as condições necessárias para uma paz estável e sua admiração, em particular, pelas mulheres inglesas. De fato, nas correspondências datadas do período correspondente à Segunda Guerra Mundial, essa admiração aparece de maneira bem nítida.

A Segunda Guerra Mundial, conflito que dura de 1939 a 1945, envolve as principais potências de então. Bertha, além de possuir mãe inglesa e de ter estudado na Inglaterra, é muito simpática ao povo inglês – particularmente às mulheres, como já foi dito – e à forma britânica de governo. Tem um significativo número de correspondentes ingleses, tanto no campo científico quanto no do feminismo, o que nos permite, durante os anos do conflito, acompanhar suas opiniões especificamente no tocante à guerra. Além disso, mesmo em muitas das cartas desse período que não são dirigidas à Inglaterra, sua posição a favor dos aliados é evidente.

Bertha é ouvinte assídua da *British Broadcasting Corporation* (BBC), com cujos representantes chega a se corresponder para sugerir formas de melhorar a propaganda dos aliados na América Latina. Propõe, por exemplo, que algumas emissões de rádio sejam feitas em língua portuguesa ou em espanhol, como forma de ampliar o acesso ao conteúdo da rádio –

embora tenha ficado extremamente decepcionada quando essas emissões deixaram totalmente de ser realizadas em inglês, língua que, esperava, “[...] será um dia aquela de todas as criaturas humanas civilizadas”.⁴

⁴ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a funcionário da British Broadcasting Corporation (BBC), 11 jul. 1939.

Ela comenta os rumos da Guerra com evidências de os acompanhar cuidadosamente, chegando inclusive a palpitar sobre a forma de conduzir os combates. Partindo, provavelmente, de sua experiência na Europa da Primeira Guerra Mundial, quando os norte-americanos tardaram muito a tomar partido e a assumir uma participação efetiva, Bertha escreve à sua amiga norte-americana Rhea O. Baker, também feminista:

Ainda assim, eu sempre gostei de ação direta. Vocês devem declarar guerra e lutar contra os alemães corretamente. Vocês vão, no final, mas os louros da vitória devem justamente ir para a Inglaterra.⁵

⁵ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a Rhea O. Baker, 30 mar. 1941.

Critica, dessa forma, os Estados Unidos, que ainda não tinham declarado guerra ao Eixo e, portanto, não participavam na guerra com o envio de tropas, lembrando que eram os ingleses que vinham sustentando, desde início, essa luta.

Bertha nutre grande admiração pelo parlamentarismo inglês e, particularmente, pela figura de Churchill. Na mesma carta para Rhea, escreve:

Tenho a impressão de que, nos Estados Unidos, os presidentes têm muito poder e que a forma original de democracia pressupõe um governo parlamentar, mas é somente na Inglaterra que o parlamento é mais sensato que o Executivo. [...] O homem que eu mais admiro é realmente Churchill, e é pura admiração, já que ele não foi um bom feminista nos seus tempos de juventude. Fico feliz de você estar se envolvendo mais profundamente com essas coisas porque, se a Inglaterra caísse, o continente desse lado estaria em situação tão ruim quanto a Europa continental, mas a Inglaterra não vai cair.⁶

⁶ *Ibidem*.

Muitos anos mais tarde, em julho de 1968, Bertha comenta com seu colega José Miguel Cei, biólogo argentino, os movimentos de Maio de 68. É interessante observar como, mesmo na discussão de fatos ocorridos tão depois da Segunda Guerra Mundial e da morte de Churchill, a figura desse estadista ainda lhe é cara:

Pode ser que não tenha razão, porém acho, como Churchill, um erro dar tanto apoio à mocidade já que o trabalho do mundo é feito, como ele diz, por gente meio velha, meio gorda, meio sem fôlego, mas com disposição para trabalhar.⁷

Bertha é membro da *International Alliance of Women*, grupo formalmente constituído em Berlim em 1904 – representando mais de cinqüenta organizações de cunho feminista do mundo todo – que almejava, através de uma ação conjunta internacional, alcançar vários objetivos, como o sufrágio feminino e a inserção da mulher no mercado de trabalho, ideais expressos na máxima *Equal Rights – Equal Responsibilities* (direitos iguais, responsabilidade iguais). A feminista mantém correspondência com a inglesa Margery Corbett Ashby, presidente dessa instituição.

Durante a guerra, Ashby descreve a situação do lugar onde vivia, Haywards Heath, no sudeste inglês, em 1940. Por meio dessa correspondência, podemos perceber um pouco do cotidiano da guerra na Inglaterra, quando, por exemplo, Margery relata a explosão de uma mina terrestre atrás de sua casa, o que a danifica parcialmente.

A leitura das missivas trocadas permite observar uma convergência de idéias entre as duas feministas, no que diz respeito ao povo britânico e às ações a serem promovidas em nome da paz e da democracia. Em carta de outubro de 1940, em meio às duras condições impostas à Grã-Bretanha pela situação de guerra, Ashby comenta: “Eu fiquei maravilhada com

⁷ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a José Miguel Cei, 8 jul. 1968.

⁸ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Margery Corbett Ashby a Bertha Maria Julia Lutz, 22 out. 1940.

o povo espanhol e chinês, mas vejo agora que nossa gente britânica é brava e alegre.”⁸ Um pouco antes, na mesma correspondência, afirma:

Eu fiquei muito feliz de receber as notas da sua palestra que deve ter sido um grande sucesso. Dá-nos o sentimento mais caloroso e confortante saber que você está pensando e trabalhando enquanto nós estamos temporariamente engajados em outro front, da luta pela liberdade e democracia.⁹

⁹ *Ibidem*.

Bertha e Ashby trabalham na *Alliance* no contato com mulheres de várias partes do mundo, no que chamam “luta pela liberdade e democracia”. “Se você puder, dê atenção especial em manter contato com Charaoui, no Egito, e Lady Mahar de Singh, na Índia. Você pode fazer algum contato na China? As mulheres lá são maravilhosas hoje em dia”.¹⁰

¹⁰ *Ibidem*, s/d.

A luta pelas mulheres, no entanto, deve manter-se neutra no que toca a disputas políticas entre nações:

Você poderia escrever a mesma carta que escreveu para o Egito para a nossa sociedade na Síria? Elas se uniram a nós depois de minha visita lá, mas ficaram profundamente desapontadas por não termos aceito lutar pelos árabes contra judeus e termos mantido a *Alliance* neutra. No entanto, elas pagaram agora a sua taxa de filiação e escreveram-nos muito amavelmente, então uma carta vinda de você poderia fortalecer-lhes a resolução de trabalhar conosco e ajudá-las a entender que o nosso trabalho é, primeiramente, pelas mulheres e que, apesar de trabalharmos pela paz, não podemos intervir entre habitantes de um país.¹¹

¹¹ *Ibidem*, 10 abr. 1940.

Sobre a atuação da mulher durante a Segunda Guerra Mundial, é significativa a correspondência que Bertha recebe de Rhea, em que esta manifesta sua revolta quanto à recusa dos serviços de mulheres pilotos que haviam se voluntariado para o serviço militar:

Não, eu não quero nem nunca quis ser um homem, mas me ressinto com todas as minhas forças que não seja possível que eu faça coisas porque eu não o sou. O jornal de ontem tinha uma nota sobre sete mulheres canadenses que são pilotos craques. Elas tinham se voluntariado para o serviço militar e foram recusadas. É esse tipo de discriminação que me deixa indignada. Eu posso dirigir um carro tão bem quanto qualquer homem e tenho certeza de que poderia pilotar um avião tão bem quanto qualquer um. Portanto, por que meus serviços não seriam igualmente bem-vindos, quando o serviço é tão necessário?¹²

A revolta por parte de Rhea é perfeitamente compreensível se levarmos em conta seu ambiente intelectual. Se a causa feminista afirma a igualdade de gênero, a responsabilidade pela luta na Guerra também deve ser de ambos os sexos. Assim como Bertha, Rhea tem posições bastante firmes no sentido da defesa dos aliados durante o conflito. Como explicar que a mulher seja excluída desse esforço de guerra? No entanto, outras correspondências revelam o conhecimento de que, mesmo de forma restrita, a participação feminina na Guerra efetivamente existe. Em carta de junho 1944, a tenente coronel americana Betty Bandel escreve a Bertha afirmando que adoraria ajudá-la a compreender o método norte-americano de utilização das mulheres no serviço de guerra.¹³

De qualquer forma, Bertha lamenta poder fazer tão pouco, durante a Guerra, a favor dos aliados. Sua amiga Rhea sente o mesmo:

Eu gostaria de ser merecedora do tributo que você me paga ao dizer que sou um excelente espécime das filhas do ‘Tio Sam’, mas durante essa guerra terrível eu tenho me sentido tão inútil que tenho começado a me sentir mais como uma filha postiça. Eu realmente gostaria de ter algumas contribuições a fazer ao esforço de guerra. Ofereci-me como voluntária em todas as direções, mas até agora todos os esforços em prestar serviços foram

¹² MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Rhea O. Baker a Bertha Maria Julia Lutz, [17 jun. 1944].

¹³ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Betty Bandel a Bertha Maria Julia Lutz, 13 jun. 1944.

infrutíferos. Suponho que eles acham que sou muito velha. Então, tenho tido de me contentar com essas contribuições menores, como jardinagem, conservar comida, fazer meu próprio trabalho etc. Acho que isso é, de uma certa forma, uma contribuição para o esforço de guerra, mas gostaríamos de estar fazendo alguma coisa menos indireta. Eu me lembro sempre do verso de [John] Milton, ‘They also serve who only stand and wait’ [também ajuda quem apenas pára e espera]. Às vezes, acho que parar e esperar, particularmente quando você tem alguém querido em serviço como eu tenho, é o serviço mais duro de todos a se prestar.¹⁴

¹⁴ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Rhea O. Baker a Bertha Maria Julia Lutz, 17 jan. 1944. O ‘alguém querido’ a quem Rhea se refere é, na verdade, seu filho, que serve na Segunda Guerra Mundial.

A resposta de Bertha é:

É estranho que você tenha citado [esse verso], já que eu estava pensando nisso quando eu comecei a ler a sua carta. Há muitos de nós, particularmente anglo-saxões, homens e mulheres, mais velhos ou de meia idade, para quem essa guerra trouxe exatamente essa experiência. Há algo de errado no modo com que somos deixados ociosos, ou comparativamente ociosos. Esse é um de meus pensamentos constantes sobre essa guerra e me faz sorrir quando eu escuto que um esforço total de guerra está sendo feito. Há, no entanto, provavelmente alguma coisa boa nisso. É o mundo da próxima geração que está sendo construído pelo canhão, a bomba e a espada, então talvez esteja certo que a juventude deva ter de fazer a maior parte. Pessoalmente, tudo o que eu posso fazer é [illegível] e de noite monitorar para a B.B.C. e a propaganda, quando seis horas de trabalho no laboratório e três horas no trânsito me deixaram esgotada e fora de condições para outros esforços. Afinal de contas, se pequenas contribuições são demandadas, o que podemos fazer?¹⁵

¹⁵ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a Rhea O. Baker, 22 fev. 1944.

Apesar de a maior parte da correspondência de Bertha deixar transparecer profundo envolvimento e preocupação com os assuntos de guerra, bem como toda a paixão com que fala de suas convicções

feministas, o humor aparece em algumas passagens, como numa carta à senhora E. Hamilton Smith, em que conta piadas políticas correntes no Brasil sobre a Segunda Guerra Mundial, especificamente em relação à Itália – Bertha as conta depois de afirmar que o povo brasileiro está “perdido em admirações” pela Grã-Bretanha. Uma delas se refere a um cavalo que teria ganhado uma corrida, mas que é desqualificado por ter sido descoberta uma transfusão de sangue italiano nele, a fim de que corresse mais rápido. Outra relata o caso de um homem que, tendo entrado em um restaurante, pede massa e, quando tenta por molho inglês no prato, o macarrão some.¹⁶

A nova sociedade no pós-guerra

Durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, Bertha não atua apenas no âmbito do feminismo. A naturalista se preocupa também com o desenvolvimento das ciências no pós-guerra e sugere que, após o conflito, os equipamentos nele usados sejam empregados para fins científicos. Em carta ao herpetólogo Charles M. Bogert, Bertha propõe:

Depois da guerra nós deveríamos fazer uma tentativa coordenada de conseguir aviões, jipes, pilotos e fotografia aérea feita, disponíveis para pesquisa científica, e talvez estabelecer uma aproximação a problemas herpetológicos continentais pela cooperação, talvez sob os auspícios de um museu como o americano [American Museum of Natural History].¹⁷

Como aparece de forma implícita na carta resposta que Bertha recebe de John S. Gilmour, vice-diretor do *Royal Botanic Gardens*, na Inglaterra, a cientista considera que vencer a Guerra é o imediatamente essencial, mas que quase tão importante quanto isso é criar organizações científicas que, pela cooperação, previnam o surgimento de uma outra.¹⁸

¹⁶ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a E. Hamilton Smith, 14 ago. 1940.

¹⁷ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a Charles M. Bogert, 4 ago. 1944.

¹⁸ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de John S. Gilmour a Bertha Maria Julia Lutz, 9 mai. 1940.

Muito interessante é o papel que Bertha atribui à mulher no pós-guerra. Por meio de uma carta endereçada ao cientista e amigo Arthur L. Loveridge, podemos começar a entender esse papel:

Um Comitê de Mulheres Britânicas está estudando minhas observações na conferência da Organização Internacional do Trabalho. Eu falei nos ‘Pacifist meetings’ e usei Jean Batten, a aviadora da Nova Zelândia que voou de Dakar ao Brasil, como um gancho para uma fala sobre Mulheres e a ‘Peace Conference’. Acredito ter conquistado o público para a idéia de que mulheres como essa devem ser estadistas para serem úteis e disse o que eu tinha de dizer sem ofender ninguém. [...] Tenho esperanças de que Caroline Haslett será uma das líderes internacionais vindouras no mundo do pós-guerra. Mrs Catt diz que acha que as mulheres britânicas devem e vão ser as melhores líderes, já que passaram por tanta coisa de maneira tão heróica.¹⁹

¹⁹ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a Arthur L. Loveridge, 4 ago. 1944.

Caroline Haslett, a quem Bertha se refere, foi a primeira secretária da *Women’s Engineering Society* e primeira diretora da *Electrical Association for Women*, da qual foi co-fundadora. Durante a Primeira Guerra Mundial, ela entrou para a *Cochran Boiler Company*, onde adquiriu um treinamento básico de engenharia e, desde esse tempo, tornou-se uma mulher pioneira nessa área profissional. Dessa forma, Caroline é utilizada por Bertha como exemplo do tipo de mulher que, acredita, ocupará posição de destaque na nova sociedade a se formar.

No entanto, nem todas as opiniões a cerca do pós-guerra e da situação da mulher em seu contexto são otimistas. Em janeiro de 1944, Katherine Bompas, secretária da *International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citizenship*, escreve que não se sente muito feliz a respeito do futuro já que, como diz, a esperança de paz tende a tornar as pessoas mais reacionárias do que o calor da batalha. Segundo ela: “Acho que vamos

ter que lutar muito duro pelas mulheres depois da Guerra, e, Deus sabe, os meios de que nosso movimento dispõe aqui [na Inglaterra] são, na verdade, pobres”.²⁰ Além disso, afirma que:

As notícias quanto à educação das mulheres na Rússia são muito preocupantes, eu acho, e todas as notícias de várias partes do seu continente [americano] não são, tampouco, muito inspiradoras. Então, pessoalmente, não penso em 1944 como um ano muito esperançoso em vários aspectos. Só espero que seja mais auspicioso para você.²¹

Bertha, no entanto, além de delegar às mulheres função de liderança internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, acredita que elas terão papel fundamental no estabelecimento da paz em um novo mundo que se está construindo. Em um rascunho de um texto (provavelmente um discurso) sobre o pós-guerra e o papel da mulher em seu contexto, desenvolve essa idéia através de uma abordagem cientificista e épica. Na primeira parte, analisa o contexto internacional, recorrendo à idéia tradicional de que a guerra era fruto do espírito belicoso dos homens:

Atravessamos um dos momentos mais críticos da História. O mundo ocidental acaba de atravessar uma das maiores orgias de carnificina a que o espírito belicoso e agressivo do sexo masculino periodicamente se deixa arrastar. O organismo social exausto vê-se ameaçado de um colapso econômico fatal. Os sistemas sociais, políticos e econômicos que geraram a luta e que jazem agonizantes em virtude de sua própria fome destruidora suicida, revestem-se de formas estranhas de organização social, semelhantes ao enquistamento dos organismos animais e vegetais inferiores quando se vêem ameaçados de perecer. Entrechocam-se com sistemas novos inteiramente diversos, apontando a incapacidade visceral dos primeiros, os preconceitos sobre os quais repousam, as injustiças

²⁰ MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Katherine Bompas a Bertha Maria Julia Lutz, 11 jan. 1944.

²¹ *Ibidem*.

²² MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Rascunho de discurso em português de Bertha Maria Julia Lutz, [1955?] (BR MN BL.0.FEM.1/123-124).

que toleram e as iniquidades com que compactuam, neles colhem argumentos poderosos para justificar o seu direito de usurpação.²²

A alternativa social passaria pela maior influência da mulher:

Diante de tentativas do passado de engolir o presente, os direitos da mulher, duramente conquistados pela ação universal conjunta, acham-se ameaçados de perecer, enquanto que a rivalidade aguda e o embate encarniado entre o presente e o futuro tornam de mais em mais necessária a influência feminina, conciliadora e construtora.²³

²³ *Ibidem.*

Considerações finais

Não devemos encarar as opiniões acerca de um novo papel a ser ocupado pela mulher no pós-guerra como pertencentes somente a Bertha ou a um círculo restrito de feministas. A Segunda Guerra Mundial é, de fato, internacionalmente, um marco para a afirmação da mulher, não só porque, devido à situação de guerra, muitas mulheres começam a trabalhar enquanto seus maridos combatem, mas também devido ao crescimento de movimentos feministas no mundo todo, com os quais, em grande parte, Bertha mantém contato regular.

A participação da mulher nos esforços de guerra, ainda que de maneira restrita, e sua maior inserção no mercado de trabalho, levam naturalmente ao crescimento de sua posição social, bem como a uma certa autonomia, e nem todas as mulheres estão dispostas a abrir mão dessas aquisições depois do fim do conflito.

No texto “*Woman’s Place After the War*”, ou “O Lugar da Mulher depois da Guerra”, Eleanor Roosevelt, primeira dama norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial, escreve que o maior papel

da mulher no país continua sendo o de se casar e cuidar do lar, da família e dos filhos. Afirma, ainda, que não acredita que as mulheres que procuraram um emprego por causa da guerra continuarão a trabalhar depois que, com o seu fim, sua família e filhos a chamarem de volta. Eleanor, no entanto, admite que, se mesmo sem precisar trabalhar, a mulher tiver energia para tanto e quiser aumentar os padrões de vida da família, ela deve ter a oportunidade de fazê-lo, contanto que não venha a competir com o homem, que seria o verdadeiro provedor do lar.²⁴

Bertha, obviamente, possui uma visão bastante diferente a esse respeito – para ela o direito ao trabalho deveria ser igual, afinal a capacidade para trabalhar é a mesma. Mais do que isso, tem uma opinião firme sobre a exaustão de um sistema político que, como diz, baseia-se nos instintos masculinos agressivos e injustos e acredita que o mundo caminha para uma crescente necessidade da presença da mulher nos círculos do Estado. Tal presença, além de manifestar a igualdade de capacidade para com o sexo masculino, teria uma influência benéfica universal, já que o pacifismo seria uma característica tipicamente feminina e necessária tanto a homens quanto a mulheres.

Não se pode dizer que essa opinião é a mais popular no início do pós-guerra, mas, de qualquer forma, a própria percepção da função da mulher na sociedade se está modificando, como os escritos de Eleanor Roosevelt deixam transparecer, e esse entendimento é fundamental.

Referências

ROOSEVELT, Eleanor. Woman's Place After the War. In: *Selected writings of Eleanor Roosevelt*, 1944, Nova Iorque. Portal New Deal Network. Disponível em: (<http://newdeal.feri.org/er/er15.htm>). Acesso em: 03 out. 2008.

²⁴ ROOSEVELT, Eleanor. Woman's Place After the War. In: *Selected writings of Eleanor Roosevelt*, 1944, Nova Iorque. Portal New Deal Network. Disponível em: (<http://newdeal.feri.org/er/er15.htm>). Acesso em: 03 out. 2008.

Fontes documentais

MUSEU Nacional (Brasil). Fundo Bertha Lutz. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a Arthur L. Loveridge, 4 ago. 1944.

———. Carta de Betty Bandel a Bertha Maria Julia Lutz, 13 jun. 1944.

———. Cartas entre Bertha Maria Julia Lutz e funcionários da British Broadcasting Corporation (BBC), 24 jan. 1938/8 dez. 1939.

———. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a Charles M. Bogert, 4 ago. 1944.

———. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a E. Hamilton Smith, 14 ago. 1940.

———. Carta de John S. Gilmour a Bertha Maria Julia Lutz, 9 maio. 1940.

———. Carta de Bertha Maria Julia Lutz a José Miguel Cei, 8 jul. 1968.

———. Carta de Katherine Bompas a Bertha Maria Julia Lutz, 11 jan. 1944.

———. Cartas de Margery Corbett Ashby a Bertha Maria Julia Lutz, 10 abr. 1940/22 out. 1940 (e carta sem data).

———. Cartas entre Bertha Maria Julia Lutz e Rhea O. Baker, [30 mar. 1941/17 jun. 1944?].

———. Rascunho de discurso de Bertha Maria Julia Lutz, [1955?] (BR MN BL.0.FEM.1/123-124).

Política feminista e mudanças institucionais no Estado brasileiro: canais participativos para implantação de políticas públicas na década de 1990¹

Silvana Aparecida Mariano

Resumo: A crítica política feminista, especialmente nas últimas quatro décadas, apresenta uma importante contribuição para o debate em torno de questões tratadas pelas teorias políticas. O desenvolvimento, teórico e político, de uma concepção questionadora das relações sociais de gênero constitui-se em um fator de questionamento dos pilares da democracia representativa e de promoção da democracia participativa, o que tem provocado reflexos na organização do Estado. Com isto, assiste-se no Brasil ao processo de criação de novos formatos institucionais no interior dos aparelhos estatais, o que representa tentativas de aperfeiçoamento da democracia na gestão de políticas públicas, com mais fôlego a partir da década de 1990. O feminismo e o movimento de mulheres colocam-se, portanto, como importantes atores para a análise das temáticas sobre Estado e democracia e participação social na definição de políticas públicas.

Palavras-chave: Democracia. Gênero. Feminismo. Reformas no Estado. Políticas Públicas.

Silvana Aparecida Mariano. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp (silvanamariano@yahoo.com.br). Professora da Universidade Federal de Uberlândia. silvanamariano@yahoo.com.br

¹ Texto recebido: 23/10/2008.
Texto aprovado: 12/12/2008.

Abstract: The feminism political criticism, especially in the last four decades, presents an important contribution for the debate on issues focused by political theories. The theoretical and political development of a questioning conception of gender social relationships is a questioning factor of the representative democracy's key stones and of promotion of participatory democracy as well, what has provoked reflexes on the State organization. Therefore, Brazil has seen a process of creation of new institutional formats in the State apparatus, what represents attempts of democracy improvement in the administration of public policies, mainly from the 90s. Therefore, the feminism and the women's movement are placed as important actors for the analysis of the themes about the State and democracy, and social participation in the definition of public policies as well.

Keywords: Democracy. Gender. Feminism. State reforms. Public Policies.

Introdução

A exclusão das mulheres, bem como de outros grupos sociais, na arena pública, a construção da noção de cidadania no ocidente e suas conseqüências para a formação do modelo de democracia excludente, formam a condição histórica sobre a qual muitas feministas dirigem suas críticas, com o propósito de contribuir para a construção de uma democracia inclusiva.

A reflexão sobre cidadania e democracia, implica, contudo, no debate sobre o Estado, uma vez que este centraliza o poder político e assume a responsabilidade pela orientação das políticas públicas. Neste caso, o formato institucional da organização do Estado adquire grande relevância para se pensar na articulação em torno de demandas geradas pela sociedade, onde se inclui o feminismo em particular e o movimento de mulheres em geral. Tem-se nisto, portanto, um dos

pontos de reflexão, debate e proposição do movimento de mulheres.

Por outro lado, sendo o feminismo uma das faces do movimento de mulheres mais amplo, também composto pelo movimento popular de mulheres, outros tipos de organização das mulheres entraram em relação com o feminismo, ampliando assim o campo de influência dos ideais e críticas feministas. Desta forma, temos uma situação em que o feminismo amplia a noção de política, estendendo sua ação para esferas não estatais, não institucionalizadas, sem com isto abandonar suas preocupações quanto ao papel e à atuação do Estado.

Assim, constrói-se uma ponte que potencializa a interação entre movimento de mulheres e Estado, o que forma o cenário que contribui para o engendramento de novas práticas participativas, bem como de criação de novos canais participativos.

Em termos de investigação empírica, o presente trabalho tem como base de reflexão, pesquisa realizada em Londrina junto a grupos do movimento de mulheres e aos órgãos municipais específicos para tratar das questões da mulher. A opção por este Município deve-se ao fato de que o mesmo conta com uma Secretaria Municipal da Mulher² e um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher³, que são estruturas estatais, fruto das reivindicações dos movimentos de mulheres e que representam novas formas institucionais no Estado, objetivando maior participação de atores e atrizes sociais na deliberação e conformação das políticas públicas.

Articulando gênero e democracia, uma das premissas teóricas que orienta este estudo é de que o desenvolvimento de uma concepção feminista questionadora das relações sociais de gênero constitui-se em um importante fator de promoção da democracia participativa, sendo esta uma forma que oferece melhores condições para a participação feminina. Isto é, a percepção de que a esfera pública

² De 1993 até 1997 o órgão funcionou sob o nome de Coordenadoria Especial da Mulher. De 1998 a 2002 atuou como Secretaria Especial da Mulher, quando então passou a denominar-se Secretaria Municipal da Mulher. Neste artigo usaremos sempre o atual nome do órgão.

³ O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Londrina foi criado em março de 1999.

⁴ BLAY. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 133-146; PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marco Zero, 1995. p. 24-55; PINTO. Mulher e Política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Revista Estudos Feministas*, número especial, 257-70, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1994b; ALVAREZ. Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2000. p. 9-25.

⁵ MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

foi constituída com base na exclusão feminina, entre outras, conduz a uma concepção de defesa do seu alargamento e de ampliação dos atores e atrizes que nela atuam. Dessa forma, a politização de gênero é entendida como fator de engendramento da democracia.

No caso específico de Londrina, abordo as características e limites desse processo, considerando um contexto de ausência de grupos feministas e presença do poder público no trato das questões relacionadas a gênero, sendo que, a partir daí, organizações comunitárias femininas e órgãos públicos municipais estabelecem entre si a principal aliança política para legitimar as demandas femininas como campo político.

O Movimento de Mulheres e o Estado: mediações para implantação de políticas públicas

Historicamente a introdução na arena pública de questões relacionadas à mulher, foi, em sua origem, demanda por grupos feministas, sendo estes uma vertente do movimento de mulheres. Analisando o movimento de mulheres desde a década de 1970 até a atualidade, no Brasil, é possível identificar uma trajetória de mudanças em sua relação com o Estado. Essa trajetória vai da negação do Estado, como espaço legítimo de participação, à busca de participação e/ou representação feminina no Estado.⁴ Num outro aspecto, a trajetória feminista vai da postura de defesa de direitos da democracia liberal à postura de questionamento do liberalismo como filosofia política orientadora da atuação do Estado⁵, o que inclui o modelo de formulação das políticas públicas.

No caso brasileiro, no processo de transição democrática, com a eleição de governos progressistas em 1982, uma vertente do movimento feminista passou a identificar o Estado como um importante instrumento para seus ideais de mudança social. Com

isto, a expectativa era de que suas bandeiras constituíssem-se em políticas públicas, o que demandou a participação de quadros feministas nos governos.⁶ Esta participação, contudo, resultou na necessidade de promover mudanças institucionais no interior do Estado, dadas as dificuldades tradicionalmente encontradas com um Estado burocratizado, bem como as novas necessidades geradas pela presença de atores/atrizes com história de participação política nos movimentos sociais, o que significativa também diferença na lógica de administração e de decisão.

Nessa mesma década de 1980, fruto da atuação do movimento de mulheres, e das feministas em particular, foram criadas as delegacias especiais de atendimento à mulher e os conselhos da condição feminina. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ilustra hoje o resultado desse processo. Na década de 1990 foram criadas as coordenadorias e assessorias especiais da mulher. Desde então existem inúmeros órgãos de políticas para mulheres no interior dos poderes executivos municipais, estaduais e federal, a exemplo da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, vinculada à Presidência da República. Tomados globalmente, estes órgãos representam formas de novas institucionalidades no Estado e expressam o interesse de incluir as mulheres na elaboração das políticas públicas, englobando a questão de gênero. Os dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres sintetizam as lutas das mulheres nessa direção.

A criação dessas institucionalidades colocou, por muito tempo, o dilema autonomia *versus* institucionalização política no centro dos debates do movimento de mulheres, em especial entre as feministas⁷. Os riscos denunciados envolvem a possibilidade de cooptação das demandas e/ou lideranças feministas, desarticulação do movimento⁸ e a “tradução político-cultural da parte do Estado” do discurso feminista⁹.

⁶ SCHUMAHER e VARGAS. Lugar no governo: álbi ou conquista? *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n.3, p. 117-49, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1994; BLAY. *Op. cit.*, p. 133-146.

⁷ BLAY. *Idem*; PAOLI, M. C. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, M. (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*: “sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero, 1995. p. 24-55; SCHUMAHER e VARGAS, 1994. *Op. cit.*; TOSCANO, M. e GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

⁸ ALVAREZ, S. E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380; BLAY, 1999. *Op. cit.*

⁹ ALVAREZ, 2000. *Op. cit.*

Além dos riscos que a institucionalização estatal representava para a autonomia do movimento de mulheres, havia ainda as dúvidas quanto à própria eficácia do Estado para implantar políticas de cunho feminista. Este tipo de crítica não estava diretamente voltado aos Governos, mas sim ao Estado em si, em função de suas características estruturais. Questionamentos desse caráter sobrevivem até a atualidade em algumas vertentes do feminismo¹⁰.

¹⁰ *Idem*.

Dessa forma, para as vertentes do movimento que concebem o Estado como instrumento estratégico para a promoção do empoderamento das mulheres, a existência de uma mobilização ativa e externa ao Estado é de fundamental importância na correlação de forças necessária para a implantação de políticas com a perspectiva de gênero, tal como é destacado por Sonia Alvarez e Eva Blay¹¹. Isto exige maior proximidade do movimento de mulheres com o Estado, em comparação com o distanciamento historicamente existente no Brasil entre Estado e sociedade civil, o que o torna abstrato para a maioria dos cidadãos e das cidadãs.

¹¹ ALVAREZ, 1988. *Op. cit.* e BLAY, 1999. *Op. cit.*

Na avaliação de Céli Pinto a penetração dos movimentos sociais no Estado resultaria, sem dúvida, “em perda de um grau de autonomia e em uma real ameaça de perda de identidade”¹². Contudo, para a autora, este é um risco necessário de correr como alternativa para o também necessário alargamento dos campos de ação, visando assim potencializar resultados da atuação dos movimentos. Segundo seus próprios termos,

¹² PINTO, 1994a, *Op. cit.* p. 207.

Os anseios por mais espaços democráticos gestam-se no interior da sociedade civil através dos movimentos sociais, mas não se esgotam aí. Para que suas reivindicações e propostas transcendam a discussão interna e tenham efeitos concretos na vida da sociedade, devem passar em algum momento pelo campo político como propostas partidárias, políticas públicas, ajustes institucionais, etc.¹³.

¹³ *Idem*, p. 259.

Os “ajustes institucionais”, portanto, é um fator necessário para o processo de efetivação das propostas forjadas pelos movimentos sociais, no interior da sociedade civil, quando estas são direcionadas para a ação estatal, como forma de atingir concretamente amplos setores sociais. A centralidade em termos de poder político e de disponibilidade de recursos, torna o Estado um ator essencial para o desenvolvimento de ações que se pretendem socialmente universais, como é o caso das demandas por espaços democráticos e por políticas públicas com a perspectiva de gênero, visando ao empoderamento das mulheres.

Por um lado, se a presença dos movimentos sociais em geral, incluindo-se o movimento de mulheres, e das feministas em particular, na arena pública institucionalizada, tem implicado em mudanças no formato da organização institucional estatal, por outro lado, o próprio movimento de mulheres também passou por processos de mudanças decorrentes dessa participação e/ou presença no Estado, em especial no que diz respeito à autonomia. Portanto, houve mudanças, como é comum de se esperar, nos dois lados da relação – Estado e movimento de mulheres. Nossa preocupação neste artigo, contudo, centra-se nas mudanças provocadas no interior do Estado.

Podemos ver o feminismo como fonte de inspiração e motor para grandes mudanças na sociedade contemporânea, o que inclui as renovações de hábitos e costumes que representam mudanças nos papéis de gênero, sobretudo depois de 1960. Da mesma forma, os ideais feministas, mesmo com todas as variações que podemos encontrar entre as diferentes vertentes feministas, também contribuíram para fomentar mudanças nas teorias do Estado, bem como propuseram, e conquistaram, inovações institucionais nos aparelhos estatais. Como diz Lynne Segal:

Mais completamente que os libertários, as mulheres desenvolveram novas teorias do Estado do bem-estar

social. As mulheres, enquanto mães, entram em contato com o Estado mais diretamente que os homens, na forma de serviços de bem-estar, de dotação de creches, de educação e dos serviços de saúde. Assim, para nós era mais premente analisar o controle do Estado sobre nossas vidas. Estávamos conscientes de que eram as inadequabilidades desses serviços sociais que criavam o fardo suportado hoje principalmente pelas mulheres. E estávamos conscientes de que a dotação que nos era acessível não era a que queríamos.¹⁴

¹⁴ SEGAL, Lynne. Uma experiência local. In: ROWBOTHAM, Sheila, SEGAL, Lynne e WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos. O feminismo e a construção do Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 159.

Para a autora, o interesse das feministas para com o Estado inscreve-se em suas preocupações e luta contra a opressão a que as mulheres são submetidas, sendo que o Estado, via políticas públicas, participa das condições que contribuem para essa opressão. Dessa forma, a luta contra a opressão feminina implica em uma luta também pela mudança do Estado, um dos pontos de apoio e de reprodução das desigualdades de gênero, assim como de raça/etnia e de classe.

As mudanças provocadas pelo feminismo em relação ao Estado, quando se demanda a criação de órgãos estatais com novos formatos, de forma a melhor favorecer a interação entre Estado e sociedade civil e o redirecionamento das políticas públicas que atingem o cotidiano das mulheres e as relações sociais entre homens e mulheres, reserva, portanto, importante contribuição para a democratização do Estado. Temos aqui uma clara compreensão das feministas, em especial as socialistas, de que o Estado não é neutro, mas sim incorpora concepções ideológicas, dentre elas de gênero, que geram obstáculos para as mulheres. Por outro lado, críticas feministas também perceberam que este fator não era razão suficiente para que as feministas voltassem “as costas” para o Estado, pois reconhecer que o Estado não é neutro não é o mesmo que atribuir-lhe um *status* de bloco monolítico. Perceber que o Estado abriga contradições abre as possibilidades de introdução de ideais feministas. Essas mudanças

de concepção e de análise são abordadas por Hilary Wainwright e Lynne Segal, quando dizem que:

Os socialistas tenderam ou a enfatizar a necessidade de se atacar a força diretamente coercitiva do Estado ou, em contrapartida, a fazer exigências como se o Estado fosse uma força neutra. Os movimentos de mulheres têm sido parte de um novo reconhecimento que o sistema estatal de previdência tornou possível¹⁵.

Para os libertários e para muitas feministas, as facetas da mão rasteira do controle do Estado estavam em todas as partes, desde os festivais comunitários às creches e aos asilos para velhos. Tendíamos a argumentar que todo o sistema estava podre, e que era inútil mexer com ele. Não estávamos errados em ressaltar a extensão desse controle estatal sobre nossa vida diária, mas estávamos errados em ver o Estado em todas as suas ramificações como um monolito, e não perceber que poderia haver contradições em seu desenvolvimento. (...) Hoje, deveria ser mais claro que precisamos defender muitos dos serviços estatais existentes, desde o Serviço Nacional de Saúde até o policiamento de trânsito diante das escolas. Não é mais simplesmente uma questão de derrubar o Estado, mas de uma estratégia que lute por uma expansão e transformação dos serviços que ele fornece¹⁶.

A posição das duas autoras revela reformulações no interior do próprio movimento de mulheres e do feminismo. Tais reformulações, por sua vez, geraram mudanças nas formas como passaram a ocorrer suas relações com o Estado, apresentando também contribuições para uma nova forma de fazer a articulação entre autonomia e institucionalização, demonstrando que esta é uma falsa escolha, ou antes, é um falso problema. Para Maria Célia Paoli o antagonismo entre as duas questões já é uma situação superada. O desafio agora para os movimentos sociais é de preservar sua autonomia **na** relação com o Estado, e não mais **sem** o Estado¹⁷.

¹⁵ WAINWRIGHT, H. Introdução. In: ROWBOTHAM, S., SEGAL, L. e WAINWRIGHT, H. *Além dos fragmentos*. O feminismo e a construção do Socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 27.

¹⁶ SEGAL. *Op. cit.*, p. 171 - grifo da autora.

¹⁷ PAOLI. *Op. cit.*

A formulação de novas concepções sobre o Estado entre críticas feministas acompanha o desenvolvimento de novas estratégias adotadas pelo movimento de mulheres na luta contra a opressão feminina e pela superação das desigualdades de gênero, em que o Estado passa a ser compreendido como importante instrumento para ampliação de suas ações.

Nessa mesma direção, muitas feministas têm apontado como objetivo e desafio do movimento de mulheres a luta para dar legitimidade ao Estado. Porém, não se trata de qualquer Estado, mas da busca por um Estado desprivatizado, com mecanismos de participação democrática e com políticas contrárias à concepção neoliberal, entre outras coisas¹⁸. Isto significa que, para esta vertente, as feministas não estão dispostas a apoiar todo e qualquer governo pelo benefício da participação no Estado. Schumacher e Vargas declaram que “... negamos nossa atuação no Estado quando o governo não se mostra aliado às causas feministas e nos recusamos a participar do ‘poder pelo poder’ ou do ‘poder sem poder’”¹⁹.

A reivindicação ao Estado, do movimento de mulheres em geral, e das feministas em particular, diz respeito à incorporação de gênero nas políticas públicas. Em suas propostas, essa incorporação porta um conteúdo crítico em relação às estruturas de poder fundadas no gênero e visa à reestruturação de tal poder. Dessa forma, gênero constitui-se ao mesmo tempo em uma categoria de análise crítica e em um método de planejamento. Contudo, a incorporação de gênero nas políticas públicas muitas vezes vêm acompanhada de mecanismos de subversão do conteúdo feminista. Ocorre com frequência o que Sonia Alvarez chama de “tradução político-cultural da parte do Estado”, quando os governos e a burocracia tomam conceitos dos movimentos em geral, e das feministas em particular, e os traduz para efeitos que nem sempre são aqueles almejados por suas defensoras, reforçando os papéis tradicionais, com “políticas públicas com

¹⁸ MURARO, R. M. O que querem as mulheres do século 21. *Folha de São Paulo*, 29, dez. 2000; WAINWRIGHT, 2000 *apud* SORJ e GOLDENBERG. Entrevista: Hilary w. *revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 115-126, Florianópolis, CFH/UFSC, 2000 e SCHUMAHER e VARGAS. *Op. cit.*

¹⁹ *Idem*, p. 362.

perspectiva de gênero que pouco tem a ver com a equidade e muito menos com o feminismo”²⁰.

Contudo, o risco de uma tradução que possa domesticar a radicalidade da categoria gênero pode ocorrer também no interior do próprio movimento de mulheres. Neste caso, parcelas do movimento de mulheres podem demandar e legitimar ações do Estado que não tenham como finalidade o empoderamento das mulheres e que contribuam para a manutenção do *status quo*, mesmo utilizando como linguagem a “perspectiva de gênero”²¹. Como aponta Mary Louise Pratt, quando não orientada por princípios feministas, “a perspectiva de gênero abre espaço para algo descritivo e que acaba legitimando o *status quo*”²².

A alternativa apontada por Sonia Alvarez como forma de resistência do feminismo em relação à tradução política da categoria gênero tem sido a constante interlocução de feministas com o Estado. A autora então propõe que,

se entendemos que um dos processos importantes subjacentes às políticas públicas é o de tradução político-cultural dos discursos por parte dos agentes do Estado, precisamos então nos engajar no monitoramento e na implementação não só das políticas públicas mas também dessa produção discursiva e estar continuamente engajadas num processo de retradução²³.

Disto resulta que, a demanda das feministas por políticas públicas que contribuam para a reestruturação das relações de poder entre homens e mulheres, implica também na reivindicação pela criação de canais institucionais que favoreçam a interlocução dos movimentos de mulheres com o Estado. Portanto, a implantação de políticas públicas com a perspectiva de gênero exige, necessariamente, a formação da democracia participativa, porque é indispensável a participação das mulheres e dos movimentos de mulheres no processo de formulação, implantação e avaliação dessas políticas.

²⁰ ALVAREZ, 2000. *Op. cit.* p. 22.

²¹ GODINHO, Tatau. “A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas”. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2000. p.26-37.

²² PRATT, 1999, *apud* COSTA e DINIZ, Entrevista: M. L. Pratt; *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n. 1 e 2, p. 127-40, Florianópolis: IFCS/UFRJ – CFH/UFSC, 1999, p. 128.

²³ ALVAREZ, 2000, *Op. cit.* p. 24.

O problema desta pesquisa se inscreve num contexto em que a categoria gênero extrapolou os círculos de domínio feminista e passou a ocupar espaço nos mais diversos setores sociais e instituições estatais. Muitas vezes essa incorporação se dá por formas variadas de tradução político-cultural, afastando-se das influências das teorias e práticas feministas e atingindo um nível de mera adição no vocabulário técnico de planejamento²⁴. Tal desencadeamento subverte a reivindicação das feministas, uma vez que para estas a incorporação de gênero não se dá apenas por adição, mas principalmente por revisão dos fundamentos tradicionais da democracia²⁵ e que orientam a formulação das políticas públicas.

O debate sobre políticas públicas e sobre o atendimento às demandas sociais, bem como a inclusão de gênero, está estreitamente vinculado com a concepção de democracia. A incorporação de gênero nas políticas públicas requer a construção de sistemas democráticos participativos, permitindo assim maior influência das mulheres, o que leva à necessidade do movimento de mulheres desafiar a democracia delegativa, no sentido utilizado por O'DONNELL.²⁶

Políticas Públicas com perspectiva de gênero e democracia participativa

O tema sobre políticas públicas com perspectiva de gênero envolve a preocupação central do pensamento feminista com a forma de distribuição de poderes entre homens e mulheres e parte do entendimento de que as relações de gênero implicam em desigualdade de poderes. Para David Held, os problemas da democracia se concentram nas desigualdades de poder, problema ao qual o autor propõe uma “política de dar poderes”, visando à construção de cidadãos e cidadãs autônomos/as²⁷.

Proposta similar à de Held é encontrada nos movimentos que defendem o empoderamento de

²⁴ *Idem.*

²⁵ MOUFFE, C. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradativa, 1996 e VARIKAS, E. Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 65-94, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1996.

²⁶ O'DONNELL, Guilherme. Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. *Lua Nova*, n. 37, p. 5-31, 1996. _____. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 51, p. 37-61, julho 1998.

²⁷ HELD, D. Desigualdades de poder, problemas da democracia. In: MILIBAND, D. (Org.). *Reinventando a esquerda*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 67-82.

sujeitos sociais em desvantagem nas relações de poder. Nessa situação inclui-se o movimento feminista. Dando centralidade ao tema do poder, o feminismo passou a advogar o empoderamento das mulheres, pretendendo com isso impulsionar mudanças culturais, em especial no que diz respeito aos imaginários sociais sobre a relação da mulher no poder, de forma a aumentar a eficácia do seu exercício de cidadania. Segundo Young, “o empoderamento para o feminismo implica ‘uma alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero’”²⁸.

A idéia de empoderamento é pautada por uma noção de poder baseada em relações sociais mais democráticas e no poder como elemento a ser compartilhado. Neste sentido, “empoderar-se significa que as pessoas adquiram o controle de suas vidas, obtenham a habilidade de fazer coisas e de definir suas próprias agendas”²⁹. Essa concepção implica que o sujeito se converta em agente ativo, portando assim um caráter emancipador.

Uma das formas propostas pelo feminismo para promover alterações na distribuição de poder entre os gêneros tem sido a incorporação de gênero nas políticas públicas, atentando-se para as necessidades práticas e interesses estratégicos de gênero³⁰. Com isto, algumas vertentes do feminismo têm defendido que o Estado é também um espaço privilegiado para se buscar tais transformações via políticas públicas, visto que essas atingem todo o processo de desenvolvimento social.

Portanto, se há desigualdades de poder, implica então em desenvolver “políticas de dar poderes”³¹, isto é, políticas que promovam o empoderamento. Conforme Teresa Lisboa:

(...) resgatando esta concepção de poder que afirma, reconhece e valoriza, aos invés da ênfase em um poder que oprime, domina e anula, o ‘empoderamento’ é

²⁸ (YOUNG, 1991, *apud* LEÓN. M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 194.

²⁹ *Idem*, p. 193.

³⁰ MACHADO, Leda M. V. *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Annablume, 1995. _____. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999; LEÓN. *Op. cit.*

³¹ HELD. *Op. cit.*

³² RAPPAPORT, 1985 *apud* LISBOA, T. K. Heroínas em luta na conquista de suas glórias. Um estudo do processo de ‘empoderamento’ das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. Tese de Doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2000, p. 21 – grifos da autora.

³³ LISBOA. *Op. cit.* p. 14.

³⁴ LEÓN. *Op. cit.*, p. 197.

entendido como ‘um processo que oferece condições e possibilidades às pessoas de auto-determinar suas próprias vidas’³².

Para tanto, o empoderamento das mulheres requer a promoção de mecanismos institucionais, políticos, econômicos e sociais que atribuam a elas maior capacidade de decidir sobre os assuntos coletivos que lhes atingem e assim defender seus interesses e comandar suas próprias vidas. A forma mais universalista possível para implantar tais mecanismos é por meio de políticas públicas, com a incorporação da perspectiva de gênero. Essa incorporação “inclui o propósito de revolucionar a ordem dos poderes entre os gêneros”³³.

É importante destacar que as defensoras do empoderamento enfatizam “a necessidade da organização e do aperfeiçoamento de processos democráticos e participativos que possam contribuir para o empoderamento das mulheres”³⁴. Esta é também uma necessidade para a implementação efetiva de políticas públicas.

A implementação de políticas públicas que visem à redistribuição dos bens sociais para grupos com desvantagens sócio-econômicas tem sido um dos principais temas da agenda pública e pauta das reivindicações dos movimentos sociais em geral, e do movimento de mulheres em particular, desde a redemocratização na década de 80, no Brasil. Implica numa concepção de que o Estado desempenha importante papel quanto ao patamar do acesso das populações à cidadania.

Vários serviços que garantem o acesso à cidadania, e até compõem seus princípios, são oferecidos por meio da utilização do fundo público, o qual financia a implementação de políticas sociais para atendimento nas áreas de educação, saúde, previdência social, assistência social, habitação, entre outras. E é o Estado quem regula o fundo público. Mesmo em casos de serviços não oferecidos pelo Estado, estes são

regulamentados por ele a fim de estabelecer direitos de cidadania.

Em todos os casos de ações públicas, há a possibilidade de existir um viés ou recorte de gênero, seja no sentido de reforçar padrões tradicionais de papéis masculino e feminino, seja no sentido de transformar os mesmos. Tanto o debate sobre gênero, quanto sobre políticas públicas, representam formas de interpelar a democracia e a cidadania, em termos de distribuição de recursos e de poder, os quais influenciam na capacidade de participação dos membros da sociedade.

Numa situação em que “os recursos necessários à participação efetiva nos processos democráticos, como, por exemplo, tempo, dinheiro, capacidade de articulação e conhecimento, são distribuídos de forma desigual nas sociedades contemporâneas”, as desigualdades sociais tendem a se configurar em desigualdade política³⁵. Critérios de hierarquização como classe social, gênero e raça/etnia se entrecruzam de modo a produzir maior complexidade nas relações de desigualdade. As políticas públicas representam mecanismos por meios dos quais é possível influenciar e alterar esses sistemas de poder.

Assim sendo, a incorporação de gênero nas políticas públicas porta uma dupla exigência de adoção de práticas participativas na gestão pública, como forma de envolver grupos sociais excluídos politicamente e, conseqüentemente, promover uma cidadania inclusiva, que englobe, sobretudo, os desiguais e não apenas os iguais. A adoção de práticas participativas, por sua vez, requer um remodelamento institucional no Estado, visando à redução do papel da burocracia na implantação de políticas públicas e à criação de canais institucionais responsáveis pela interlocução com movimentos sociais a fim de politizar as matérias de intervenção estatal. Dito de outra forma, a incorporação de gênero nas políticas públicas demanda a democratização do Estado e ao

³⁵ GONDIM, 1988 *apud* COSTA, D. M. (Coord.). *democratização dos poderes municipais e a questão de gênero*. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 1997, p. 17.

mesmo tempo objetiva a democratização social com a redistribuição de recursos econômicos e simbólicos entre os gêneros.³⁶ Assim:

(...) o estudo das políticas públicas é um terreno privilegiado para analisar as relações do Estado com os diversos atores sociais, entre eles as mulheres e, conseqüentemente, um bom indicador do grau de democratização da sociedade³⁷.

A defesa que a teoria feminista faz sobre o aperfeiçoamento da democracia está pautada por sua crítica aos princípios sobre os quais se organiza o modelo liberal da esfera pública. Duas questões norteiam a crítica. Primeiro, entende que a construção da esfera pública se deu sobre exclusões, constituindo-se como branca, burguesa e masculina. Segundo, entende que a esfera pública, quando inclui os sujeitos, coloca as diferenças entre parênteses e, tratando todos como se fossem iguais, discrimina os menos poderosos e os diferentes³⁸. Dessa forma, reforçamos que há “a necessidade da organização e do aperfeiçoamento de processos democráticos e participativos que possam contribuir para o empoderamento das mulher”³⁹.

Na tradição ocidental, dicotomias como público/privado, produção/reprodução e masculino/feminino serviram como elementos “fundantes” da relação de subordinação da mulher ao homem, ou, em outros termos, de dominação da mulher pelo homem. Tais dicotomias serviram também de fundamento para a construção da esfera pública no ocidente, que exclui a participação da mulher⁴⁰.

Diante da constatação de que a esfera pública ocidental foi construída com base na exclusão da mulher, teóricas feministas construíram uma problemática de análise da articulação entre relações de gênero, democracia e cidadania⁴¹. Com isso, tornou-se uma reivindicação comum a noção de que o

³⁶ COSTA. *Op. cit.* e GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2000. p.63-86.

³⁷ GUZMÁN. *Op. cit.* p. 85.

³⁸ FRASER, 1997 *apud* PINTO, C. A democracia desafiada: a presença de direitos multiculturais. In: AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.136-158.; BONACCI e GROPPi. (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995.

³⁹ LÉON. *Op. cit.* p. 197.

⁴⁰ BONACCI e GROPPi. *Op. cit.*

⁴¹ FRASER, 1997 *apud* PINTO. *Op. cit.*; BONACCI e GROPPi. *Op. cit.*; MOUFFE. *Op. cit.*; COSTA, 1997. *Op. cit.*; SILVEIRA, M. L. da. *Itinerários de gênero e re-significação da cidadania*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

aperfeiçoamento da democracia requer a inclusão das mulheres em sua arena pública, assim como de outros grupos em desvantagens sociais. Para tanto, demanda-se do Estado a promoção de ações para eliminar as desigualdades de gênero, objetivando a equidade entre homens e mulheres, nas esferas pública e privada⁴². Essa reivindicação tem se conjugado com a defesa da democracia participativa, abrindo com isso mais canais para a participação feminina.

A democracia participativa, entendida como participação ativa e autônoma dos sujeitos⁴³, é concebida como condição básica para a implantação de políticas públicas com a perspectiva de gênero. Isto porque a incorporação de gênero nas políticas públicas requer a participação das mulheres em seu planejamento e avaliação, uma vez que a defesa de interesses tem um significado de conscientização e de coletivo, que não podem ser definidos *a priori* pela burocracia⁴⁴.

Tomando como referência a proposição de Virginia Guzmán:

Consideramos que as políticas públicas de governo incluem uma perspectiva de gênero quando existe uma vontade explícita, de parte das autoridades, de promover uma redistribuição entre os gêneros em termos de destinação de recursos, direitos civis e de participação, posições de poder e autoridade e valorização do trabalho de homens e mulheres⁴⁵.

A correlação política entre a democratização das relações de gênero e a democratização do Estado lançou desde cedo a atuação do movimento de mulheres no Brasil para o campo mais propriamente político. A indicação disto foi a forte atuação desse movimento nas lutas pela redemocratização do país, iniciadas na década de 70⁴⁶. Desta forma, historicamente, o movimento de mulheres teve presença marcante nas lutas democráticas, abarcando questões

⁴² COSTA, 1997. *Op. cit.* e BLAY, 1999. *Op. cit.*

⁴³ BOBBIO, N. *O futuro da democracia*; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁴⁴ MACHADO, *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

⁴⁵ GUZMÁN. *Op. cit.*, p. 77.

⁴⁶ BLAY, Eva A. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. In: *Espaço e Debates*, v. 9, maio/ago. Cortez, São Paulo, p. 80-89, 1983; TOSCANO e GOLDENBERG. *Op. cit.* e PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 127-150.

gerais de toda a sociedade. A politização de gênero tornou-se um instrumento de interpelação da noção tradicional de democracia e de proposição para sua redefinição, o que é incorporado por todas as mulheres que já ocuparam o cargo de Secretária da Mulher⁴⁷:

⁴⁷ A pesquisa foi realizada com ex-secretárias municipais da mulher que exerceram a função entre 1993 e 2000. Desde então seguiram-se dois mandatos de um mesmo prefeito e um profundo processo de isolamento político da Secretaria Municipal da Mulher de Londrina.

Nós queremos uma democracia onde nossas diferenças sejam respeitadas, nós somos mulheres, não somos homens, os homens são homens, não são mulheres, mas isso não pode ser obstáculo na construção desse novo projeto, onde a igualdade de oportunidades seja uma realidade, onde as divergências e as concepções diferenciadas entre homens e mulheres também não sejam obstáculos, onde a gente não seja ... não sejam delimitados locais onde as mulheres devem ficar e os homens devem ficar, quando nós devemos nos manifestar e quando nós não podemos nos manifestar. Então, o corte, o viés de gênero, a ótica, a leitura de gênero, dentro dessa construção é fundamental, senão não tem democracia (Elza Correia).

Na questão de gênero com a democracia, acima de tudo, eu acho que o mote é a igualdade. Mas homens e mulheres não são iguais! (...) Então a questão de gênero e democracia elas estão intimamente ligadas. Não dá para ter um país democrático aonde não se discute isso. Eu vou além, não queria que se discutisse, eu queria que não houvesse mais essas diferenças. Então, sem discutir, nós estamos muito longe da democracia, muito, muito, muito longe. (...) Então, enquanto não se discutir a questão de gênero, a democracia está muito longe. Enquanto a gente ganhar 40% a menos do que os homens, cadê a democracia, porque democracia está muito longe de tudo isso (Maria Amélia Solci).

Quando nós buscamos a democracia e, dentro dessa concepção de democracia um dos princípios mais importantes que se discute é a igualdade, a discussão sobre relações de gênero entra com tudo aí. E entra até como o primeiro ponto a ser discutido. Porque se conseguir tratar

a outra pessoa com igualdade, respeito... eu acho que começa por aí, e se na sua casa você não trata a sua filha, a sua mãe, o homem não trata a sua mulher, a sua filha e a sua mãe com igualdade, ele quer discutir o que de democracia? Ele vai respeitar quem? Eu acho que o princípio da igualdade está estreitamente relacionado com a discussão da democracia. A mulher, ela tem que ser colocada nessa discussão com igualdade e a coisa começa mesmo com o princípio da igualdade quando se discute a democracia. Acho que esse é o grande princípio (Dora Barnabé).

(...) quando você fala em democracia, que é um governo do povo, para o povo, que é um governo aberto, a liberdade de discussão e de participação, se você participar partindo da definição conceitual de democracia, há que se fazer uma correlação com gênero no momento em que nós vemos na história, não só do Brasil, mas do mundo, a discriminação da participação da mulher em todas as instâncias de sua vida e ao longo de toda essa história. Então, num país democrático onde a mulher ainda apanha, onde a mulher ainda ganha menos que o homem, para exercer a mesma função, o mesmo cargo, num país que se diz democrático e que a mulher tem ainda toda uma subjugação, toda uma discriminação, não só a mulher, mas em todas as formas de discriminação racial, de raça ou de gênero, nós vemos que precisamos amadurecer muito ainda o conceito de democracia (Regina Stella Spagnolo).

O sentido de democratização do Estado, para o movimento de mulheres, está na busca de rupturas com seu padrão pretensamente neutro, com a burocratização e com sua privatização por elites políticas⁴⁸. Neste caso, contribuir para a inclusão das mulheres nas esferas de tomada de decisões, criando processos coletivos para tal, e promover a introdução da perspectiva de gênero nas políticas públicas atenderiam algumas das necessidades para esse projeto

⁴⁸ COSTA, D. M. *Op. cit.*

de democratização do Estado e da esfera pública, ao possibilitar a participação social na formulação de políticas públicas. Paralelamente, também contribuiria para politizar e democratizar questões implicadas nas relações de gênero.

Na experiência de Londrina, há algumas contribuições nesta direção. Através da interação com a Secretaria Municipal da Mulher e com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, as mulheres de organizações comunitárias femininas têm iniciado a experiência de atuar junto aos órgãos públicos, o que, muitas vezes, aparece como conquista em suas falas. Com isto podemos dizer que há uma redução na impermeabilidade estatal para esses grupos sociais, o que também reduz seu caráter abstrato e dissociado de grupos politicamente excluídos.

Mulheres, que até recentemente encontravam-se aprisionadas na vida doméstica, passam, por meio da atuação nas associações de mulheres, a se constituírem em atrizes na cena pública. Neste caso, a concepção de que os novos atores sociais se caracterizam por construir trajetórias do privado para o público⁴⁹ adquire maior profundidade em relação à participação das mulheres, principalmente das mulheres pobres das periferias urbanas, porque estas permaneceram maior tempo presas na esfera privada e alijadas da esfera pública, portanto, excluídas dos processos políticos e das esferas de tomada de decisões.

Dessa forma, a interlocução entre as organizações comunitárias femininas e órgãos estatais contribuem para o processo de engendramento da democracia participativa, configurando a inserção de mulheres de baixa renda na esfera pública, as quais buscam romper com uma dupla exclusão: de gênero, por suas condições de mulher; e de classe, por suas condições de pobreza.

A experiência participativa, possibilitada por essas organizações femininas, estimula, em muitos casos, a participação da comunidade local em atividades coletivas que visam à solução de problemas comuns

⁴⁹ SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Org.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense. 1987 e SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

vivididos no bairro. Essas iniciativas fomentam uma base organizativa que estimula a participação das mulheres em diversos canais de atuação, abrangendo desde a região de seu bairro, até questões de âmbito municipal, compreendendo tanto os espaços públicos alternativos, quanto os estatais.

Por meio da mútua legitimidade propiciada pela forma de interação entre organizações comunitárias femininas e órgãos estatais voltados para essa temática, gesta-se um processo de nova inclusão das mulheres como atrizes na arena pública. Isso tem contribuído para fomentar o aprendizado de lideranças femininas, no debate sobre políticas públicas e o papel do Estado, reduzindo também o caráter abstrato do Estado.

De um lado, esse contexto demonstra um processo de democratização do Estado e da esfera pública, uma vez que introduz o reconhecimento das desigualdades sociais ao legitimar as políticas de identidade, enfrentando assim o apagamento das diferenças pretendido pela democracia liberal. Por outro lado, trata-se de uma dinâmica permeada por contradições e limitações.

A experiência no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – palco privilegiado para manifestar as relações de poder entre os diversos atores representados – tem demonstrado que a autonomia é ainda um ponto nevrálgico nessa relação entre movimento de mulheres e Estado.

As articulações para a criação do Conselho foram pautadas pela defesa da democratização do Estado, contudo, sua atuação tem sido marcada pelo predomínio da Secretaria Municipal da Mulher. A indicação mais forte disso é o destaque dado no Conselho às secretárias da mulher, que sempre tiveram cargo de mando entre as conselheiras, ora como presidente, ora como vice-presidente, eleitas pelo conjunto de representantes no Conselho.

Por fim, se esse processo tem revelado boas possibilidades de democratização do Estado e da

esfera pública com a inserção dessas mulheres de baixa renda; por outro lado, encontra seus limites nas dificuldades de superar alguns vícios da democracia brasileira, envolvendo a tutela, o paternalismo e o caráter delegativo. Ou seja, a interação entre movimento de mulheres e Estado, em Londrina, tem contribuído para a inserção das mulheres em questões públicas, ao favorecer a participação social das mulheres nos debates sobre políticas públicas, resta ainda o movimento discutir a qualidade dessa inserção e formular propostas de participação, sob o risco de ficar nas limitações da perspectiva essencialista de gênero, entendo que a mera presença das mulheres produz inovações nas relações políticas.

Desta forma, mantém-se em pauta o desafio do movimento de mulheres de ampliar a democratização do campo político e do Estado⁵⁰. Para tanto, suas representantes devem apresentar uma participação ativa, a começar pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, construindo a capacidade de intervir efetivamente nas decisões e deliberações do próprio Conselho e do governo municipal.

⁵⁰ PINTO, 1994b. *Op. cit.*

Gênero e democracia: configurações da relação entre o movimento de mulheres e o Estado

As Associações de mulheres de Londrina são todas organizadas com base em uma referência geográfica, tal como ocorre com as associações de moradores. Na maioria das vezes abrangem mais de um bairro em sua área de representação. Quando do aparecimento dessas associações de mulheres, repetia-se entre elas a tendência presente no Brasil de dar prioridade à luta pela melhoria das condições de vida da família e da comunidade. Desde a década de 80, estudos sobre essa forma de organização das mulheres debatiam sobre as possibilidades de que suas participantes pudessem politizar questões específicas de gênero. O que se colocava, e ainda se coloca em

questão, é analisar se as ações dessas mulheres modificam ou reforçam seus papéis tradicionais de esposas e mães.

As associações de mulheres analisadas de fato surgiram com a noção de que as questões dos bairros e as questões das mulheres são idênticas, propondo com isso uma noção de cidadania sem a crítica sobre as relações de gênero. Em suas propostas iniciais não se tratava de organizações com a preocupação em torno da situação da mulher, enquanto gênero, mas muito mais em torno das necessidades geradas pela condição de pobreza de seus bairros, abrangendo demandas para a comunidade com um todo. Isso se explica pela precariedade da estrutura de bens de consumo coletivo disponíveis nessas áreas, o que atinge mais diretamente o cotidiano das mulheres. São, portanto, demandas geradas pela estrutura da divisão do trabalho por linhas de gênero, conforme expressão utilizada por Leda Machado (1995), mesmo que a questão de gênero não esteja tematizada entre elas.

Da parte da Secretaria Municipal da Mulher, tendo em sua direção e/ou em seu quadro funcional pessoas com passagem no movimento de mulheres ou com identificação com o mesmo, sempre houve o interesse em articular ações junto às associações de mulheres da periferia. Tinha com isso o claro propósito de “promover a mudança de mentalidade”, de forma a combater a discriminação contra a mulher, como geralmente definia a própria secretária da época de criação do órgão.

Para tanto, oferecia a essas associações palestras sobre temas relacionados à mulher, como cidadania, violência contra a mulher, saúde da mulher, sexualidade, auto-estima, planejamento familiar, direitos trabalhistas, entre outros. Também atendia solicitações para cursos e eventualmente repassava material de consumo e para produção de artesanato. Os cursos em geral eram de cozinha alternativa, macramê, tear, produção de detergente, e outros do mesmo perfil. Alguns cursos

visavam à produção caseira para consumo doméstico, outros centravam-se na terapia ocupacional e outros ainda, mal dimensionados, visavam à inserção da mulher no mercado de trabalho, como era o caso da tecelagem manual.

Aos poucos a Secretaria foi implementando melhor estrutura de funcionamento, principalmente com mais recursos humanos, e seu trabalho foi sendo intensificado junto aos grupos de mulheres. Com isso, muitas associações viam na Secretaria a imagem de uma representação dos grupos de mulheres e a Secretaria ia aumentando sua importância enquanto interlocutora para essas mulheres.

Essas ações, mesmo com suas ambigüidades, foram aos poucos alterando o perfil das demandas das organizações comunitárias femininas, ou, pelo menos, seu referencial de reivindicações. Embora seja ainda bastante significativa a frequência de demandas dessas associações de mulheres por bens de consumo coletivo, é notório o fato de que as demandas voltadas para questões femininas sejam atualmente a maioria dentre suas indicações de lutas. Houve portanto, um certo avanço das demandas **de** mulheres para demandas **para** mulheres, quando comparadas com as preocupações apontadas como motivo de criação das associações, bem como com as prioridades apresentadas em seus estatutos, onde a mulher aparecia sempre em segundo plano nos objetivos da entidade. Corrobora com isso o fato de que algumas dessas lideranças insistem em diferenciar as associações de mulheres dos clubes de mães, mesmo que a maioria não aborde essa questão.

Essa mudança de postura nas associações de mulheres pode ser atribuída, por um lado, à atuação de caráter ideológico da Secretaria Municipal da Mulher e mais recentemente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; e, por outro, à própria interação das diversas associações de mulheres entre si. Com isso, entendo que, em Londrina, esses órgãos

têm cumprido, em parte, o papel desempenhado por grupos feministas em outras cidades. De qualquer forma, é possível falarmos de influências dos ideais feministas entre essas associações, mesmo que estes sejam difundidos, muitas vezes, por esses órgãos municipais e mesmo não havendo a presença física de grupos feministas.

Este dado revela-nos a ampliação do campo de influência dos ideais feministas, atingindo vários setores dos movimentos sociais, as organizações comunitárias de mulheres e o próprio Estado, por meio da criação de órgãos específicos para tratar das questões relacionadas às demandas das mulheres e de gênero.

Atualmente, entre as preocupações das associações de mulheres, a reivindicação por projetos de geração de renda para mulher é claramente a mais destacada. Depois se seguem as preocupações com a violência contra a mulher, com a saúde da mulher, com o resgate de sua auto-estima e com a fomentação de formas de organização das mulheres. Essas preocupações revelam a penetração de elementos politizadores sobre a questão de gênero, pois elas passam a falar na condição de mulheres. Gesta-se assim um discurso da mulher como sujeito de direito, o qual convive com o discurso do direito de atendimento às necessidades sociais básicas das comunidades dos bairros.

Desde a década de 80, quando o movimento de mulheres passou a compreender o Estado como espaço legítimo e estratégico de participação e de representação das mulheres, vários formatos institucionais foram propostos para criação dentro do aparelho estatal. A proposta implicava na noção de que o Estado desempenha ações relativas à produção, reprodução ou transformação das relações de gênero e incluía a compreensão da necessidade de uma institucionalidade estatal responsável por facilitar a recepção das demandas das mulheres⁵¹.

⁵¹ GUZMÁN. *Op. cit.*

Por algumas vezes, essas propostas foram incorporadas em programas partidários de

agrupamentos políticos progressistas. Isto representou uma importante conquista do movimento de mulheres em vários países da América Latina e do Caribe, ampliando a visibilidade do debate sobre a desigualdade de gênero e incluindo-o na agenda pública. Para Virginia Guzmán:

A proposta passou a fazer parte das agendas de governo desses países e levou à criação de uma nova institucionalidade. Sua localização dentro da estrutura orgânica do poder executivo, as funções que lhe são reconhecidas e os recursos que lhe são destinados condicionam seu desempenho e grau de influência. Na maioria dos casos, foi-lhe atribuída a responsabilidade de coordenar, com os demais setores do Estado, o esforço de incluir e considerar, na elaboração das políticas públicas, as demandas, as necessidades e as potencialidades das mulheres. Quando necessário, responsabiliza-se também por implementar programas orientados às mulheres⁵².

⁵² *Idem*, p. 75.

No conjunto, as ações da Secretaria Municipal da Mulher contribuíram para o desenvolvimento e manutenção de organizações comunitárias femininas, ocupando um espaço onde antes atuavam mais a Igreja Católica e a Secretaria Municipal de Ação Social. O objetivo ao privilegiar a atuação junto a essas organizações era de aproveitar uma área em que há tendências de maior acesso à participação da mulher e fomentar nesses espaços o debate e a politização sobre a situação da mulher, enfocada a partir da tematização sobre as relações de gênero.

Como é de se esperar, a Secretaria Municipal da Mulher é o principal ator externo na interlocução com as organizações comunitárias femininas, juntamente com a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato que sempre procura estender sua ação política de forma a envolver mulheres de outros grupos. Neste contexto, foi claramente a Secretaria Municipal da Mulher quem assumiu a incumbência de

introduzir nesses setores as temáticas sobre gênero, cobrindo, em parte, a ausência de grupos feministas na cidade.

As ações desta Secretaria junto às organizações comunitárias femininas partem de uma premissa de que cabe ao Estado instituir mecanismos que favoreçam a participação da mulher em esferas públicas, como forma de compensar a exclusão social que a desfavorece e alterar sua forma de inserção no conjunto da sociedade. Neste sentido, mais uma vez podemos identificar um certo distanciamento dos princípios liberais de que o Estado deva ser neutro em relação às desigualdades sociais, as quais devem ser debatidas no âmbito da própria sociedade⁵³.

Com isto, a distinção entre Estado e sociedade civil é em certa medida redefinida, flexibilizando a dicotomização entre ambos e reduzindo o caráter abstrato do Estado que o tornava impermeável aos grupos sociais excluídos politicamente, entre eles as mulheres. A democratização do Estado, um dos objetivos do movimento de mulheres com a perspectiva de gênero⁵⁴, é forjada nesse processo, à medida que a existência da Secretaria Municipal da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem contribuído para que muitas mulheres pobres da periferia da cidade conquistem acesso à participação na arena pública estatal, como demonstra a seguinte fala:

Eu acho que a relação da associação com a Secretaria da Mulher foi muito boa, foi uma fase que eu vejo de grande proveito para nós. Porque a gente teve outros espaços também, saímos do bairro para participar em outros espaços, de outras coisas (Clauricéia Batista – OCF).

A característica de serem órgãos estatais, porém produto de uma proposta política de um movimento social, no caso o movimento de mulheres, coloca a Secretaria e o Conselho em uma posição desafiadora:

⁵³ PINTO, C. A democracia desafiada: a presença de direitos multiculturais. In: AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.136-158.

⁵⁴ COSTA, D. M. *Op. cit.*

identifica-se ao mesmo tempo com o Estado e com o movimento de mulheres. Isto atribui uma nova característica política a esses órgãos dentro dos aparelhos estatais porque têm sempre os movimentos de mulheres como canal de diálogo com a sociedade civil e ponto de suporte para legitimação dentro dos governos. Tal característica representa a contribuição do movimento de mulheres, e do feminismo em particular, para a promoção da participação social nas esferas de decisão do Estado.

Conclusão

Uma das questões fundamentais na teorização de gênero encontra-se na compreensão de que, sendo as desigualdades de gênero socialmente construídas, estas, por conseguinte, podem ser transformadas. Disto resulta uma dupla aplicação do conceito de gênero, como categoria analítica, visando compreender e explicar as formas de subordinação das mulheres; e como categoria política, servindo de instrumento para construir identidades e de arcabouço para propor alternativas de luta para transformar a condição de subordinação, visando à equidade de gênero.

Esta teorização converge para o debate sobre o Estado, uma vez que suas determinações “alcançam os mais ocultos espaços da vida privada”⁵⁵, como também a vida pública, e podem, por meio de projetos sociais e políticas públicas, produzir, reproduzir ou transformar as relações de gênero. Neste sentido, as temáticas relacionadas às políticas públicas adquirem grande importância nas reivindicações feministas e constituem-se em objeto de debate e de análise.

A dinâmica aqui elucidada dessa relação entre o movimento de mulheres com a Secretaria Municipal da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Londrina é configurada em um cenário no qual o movimento feminista se faz ausente, fisicamente, como ator dessa relação, embora alguns

⁵⁵ SAFFIOTI, Heleieth I.B. Posfácio: Conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 273.

de seus princípios estejam presentes nos valores dessas mulheres.

A própria existência de uma Secretaria Municipal da Mulher e simultaneamente de um Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - ambas as estruturas idealizadas no interior do movimento de mulheres brasileiro e implantadas no âmbito do governo municipal de Londrina - demonstram a presença e as influências de ideais feministas no interior do movimento de mulheres londrinense. Da mesma forma, a existência dessas duas estruturas no aparelho da administração municipal, exhibe sinais de democratização da estrutura tradicional, burocratizada e pretensamente neutra do Estado.

Numa relação que se caracteriza por forjar uma via de mão dupla e de recíproca legitimidade, muitas mulheres inauguraram sua participação na arena política, mais propriamente estatal, institucional, via participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, muitas vezes, via interlocução com a própria Secretaria Municipal da Mulher, mesmo não sendo este um órgão de representação.

Pela experiência possibilitada neste cenário, encontramos repetidas vezes, em entrevistas com as representantes do movimento de mulheres em Londrina, a defesa dos princípios de participação e a reivindicação pelo direito da mulher ter voz nas decisões sobre as políticas públicas municipais, enfim, a defesa do controle social sobre a atuação do Estado.

A interpretação realizada é de que em contextos nos quais não há atuação direta de grupos feministas, a interação entre organizações comunitárias femininas com órgãos municipais pode ser um importante *locus* onde se estabelecem as alianças que buscam legitimidade política para a temática de gênero e para a visibilidade da mulher como sujeito social e político. Com esta relação, amplia-se, em Londrina, o campo de influência de questões fomentadas pelo feminismo, indo das preocupações com a incorporação de gênero

nas políticas públicas às questões que podem contribuir para a democratização da esfera pública, já que coloca em questão os princípios da democracia representativa.

A criação de canais participativos como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e de órgãos executivos como a Secretaria Municipal da Mulher, é produto, sobretudo, dos reflexos dos questionamentos feministas sobre os princípios da democracia liberal, representativa, e de suas reivindicações por formas de democracia que possibilitem a participação feminina, bem como de outros grupos excluídos politicamente, na definição de políticas públicas.

Tornou-se reivindicação comum, dentre as feministas, a noção de que o aperfeiçoamento da democracia requer a inclusão das mulheres em sua arena pública, assim como de outros grupos em desvantagens sociais. Para tanto, demanda-se do Estado a promoção de ações para eliminar as desigualdades de gênero, objetivando a equidade entre homens e mulheres, nas esferas pública e privada. Essa reivindicação tem se conjugado com a defesa da democracia participativa, abrindo com isso mais canais para a participação feminina.

Portanto, podemos identificar na politização sobre as questões de gênero, os fundamentos para a ampliação do processo de implantação de instrumentos da democracia participativa em Londrina, a qual contribui para a ampliação da esfera pública de modo a favorecer o conjunto da sociedade, fomentando a participação social nos espaços de formulação de políticas públicas.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.

_____. Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempre Viva), 2000. p. 9-25.

BLAY, Eva A. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. *Espaço e Debates*, v. 9, maio/agosto, Cortez, São Paulo, p. 80-89, 1983.

_____. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 133-146.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONACCI, G. e GROPPPI, A. (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp, 1995.

COSTA, Claudia de Lima e DINIZ Alai Garcia. Entrevista: Mary Louise Pratt. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n.1 e 2, p. 127-40, Florianópolis: IFCS/UFRJ - CFH/UFSC, 1999.

COSTA, Delaine Martins (Coord.). *Democratização dos poderes municipais e a questão de gênero*. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 1997.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempre Viva), 2000. p. 26-37.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de

debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2000. p. 63-86.

HELD, David. Desigualdades de poder, problemas da democracia. In: MILIBAND, David (Org.). *Reinventando a esquerda*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 67-82.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n.1, p. 117-49, Rio de Janeiro, CIE/ECO/UFRJ, 1994.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 191-205, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. *Heroínas em luta na conquista de suas glórias*. Um estudo do processo de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. Tese de Doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2000.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

MACHADO, Leda M. V. *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do político*. Lisboa: Gradativa, 1996.

MURARO, Rose Marie. O que querem as mulheres do século 21. *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 2000, C. A, p. 3.

O'DONNELL, Guilherme. Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. *Lua Nova*, n. 37, p. 5-31, 1996.

_____. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos* – CEBRAP, São Paulo, n. 51, p. 37-61, jul. 1998.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: “sem a gente não tem jeito”*. São Paulo: Marco Zero, 1995. p. 24-55.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 127-150.

_____. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994a. p. 195-230.

_____. Mulher e Política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Revista Estudos Feministas*, número especial, 257-70, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1994b.

_____. A democracia desafiada: a presença de direitos multiculturais. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.136-158.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica

(Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 271-283.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Org.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHUMAHER e VARGAS. Lugar no governo: álibi ou conquista? *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n.3, p. 117-49, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1994.

SEGAL, Lynne. Uma experiência local. In: ROWBOTHAM, Sheila, SEGAL, Lynne e WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos*. O feminismo e a construção do Socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 151-199.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. *Itinerários de gênero e re-significação da cidadania*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

SORJ, Bila e GOLDENBERG, Mirian. Entrevista: Hilary Wainwright. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 115-126, Florianópolis, CFH/UFSC, 2000.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VARIKAS, Eleni. Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n.1, p. 65-94, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1996.

WAINWRIGHT, Hilary. Introdução. In: ROWBOTHAM, Sheila, SEGAL, Lynne e _____. *Além dos fragmentos*. O feminismo e a construção do Socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 13-30.

ENSAIO

No tempo da delicadeza: ensaio sobre a suavidade da Imperatriz Dona Leopoldina do Brasil¹

Ricardo Japiassu

“A Senhora poderá ir-se embora, seguir este pássaro chamado tempo; então, a Senhora mesma poderá determiná-lo.”
Glória Kaiser

Para Zeca

Como a suavidade das cores numa aquarela: infância e juventude

[...] tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado.
Imperatriz Leopoldina

O que induziria uma princesinha austríaca a pintar, com o tingir suave da aquarela, o seu palácio de verão, Laxenburg? Por que se punha como personagem na obra vestida de branco, junto ao lago? E mais, por que retratou, também, as casas de boneca? Somente o tempo, o refinamento da cultura e o desenrolar do

Ricardo Japiassu é jornalista e doutor em Literatura pela Universidade de São Paulo – USP e escritor.

¹ Textorecebido: 03/02/2007.
Texto aprovado: 12/11/2008.

conhecimento espiritual concedem as respostas necessárias ante a suavidade desenvolvida pela Princesa da Casa da Áustria, num tempo de muita delicadeza. O jornal *Wiener Zeitung*, na sua edição de 25 de janeiro de 1797 anunciava o nascimento de nova arquiduquesa, Carolina Josefa Leopoldina, filha de Maria Teresa e Francisco I. Havia nascido às sete e meia da manhã do domingo anterior, dia 22. Enquanto a mãe, princesa de Nápoles-Sicília era alegre e extrovertida; o pai era mais austero e lacônico; proporcionaram, ambos, uma vida harmônica e alegre aos filhos. Alternavam-se por entre castelos suntuosos: Laxenburg, Hofburg, Schönbrunn e Franzensburg. Por ter dificuldades com a língua alemã, a Imperatriz Maria Teresa costumava manter conversas com os filhos em francês e italiano. Daí o gosto, futuro – desde os onze anos de idade – constatado na epistolografia da futura Imperatriz Leopoldina do Brasil, pelo idioma francês. De espírito aberto, a Maria Teresa Beethoven dedicou ***Septeto em mi bemol maior***; e a Haydn, ***Missa para Teresa***. E eram recepções, apresentações em teatro, concertos, danças, exposições, tudo para acentuar o refinamento dos herdeiros Habsburg, em meio a muito luxo e a ostentação, privados, entretanto, do contato externo à Corte, exceto às visitas beneficentes.

Com a morte da mãe, a Princesa Maria Ludovica D'Este casa-se com o primo Francisco I, assumindo o papel maternal dos princepezinhos, acentuando o ensino dos seus papéis para o governo centralizador das dinastias conservadoras. Em relação às mulheres, em especial, salientava-se o fato de serem submissas aos maridos, boas mães – com prole numerosa – e tementes ao Deus católico romano. “A educação das arquiduquesas reprimia desde cedo qualquer questionamento de autoridade e das decisões paternas. Nem mesmo cogitavam expressar suas próprias necessidades e desejos,”¹. No ano do casamento da Princesa Leopoldina, esta contando 19 anos, morreu a madrasta.

¹ BOJADSEN, Angel (Org.). *Cartas de uma Imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 67.

Por entre o rigor e a ostentação, Leopoldina foi educada, dispondo de um séquito somente para si: aia, fogueiras, porteiros, preceptora superior - no caso de Leopoldina, a Condessa Lasanzky - e camareira, esta, Franziska Annonny. A formação intelectual consistia, primeiro, em aulas de leitura, escrita - daí a letrinha linda e mui caprichosa - aritmética, alemão, francês, italiano, dança, desenho e pintura; finalmente história, geografia, música (teoria e instrumento, o cravo, além de canto). Depois, adicionava-se matemática - aritmética e geometria - literatura, física, latim, e, para as meninas, trabalhos femininos, que consistiam nos diversos tipos de bordados e feitura de rendas, entre outros. À Princesa Leopoldina coube, desde tenra idade, a disciplina de ciências naturais, para a qual demonstrou imensa inclinação, sobretudo à mineralogia, zoologia e botânica.

Em 1810, Leopoldina ingressou na Ordem da Cruz da Estrela, fundada em 1662 pela Imperatriz Eleonora von Gonzaga, para conglomerar damas da primeira nobreza. Os participantes teriam, como obrigação, pautar suas vidas pelas virtudes religiosas, venerar a Santa Cruz, e exercer atividades religiosas e caritativas. Receber a comenda significava o passaporte da infância à vida adulta. Neste mesmo período, em companhia da madrasta, bastante debilitada, freqüentaram as estações termais tchecas de Karlovy Vary, quando mantiveram contato pessoal com o poeta romântico alemão Goethe, que também convalescia. Realizava leituras em voz alta, nos saraus da corte austríaca, então deslocada à atual República Tcheca. Por esta época, em que Napoleão já estava deposto da qualidade de senhor da Europa, acontece o Congresso de Viena, realizado de novembro de 1814 a junho de 1815, com a formação da Santa Aliança, reunindo as potências da Rússia, Inglaterra, França e Alemanha, que pretendiam redesenhar as fronteiras do continente, devassadas pelo império napoleônico. Príncipes e reis haviam perdido seus

impérios. Temendo reveses, a Casa de Bragança tratou de assegurar o trono português e, neste sentido, a melhor pedida seria o consórcio do príncipe herdeiro, Dom Pedro, com uma das arquiduchessas. Trata-se de longo intrincado político, elevando, então, o Brasil à qualidade de Reino Unido, juntamente com Portugal e Algarves.

Prometida pela Áustria a Frederico Augusto, sobrinho do sucessor do rei da Saxônia, fora substituída, como em jogo de dados, pela irmã, Carolina, que passa a pertencer à Casa Saxã. Por sua vez, Dom João VI, desejava garantir a segurança interna ante as idéias constitucionalistas em avanço, sobretudo em solo lusitano; restaurar a soberania sobre Portugal e opor-se à influência da Inglaterra, assim, recorre à Corte austríaca, em busca de aliança sólida, isto é, casamento entre herdeiros de duas casas imperiais. Já a Áustria desejava afastar Portugal da órbita da Inglaterra, oferecendo poder Real ao Brasil. O que, de fato, aconteceu, quando Rodrigo Navarro de Andrade – futuro Barão de Vila Seca – e o poderoso Primeiro Ministro da Áustria, Metternich, negociaram o enlace Leopoldina X Pedro. Em fevereiro de 1817, chegou a Viena o Marquês de Marialva, que presenteou Leopoldina, com uma miniatura cravejada de 101 diamantes, contendo, ao centro, o retrato do noivo português. Empolgada, Leopoldina chega a escrever, em carta à irmã Maria Luísa, datada de 14 de dezembro de 1816: “Se estar apaixonada significa não ter outra coisa na cabeça a não ser o Brasil e Dom Pedro, então estou.”² E depois: “tão lindo quanto um Adônis [...] fronte grega, sombreada por cachos castanhos, dois lindos e brilhantes olhos negros [...] ele todo atraindo e tem a expressão “ eu te amo e quero te ver feliz [...] já estou completamente apaixonada.”³

² *Idem*, p. 89.

³ *Idem*, p. 126/7.

Colorir, em água forte, o Brasil Imperial:

[...]acho que nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro.

Imperatriz Leopoldina

O meu primeiro contato com o universo que povoou a mente e o espírito da primeira Imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina, aconteceu em 1995, quando de uma minha visita à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Após a consulta dos periódicos que circularam na segunda metade do século XIX, sobretudo na Corte, decidi excursionar pela instituição e conhecer outros de seus departamentos. Assim, cheguei ao setor de epistolografia, quando, impávido, ou mesmo absorto, coloquei por sobre as minhas mãos as cartas delicadas e suaves duma aristocrata austríaca. Caligrafia belíssima, papel timbrado e impecavelmente dobrado, maior parte dos textos em língua francesa. Ao deixar o local, guardei aquelas informações comigo e, em seguida, iniciei a pesquisa que, pela ternura esboçada na correspondência – ativas e passivas – intitulei *No tempo da delicadeza*.

Tratava-se, por parte da minha exclusiva iniciativa, de traduzir as epístolas imperiais. Infelizmente não dispus de tempo suficiente para chegar a contento, tendo em vista que esta atividade foi, minuciosa e caprichosamente, realizada pelo Instituto Cultural Banco Itaú, que, muito bem, com pesquisas nos diversos arquivos da Áustria, Portugal e Brasil, revelou as múltiplas faces desta princesa que ousou, junto ao esposo, Dom Pedro I, fundar um Império nas Américas, nos trópicos, por sobre a vastidão dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados do Brasil, quase um continente. Esta iniciativa, entretanto, não pôs fim às minhas determinações de escrever o que penso, e percebi isso ao me debruçar sobre a História - documental e romanceada – da primeira Imperatriz

brasileira. Aqui, a tarefa não é repetir, mas acrescentar em questionamentos e percepções. Assim sendo, elaborei o texto *No tempo da delicadeza*, agora na sua segunda parte.

Dona Maria – acrescentou-se - Leopoldina Josefa Carolina, jovem politicamente preparada ante os ditames monárquicos - chegou ao Brasil num momento difícil à monarquia, quando a população das cidades – a maioria na zona costeira do Oceano Atlântico, cuja largura raramente ultrapassava a faixa dos 100 quilômetros – influenciada pelos ideais Iluministas da Revolução Francesa, isto no século XIX, lutava pela implantação da República e pela independência da metrópole - neste caso, Lisboa. Pretendiam, os cidadãos, mais que isto: banir a dinastia Bragança e o domínio português, completamente, da vastidão do Brasil. Malogradas algumas tentativas, Dom João VI foi sagrado rei de Portugal, em pleno Rio de Janeiro e, aqui, reconheceu os progressos que o país havia angariado com a sua presença, e ainda a vastidão das riquezas nacionais.

Sabia que os brasileiros, com o regresso da Família Real à Europa, não retrocederiam em tudo que haviam conquistado: universidades, bancos, serviços públicos, tais como os judiciários, entre outros. Foi pensando assim que deixou o filho Dom Pedro I – que no Brasil radicara-se desde os nove anos de idade - na qualidade de Príncipe Regente, juntamente com sua consorte, a Princesa Leopoldina, que, na ausência do marido, responderia pelo Governo do Brasil. E isso, para o bem da Nação, acontecerá. Já que equiparou o país à categoria de Reino de Portugal, Algarves e Brasil, Dom João VI lega a Dom Pedro o título e a função de Príncipe Regente. Vale salientar que, como era de costume na Casa dos Bragança, os príncipes recebiam parca instrução (quase não sabiam ler e escrever), muito menos preparo para as questões políticas, portanto, Dom Pedro era o oposto da Princesa Consorte. Segundo a ensaísta Maria Rita Kehl, desta abastança

de conhecimentos, ele se vingaria depois, apontando Dona Leopoldina como mulher desprezível, substituída publicamente por uma amante, Domitila de Castro Canto e Melo. Eis o primeiro obstáculo a ser enfrentado pela Princesa Leopoldina, que logo veio a pleitear a Lei do Ventre Livre. Por caridade? Contra as atrocidades impetradas contra aos escravos? Por um caminho de modernização do Brasil e sua equiparação ao mundo? A pergunta é de difícil resposta. “Precisa ser lei: o ventre das escravas é livre, os recém nascidos são livres.”⁴

Pouco tempo antes de partir, Dom João VI presenciou os primeiros anos do consórcio de Dom Pedro I com a Arquiduquesa Dona Leopoldina – um ano mais velha que o príncipe. Ela, mulher refinada, que conhecia o manejo das louças, dos talheres e das baixelas de prata, combateu e contrariou os costumes da Casa de Bragança: por exemplo, esta permitia apenas aos homens sentarem-se à mesa durante banquetes com hóspedes e convidados. Ela modificou esses modos. Outra façanha de Dona Leopoldina foi facilitar as imigrações européias em 1818, 1822, 1828, englobando tanto povos alemães, quanto irlandeses. A chegada de Leopoldina ao Brasil não resultou apenas no enlace matrimonial, apesar de estar ela na condição de uma mulher que tinha como obrigação primordial parir herdeiros. Com ela desembarcou imensa missão científica – que a escoltara desde a Europa em dois navios –, pois a Áustria era, então, a capital mundial da ciência e das pesquisas. Dessa forma, legou ao país, que abraçou como seu, imenso refinamento científico, quer nas ciências, quer no modo social de atuação. Então me pergunto: se Dona Leopoldina convivia com tanta gente culta, como seria o seu desenvolvimento num país inculto, áspero aos refinamentos? Tanto o foi duro que, nos seus últimos cinco anos de vida, praticamente isolou-se, pois não havia com quem manter conversa e amizade no seu nível, fato que, em carta, revelou à irmã Maria Luisa,

⁴ KAISER, Glória. *Dona Leopoldina – uma Habsburg no trono brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 49.

já acometida pela melancolia. É muito claro que a corte dos Habsburg era rígida na formação política e cultural de seus filhos. Aqui, um primeiro aspecto merece ser revelado: proveniente da corte mais refinada da Europa, a princesa deparou-se com um jovem marido que, aos 18 anos de idade – quando casou-se - tinha escolaridade fraca e não fazia estudos políticos preparatórios condizentes com a sua categoria. Muito embora fosse sensível, acrescenta-se que tenha legado composições desconhecidas aos brasileiros, como o Te-déum, a Missa Solene e uma Sinfonia que enviou ao sogro, o Imperador Francisco I. Foi também Dom Pedro I que compôs o primeiro hino nacional, o Hino da Independência.

Este entrelaçar de afeições, porém, iniciou-se oficialmente quando, a 18 de fevereiro de 1817, o Marquês de Marialva, embaixador plenipotenciário de Dom João VI, apresentou, na sala do trono, em Viena, o pedido oficial de casamento da Arquiduquesa Leopoldina para o herdeiro do trono português, o Príncipe Pedro. Por sua vez, o casamento aconteceu, por procuração, na igreja dos Agostinianos, também em Viena, na noite de 13 de maio de 1817. A 1º de junho, o Marquês de Marialva recebia, com enorme pompa, mais de dois mil convidados para a recepção de casamento, realizada no Jardim Augarten. A 4 de novembro de 1817, o navio João VI entrou no porto do Rio de Janeiro, zarpando de Livorno - Itália. O desembarque aconteceu no dia seguinte. No ano seguinte, numa demonstração de afeto e apreço por parte da Casa Real de Bragança, a 22 de janeiro de 1818, festejou-se o aniversário da Princesa Leopoldina com tourada em São Cristóvão e representações da indumentária de todas as possessões portuguesas, além de Portugal: Brasil, Índia, Macau, Algarve, Timor e África. Relata a História o acontecimento de festival tão magnífico.

Manifestações como esta já haviam se realizado. Ao desembarcar num suntuoso pavilhão montado no

Arsenal da Marinha, muralha recoberta com seda luxuosa, acolhida por toda a Família Real, que, no dia 7 de novembro de 1817, realizou-se, na Quinta da Boa Vista – ou paço de São Cristóvão –, recepção ao corpo diplomático e, possivelmente, à missão científica austríaca que acompanhara a Princesa Leopoldina na viagem, primeiro pelo mar Mediterrâneo, depois atravessando o Oceano Atlântico, até o Brasil, quando foram coletadas diversas espécies animais e vegetais; retratados nos variados gêneros da pintura flora e fauna; empalhando-se e capturando-se animais para os museus e zoológicos austríacos, como fruto de incursões ao imenso país selvagem. Livros e diários de viagem, sobre a temática, também foram publicados. Entre os convidados à expedição, o antigo professor de mineralogia de Dona Leopoldina – que era apaixonada por esta ciência – Rochus Schüch, nomeado bibliotecário da Corte. Alguns dos expedicionários levaram até 18 anos para cumprir suas atividades, vasculhando esta terra incógnita à Europa. Este foi o caso do pesquisador Natterer. Por outro lado, por exemplo, Spix e Martius, de 1818 até 1821, percorreram São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Pauí, Maranhão e viajaram, em seguida, até a fronteira do Amazonas com o Peru. O resultado da pesquisa constitui parte fundamental do Museu de História Natural de Munique. Também como fruto, entre outros, a obra em três tomos *Viagem no Brasil* nasceu atendendo à vontade de Maximiliano I, da Baviera.

Vale salientar que Leopoldina manteve sempre contato com os cientistas e suas descobertas, o que a distanciava mais dos brasileiros, em se tratando de termos culturais e de erudição. Aos poucos, excetuando-se as amizades com José Bonifácio de Andrada e Silva e Mary Graham, Dona Leopoldina mergulhava na penumbra, pois a melancolia, quando acomete, é negra. E arrebatava a vida. Assolada pelo isolamento, seu espírito começava a combalir. A tristeza

consumia seus dias. Por sua vez, ainda falando das ciências e do empenho, Dona Leopoldina, incentivou a construção do Jardim Botânico e do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. Neste período, trava intensa amizade, antes do regresso à Europa, com Dom João VI e a Princesa Maria Teresa, quando os seus modos delicados e suaves mais se ressaltavam, em se tratando da Corte bragantina. Dona Leopoldina era, de fato, uma mulher aquinhoadada. “Maria Teresa e Leopoldina tornaram-se amigas rapidamente, passando tardes inteiras juntas, entretidas com leituras. Sua cunhada não se cansava de ouvir Schiller, as poesias novas e Rousseau: ‘não foste feito para este mundo, foste virtuoso demais, elevado demais, talvez baixo demais.’ As duas tinham subido as montanhas a cavalo até a cascata da Floresta da Tijuca e Leopoldina não parava de falar e pensar em uma única coisa: será que Pedro viria a se tornar aquele que ela imaginou para si, ‘bondoso e paciente?’ Ela desejava que fosse assim, [...]” romanceou Glória Kaiser⁵. Romanceou, pois o pior estava por acometer de esta princesa austríaca: a traição conjugal com Domitila de Castro Canto e Melo, a quem Dom Pedro tratava por Títula.

⁵ *Idem*, p. 47.

As Cortes e o Brasil: heráldica em verde e amarelo

[...]afastar o espírito popular das idéias republicanas.

Imperatriz Leopoldina

As Cortes – órgão superior do governo português – publicaram, a 26 de janeiro de 1821, manifesto reclamando o retorno, à metrópole, de Dom João VI. É pertinente assinalar que, no ano anterior, a 23 de dezembro de 1820, o Conde Palmela, advindo de Portugal, trouxe ultimato ao soberano: retornar imediatamente a Portugal. A 22 de abril de 1821, Dom João conferiu, por Decreto Real, e nomeou Dom Pedro I chefe provisório do Reino Unido do Brasil, determinando, na mesma ocasião, que, em caso de

falecimento do seu filho, a princesa Leopoldina responderia em seu lugar, na Corte tropical do Rio de Janeiro, governando, de lá, toda a nação, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. No mesmo mês, no dia 24 de abril, as Cortes determinaram que a junta provisória, criada no Brasil, deveria ser subordinada a Portugal e não ao Príncipe Regente, Dom Pedro. Portanto, uma volta ao modelo de ditames coloniais, pelo qual o Brasil retroagiria no tempo, à mercê dos ditames portugueses, sem voz e sem vez. O acontecimento causou agitação política no Rio de Janeiro.

Enquanto os acontecimentos políticos arrolavam, a vida privada de Dona Leopoldina e Dom Pedro I avançava: a 6 de março de 1821 ganharam o primeiro filho, o delfim João Carlos Borromeu. Contabilizando, foram quatro anos de convivência pacífica e amistosa do casal com a corte joaniana, acontecimentos jamais retornáveis, olhares, gestos e conversas que ficaram, definitivamente, pelo menos para Dona Leopoldina, depositados no passado - enquanto a educada Leopoldina Habsburg-Lothringen, proveniente de corte absolutista, culta e refinada, seria obrigada a viver num país onde três quartos da população era de escravos. Pensara ela, a princípio, que somente por dois anos residiria aqui, regressando, em seguida à Europa. Pouco antes de falecer, pede ao pai que faça seu traslado a Viena. Nenhuma resposta obteve, agravando ainda mais seu estado de melancolia; sentindo-se desprezada e sem o amor da família, ou seja, da sua raiz no mundo. Mesmo assim, numa correspondência com o pai, confessa: “[...]caso, por minha situação crítica como esposa e súdita portuguesa, venha a ser obrigada a agir, meu coração continuará fiel aos meus princípios e sentimentos antigos[...].”

Tempos depois, a 13 de agosto de 1822, Dom Pedro I se deslocou até São Paulo, onde pretendia contemporizar contenda de caráter separatista. Deixa como Regente a ainda Princesa Leopoldina, embora

o Império do Brasil, já gestado, estivesse por nascer e, mais importante, vingar. No Rio de Janeiro, numa reunião com ministro a 1º de setembro de 1822, juntamente com o corpo ministerial, ficou estabelecida a separação entre o Brasil e Portugal, isto é, a Independência do Brasil, numa carta redigida às Cortes portuguesas por Dona Leopoldina - daí o seu título de **Paladina da Independência**. A iniciativa foi consumada por Dom Pedro I, a 7 de setembro de 1822, em São Paulo, às 16h30, às margens do rio Ipiranga, quando bradou o conhecido grito do Ipiranga: “Independência ou morte.” Fundava-se, assim, definitivamente, um império tropical nas Américas. No seu livro **Imperatriz Leopoldina do Brasil**⁶, Johanna Prantner informa: “Tanto Schüler quanto Karl Oberacker mencionaram que as cores nacionais do Brasil, o verde-amarelo, tinham sido propostos por D. Leopoldina, conhecedora de heráldica.” O Brasil já não utilizava mais as cores portuguesas como forma de representação.

Após o grito de independência, em São Paulo – Dom Pedro, antes, havia recebido carta da então Princesa Leopoldina dizendo: “Pedro, este é o momento mais importante da sua vida” - sagrado imperador do Brasil, Dom Pedro I reuniu a primeira Assembléia Legislativa genuinamente brasileira, a 3 de maio de 1823, na qual estiveram presentes – já na qualidade de Imperatriz - Dona Leopoldina, em companhia da Princesa Dona Maria da Glória. Conta a História que, após a descoberta de Pedro Álvares Cabral, foi o maior acontecimento do País. Posteriormente, em 1826, quando do conflito armado com o vizinho Uruguai – que se arrastou de 1825 a 1828 - a então Banda Oriental, Dom Pedro deixou Dona Leopoldina, no Paço de São Cristóvão, gravemente enferma. Não retornou a vê-la, pois que faleceu, aos 29 anos, a 11 de dezembro de 1826, às 10h15. Seu sepultamento aconteceu no dia 14, no Convento da Ajuda, com grande pompa, sob guarda

⁶ PRATNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 87.

de soldados, funeral ornado de preto e prateado. Ao saber dos acontecimentos, Dom Pedro I teria dito: “eu sinto meu coração despedaçado de sofrimento.” No entanto, do pitoresco do Brasil, guardava bela recordação quando, vestidas de branco, 40 senhoras baianas, em agosto de 1822 - na qualidade de Regente – vieram agradecer-lhe pelo empenho em formar este país como nação reconhecida pelo mundo. Em 1911, seus restos mortais foram, definitivamente, trasladados, juntamente com os do seu consorte, para as margens do rio Ipiranga, em São Paulo. Como legado, Johanna Prantner⁷ outorga à primeira Imperatriz do Brasil o seguinte:

⁷ *Idem*, p. 90.

- Ficou conservada a integridade do Império gigante do Brasil na época em que seu desmoronamento parecia inevitável;
- Ficou preservado o regime estatal monárquico em atendimento aos interesses da Áustria e ao bem-estar invariável do povo brasileiro;
- O Brasil foi “descoberto” pelo mundo científico e ingressou no âmbito de interesses da economia mundial;
- Afrouxou-se a ordem social petrificada no Brasil e, com isso, na verdade, abriu-se a porta para um processo de civilização moderna.

Correspondência: tingindo a vida a carvão e crayon

“Não sabe como estou desesperada, porque a roda da fortuna virou e devemos ficar aqui por tempo indeterminado.”

Imperatriz Leopoldina

Inglesa, Mary Graham – Graham pelo segundo casamento – nasceu em Papcastle, a 19 de junho de 1785. Filha de Comissário do Almirantado Britânico, recebeu excelente instrução, convivendo com literatos e artistas da sua época, tais como Thomas Campbell,

Rogers e Lawrence. Em companhia do pai, George Dundas, aos 28 anos, empreendeu sua primeira viagem à Índia. Regressou à Inglaterra em 1811, quando se casa com o Capitão da Marinha de Guerra Inglesa, Thomas Graham. Em 1819, o casal passou longa estada na Itália. Em 1821, a bordo da fragata Doris, comandada pelo marido, incursionam pela América do Sul, chegando ao Rio de Janeiro a 15 de dezembro do mesmo ano. Em abril do ano seguinte, na altura do Cabo Horn, falece o Capitão Graham. Dois anos depois, retorna à Corte tropical, quando se hospeda no morro da Glória.

Nesta segunda estada, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até outubro de 1823, por intermédio do inglês Thomas Hardy e da Viscondessa do Rio Seco, oferece seus serviços à Imperatriz Leopoldina, na qualidade de governanta da princesa – a primogênita – dona Maria da Glória e, conseqüentemente, das outras três: Paula Mariana, Januária e Francisca. Neste sentido, Mary Graham envia, a 13 de outubro de 1823, à Imperatriz, a seguinte missiva: “Ofereço-me a Vossa Majestade Imperial, certa de que uma princesa tão perfeita deve ser a verdadeira diretora dos pontos principais da educação de suas filhas: mas posso prometer ser uma zelosa e fiel assistente.”⁸ Ao que foi acolhida pelos Imperadores. Na ocasião, pediu apenas para retornar à Inglaterra, onde juntaria o material necessário: mapas, papéis, globos, tintas, livros, entre outros gêneros, necessários à instrução da futura Maria II, Rainha de Portugal, a predileta entre os seis filhos paridos por Dona Leopoldina – que sofreu, além disso, três abortos. Mary Graham parte a 23 de outubro de 1823, permanecendo na Europa até 24 de julho de 1824, de onde envia à Imperatriz Leopoldina, uma edição do seu *Jornal de uma Residência na Índia*, livro publicado no seu país natal. A 4 de setembro de 1824 aporta, pela terceira vez, na capital do Império, quando é nomeada governanta das princesas.

Logo que desembarcou, dirigiu-se ao Paço de São

⁸ LACOMBE, Américo Jacobina. *Correspondência entre Maria Graham e ao Imperatriz Leopoldina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 32.

Cristóvão, onde encontrou o Imperador Pedro I, vestido bastante à vontade. Acolheu a inglesa carinhosamente – segundo Américo Jacobina Lacombe⁹ sendo esta encaminhada à Imperatriz, por uma camarista, quando, por Sua Majestade, foi acolhida na qualidade de amiga: amizade que se traduziria em afeto por longos anos e, por sua intensidade, acusariam-nas de presença homossexual, pensamento alimentado, sobretudo, pela delicadeza contida na correspondência que mantiveram por algum tempo.

⁹ *Idem*, p. 16.

Reportando-me ao ano de 1995, li uma matéria no Caderno Mais da Folha de São Paulo na qual o jornalista indagava a um curador de arte sobre as possíveis homossexualidades da Imperatriz Leopoldina e de Zumbi dos Palmares. Na História, inexistente qualquer prova neste sentido. As especulações, ao meu ver, acontecem por duas vertentes: a necessidade de se levantar bandeiras ideológicas e a incompreensão, por parte de uma maioria, em se privilegiar uma amizade em exclusivo. Ora, além de européia, Mary Graham era refinada, de gosto apurado. Estando a Imperatriz Leopoldina isolada nos trópicos, longe das artes e da etiqueta, em geral, esta amizade somente poderia proporcionar-lhe prazer e deleite. Mary Graham enxergou na Imperatriz “[...] uma mulher tão bem educada [...] e sob todos os pontos de vista, uma mulher amável e respeitável.”¹⁰ Foi justamente o isolamento que fez a Imperatriz muito se apegar à governanta, como forma de suprir suas carências e mágoas, imensamente aviltadas pela presença de Domitila de Castro Canto e Melo, a amante do seu marido, que foi nomeada sua Primeira Dama da Câmara e condecorada com o título de Marquesa de Santos. Esta passa a desfrutar do mesmo espaço que Leopoldina, vigiando-a, quer nas noitadas no teatro, quer junto aos seus filhos. Até mesmo na viagem à Bahia, em 1826 - dois meses “eternos e penosos”¹¹ – a Imperatriz é acompanhada da amante do marido, cuja filha, Isabel, fora reconhecida por Dom Pedro I

¹⁰ BOJADSEN, A. *Op. cit.*, p. 83.

¹¹ Grifo da Imperatriz Leopoldina em carta a Mary Graham.

e era educada no Paço de São Cristóvão, juntamente com as princesas imperiais. A tristeza a consome no regresso ao Paço Imperial de São Cristóvão. E, isolada, como evadir-se? Pior, permanecia sem qualquer resposta do pai em retirá-la do Rio de Janeiro. Mágoas demasiadas a uma princesa que se empenhou na formação de um império continental, o Brasil.

¹² LACOMBE, A. *Op. cit.*, p. 16.

Quanto a Mary Graham, acomodou-se no Paço, onde passaria “dias melancólicos e atormentados,”¹² recebendo manifestações de hostilidade, nas quais era acusada de estrangeira nos negócios luso-brasileiros. Tais hostilidades eram comandadas pelo barbeiro, mordomo e tesoureiro da Casa Imperial, o semi-analfabeto Plácido Antônio Pereira de Abreu, que teceu intrigas junto ao Imperador com relação à presença da governanta junto à Casa Imperial de Bragança. O barbeiro, mancomunado com as damas do paço e a antiga ama de Dom Pedro I, Maria Genoveva do Rego Barros, ameaçaram deixá-lo e retornar a Lisboa, caso a inglesa ali continuasse a residir. E foram atendidos. O que parece esdrúxulo nesta História é que Mary Graham permaneceu no posto de governanta das princesas por pouco mais de um mês: de 05 de setembro a 10 de outubro de 1824. Logo em seguida, numa correspondência redigida em francês, Sua Majestade a Imperatriz revela: “Minha querida amiga, Recebi vossa amável carta, e crede que fiz enorme sacrifício, separando-me de vós; mas meu destino foi sempre ser obrigada a me afastar das pessoas mais caras ao meu coração e estima. [...] Assegurando-vos toda a minha amizade e estima, sou vossa afeiçoada, Maria Leopoldina.”¹³ Graham permaneceu no Rio de Janeiro até 10 de setembro de 1825, quando se retirou, definitivamente, do Brasil, estabelecendo-se em Londres, mantendo correspondência regular com a Imperatriz Leopoldina, até 2 de novembro de 1826, quando recebe a última carta da monarca austríaca.

¹³ *Idem*, p. 37.

Ao deixar o Paço de São Cristóvão, hospedou-se em solar, ou melhor, casa de campo, nas Laranjeiras,

cedido pela amiga Maria Eufrásia de Lima, esposa do Conselheiro José Antônio Lisboa, pais dos futuros Barão de Japurá e do Marquês de Tamandaré. Na ocasião, aproveitou o tempo livre para visitar o interior do Brasil, como, por exemplo, a fazenda Macacu, propriedade de uma irmã de dona Maria Eufrásia. Neste período, a correspondência epistolar – único meio disponível na época para manter viva uma amizade, sem prescindir da presença física – apresenta o drama vivido pela Imperatriz Leopoldina, no seu isolamento, quer espiritual, quer intelectual. “Eis que não se passa um momento sem que eu não lamente vivamente ter-me privado de vossa companhia e amável conversação, meu único recreio e consolo verdadeiro nas horas de melancolia, à qual infelizmente tenho demasiados motivos para estar sujeita.” (Carta enviada à amiga a 11 de outubro de 1824, do Paço de São Cristóvão). E assim, sempre da Quinta da Boa Vista, ou seja, do mesmo endereço, a Imperatriz Leopoldina começa, pouco a pouco, a desvendar uma amizade que se fizera terna e carinhosa, certamente profunda, em temas que não ousa tocar nas missivas, haja vista que o correio, para ela, não se tratava de algo confiável. As cartas poderiam ser lidas e interceptadas, como já o haviam sido. Talvez por precaução, a nobre austríaca não tenha enveredado pelo que, com intimidade e na presença da amiga, confidenciava. Tanto assim que a própria Imperatriz revela, na mesma carta, estar sendo espionada, no próprio paço onde reinava, o que lhe provocava aborrecimentos. E ainda confessa: “[...] na Europa, onde nenhuma pessoa no mundo será capaz de me forçar a deixar de vos ver diariamente e dizer, de viva voz, que sou, para toda a vida, vossa amiga afetuosa e dedicada Maria Leopoldina.” Duas mulheres cultas e prenhes de doçura. Duas européias, numa corte tropical que se iniciava, plena das heranças lusitanas, um tanto rudimentares, ignorantes.

Lembrando um tom homossexual, tendo-se em

vista a delicadeza intensa apresentada no conteúdo, no corpus da carta dirigida a Mary Graham, a Imperatriz revela: “Começo por dizer-vos que a vossa última carta me causou bem doce prazer, e que posso também assegurar-vos, quanto à minha amizade, que penso mil vezes em vós, minha dedicada amiga, e nos deliciosos momentos que passei em vossa amável companhia.” O tom imensamente delicado se deve, sobretudo, no meu ponto de vista, à formação extremamente refinada que a princesa Leopoldina recebeu ainda na Áustria. Tanto na correspondência com a irmã Maria Luísa, quanto na correspondência enviada ao pai – da qual nunca obteve resposta – denota-se o mesmo tom de carinho e intensa afetividade, presumindo não apenas a intensa sensibilidade de Dona Leopoldina, mas a aguda delicadeza, acentuada pela ausência e, portanto, pela idealização, das pessoas com as quais comungava amizade intelectual e espiritual. Seus modos suaves não eram um fato isolado com Mary Graham; impassíveis, portanto, de uma suspeita homossexual. Desde a infância, quando escrevia aos parentes, o tom era o mesmo. Daí, ser improcedente e precipitado acusá-la de homossexualismo, pois que se trata de canalização das afetividades, como ressaltou a psicanalista Maria Rita Kehl. À correspondência da Imperatriz Leopoldina, Mary Graham sempre responde assegurando fiel amizade, que despertou, nas Américas, “bondade e doçura.”¹⁴ A própria Mary Graham narra que, já no primeiro encontro das duas européias no Brasil, a austríaca havia sido “delicada e afetuososa.” Percebia, entretanto, o quanto a Imperatriz era hostilizada pelos luso-brasileiros do Paço de São Cristóvão, que viam nela uma estrangeira. Daí, certamente, sua simpatia acentuada pela inglesa que, por sua vez, reconhecia no Chalaça o grande comparsa do Imperador Pedro I; comparsa, sobretudo, da Marquesa de Santos: Domitila de Castro Canto e Melo.

No seu diário, ou jornal íntimo, Mary Graham

¹⁴ Grifo de Mary Graham, na carta datada de Londres, 2 de novembro de 1826.

lembra dos agradáveis encontros à sexta e fala numa carta da Imperatriz que nunca recebera, em Londres, na qual esta manifestava o desejo de que permanecesse mais um ano na Inglaterra, antes de regressar ao Brasil. Ela diz que, certamente esta carta tendo lhe sido entregue, possivelmente não teria atravessado o Atlântico uma terceira vez. Não teria, dessa forma, sofrido o revés ocorrido no Paço Imperial de São Cristóvão, acontecimentos, estes, agravados pela expulsão dos irmãos Andradas do país. E os aborrecimentos de Mary Graham surgiram um dia após o seu alojamento no Paço Imperial: estavam banhando a princesa Maria da Glória, inteiramente nua, junto a um corredor com todas as portas abertas, por onde passavam empregados, escravos, a guarda imperial e os demais visitantes. O infortúnio anunciava problemas. Uma menina criada com bravura de gestos, esbofeteando os negrinhos, adestrando escravos e bradando com os adultos. “Eu sou como papai,” teria dito. O infortúnio da governanta das princesas desenrolou-se, claramente, quando esta coibiu a entrada do barbeiro e seus amigos para jogarem cartas no andar onde as princesas dormiam. Havia prometido aos Imperadores a proibição de qualquer manifestação desta natureza na presença das crianças. Ao gesto da Imperatriz, ao relatar o acontecimento, percebeu que a encrenca seria medonha.

Graham era, então, prisioneira de Estado, exceto nos momentos com a Imperatriz. Escreveu ao Imperador solicitando demissão do cargo. Prometeu-lhe deixar o Brasil para sempre, no primeiro vapor. Por sua vez, este lhe enviou missiva, tinta ainda fresca, dando permissão para, quando quisesse, partir. Arrumaram as malas juntas, Mary Graham e a Imperatriz. Antes da partida de Mary Graham, um tanto arrependido, o Imperador Pedro I ordenou que lhe fosse concedida, por uma semana, a carruagem da Princesa Dona Maria da Glória. O pior estava por vir, daí conhecermos mais de perto os sofrimentos e

o isolamento de Dona Leopoldina, o que vem a referendar isolamento e tristeza. A Imperatriz procurou Mary Grahan e pediu que nada comesse durante a sua última noite no Paço, pois já houvera perdido gente do seu séqüito, por envenenamento. Mary Grahan escreve uma carta de despedidas à Imperatriz e, uma hora antes de chegar a sua nova residência, recebe resposta. Teve todos os seus bens e móveis apreendidos na alfândega. Dona Leopoldina interferiu pessoalmente, junto à “única amiga”. Daquele tempo em que permaneceram juntas, guardou delicada recordação – sem o sobressalto dos envenenamentos – quando tomavam vinho Madeira e conversavam sobre a querida e adorada Europa. Antes de travar-se esta amizade, de encontrar a Imperatriz Leopoldina pela primeira vez, tomou uma bela quantidade de ópio e desenhou um esboço do Paço de São Cristóvão. “Ela é, sob todos os pontos de vista, uma mulher amável e respeitável,” grafou. Discorreram sobre novelas escocesas e autores ingleses: lembranças que, de tão fortes e genuínas, singraram os meridianos do tempo e ousam, agora, se insurgir num novo contar da História da Imperatriz Leopoldina do Brasil, vulto esfumado na memória nacional, mas de um legado afetivo e intelectual, sem dúvida, muito maior que o meramente comandado pelo jogo político e dos prazeres passáveis. Por toda suavidade, deixou inegável legado e, agora, pela minha defesa sobre parcelas controversas e obscuras do seu transcurso sobre a existência, espero ratificá-lo. Por último: a notícia do seu falecimento chegou à Áustria três meses após o funeral.

Referências

BOJADSEN, Angel (Org.). *Cartas de uma Imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

GRAHAN, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo

Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1990.

KAISER, Glória. *Dona Leopoldina – uma Habsburg no trono brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LACOMBE, Américo Jacobina. *Correspondência entre Maria Graban e ao Imperatriz Leopoldina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MASSA, Ana Cristina. *O enigma da Capela Real*. São Paulo: Biruta, 2004.

PRATNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANT'ANNA, Sonia. *Leopoldina e Pedro I – a vida privada na Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TORERO, José Roberto. *O chalaça*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

AOS COLABORADORES(A S)

Das normas para apresentação de originais

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser submetido à versão eletrônica da revista disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem>, ou encaminhado para o email: neguem@inhis.ufu.br. O artigo deve ser digitado em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens**, as **medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm.**

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista *Caderno Espaço Feminino* poderão ter os seguintes formatos:

a) Artigos que estejam relacionados com trabalhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e em espanhol ou inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Artigos considerados de relevância para a área ainda que não tenham caráter acadêmico.

d) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

e) Biografias

f) Entrevistas

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor(a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.

